

LEONARDO DA SILVA DE ASSIS

Biblioteca pública e suas dinâmicas sociais:

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo
(1984-1996)

São Paulo
2022

LEONARDO DA SILVA DE ASSIS

Biblioteca pública e suas dinâmicas sociais:

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo
(1984-1996)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, área de concentração Cultura e Informação, linha de pesquisa Apropriação Social da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

São Paulo
2022

É proibida a reprodução impressa e eletrônica deste documento para fins comerciais. Autoriza-se a reprodução, total ou parcial, por processos fotocopiadores e eletrônicos, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, com a identificação completa da fonte.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Assis, Leonardo da Silva de
Biblioteca pública e suas dinâmicas sociais: O Sistema
de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo
(1984-1996) / Leonardo da Silva de Assis; orientadora,
Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira. - São Paulo, 2022.
313 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação / Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Biblioteca Pública. 2. Política Cultural. 3. Ação
Cultural. 4. Redemocratização. 5. Brasil [1988]. I.
Oliveira, Lúcia Maciel Barbosa de. II. Título.

027.081

CDD 21.ed. -

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: ASSIS, LEONARDO DA SILVA DE

Título: Biblioteca pública e suas dinâmicas sociais: o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo (1984-1996).

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, área de concentração Cultura e Informação, linha de pesquisa Apropriação Social da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Professora Lúcia, que acreditou no meu potencial e nos temas e discussões que venho desenvolvendo como pesquisador desde a minha graduação. É incalculável todo apoio, carinho e respeito que venho recebendo durante todo esse tempo. A vida de um pesquisador sem vínculos institucionais não é fácil. E eu só consegui chegar a esse momento da tese com o apoio da Profa. Lúcia. Suas orientações com relação aos temas, assuntos de pesquisa e de vida pessoal foram fundamentais.

Não posso deixar de agradecer a dois professores por quem tenho muito carinho e também são responsáveis por conseguir chegar a esse objetivo, que são: Martin Grossmann e Luís Milanesi. O primeiro posso considerar como um grande amigo e que abriu os caminhos para que eu pudesse conhecer o universo da arte e da cultura nas instituições brasileiras. A minha aproximação com o Professor Martin ocorreu ainda nas aulas de Introdução à Museologia da ECA/USP e se estendeu nas atividades da Associação Cultural Fórum Permanente. O menino que ficava no computador realizando as transmissões on-line estava atento a todas as palestras e eventos realizados, com o objetivo de absorver os conteúdos e aplicar os conhecimentos no futuro. Com relação ao Professor Luís Milanesi, tenho uma profunda admiração pelo trabalho na área da cultura e das bibliotecas. Posso dizer que é a pessoa com o maior grau de produtividade acadêmica que conheci em vida. Incansável no trabalho, foi responsável por coordenar diferentes projetos. Tive a honra de trabalhar ao lado do Professor Luís em diferentes propostas, no Laboratório de Cultura, Informação e Sociedade e considero-o como um grande mentor.

Também, faço um agradecimento especial às Profas. Dayse Pires Noronha, Sueli Mara Ferreira e à Profa. Vânia Lima. Elas foram responsáveis por me fazer acreditar que poderia, ainda na iniciação científica da graduação em Biblioteconomia da ECA/USP, realizar pesquisas de meu interesse e que fossem relevantes para a sociedade.

Essa tese é um agradecimento ao Professor Teixeira Coelho. Mesmo não tendo aulas regulares com ele na USP (já estava aposentado), tive a oportunidade de conhecer, realizar projetos, participar de muitos momentos e discussões. O legado intelectual do Professor

Teixeira Coelho é eterno e fundamental para o Brasil. E faço uso desse legado como parte das minhas discussões e análises.

Agradeço à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, por disponibilizar os documentos utilizados na pesquisa e permitir o uso dos mesmos. Um agradecimento especial à Alaíde Siqueira César, por toda atenção nas visitas realizadas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Liberdade é a pedra de toque da democracia.
(OLIVEIRA, 2001, p. 15).

RESUMO

Esta tese traz para análise o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, no período de 1984 até 1996, à luz das teorias das políticas culturais. Para tanto, fez-se levantamento de informações históricas, apresentação de documentos oficiais, mapeamento das bibliotecas para, com isso, discutir prospectivamente a biblioteca pública na sociedade. Além disso, foi feito trabalho de leitura da bibliografia selecionada com relação aos temas política cultural, biblioteca pública e ação cultural, a fim de embasar as discussões realizadas. A tese está dividida em dois blocos de redação, respectivamente, “Políticas Culturais e Bibliotecas Públicas” e “O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo”. No decorrer da pesquisa constatamos que o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo ancorava-se no compromisso com o Estado Democrático, com o estímulo à participação da sociedade nas atividades realizadas. Da mesma forma, podemos inferir que um dos maiores legados de todo esse processo histórico – a criação do Sistema de Bibliotecas –, no recorte de tempo estudado a partir da documentação utilizada, foi o uso da ação cultural em suas atividades. Tal iniciativa buscou promover transformação na vida das pessoas e das comunidades, por meio das bibliotecas públicas nos municípios.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Política Cultural. Ação Cultural. Redemocratização. Brasil [1988].

ABSTRACT

This thesis analyzes the Public Library System of the State of São Paulo, from 1984 to 1996, in the light of cultural policy theories. In order to do so, historical information was collected, official documents were presented, libraries were mapped in order to prospectively discuss the public library in society. In addition, the selected bibliography was read in relation to cultural policy, public library and cultural action, in order to support the discussions held. The thesis is divided into two writing blocks, respectively, “Cultural Policies and Public Libraries” and “The Public Library System of the State of São Paulo”. During the research, we found that the Public Library System of the State of São Paulo was anchored in the commitment to the Democratic State, with the stimulus to the participation of society in the activities carried out. Likewise, we can infer that one of the greatest legacies of this entire historical process – the creation of the Library System –, in the time frame studied from the documentation used, was the use of cultural action in its activities. This initiative sought to promote transformation in the lives of people and communities, through public libraries in the municipalities.

Keywords: Public Library. Cultural Policy. Cultural Action. Redemocratization. Brazil [1988].

RESUMEN

Esta tesis analiza el Sistema de Bibliotecas Públicas del Estado de São Paulo, de 1984 a 1996, a la luz de las teorías de política cultural. Para ello, se recolectó información histórica, se presentaron documentos oficiales, se mapearon bibliotecas para discutir prospectivamente la biblioteca pública en la sociedad. Además, se leyó la bibliografía seleccionada en relación con la política cultural, la biblioteca pública y la acción cultural, con el fin de apoyar las discusiones realizadas. La tesis se divide en dos bloques de redacción, respectivamente, “Políticas Culturales y Bibliotecas Públicas” y “El Sistema de Bibliotecas Públicas del Estado de São Paulo”. Durante la investigación, encontramos que el Sistema de Bibliotecas Públicas del Estado de São Paulo se ancló en el compromiso con el Estado Democrático, con el estímulo a la participación de la sociedad en las actividades realizadas. Asimismo, podemos inferir que uno de los mayores legados de todo este proceso histórico – la creación del Sistema de Bibliotecas –, en el marco temporal estudiado a partir de la documentación utilizada, fue el uso de la acción cultural en sus actividades. Esta iniciativa buscó promover la transformación en la vida de las personas y comunidades, a través de las bibliotecas públicas de los municipios.

Palabras clave: Biblioteca Pública. Política Cultural. Acción Cultural. Redemocratización. Brasil [1988].

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	14
PERCURSO METODOLÓGICO.....	17
1 POLÍTICAS CULTURAIS E BIBLIOTECAS PÚBLICAS	20
1.1 Políticas Culturais: conceitos e desafios das políticas.....	20
1.2 Bibliotecas Públicas: a informação pública e o cidadão.....	29
1.3 Políticas Culturais e Bibliotecas Públicas no Brasil.....	40
1.3.1 O Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo e a Divisão de Bibliotecas.....	46
1.3.1.1 A Divisão de Bibliotecas: projetos e ações	48
1.3.1.1.1 A Biblioteca Infantil	49
1.3.1.1.2 A Biblioteca Municipal.....	51
1.3.1.1.3 A Biblioteca Circulante.....	53
1.3.1.1.4 A Biblioteca Popular.....	55
2 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	57
2.1 O Instituto Nacional do Livro.....	57
2.2 A Cultura na ditadura civil-militar.....	60
2.3 Abertura política nacional e seus reflexos no Estado de São Paulo	79
2.4 Cultura e bibliotecas para o PMDB de São Paulo	85
2.5 Dos antecedentes da criação do Sistema: a Fundação Para o Livro Escolar	93
2.6 O Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo	111
2.6.1 Carta Síntese do SISEB-SP apresentado às bibliotecas municipais	118
2.6.2 Sobre o Convênio.....	121
2.6.3 Relatórios de Atividades	128
2.6.4 O Centro de Informação e Convivência (CINC)	132
2.7 Ações do Sistema de Bibliotecas Públicas nos Municípios	146
2.7.1 O Escritor na Cidade.....	146
2.7.2 As Exposições Itinerantes.....	150
2.7.2.1 Roteiro das Exposições Itinerantes	152
2.7.3 A Biblioteca do Estado	156
2.7.4 O Fim de um projeto em 1996.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS.....	167
ANEXO I – CULTURA	175
ANEXO II – Associação Paulista de Bibliotecários	181
ANEXO III – Plano para implantação de Bibliotecas Públicas em pequenos municípios ..	183
ANEXO IV – Estrutura Organizacional e Instalações, Recursos Humanos – Mobiliários e equipamentos	196
ANEXO V – Plano para a instalação e organização de uma rede de bibliotecas no Estado de São Paulo.....	205
ANEXO VI – Dossiê Sistema Estadual de Bibliotecas	214
ANEXO VII – Carta Síntese do SISEB-SP	240

ANEXO VIII – Relatório das Atividades do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo	242
ANEXO IX – Folheto Centro de Informação e Convivência.....	280
ANEXO X – Roteiro Exposição Itinerante – Cenas do teatro no Brasil	296
ANEXO XI – Grupo de Trabalho da Biblioteca Pública do Estado – Resumo da 1ª Reunião	302
ANEXO XII – Programa da biblioteca Pública do Estado de São Paulo – Diretrizes Básicas	305

APRESENTAÇÃO

Esta tese é um ciclo de pesquisa que se fecha entre graduação, mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo. Uma matriz que analisa o aspecto da formação e da atuação profissional do bibliotecário, em especial, para com as discussões que envolvem a biblioteca pública. No primeiro ato – a graduação –, fora estudado o momento de criação do curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Sob orientação da Profa. Dra. Vânia Lima, documentos e análises demonstraram as origens do curso e a sua preocupação em colocar na grade curricular disciplinas voltadas à discussão da cultura e sociedade. No segundo ato – no mestrado –, analisamos o que pode ser considerado um dos maiores momentos de formulação das políticas culturais para a área da cultura no Brasil, com a criação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e a sua Divisão de Bibliotecas. Com a orientação da Profa. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, o mestrado trouxe reflexões sobre as bibliotecas públicas à luz das políticas culturais. Com um enfoque para a Divisão de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo, vimos a importância do momento para as políticas culturais do país e o papel pioneiro das bibliotecas com suas ações para os diferentes públicos da época. O terceiro ato – o doutorado –, também sob a orientação da Profa. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, retoma a trajetória das políticas culturais e das bibliotecas públicas, com uma análise sobre o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Nesse momento, analisamos a sua concepção, projeto e atividades colocadas em prática quando do momento da sua criação até 1996, momento no qual a configuração de poderes no Governo do Estado de São Paulo se altera e o Sistema de Bibliotecas troca a sua diretoria.

A presente tese trata de pessoas e de seus sonhos. Pessoas que tiveram o sonho de criar uma outra forma de agir das bibliotecas públicas, em confluência com os novos tempos democráticos no Brasil. Também, daquelas que receberam as propostas colocadas em prática pelo Sistema de Bibliotecas nos municípios paulistas, ou seja, as comunidades atendidas pelas bibliotecas públicas. É essa mistura entre pessoas, sonhos e a formação de políticas culturais que faz essa tese possível: um sentimento que move e gera a ação. O que fica de legado das discussões de formação, história e práticas de ação do Sistema de Bibliotecas é a experiência. Essa concretizada em políticas para as bibliotecas públicas e a sua coletividade.

INTRODUÇÃO

Dois eixos principais sustentam esta tese: informação e cultura. Entendemos informação como “Estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificáveis e registradas” (SMIT, BARRETO, 2002, p. 21). Tem a potência de se tornar conhecimento, mas isso só acontece com a interferência dos indivíduos. Cultura, por sua vez, não será entendida como culto (o belo), nem cultivo (AZEVEDO, 1971, p. 36), mas como “um conjunto de processos onde se elabora a significação das estruturas sociais, se reproduz e transforma as operações simbólicas [...]”. (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 25). Nesse olhar, a cultura aparece nas bibliotecas públicas por meio da ação cultural.

A ação cultural, segundo Teixeira Coelho (2004, p. 32), é um “conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam por em prática os objetivos de uma determinada política cultural”. Ela é realizada em centros culturais, bibliotecas, museus e diferentes instituições culturais. Seu fluxo de atividades parte da ação de agentes culturais para públicos determinados. Essas instituições desenvolvem projetos levando em consideração as características da comunidade em que a ação cultural é realizada. Portanto, a ação cultural é uma ação que acontece a partir de relações entre indivíduos, potencializa as relações humanas e a troca de experiências entre os sujeitos. Ainda o Professor Teixeira Coelho apresenta que:

Aliás, a noção contemporânea de ação cultural é condizente com a visão mais ampla da cultura como ação: o objetivo da ação cultural (a meta de toda política cultural) é a criação das condições para que as pessoas inventem seus próprios fins. (Teixeira Coelho, 2008, p. 22).

Dessa forma, a ação cultural possibilita a criação de espaços de discussão e diálogo, onde os indivíduos, a partir da troca de informações e do conflito de ideias, possam criar seus próprios fins. Para que ocorra a ação cultural, segundo Luís Milanesi (2003, p. 172), é preciso que aconteçam três ações básicas: “informar, discutir e criar”. Para ele, os serviços de uma biblioteca ou centro cultural devem propiciar que atividades aconteçam de modo integrado com esses três verbos. Atividades como, por exemplo, exposições, cursos, seminários, dança, cinema, música etc., fazem parte do programa que pode ser utilizado para desenvolver a ação cultural numa instituição. Além disso, podem ser utilizadas formas de representação artística variadas, servindo de grande ajuda para apresentar conceitos que talvez não sejam expressos por meio dos tipos de linguagem convencionais. Nessa linha de proposição da ação cultural, o primeiro verbo, o “informar”, é a atividade básica de uma biblioteca ou centro de informação.

Ele evidencia a preocupação com o acesso e o uso dos conteúdos na instituição. O “discutir”, ou seja, o diálogo com o outro, é fundamental para que aconteça o confronto de ideias. Nesse embate de pensamentos, surgem novas propostas e novos fins. A criação, terceiro verbo, é o êxtase da ação cultural. Nesse estágio, o indivíduo é o total personagem de sua história. Como agente ativo da ação, é fundamental que no espaço que se desenvolve a ação cultural tenham iniciativas para a criação de seus participantes. E nessa proposta da ação cultural como um processo, Lúcia Maciel Oliveira traz que:

Ação cultural em sentido amplo. A intensidade de uma experiência de pico, vivida no presente, opera uma mudança substantiva no sujeito. As novas formas de organização e ação baseadas na participação, na igualdade, no respeito às diferenças, na alegria e no desejo já anunciam o que se busca. A ênfase na ação direta como fim, e não como meio, traz implícita essa ideia do processo como agente transformador: a resistência como modo de existência. (OLIVEIRA, 2006, p. 45).

Com isso, a ação cultural pode ter um início estabelecido, mas não apresenta um fim determinado. Ou seja, o ato transformador da ação cultural está no processo que acontece nos sujeitos. Teixeira Coelho (1989, p. 32) corrobora essa proposta e apresenta que a ação cultural “não se contenta com limitações”. Dessa forma, o espaço da biblioteca, em especial o da biblioteca pública, dotado de um vasto conteúdo informacional, é o lugar por excelência para que a ação cultural aconteça. O trânsito de ideias mediadas por um agente cultural/bibliotecário/informador, permite que os cidadãos compartilhem e desenvolvam conhecimentos com os demais membros de sua comunidade. Em síntese, a ação cultural na nossa perspectiva de biblioteca é aquela que transforma. As bibliotecas públicas são promotoras de informação e cultura e, com isso, instituições que possibilitam tal ato transformador.

A pergunta que podemos fazer sobre a necessidade desta tese é: por que precisamos discutir a criação e manutenção de um Sistema de Bibliotecas ao longo do tempo? Uma resposta possível: o compromisso do Estado em partilhar a informação e a cultura em sociedade. Sentimento esse que possibilitou que todo o trabalho realizado nas bibliotecas públicas do Estado alcançasse um número expressivo de pessoas pelas atividades desenvolvidas ao longo dos anos. Discutir o Sistema é colocar o Estado como agente promotor de uma política cultural para as bibliotecas públicas. Política cultural que dita rumos e possibilita a criação de novas formas de expressão (TEIXEIRA COELHO, 2004).

Nessa perspectiva, surge o nosso problema de pesquisa: com a abertura política no Brasil, após o período da ditadura civil-militar, de 1964 até 1985, foi necessário criar ou

readequar as diversas instituições no Estado brasileiro visando a participação democrática da sociedade e, para isso, medidas foram tomadas para que ela estivesse presente nas políticas a serem criadas e desenvolvidas. Com um olhar para o Estado de São Paulo no período, qual foi o projeto colocado em prática na área das bibliotecas públicas que buscava tal proposta de participação da sociedade na construção e execução das políticas? Com isso, precisamos discutir a criação e as propostas postas em prática pelo Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Criado pelo Decreto 22.766, de 9 de outubro de 1984 (SÃO PAULO, 1984a), na gestão do governador Franco Montoro, em meio ao processo de redemocratização do Brasil, esse sistema colocou em prática um trabalho em rede com mais de 400 bibliotecas públicas espalhadas pelos municípios do Estado de São Paulo. Vale destacar que a criação institucionalizada desse Sistema foi pioneira no país, posteriormente surgindo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, em 1992 e, recentemente, o Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas de São Paulo, de 2005.

Pelo Sistema de Bibliotecas Públicas, as bibliotecas dos municípios do Estado de São Paulo passaram a ser geridas por uma instituição preocupada em organizar ações, programas e atividades para um conjunto de bibliotecas. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, como protagonista das bibliotecas do Estado, procurou nos diversos momentos de sua existência estar à frente dos anseios e necessidades dos públicos em suas bibliotecas. Como uma bússola que indica a direção, o Sistema tinha o papel de ditar rumos, criar formas de diálogo e possibilitar a livre expressão da sociedade. Todo esse trabalho foi conduzido em suas fases iniciais pelo professor da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Luís Milanesi que, frente à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e junto com profissionais qualificados, criou um modelo de gestão de bibliotecas públicas que se espalhou para outras regiões do país. O diferencial dessa proposta foi fazer com que as bibliotecas estivessem integradas em suas formas de trabalho e promoção de atividades com o público, tendo como objetivo a ação cultural.

Frente ao exposto, as hipóteses que movem a presente pesquisa são: que o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo estava em consonância, por meio do seu projeto e nas ações realizadas, com os anseios de participação democrática vividos no momento de abertura política do país; que as ações colocadas em prática nos primeiros anos do Sistema de Bibliotecas estimulavam a criação e a expressão da coletividade nos Municípios, numa perspectiva de atuação por meio da ação cultural.

Vale destacar que toda a construção do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas está conceituada no espaço/tempo político da década de 1980. Dessa forma, há um incentivo a

iniciativas que estimulassem a participação da sociedade civil em propostas realizadas pelo Estado em diferentes setores, em especial na área da cultura.

Assim, a tese demonstra como o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas esteve presente e atuante na área da cultura do Estado de São Paulo, no contexto de abertura política pós ditadura civil-militar. Tal presença se configurou a partir da proposta de construção de uma política cultural para as bibliotecas públicas que contava com a participação democrática da sociedade na constituição do seu projeto, na realização de atividades voltadas aos diferentes públicos e, por fim, na atuação por meio da ação cultural.

PERCURSO METODOLÓGICO

O trabalho foi construído a partir de pesquisa qualitativa, com a identificação na literatura científica das temáticas problematizadas nesta tese. Fez-se o uso de literatura especializada no que diz respeito às discussões sobre bibliotecas públicas, políticas culturais e ação cultural, de modo a trabalhar com os conceitos e propostas que permeiam a ação do Estado frente às iniciativas de acesso à informação e à cultura na sociedade. Como a tese decorre de uma extensão de temas realizados na pesquisa de mestrado, fez-se uso de parte dos conteúdos, uma vez que a discussão teórica segue o mesmo embasamento do autor e uma narrativa de discussão. Atualizações foram feitas nos conteúdos devido ao tempo de publicação e as novas publicações realizadas. Da mesma forma, apoiamos-nos em trabalhos que sustentassem a compreensão do contexto sócio-político brasileiro no período de redemocratização do Brasil.

Da mesma forma, fez-se uso da prática de pesquisa em documentos históricos como, por exemplo, atas de fundação, registros fotográficos, cartas, entrevistas, publicação em diários oficiais e jornais de época. A pesquisa nos documentos mencionados tem como perspectiva encontrar os projetos políticos idealizados quando da criação o Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo. Também, identificar quais as ações realizadas pelas bibliotecas para atendimento desses projetos políticos quando colocados em prática pelo Estado. Além disso, identificar formas de organização, atividades com o público, modos de divulgação das bibliotecas públicas para a consubstanciação das políticas culturais delineadas. Vale destacar que analisamos o documento “Cultura” (Anexo I) que foi produzido pelo PMDB, em 1982. Tal documento é rico em considerações com relação ao tema no período. A nossa análise desse conteúdo repousa em alguns trechos, com comentários e uma discussão em especial ao que cabe

à biblioteca. A exposição pública e inédita desse documento possibilita que seja utilizado em futuras pesquisas de diferentes áreas do setor cultural.

Foi feito um trabalho de leitura da bibliografia selecionada, concomitante à exploração dos documentos e dos registros de época, juntamente à redação contínua do texto. Ao longo da redação da tese foram estabelecidos os principais pontos referentes ao contexto histórico, pessoas envolvidas, projetos de trabalho, ações realizadas, entre outros. As citações dos jornais e documentos de época foram corrigidas de acordo com a norma ortográfica vigente.

A trajetória do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo pode ser descrita de duas formas. A primeira corresponde aos documentos oficiais de época, jornais e registros que foram divulgados na institucionalização do Sistema. A segunda, por meio de relatos das pessoas que estiveram presentes no momento de criação do mesmo, bem como aqueles que continuaram como servidores num trabalho direto de atuação com as bibliotecas no Estado de São Paulo. A presente tese é a intersecção dessas duas formas de trabalho. Com isso, documentos serão utilizados em conjunto com os relatos. Realizamos uma entrevista com a Sra. Amélia Maria Moreira, bibliotecária que atuou na Fundação Livro Escolar. Vale indicar que a entrevista foi feita depois da análise documental. Dessa forma, o relato de atividade corrobora a narrativa que fora apresentada nos documentos. O recorte temporal dos documentos para discussão do Sistema de Bibliotecas parte de 1984 até 1996. É nesse ano que também encerramos a nossa análise, pois após esse período uma nova diretoria toma posse do Sistema de Bibliotecas e passa a realizar trabalhos de uma forma diferente ao proposto inicialmente.

A tese está dividida em dois blocos de redação, sendo: Políticas Culturais e Bibliotecas públicas, que traz uma análise de conceitos e propostas relacionadas aos dois temas; O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, no qual são apresentadas as propostas, documentação de época e registros das atividades realizadas.

Como pesquisa básica, que utiliza os estudos e as teorias científicas elaboradas, a tese realizou um percurso que estabeleceu o diálogo com uma documentação de época para tratar do Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo. A documentação utilizada parte de dois arquivos, a saber: documentos em guarda da Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, bem como do arquivo pessoal do pelo Professor Luís Milanesi. Vale frisar que a maior parte da documentação utilizada na pesquisa é do arquivo pessoal, cedido gentilmente pelo professor. Essa situação aconteceu principalmente devido a pandemia da Covid-19 pois, no momento de registro digital da documentação para guarda e análise, em março de 2020, foi decretado fechamento das instituições de ensino e cultura no Estado de São Paulo. Na ocasião, já havíamos visitado a Secretaria de Estado da Cultura e feito uma cópia digital de parte do

arquivo pessoal do Professor Luís Milanesi. Portanto, é preciso indicar que existe um recorte específico da documentação utilizada na pesquisa devido a toda uma situação que se colocou, além das possibilidades de trânsito em diferentes arquivos ou instituições. É sabido que, no trato de arquivo pessoal, temos o problema do viés da seleção, organização, guarda e disponibilização de conteúdos, pois existe um vínculo emocional e de interesse na documentação. Mas procuramos, no decorrer da pesquisa, manter uma linha de análise de documentos que buscou indicar principalmente os registros históricos, as ações do Sistema de Bibliotecas no campo das políticas culturais e as atividades colocadas em prática. Portanto, sabemos da limitação do uso majoritário de um arquivo pessoal como fonte documental da pesquisa, mas tendo em vista todo o contexto vivido no país, procuramos realizar as análises com o objetivo principal de demonstrar o Sistema de Bibliotecas, seus projetos e ações, sem uma perspectiva pessoal e com um distanciamento – de fato realizado – que é necessário ao pesquisador. Vale indicar que a documentação encontrada em guarda do Professor Luís Milanesi foi maior que a disponibilizada pela Secretaria de Estado da Cultura naquele momento. Ainda sobre o arquivo pessoal do Professor Luís Milanesi, não existe uma organização sistemática dos documentos. Com isso, foi feita uma simples identificação nos arquivos digitalizados nessa pesquisa para que pudessem ser utilizados. Esses documentos estão anexados à tese.

1 POLÍTICAS CULTURAIS E BIBLIOTECAS PÚBLICAS

1.1 Políticas Culturais: conceitos e desafios das políticas

Uma definição fundamental de política cultural surge na década de 1940. Até então, as ações realizadas pelos Estados na área da política com relação à cultura não expressavam de forma clara os sentidos para essa área. A partir de uma maior preocupação com a industrialização nas cidades, com as diversas formas de governos no século XX, a conceituação de política cultural entra na pauta de discussões mundiais.

Um momento importante no campo de estudo das políticas culturais ocorre quando a Unesco estabeleceu uma forma de atuação frente aos países que se tornaram signatários de sua declaração, em 1945. O contexto da Segunda Guerra Mundial marca a formulação de novos conceitos com relação à cultura e às políticas em todo o mundo; nascem instituições preocupadas em garantir a paz mundial, bem como o acesso e o uso das informações e bens culturais pela sociedade. Nesse momento cria-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ratificada em 1948. Essa declaração busca garantir direitos aos seres humanos, enquanto indivíduos, contra as barbáries perpetradas pelos Estados totalitários após a experiência nefasta da II Guerra Mundial. De acordo com a Declaração, os países signatários devem garantir tais direitos aos cidadãos no âmbito de seus estados nacionais. No rol dos direitos humanos estão os direitos culturais, cuja garantia compete ao Estado. Esse pressuposto está descrito nos artigos XXII¹ e XXVII² da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948). A Unesco, no momento de discussões sobre os direitos culturais e as relações com os Estados, apresentou uma proposta de que a cultura deveria preocupar-se com as questões relacionadas ao patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Na década de 1960, são colocadas em pauta as discussões relacionadas à formulação dos direitos e liberdades políticas. Em 1969, a Unesco publicou um documento sob o título *Cultural policy: A preliminary study*, que apresentou o conceito de políticas culturais como:

Neste contexto, “política cultural” é entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os

¹ Artigo XXII – Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

² Artigo XXVII – § 1 – Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada para todos os países; cada Estado-membro determina sua política cultural de acordo com os valores culturais, os objetivos e as escolhas estabelecidas para si mesmo. (UNESCO, 1969, p. 5, tradução nossa)³.

[...] “política cultural” pode ser entendida como a soma dos usos conscientes e deliberados da ação ou a falta de ação na sociedade, visando atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização máxima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado. (UNESCO, 1969, p. 10, tradução nossa)⁴.

A crítica feita a esse conceito é a de que ele estabelece os pressupostos para atuação exclusiva dos Estados, sem um olhar para a participação da sociedade civil ou das instituições privadas. Já na década de 1980, ganham destaque as preocupações com a diversidade cultural. Em 1982, na Declaração do México sobre as Políticas Culturais, a Unesco apresentou um conceito de cultura como sendo:

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p. 1, tradução nossa)⁵.

Nesse conceito de cultura elaborado pela Unesco, vemos que as questões relacionadas às minorias começam a aparecer nas discussões sobre as políticas culturais.

Em 2001, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, tal conceito de cultura proposto pela Unesco reaparece, acrescido do item que garante o estabelecimento de parcerias nas políticas entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, o que significa um salto qualitativo nas formulações da instituição, pois afirmam um entendimento que emergiu de intelectuais sobre o tema de que instituições não governamentais devem atuar em conjunto com o Estado e a sociedade (UNESCO, 2002). Dessa forma, os conceitos de cultura e de política

³ “In this context, ‘cultural policy’ is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself.” (UNESCO, 1969, p. 5)

⁴ “[...] ‘cultural policy’ should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time.” (UNESCO, 1969, p. 10)

⁵ “[...] el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o un grupo social. Ella engloba, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias.” (UNESCO, 1982, p. 1)

cultural da Unesco sofrem alterações ao longo do tempo, de acordo com as preocupações políticas e históricas dos países que a compõe. Segundo Luís Fernando da Silva:

Da restrita visão de Cultura que existia nos documentos iniciais, na década de 1950 e início da de 1960, a Unesco passou ao entendimento de cultura como princípio de “direitos universais fundamentais” articulados às particularidades de modos de vida e existência de distintos grupos sociais. (SILVA, 2012, p. 15).

Tal maturação no conceito de cultura e de política cultural pela Unesco foi fruto de intensos debates que emergiram de intelectuais que acrescentaram suas colaborações às discussões realizadas. Como veremos, as demais contribuições ao conceito de Política Cultural, surgidas a partir da década de 1980, compõem-se dos pressupostos que foram explicitados pela Unesco em suas declarações.

Néstor García Canclini é um autor referencial que contribuiu para a discussão sobre as políticas culturais. Ele a define:

Entendemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 26, tradução nossa)⁶.

Observamos que, no conceito apresentado por García Canclini, o Estado aparece como aquele que realiza as intervenções na área da cultura. No entanto, o autor credita também à sociedade civil e aos grupos comunitários a tarefa de participação. A inclusão desses agentes no conceito de política cultural contribui com as discussões da Unesco expostas na Declaração do México sobre as Políticas Culturais (1982). Da mesma forma, assim como a definição da Unesco apresentada em 1969, constatamos que o termo “necessidades culturais” aparece na definição exposta por García Canclini. A diferença no campo conceitual entre García Canclini e a Declaração de 1969 é que a segunda conceituação traz para o campo de debate, com maior ênfase, a questão do desenvolvimento simbólico e a obtenção de consenso que leva a uma transformação social.

⁶ “Entenderemos por políticas culturales el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de ordem o de transformación social.” (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 26).

Um trabalho considerado marco na área da cultura no Brasil, que se preocupou em definir o campo da Política Cultural, foi o realizado no Dicionário Crítico de Política Cultural, coordenado por Teixeira Coelho (2004) – que teve a sua primeira edição em 1997. Nesta obra,

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as “necessidades culturais” da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob esse entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do “patrimônio histórico” e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de: 1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2) intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas etc.). (TEIXEIRA COELHO, 2004, p. 293).

Teixeira Coelho apresenta o conceito de Política Cultural como um “programa de intervenções” que podem ser realizadas por diferentes atores. Na definição, o Estado e a sociedade civil estão presentes por meio de ações individuais ou entidades representativas, públicas ou privadas. Cabe destacar na citação que o conceito de Política Cultural se consubstancia em um conjunto de intervenções estruturadas por meio de um programa. Este estabelece de forma clara as ações e os objetivos como, por exemplo, produção e distribuição dos bens culturais, gastos orçamentários e pessoal necessário para a execução do que foi planejado. O desdobramento desse “programa de intervenções” é a busca de meios legais ou intervenções diretas para que a Política Cultural seja colocada em prática. No que diz respeito à proposta de discutir políticas culturais e bibliotecas públicas, a intervenção do Estado por meio de normas jurídicas torna-se fundamental, por colocar em pauta as discussões sobre o acesso e o uso da informação. Teixeira Coelho expõe em seu conceito que o Estado atua de forma a traçar, na esfera política, as formas legais para que os equipamentos culturais exerçam suas atividades junto à sociedade.

Vemos que a definição de política cultural proposta por Teixeira Coelho abarca as definições apresentadas pela Unesco (1969), bem como as contribuições expostas por García Canclini (1987) para o tema. No entanto, Teixeira Coelho retoma uma perspectiva administrativa com relação ao conceito de política cultural. É compreensível que esse autor traga para o campo de discussão das políticas culturais uma descrição mais técnica e operacional sobre o tema. A proposta da obra coordenada por Teixeira Coelho, o Dicionário Crítico de

Política Cultural, foi a de delimitar um campo de conhecimento a partir dos principais termos que o compõe. Dessa forma, podemos inferir que tal exposição de Teixeira Coelho procurou uma conceituação que pudesse abranger os diferentes atores que realizam uma Política Cultural, sendo eles o Estado e os diferentes agentes da sociedade. Estes, por sua vez, nem sempre atuam no campo simbólico de realização dos programas, mas, em muitos casos, em atividades burocráticas e administrativas que são fundamentais para a realização das políticas culturais.

O termo “necessidades culturais” aparece entre aspas na definição apresentada por Teixeira Coelho, devido a uma relação conflituosa para o autor entre a oferta dos bens culturais pelas instituições e a complexa questão do gosto, ligada à esfera do desejo. Tal questão envolve ampla discussão que parte dos estudos que analisam as relações dos indivíduos com a cultura. Não entraremos nessa contenda, mas vale frisar que a preocupação com as “necessidades culturais” aparece de maneira recorrente nas conceituações apresentadas sobre o tema, sobretudo no âmbito das bibliotecas públicas.

Com relação ao campo simbólico de transformação dos indivíduos para o alcance de uma transformação social, Teixeira Coelho (2001) discute de forma clara tais questões no conceito de ação cultural. Dessa forma, Teixeira Coelho retira da definição de política cultural o caráter de subjetividade que poderia estar presente e que, por ventura, poderia trazer dificuldades para aqueles que o executam, uma vez que nem todos os participantes de uma política cultural comungam do objetivo de promover o desenvolvimento simbólico dos sujeitos.

Para Toby Miller e George Yúdice (2004), o conceito de Política Cultural segue vertente que o apresenta de forma burocrático-administrativa nas instituições. Segundo os autores:

A política cultural se realiza em diretrizes para ações sistemáticas e regulatórias que adotam as instituições a fim de alcançar suas metas. Em suma, é mais burocrática que criativa ou orgânica; as instituições solicitam, instruem, distribuem, financiam, descrevem e rejeitam os atores e as atividades que estão sob o signo do artista ou da obra de arte mediante a implementação de políticas. (MILLER; YÚDICE, 2004, p. 12, tradução nossa)⁷.

A preocupação de Toby Miller e de George Yúdice em conceituar a política cultural de forma burocrática segue uma linha de estudo que apresenta, no Estado Moderno, um dos primeiros momentos de aparecimento do conceito. Para os autores, um conjunto de ações sistemáticas e regulatórias deve ser realizado por uma política cultural para que ocorra a

⁷ “La política cultural se encarna en guías para la acción sistemáticas y regulatorias que adoptan las instituciones a fin de alcanzar sus metas. En suma, es más burocrática que creativa u orgánica: las instituciones solicitan, instruyen, distribuyen, financian, describen y rechazan a los actores y actividades que se hallan bajo el signo del artista o de la obra de arte mediante la implementación de políticas.” (MILLER; YÚDICE, 2004, p. 12)

distribuição, a circulação e a produção artísticas. Os autores não especificam se tal política deve ser realizada pelo Estado ou pelas instituições privadas, mas destacam, como nos conceitos apresentados, o caráter operacional necessário para que as ações na cultura aconteçam.

Interessante observar essa abordagem que traz as políticas culturais para o campo burocrático-administrativo, como explorado por Paula Felix dos Reis (2011). A referida autora ratifica que tal perspectiva possibilita a compreensão a partir da intervenção de diferentes agentes e atores no setor cultural. Além disso, traz como contribuição que essas discussões envolvem:

[...] planejamento, orçamento, formulação e aprovação de leis e regulamentos, elaboração de programas e projetos, financiamento, seleção (de grupos, artistas, projetos, manifestações etc.), contratações, aquisições etc. (REIS, 2011, p. 6).

A discussão sobre o conceito de política cultural relacionado à administração serve para que tais assuntos sejam avaliados dentro da perspectiva de projeto e planejamento das políticas. Além disso, como bem exposto pela autora, a utilização de tais termos faz uma aproximação com as questões relacionadas à administração pública. Dessa forma, “necessita-se de um aparato público que permita formular ações e colocá-las em prática” (REIS, 2011, p. 14).

Outro conceito importante para ser estudado sobre o assunto é o de Michel de Certeau (1995). Para esse autor, na política cultural:

Devem-se especificar objetivos, mediante a análise das situações. Eles devem inserir no mapa alguns lugares cujos critérios sejam definíveis, onde intervenções possam efetivamente corrigir ou modificar o processo em curso. Obtém-se, desse modo, um campo de possibilidades estratégicas. (CERTEAU, 1995, p. 193, *itálico do autor*).

Michel de Certeau traz para discussão a ideia de que uma política cultural atua no “campo das possibilidades estratégicas”. Em outra obra, *A invenção do cotidiano*, o autor descreve com maiores detalhes o conceito de estratégia distinguindo-o do de tática. As estratégias são aquelas “capazes de produzir, mapear e impor” (CERTEAU, 1998, p. 91). Ainda segundo ele:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade

de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos de pesquisa etc.). (CERTEAU, 1998, p. 99).

Dessa forma, para Certeau, as políticas culturais trabalham no campo das estratégias, uma vez que estão isoladas em um sistema de forças. Este pode ser realizado pelo Estado, com participação ou não da sociedade civil, ou seja, um grupo no poder que produz propostas, mapeia cenários e estabelece objetivos para serem executados na área da cultura. Tais objetivos são planejados tendo em vista uma análise das situações sociais, políticas e econômicas do contexto no qual estão inseridos. Com isso, a “análise de situações” é um conceito fundamental dentro do campo das políticas culturais. Dependendo das escolhas realizadas nessa análise de situações, uma política cultural pode ter aceitação ou não pela comunidade na qual será aplicada. Tal proposta é relevante quando trabalhamos com comunidades que envolvem um número expressivo de instituições e atores envolvidos. Para Certeau a tática “é determinada pela ausência de poder” (CERTEAU, 1998, p. 101), está relacionada à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço. Podemos inferir que, no campo das políticas culturais, a aplicação do conceito de tática estaria próxima aos sujeitos, astutos para criar movimentos heterogêneos frente às estratégias impostas por um grupo no poder. Importante ressaltar que cabe à esfera política conduzir os embates entre estratégia e tática, de modo que uma política cultural seja executada na realização das propostas, mas também na escuta dos confrontos e na adequação aos mesmos.

Como outro ponto a ser destacado na conceituação de Certeau (1995), vale discorrer sobre a preocupação de que a política cultural trace objetivos e que busque “corrigir ou modificar o processo em curso”. Aqui surgem algumas indagações: a política cultural teria como um de seus fins a modificação de processos em curso? Que processos são esses? O que podemos constatar é que, para o autor, política cultural é aquela que pode interferir em mudanças a partir da interação no campo simbólico. Certeau entende a política cultural a partir de uma perspectiva transformadora, de mudanças sociais. De fato, as políticas culturais propostas visam alterações em seus meios de aplicação. No entanto, essa não é a condição sine qua non para que ela aconteça. Outros objetivos, como, por exemplo, a promoção de um grupo ao poder, favorecimentos às intuições, entre outros, podem ser os fins das políticas culturais.

Outro conceito de destaque sobre as políticas culturais é o proposto por Jim McGuigan (1996). Esse autor destaca que as políticas culturais envolvem:

Conflito de ideias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos. (MCGUIGAN, 1996, p. 1).

Tal citação coloca em debate a questão de que as políticas culturais são formuladas em um ambiente no qual existem os conflitos de ideias, as disputas institucionais e as relações de poder sobre os significados simbólicos expressos nas políticas. A apresentação de Jim McGuigan pode ser relacionada à “Teoria de Campo” de Pierre Bourdieu (1996), no qual o campo de poder é o “espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)” (1996, p. 244). Essa abordagem das políticas culturais como algo a ser formulado em um território de intenso conflito de ideias retira o caráter estrutural estático que uma política cultural pode apresentar. A crítica feita ao conceito de Teixeira Coelho repousa nesse plano, ao apresentar as políticas culturais em intenso conflito de posições e interesses por parte de seus atores.

A partir da definição de política cultural proposto por Jim McGuigan, Alexandre Barbalho comenta:

Por sua vez, as decisões indicadas por uma estratégia de política cultural colocam em ação determinada organização de poderes que só se manifesta por meio de uma análise política. (BARBALHO, 2008, p. 22).

O comentário de Alexandre Barbalho deixa claro que uma análise do quadro político se faz necessária para criar estratégias de desenvolvimento da política cultural, assim como para que ela ganhe permeabilidade entre os setores que estarão envolvidos em sua execução. Aqui cabe a observação de que ao elaborar uma política cultural nessa perspectiva de análise, não podemos limitá-la apenas a uma simples tarefa administrativa. Dessa forma, as políticas culturais são criativas, propositivas – ao produzirem discursos –, e detentoras de poder simbólico atuante no campo cultural (BARBALHO, 2007). Diferentemente das críticas feitas por Alexandre Barbalho (2008) ao conceito proposto por Teixeira Coelho (2004), em nenhum momento este apresenta que as propostas das ações em uma política cultural ocorrem de forma consensual. Para entendermos essa proposta de Teixeira Coelho, torna-se necessário trazer para discussão o conceito de cultura proposto pelo autor. Ele apresenta que:

Cultura é o que move o indivíduo, o grupo, para longe da indiferença, da indistinção; é uma construção, que só pode proceder pela diferenciação. Seu oposto é a diluição. (TEIXEIRA COELHO, 2001, p. 21).

Se entendermos cultura pela proposta de intensa construção, portanto processual e dinâmica, conseqüentemente podemos inferir que políticas culturais também comungam desse sentido. Dessa forma, observamos que a partir dos conceitos de política cultural estão em jogo diferentes conceitos de cultura.

Interessante observar que Teixeira Coelho, no livro, *A cultura e seu contrário*, discutiu essa relação das políticas culturais com as questões simbólicas. Note-se:

A política cultural da contemporaneidade marcada pela pluriemergência da sociedade civil tem então de levar em conta essa multiplicidade de subjetividades. Pode fazê-lo? É viável uma política cultural para as singularidades, desde a perspectiva em que se coloca o Estado? Do ponto de vista quantitativo, nas atuais circunstâncias, e sob o ângulo do conteúdo, a resposta é não. As singularidades são legião, os recursos mostram-se ínfimos e critérios justos para decidir quais singularidades contemplar inexistem e não podem ser formulados. (TEIXEIRA COELHO, 2008, p. 80-81).

Na citação acima, Teixeira Coelho apresenta a dificuldade do Estado, com seus recursos finitos, em atender às subjetividades individuais. Dessa forma, as políticas culturais trabalham nesse meio-campo entre uma política para o coletivo e as subjetividades. Não é possível fazer uma distinção entre essas duas propostas, mas o que cabe ao Estado é desenhar políticas que envolvam o coletivo para que os indivíduos criem as suas formas de interação com a cultura e, portanto, criem a cultura. Em outras palavras, em um contexto democrático, o Estado intervém nas condições que geram cultura, não na cultura.

Albino Rubim (2007) não chega a definir o conceito de política cultural na sua “Introdução” que abre a coletânea de artigos sobre o assunto, *Políticas Culturais no Brasil*. No entanto, traz como requisitos principais para uma política cultural:

Neste horizonte teórico-conceitual, falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas. (RUBIM, 2007, p. 13)

A contribuição de Albino Rubim para o tema apresenta os pontos chave das políticas culturais. Intervenções conjuntas e sistemáticas refletem uma formação de política que preveja a sua implementação, assim como a sua gestão quando aplicada. Atores coletivos representam uma gama plural de pessoas e instituições responsáveis para o desenvolvimento de uma política cultural. Cabe frisar que a citação de Albino Rubim não traz para a discussão o caráter de transformação simbólica das políticas culturais, eixo explorado nas definições apresentadas. Por fim, as metas a serem alcançadas podem variar de acordo com os objetivos da política

cultural. Numa perspectiva democrática, em que os direitos culturais sejam assegurados, a meta é a ampla participação dos sujeitos na construção de uma cultura comum.

Assim, a conceituação de políticas culturais envolve uma série de questões como, por exemplo, os diferentes atores envolvidos – sociedade civil, Estado, instituições públicas e privadas –, as necessidades culturais, os desejos, as questões simbólicas como metas, o caráter burocrático-administrativo e, por fim, a discussão da intervenção sistemática das políticas. As contribuições dos autores expostos neste capítulo esboçam um panorama de como o assunto possui diferentes abordagens na literatura e, conseqüentemente, na formulação das políticas. O que podemos inferir é que todas essas questões levam a um amadurecimento das discussões com relação à produção, à circulação, ao acesso e ao uso da cultura na sociedade.

Em nossa perspectiva de análise, o Estado deve atuar conjuntamente com a sociedade, garantindo ao indivíduo o direito de participar de forma ativa da vida cultural. Com isso, a produção, o acesso e o uso da cultura, a partir da iniciativa do Estado, ocorrem, sobretudo, por meio de ações desenvolvidas em instituições culturais, como, por exemplo, os museus, as bibliotecas e os centros culturais. De modo específico para as bibliotecas que trabalham com o acesso e o uso da informação, a criação de ações realizadas pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo marca uma intervenção do Estado por meio de uma política cultural.

1.2 Bibliotecas Públicas: a informação pública e o cidadão

A biblioteca pública apresenta uma atuação recente na história da humanidade. O seu conceito começa a ser construído a partir da Idade Moderna, com a intervenção dos Estados na vida em sociedade e pelo florescimento da democracia. A Revolução Francesa e os ideais do Iluminismo contribuíram para a difusão das bibliotecas públicas. Na França, essas bibliotecas surgem para servir ao objetivo do Estado com relação à educação pública. Na Inglaterra, em 1850, foi promulgada uma lei destinando orçamento público para construção e manutenção de bibliotecas para a população. Conforme Oswaldo de Almeida Jr. (2003, p. 66), essas bibliotecas apresentavam características diferentes das anteriores, sendo “mantidas integralmente pelo Estado; com funções específicas e com a intenção de atender a toda a sociedade”. Um elemento básico para a constituição de um Estado é o povo (FABRIZ; FERREIRA, 2001, p. 108). Nele se configuram as identidades de uma nação e, para tanto, torna-se fundamental pensar em instituições como, por exemplo, arquivos, museus e bibliotecas que trabalhem com a proposta de universalizar o acesso e o uso das informações e do conhecimento.

Segundo Ângela Salgueiro Pereira:

As Bibliotecas Públicas têm a sua origem no século XIX, século de revoluções e de mudanças político-econômicas, de ascensão do liberalismo e da classe burguesa. Mudanças que vão gerar alterações sociais e culturais decisivas. A educação generalizou-se, o hábito de leitura difundiu-se, o prazer da arte e da música vulgarizou-se. De uma forma progressiva, ao longo deste século, vai-se contrapor à noção do indivíduo como súbdito, a ideia do indivíduo cidadão. Esta nova visão do indivíduo no contexto social e político coloca a tónica na importância da alfabetização, da cultura e da educação que, por sua vez, impulsionarão o desenvolvimento da imprensa e da literatura e o mercado editorial. É, portanto, neste contexto de vulgarização da educação e do acesso à informação que surgem as primeiras bibliotecas ditas públicas. A forma como estas se vão impor institucionalmente em cada realidade sociocultural e política será diferente de país para país, de cultura para cultura. (PEREIRA, 2012, p. 2).

Como apresentado pela autora, as mudanças político-econômicas, a ascensão do sistema liberal junto com a burguesia, a generalização da educação, o hábito da leitura na sociedade, a difusão da arte e da música, enfim, um aumento das preocupações com relação à educação, bem como a informação marcam o surgimento das bibliotecas públicas no século XIX. Não podemos esquecer que as bibliotecas públicas que surgem nesse momento visavam atender aos objetivos dos Estados que estavam em formação. Rubens Borba de Moraes apresenta que:

As bibliotecas públicas são velhas como o mundo. Existiram no tempo de Roma, proliferaram na Renascença. Mas foi sobretudo no século XIX que elas se desenvolveram. As ideias democráticas e o choque das ideologias políticas em meados do século passado, não podiam deixar de se refletir nas bibliotecas. (MORAES, 1943, p. 27).

A citação apresentada traz importantes características com relação à instalação das bibliotecas públicas e o tempo histórico: a presença de ideias democráticas e o choque das ideologias políticas. Estas foram fundamentais para a instalação das bibliotecas sob um novo modelo na formação dos Estados, das diferentes culturas e países.

A partir do século XX as bibliotecas públicas se difundem em todo o mundo. Rubens Borba de Moraes destaca que o modelo de biblioteca pública sofreu grandes contribuições das ideias democráticas norte-americanas. O referido autor apresenta que:

De qualquer modo, no Rio do tempo de D. João VI havia boas bibliotecas oficiais e particulares. Se nenhuma se abria ao público sem restrições é porque o conceito de biblioteca pública é coisa moderna. A Biblioteca Pública aberta, no sentido que hoje tem, desenvolveu-se com as ideias democráticas norte-

americanas. É das contribuições mais relevantes dos Estados Unidos à cultura universal. (MORAES, 1979a, p. 89).

A citação apresentada deixa claro que uma conceituação de biblioteca pública, aberta ao público, consolidou-se a partir do desenvolvimento das ideias democráticas. De fato, acredita-se que a democracia dos Estados Unidos fez emergir com vitalidade esse modelo de biblioteca na sociedade. Emir Suaiden (1995) apresenta que as bibliotecas públicas norte-americanas assumiram um papel de grande importância desde 1917. O cenário político-econômico para aquele momento é dos Estados Unidos como um país fortalecido após a Primeira Guerra Mundial e em pleno desenvolvimento do setor da indústria.

No entanto, Emir Suaiden expõe que o momento de grande destaque com relação a esse tipo de biblioteca acontece quando da publicação do “Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas”, em 1949. Abaixo, um trecho desse documento:

A biblioteca pública é uma mostra de fé que tem a democracia na educação de todos como um processo contínuo ao longo da vida, assim como na atitude de todo o mundo para conhecer as conquistas da humanidade no campo do saber e da cultura. A biblioteca pública é o principal meio de dar a todo mundo livre acesso à soma dos conhecimentos e das ideias do homem às criações de sua imaginação. Sua missão consiste em renovar o espírito do homem, suprindo-o de livros para sua distração e recreio, ajudar o estudante e dar conhecer a última informação técnica, científica e sociológica. A biblioteca pública deve estar fundada em virtude de textos legais, precisos, concebidos de maneira que todos os habitantes de um país possam desfrutar de seus serviços. É indispensável que as bibliotecas procurem uma cooperação entre si para que a totalidade dos recursos nacionais possa ser utilizada plenamente e posta a serviço de qualquer leitor. Há de estar totalmente financiada por orçamento público e não há de exigir aos usuários nenhum pagamento por serviços. Para lograr completamente seus objetivos, a biblioteca pública tem de ser de fácil acesso e suas portas devem estar abertas para que a utilizem livremente e em igualdade de condições todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social e nível de instrução. (UNESCO, 1949).

Esse documento apresenta algumas características com relação às bibliotecas públicas que servem para conceituá-las. Vemos que as preocupações com relação à democracia aparecem no documento da Unesco ligadas às bibliotecas públicas. Tal colocação concede um espaço-tempo para esse modelo de biblioteca, como já vimos nos autores que foram apresentados sobre o tema. No trecho é apresentado o livre acesso aos “conhecimentos” e às “ideias”, que garante a esse modelo de biblioteca uma preocupação em não obstruir aos usuários o acesso aos saberes produzidos pela humanidade. Com relação à sua missão, estão elencados: renovar o espírito do ser humano, suprindo de livros para distração e recreio, além das

preocupações com os estudantes para o acesso às produções técnico-científicas. Outra questão fundamental que aparece nessa conceituação de biblioteca pública é a de que deve estar fundada em textos legais, de forma a que todos os cidadãos possam utilizar de seus serviços. Além disso, deve ser financiada por orçamento público, sem cobrar de seus usuários pelos serviços realizados. Por fim, que seja aberta a qualquer membro da sociedade.

Vemos que no “Manifesto da Unesco” há uma clara preocupação com a educação. Tal proposta se coloca em um momento no qual os países estão desenvolvendo sistemas educacionais públicos. Além disso, vale frisar que esse documento propôs que as bibliotecas públicas deveriam ser constituídas a partir de “textos legislativos precisos”. Com isso, houve uma preocupação de que a biblioteca pública fosse entendida como uma instituição pertencente ao Estado.

Em 1972, esse “Manifesto” foi revisado e as bibliotecas públicas passaram a ser definidas, em síntese, como “instituições democráticas de ensino, de cultura e de informação” (UNESCO, 1972). Vemos que as preocupações com relação à educação foram mantidas no “Manifesto”, mas ganharam destaque no documento as questões relacionadas à cultura e ao acesso à informação. Dentro desse contexto de revisão do “Manifesto” pela Unesco, Gaston Litton, em 1973, definiu biblioteca pública como:

A biblioteca pública está a serviço da inteligência e é uma fonte geradora de ideias; nutre o conhecimento e desenvolve entre os membros da comunidade a compreensão e a sólida base de convivência. Está situada de maneira cabal entre as demais instituições e serviços da vida moderna e, a princípio, realiza pesquisas e desenvolve estudos para determinar a melhor maneira de servir à comunidade com seus recursos bibliográficos e audiovisuais. (LITTON, 1973, p. 14, tradução nossa)⁸.

Nesse trecho observamos que as bibliotecas públicas se abrem cada vez mais para os serviços prestados à comunidade, sendo ela uma “fonte geradora de ideias”. Como anteriormente analisado, a citação destaca que a biblioteca pública está relacionada às demais instituições e serviços da vida moderna. Cabe frisar esse aspecto de serviço que a biblioteca adquire em sociedade. Também, constatamos que os suportes audiovisuais de informação aparecem no trecho apresentado. Tal colocação demonstra que outros materiais ganharam espaço nas bibliotecas públicas, além do livro, com o desenvolvimento das tecnologias.

⁸ “La biblioteca pública está al servicio de la inteligencia y es una fuente generadora de ideas; nutre el conocimiento y desarrolla entre los miembros de la comunidad la comprensión, y la sólida base de la convivencia. Está ubicada cabalmente entre las demás instituciones y servicios de la vida moderna, y a menudo lleva a cabo encuestas y realiza estudios para determinar la mejor manera de servir a la comunidad con sus recursos bibliográficos y audiovisuales.” (LITTON, 1973, p. 14).

Nessa mesma linha de pensamento que apresenta a biblioteca pública como um serviço, Emir Suaiden expõe que:

Na área das bibliotecas públicas, cada vez mais se comprova que esse tipo de prestação de serviços é missão indeclinável do Estado. O livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação, ajustadas ao seu tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade contemporânea. (SUAIDEN, 1980, p. 2).

Como vimos no trecho acima, Emir Suaiden apresenta a biblioteca pública como uma “prestação de serviço” de “missão indeclinável do Estado”. Além disso, que essa instituição é fundamental para a formação de comunidades autoconscientes. Suaiden está de acordo com as propostas da Unesco e de Litton que demonstram a biblioteca pública como aquela que interfere na vida da comunidade.

Em 1994, novamente o “Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas” foi revisado, contando com a parceria da IFLA. Nesse momento passou a ser assim definida: “A biblioteca pública é o centro local da informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento” (UNESCO, 1994). Dessa forma, vemos que a biblioteca pública ganhou um novo status devido às preocupações com as áreas de estudo relacionadas à informação, bem como as mudanças em sociedade com a desmaterialização dos suportes. Além disso, as comunidades nas quais as bibliotecas públicas estão inseridas ganham ainda mais ênfase de acordo com a nova revisão da Unesco.

Em outro trecho do documento, a biblioteca pública é referida como “porta de acesso local ao conhecimento”. Neusa Dias de Macedo e Idméa Semeghini-Siqueira comentam esse trecho, como:

O Manifesto proclama a biblioteca pública como fator de aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais por promover acesso ao conhecimento, sendo ainda agente de paz e bem-estar espiritual para a humanidade. (MACEDO; SEMEGHINI-SIQUEIRA, 2000, p. XV).

A preocupação com relação ao conhecimento, como apresentado pela autora, diz respeito à aprendizagem permanente que favorece a autonomia na tomada de decisões e o desenvolvimento cultural das comunidades. As preocupações em relação à forma de atuação, legislação e orçamento das bibliotecas públicas foram mantidas no “Manifesto” revisado em 1994:

Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação. (UNESCO, 1994).

Cabe destacar a inclusão, nessa revisão do “Manifesto”, de que as bibliotecas públicas devem ser componentes essenciais das estratégias políticas para a cultura, o acesso à informação e a educação.

Em 18 de julho de 2022 o Manifesto das Bibliotecas Pública ganhou uma nova revisão pela UNESCO. Alguns pontos desse documento merecem a nossa atenção:

A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem da educação satisfatória e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, pensamento, cultura e informação.

A biblioteca pública, porta de entrada local para o conhecimento, fornece uma condição básica para a aprendizagem ao longo da vida, tomada de decisão independente e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais. (UNESCO, 2022, tradução nossa⁹).

O texto de abertura do Manifesto evidencia a participação da biblioteca pública para o desenvolvimento da democracia. Questão importante que coloca a biblioteca pública como um agente na construção de sociedades participativas em seus governos. Além disso, o Manifesto aborda que tal instituição faz parte do desenvolvimento cultural dos grupos sociais. De fato, o Manifesto busca expandir o aspecto de trabalho da biblioteca pública além da perspectiva educacional. Com relação ao conceito:

A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários. É um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir seu mandato de fornecer acesso universal e permitir o uso significativo da informação para todas as pessoas. (UNESCO, 2022, tradução nossa¹⁰).

⁹ Constructive participation and the development of democracy depend on satisfactory education as well as on free and unlimited access to knowledge, thought, culture and information.

The public library, the local gateway to knowledge, provides a basic condition for lifelong learning, independent decision-making and cultural development of the individual and social groups.

¹⁰ The public library is the local centre of information, making all kinds of knowledge and information readily available to its users. It is an essential component of knowledge societies, continuously adapting to new means of communication to fulfil their mandate of providing universal access to and enabling meaningful use of information for all people. It provides publicly accessible space for the production of knowledge, sharing and exchange of information and culture, and promotion of civic engagement.

A base conceitual sobre biblioteca pública não é alterada do manifesto de 1994. Continua sendo concebida como “centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários” (UNESCO, 2022). O que vimos posteriormente ao conceito é a proposta de que a biblioteca pública se adapta de forma constante aos meios de comunicação existentes, de modo a garantir o acesso e o uso das informações para as pessoas. Interessante notar que a palavra “uso” aparece nessa revisão do documento. Uma inserção significativa do Manifesto porque sobrepassa a questão que repousa no acesso – algo que é reforçado comumente quando discutido o conceito de biblioteca pública. Essa percepção do uso das informações e do conhecimento aumenta de forma significativa a preocupação de como os profissionais devem atuar nessa instituição. Ou seja, o Manifesto deixa claro que a preocupação com a recepção dos conteúdos também passa a ser uma questão dos profissionais que atuam nas bibliotecas públicas. Essa preocupação é reforçada no contato com as comunidades:

As bibliotecas são criadoras de comunidade, alcançando proativamente novos públicos e utilizando a escuta efetiva para apoiar o desenho de serviços que atendam às necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida. O público tem confiança em sua biblioteca e, em troca, é ambição da biblioteca pública manter proativamente sua comunidade informada e consciente. (UNESCO, 2022, tradução nossa¹¹).

O trecho acima mostra que a biblioteca pública deve atuar de modo conjunto com os seus públicos, num objetivo de busca pela melhoria da qualidade de vida. Além disso, num trabalho ativo e de troca com a sua comunidade, realizado de forma atualizada e constante. No item das Missões da biblioteca pública, uma das inserções importantes apresentadas nessa versão do Manifesto de 2022 está no acesso remoto aos serviços: “Fornecer serviços às comunidades pessoalmente e remotamente por meio de tecnologias digitais.” (UNESCO, 2022, tradução nossa¹²).

¹¹ Libraries are creators of community, proactively reaching out to new audiences and using effective listening to support the design of services that meet local needs and contribute to improving quality of life. The public has trust in their library, and in return, it is the ambition of the public library to proactively keep their community informed and aware.

¹² The public library is the local centre of information, making all kinds of knowledge and information readily available to its users. It is an essential component of knowledge societies, continuously adapting to new means of communication to fulfil their mandate of providing universal access to and enabling meaningful use of information for all people. It provides publicly accessible space for the production of knowledge, sharing and exchange of information and culture, and promotion of civic engagement.

Tal inserção de acesso remoto aos serviços prestados por uma biblioteca pública é um desenvolvimento natural da humanidade. Como grande parte das pessoas acessam, usam e produzem conteúdos em formato digital, torna-se inevitável que uma biblioteca pública disponibilize formas de acesso e uso a esses conteúdos. Além disso, tem-se uma preocupação com a legislação de direito autoral. O Manifesto indica que:

Na era digital, a legislação de direitos autorais e propriedade intelectual deve garantir às bibliotecas públicas a mesma capacidade de adquirir e dar acesso a conteúdo digital em termos razoáveis como é o caso dos recursos físicos. (UNESCO, 2022, tradução nossa¹³).

Tal questão sobre a legislação de direitos autorais e as bibliotecas é complexa, mas vale frisar que o Manifesto indica que as bibliotecas públicas precisam adquirir e dar acesso aos conteúdos como é realizado nos documentos em formato físico. Ainda nesse aspecto de legislação, o Manifesto indica qualidades que definem de fato o que é uma biblioteca pública:

A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser amparado por legislação específica e atualizada, alinhada aos tratados e acordos internacionais. Deve ser financiado pelos governos nacionais e locais. Deve ser um componente essencial de qualquer estratégia de longo prazo para cultura, fornecimento de informação, alfabetização e educação. (UNESCO, 2022, tradução nossa¹⁴).

O trecho acima marca o que é uma biblioteca pública. Ela é de responsabilidade de autoridades locais, amparada por uma legislação própria e, por fim, deve ser financiada por governos nacionais e locais. Tal distinção é fundamental para identificarmos que a biblioteca pública não é simplesmente uma biblioteca de acesso público. A biblioteca pública de que se trata o Manifesto é aquela que é mantida por Estados e governos, com legislação e orçamento próprios.

A preocupação do Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas, atualizado em 2022 pela Unesco, não repousa apenas na questão do acesso remoto aos conteúdos digitais. Vemos que o maior destaque do documento está no uso da informação e do conhecimento para o engajamento cívico da sociedade, independente do formato ou tipo de acesso. E, com isso, um fortalecimento

¹³ In the digital era, copyright and intellectual property legislation must ensure public libraries the same capacity to procure and give access to digital content on reasonable terms as is the case with physical resources.

¹⁴ The public library is the responsibility of local and national authorities. It must be supported by specific and updated legislation aligned to international treaties and agreements. It must be financed by national and local governments. It has to be an essential component of any long-term strategy for culture, information provision, literacies and education.

constante da democracia. O que podemos inferir é que essa atualização do Manifesto foi gerada num contexto no qual circula uma quantidade expressiva de informações em formato digital nos diferentes meios de comunicação e, também, pós momento de pandemia causada pela Covid-19. O primeiro problema diz respeito ao compartilhamento de informações falsas pelas redes de comunicação, as chamadas fakenews. Essas informações, manipuladas e utilizadas de forma intencional, podem colocar em xeque governos que busquem preceitos de participação democrática da sociedade. O segundo problema, com relação à forma de acesso dos usuários aos documentos, a pandemia demonstrou como não é mais possível a existência de serviços que atendem ao público somente no ambiente físico. Uma nova postura das bibliotecas públicas também deve existir no universo dos documentos digitais, de modo a permitir o acesso e uso remoto das informações para os seus usuários. Esses dois problemas reforçam um papel necessário para as bibliotecas públicas, visto os problemas enfrentados no seu tempo.

Orlanda Jaramillo e Mónica Montoya Rios (2000) fizeram um estudo de modo a discutir o conceito de biblioteca pública ao longo da história, propondo um novo conceito para o tema, a saber:

A Biblioteca Pública é uma instituição de caráter social (inclui o educativo, informativo e cultural), financiada e regulamentada pelo Estado, cuja finalidade é possibilitar o livre acesso à informação, registrada em um suporte documental, que responda a um critério de seleção e aquisição, para a satisfação de necessidades no plano educativo, informativo, cultural e de uso do tempo livre. Busca-se, com ela, contribuir para o melhoramento da qualidade de vida de todas as pessoas que fazem parte de uma comunidade (município, vereda ou bairro), para a construção e articulação de relações democráticas, por meio de serviços e programas gratuitos e coordenados por profissionais da área. (JARAMILLO; MONTOYA RIOS, 2000, p. 30, tradução nossa)¹⁵.

A partir daí é possível perceber como as bibliotecas públicas continuam com uma proposta de ingerência dos Estados, mas que cada vez mais ganham um caráter fundamental para o exercício da cidadania e o melhoramento da qualidade de vida. Partilhamos dessa ideia de que as bibliotecas públicas busquem fazer parte das comunidades visando melhorar a

¹⁵ “La biblioteca pública es una institución de carácter social (incluye lo educativo, informativo y cultural), financiada y reglamentada por el Estado, cuya finalidad es posibilitar el libre acceso a la información, registrada en un soporte documental, que responda a unos criterios de selección y adquisición, para la satisfacción de necesidades en el plano educativo, informativo, cultural y de uso del tiempo libre. Busca, con ello, contribuir al mejoramiento de la calidad de vida de todas las personas que hacen parte de una comunidad (municipio, vereda o barrio), para la construcción y articulación de relaciones democráticas, por medio de servicios y programas gratuitos y coordinados por profesionales del área.” (JARAMILLO & MONTOYA RIOS, 2000, p. 30)

qualidade de vida. Acreditamos que essa proposta deve vir sustentada pelo Estado, com o estabelecimento de legislação específica para o setor, orçamentos próprios para o desenvolvimento das atividades e com a participação de profissionais capacitados para melhor atender aos desejos e necessidades dos públicos.

Interessante observar como a biblioteca pública passa a ser vista como um dispositivo que atua numa esfera de poder entre os Estados e as comunidades. Tal percepção de dispositivo tem a sua gênese nos tratados de Foucault. Para ele um dispositivo é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Observamos no trecho que um dispositivo é um todo complexo que está presente em diferentes esferas da sociedade. Ao mesmo tempo que anuncia discursos e produz sentidos, também sofre das interferências dos significados ao seu redor – é uma rede. Com isso, um dispositivo cumpre papel estrutural na sociedade, interfere e sofre das interferências do seu contexto. Ou seja, a biblioteca passa a ser vista como um agente que informa, forma e sofre das interferências também dos indivíduos em seus processos. Não é uma instituição passiva, mas sim geradora de discursos, formas de pensar e ver o mundo.

Os Professores Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini, utilizam tal terminologia sobre os dispositivos para tratar das bibliotecas, museus e centros de cultura em seus textos e discussões quando explorado o tema da InfoEducação (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007). Para Edmir Perrotti:

A infoeducação parte, portanto, da premissa segundo a qual a informação é categoria essencial, objeto autônomo e experiência formativa em si mesma, mesmo se possa ser insumo, instrumento para experiências de variadas ordens. Desse modo, ela não tem em mira simplesmente o domínio de habilidades (skills) ou procedimentos (competencies) informacionais. Além de mobilizar saberes informacionais de diferentes ordens, ela os interroga, colocando-os em questão, articulando-os a quadros gerais de produção, mediação e apropriação de conhecimento e cultura, a processos reflexivos que colocam em causa as próprias concepções de informação e de formação, bem como as relações estabelecidas entre elas. (PERROTTI, 2016, p. 11).

Nessa proposta, o autor traz que os dispositivos não são meras ferramentas, ou instrumentos, mas instâncias de significação e discurso (PERROTTI, 2016). Com isso, as bibliotecas são instituições que atuam nessa esfera de informação e formação dos indivíduos.

Frédéric Barbier (2018), no livro *História das Bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais*, também adota a percepção da biblioteca como um dispositivo. O referido autor apresenta que:

Assim, a biblioteca é um dispositivo de transferência e de mediação igualmente através dos procedimentos que ela põe em prática em torno dos livros.

[...]

As bibliotecas são instituições de transferência, mas essa transferência se faz segundo determinados procedimentos e ordenações que impõem também, por si mesmos, a transferência de um modelo. (BARBIER, 2018, p. 24).

Vemos que a forma como essa instituição está inserida na sociedade e, também, se organiza para o trabalho com o público, é a construção de um discurso. Ela dispõe um modelo de pensar e agir na sua comunidade. Ainda segundo Frédéric Barbier:

Ao reunir, classificar e manter à disposição os conteúdos textuais, a biblioteca funciona, além disso, como uma instância de prescrição que impõe certa ordem. Escolhas são feitas na organização das coleções, em sua disposição material e em suas condições de acessibilidade: a questão dos livros proibidos (ou, não acessíveis...) coloca-se em muitas bibliotecas do Antigo Regime e ela continua sendo posta ainda hoje: a biblioteca de uma abadia ou de um colégio não está aberta a todos, e a escolha dos títulos à disposição do público sem passar pela mediação do bibliotecário (as obras de referência) não poderia ser anódina. (BARBIER, 2018, p. 24).

Dessa forma, a biblioteca pode ser analisada como um dispositivo que interfere no meio onde está presente, ou seja, faz escolha e altera as relações com a sociedade.

Em suma, a partir dos documentos apresentados pela Unesco, pelos autores expostos e pelas discussões sobre o tema, propomos uma definição de biblioteca pública, para aquelas geridas pelo Estado, que contém as principais características apresentadas. A biblioteca pública é uma instituição gerida pelo Estado que proporciona o livre acesso e o uso de informações, conhecimentos e saberes da humanidade, e a fruição da cultura. Fundamenta-se em legislação específica, é financiada por orçamento público, garante igualdade de acesso a qualquer cidadão, sem distinção de nacionalidade, cor, situação social, nível educacional, crenças ou gênero. Visa,

sobre preceitos democráticos e participativos dos sujeitos, o desenvolvimento humano, por meio de serviços realizados de modo gratuito, sendo coordenada por profissionais da área.

1.3 Políticas Culturais e Bibliotecas Públicas no Brasil

Com a chegada dos portugueses, em 1500, a preocupação de D. Manuel foi a de que o Brasil estivesse coeso ao projeto português de dominação ultramar. As atenções, naquele momento, estavam voltadas ao comércio com as Índias, mas nem por isso o projeto político de Portugal para o Brasil deixou de ser executado. A instalação do Governo-Geral em Salvador, em 1549, marca o início do projeto português no território. Aliado a uma política de concessão de terras por meio das Capitânicas Hereditárias, Portugal estabeleceu que junto à dominação territorial fossem enviadas ordens religiosas para que seu projeto também abrangesse o plano educacional e cultural dos colonos e nativos que aqui habitavam. Diferentes ordens chegaram ao Brasil naquele momento como, por exemplo, os Franciscanos, os Beneditinos e os Jesuítas. Cada ordem desenvolveu um projeto específico para catequizar os nativos de acordo com seus preceitos e votos.

A ordem dos jesuítas desembarcou com o Governo-Geral no ano de 1549, chefiada por Manuel da Nóbrega. Essa ordem religiosa apresentava gestão administrativa e quadros de pessoal que possibilitaram a implantação de um projeto de instrução religiosa no território. E tal prerrogativa foi de grande importância para o projeto político de Portugal, uma vez que D. Manuel tinha a percepção de que deveria agir no plano cultural e simbólico para a conversão dos nativos a fim de afirmar a dominação portuguesa. Os jesuítas possuíam uma organização institucional exemplar e um plano de atuação que criou catequeses nas capitânicas. Tal estrutura administrativa, aliada aos relatos e documentos de época, perpetuou o discurso de que essa ordem exerceu um papel fundamental com relação à educação no Brasil Colonial.

As bibliotecas dos jesuítas se instalaram de acordo com os seus Colégios. Com isso, temos bibliotecas em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará. Esses acervos foram constituídos para catequização e formação dos colonos. O curso de Filosofia dos jesuítas era tão avançado para a época que poderia ser comparado aos lecionados nas universidades de Évora e Coimbra. De acordo com os estudos de Rubens Borba de Moraes (1979b), as bibliotecas jesuíticas tinham acervos com um conteúdo universitário, abrangendo

diversas áreas do conhecimento. Os Franciscanos e Beneditinos também criaram bibliotecas em suas instalações nos primeiros momentos da colonização. Segundo Rubens Borba de Moraes:

As outras ordens religiosas, principalmente a dos beneditinos, franciscanos e carmelitas tinham escolas anexas aos seus conventos e exerciam papel importante na instrução do povo, principalmente, no ensino das primeiras letras. (MORAES, 1979b, p. 11).

Sobre as bibliotecas dos Franciscanos, cabe destacar que os acervos formados em Olinda e São Paulo serviram de apoio para a formação dos primeiros cursos de direito no Brasil. Dessa forma, constatamos que as preocupações com os livros no Brasil se iniciam a partir das ordens religiosas que aqui se instalaram. De fato, é sabido que o número de analfabetos naquele momento era grande o bastante frente ao projeto de catequização. No entanto, as ordens religiosas prosseguiram com o trabalho de difusão da educação nas terras conquistadas por Portugal.

As ordens religiosas, principalmente dos Jesuítas, tiveram êxito até 1759, quando foi realizada a Reforma Pombalina, momento em que Portugal expulsou os Jesuítas de sua administração por entender que estavam impedindo o processo de renovação que a Coroa Portuguesa colocou em prática após longo período de crise política e econômica. No entanto, os quase 200 anos de atuação das ordens religiosas no Brasil deixaram legados no que diz respeito à preocupação com as bibliotecas. Além das bibliotecas nos mosteiros, surgem as bibliotecas particulares dos colonos que aqui se instalaram. Por necessidade de formação acadêmica dos filhos nascidos no Brasil, os colonos compravam livros de países como, por exemplo, Portugal e Itália, e formaram coleções de livros em suas residências. Além disso, como já indicado, os acervos dos primeiros cursos de Direito no Brasil originam-se dos antigos acervos das ordens religiosas. Uma apreciação sobre as obras pertencentes às bibliotecas dos Franciscanos é feita por Rubens Borba de Moraes:

As bibliotecas que Lucas Antônio Monteiro de Barros adquiriu da Cúria e do Convento de São Francisco de São Paulo tornaram-se uma excelente coleção para os estudos superiores da futura Faculdade de Direito. Formadas em fins do século XVIII, por eclesiásticos, representam a cultura da época posterior à reforma da Universidade de Coimbra. Não estão isentas da influência das ideias da Ilustração como não estão duas outras, também formadas por eclesiásticos e na mesma época: a do padre Agostinho Gomes, na Bahia, e a do cônego Luís Vieira da Silva, em Minas Gerais. (MORAES, 1979b, p. 18).

Rubens Borba de Moraes apresenta esse novo momento no qual as bibliotecas são fundamentais para o início da formação universitária no Brasil, a partir de 1824, bem como o aparecimento de novas ideias no campo político com o fortalecimento da Ilustração.

A vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, configura-se outro momento importante de preocupação com as bibliotecas e os livros em nosso país. A instalação da Biblioteca Nacional, da Imprensa Régia, dos Arquivos, demonstra o início de um ambiente cultural que se configura no Brasil devido à necessidade de manter os modos de vida que a Coroa Portuguesa desfrutava na Europa. Além disso, a invasão francesa ao território português obrigou a Casa de Bragança a trasladar sua metrópole, sendo o Brasil declarado sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815. Tal elevação da colônia à metrópole demandou a criação de uma estrutura burocrática para a gerência de um reinado ultramar. Havia muito os portugueses já tinham feito planos para transferir a corte para o Brasil, sendo que foram escritos três projetos pelo governo português com essa finalidade – o primeiro projeto data das Reformas Pombalinas, e nele já consta a preocupação com a transferência da biblioteca. Em 1821, D. João retorna para Portugal após a derrota de Napoleão, mas permaneceram no Brasil as instituições culturais e a imprensa que aqui se instalaram.

Data desse contexto a criação da primeira Biblioteca Pública no Brasil, em 1811, a partir da instalação dos Jesuítas com a criação do Mosteiro em Salvador. Devido à expulsão dessa ordem do Brasil, a primeira biblioteca pública no país foi formada a partir do acervo que foi deixado na Bahia. Sobre essa biblioteca, Emir Suaiden comenta que:

A primeira biblioteca pública fundada no Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em 4 de agosto de 1811. As bibliotecas fundadas anteriormente, como a dos conventos, não eram públicas, e a Biblioteca Pública Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa, havendo, portanto, no caso, apenas a transferência de sede. É importante salientar que a fundação da Biblioteca Pública da Bahia não se efetivou através de uma iniciativa governamental. Ela foi criada por iniciativa dos cidadãos. Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto, datado de 5 de fevereiro de 1811, ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para fundação da Biblioteca. O projeto para o funcionamento da biblioteca, contendo as ideias de Castello Branco, intitulava-se: Plano para o estabelecimento de uma biblioteca pública na cidade de São Salvador Bahia de todos os Santos, oferecido à aprovação do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão Geral desta Capitania. (SUAIDEN, 1995, p. 24, itálico do autor).

Vemos que essa biblioteca é considerada a primeira biblioteca pública no país, por ter a chancela de funcionamento concedida pelo capitão-geral da capitania de São Salvador. No seu

projeto de funcionamento a biblioteca seria mantida por meio da assinatura de revistas. Dessa forma, a consulta e o uso da biblioteca seriam realizados a partir de um pagamento a ser feito pelos usuários. Ou seja, a biblioteca oferecia acesso público, mas seu efetivo uso era realizado por meio da captação de recursos para a instituição.

A forte intervenção da Coroa portuguesa na vida colonial do Brasil marca um momento importante com relação às preocupações com a cultura. Temos clareza de que até aquele momento houve ingerência de uma política com relação à cultura colocada em prática em nosso território por Portugal. No entanto, essa fase sofre mudanças quando do processo de Independência, no ano de 1822. Albino Rubim apresenta que esse problema com relação à cultura só entrou efetivamente em discussão no Brasil por volta do final do século XIX. O autor destaca que:

A oligárquica república brasileira dos finais do século XIX até os anos 30 também não teve condições de forjar um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais. Apenas foram realizadas ações culturais pontuais, em especial, na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados. Nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural. Conformam-se assim, uma primeira triste tradição no país, em decorrência de seu perfil autoritário e elitista: o dificultoso desenvolvimento da cultura (Coutinho, 2000) e o caráter tardio das políticas culturais no Brasil. (RUBIM, 2007, p. 14).

As discussões relativas ao processo de independência do país até a proclamação da República marcam momentos conflitantes para tratar das questões relacionadas à cultura. O que encontramos no contexto de formação do Estado Independente que podemos aproximar a essas preocupações é a criação dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros (IHGB).

Os Institutos foram responsáveis por realizar concursos para escrever a história do Brasil e fomentar uma identidade nacional. São famosos os textos de Varnhagen e Martius promovidos pelos IHGB sobre a história do Brasil e a formação do nosso povo. A geração de intelectuais da segunda metade do século XIX trouxe ao Brasil um “bando de ideias novas”, ou seja, os postulados científicos e filosóficos que estavam em voga na Europa naquele momento, como, por exemplo, o cientificismo e o positivismo. Com relação à cultura, tal geração trouxe as contribuições de pesquisadores que estavam imbuídos de estudos de formação das raças. As contribuições de Charles Darwin, Spencer e Lamarck são transportadas pelas primeiras instituições de ensino do país, como, por exemplo, as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, bem como os IHGBs, e utilizadas pelos pesquisadores com o objetivo de analisá-las à luz de nosso progresso social e político da época.

O que colaborou para colocar tais ideias novas em discussão no Brasil foi, principalmente, o momento final do século XIX no qual o escravismo sofria os reveses de sua exaustão; o início de um processo industrial na Europa, assim como a busca por uma identidade nacional por meio de seus pesquisadores que aqui começavam a se formar nas faculdades. O ideal positivista, tendo como um dos principais expoentes do momento Augusto Comte, também é importado ao país e utilizado como fonte para discussão do desenvolvimento e do progresso da nação. Tais questões alimentam os trabalhos sobre cultura no Brasil no século XX. O momento de transição para um novo século é tratado na literatura científica como aquele em que se adensam as discussões nacionais sobre Política Cultural. Como apresentado por Lia Calabre:

No Brasil a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história. Entretanto a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, data do século XX. (CALABRE, 2007, p. 87).

Em específico, a década de 1930 é tratada pela literatura como o exato momento em que tais preocupações com a cultura entram no campo político do país. Momento no qual iniciamos as discussões sobre políticas culturais, marcado pelo desenvolvimento administrativo dos estados brasileiros e pela construção e afirmação de um sistema federativo. Para Albino Rubim, a partir daí configura-se uma nova fase da sociedade brasileira:

Os anos 30 do século XX trazem alterações políticas, econômicas e culturais significativas. A velha república encontra-se em ruína. As classes médias e o proletariado aparecem na cena política. A emergente burguesia disputa espaço político com as oligarquias. (RUBIM, 2007, p. 14).

Isaura Botelho parte da mesma datação cronológica sobre o assunto, mas retoma o momento de chegada da Família Real como marco para a questão, como já exploramos aqui:

A criação das primeiras instituições culturais no Brasil se inicia com a vinda de D. João VI na transferência da corte portuguesa para o Brasil. Cria-se a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, por exemplo. Porém, é na década de 1930, durante o período Vargas, que se implantou um sistema verdadeiramente articulado em nível federal, quando novas instituições foram criadas com o fito de preservar, documentar, difundir e mesmo produzir diretamente bens culturais, transformando o governo federal no principal responsável pelo setor. (BOTELHO, 2007, p. 110).

Interessante notar que a exposição de Isaura Botelho, ao demonstrar que as primeiras instituições culturais no Brasil datam da vinda de D. João VI, sublinha como as políticas culturais que efetivamente se estabeleceram a partir da década de 1930 tiveram como preocupação entender e absorver os equipamentos culturais existentes. Dessa forma, a perspectiva de retomada do olhar para a política com relação à cultura desde o Brasil Colonial, com a instalação das primeiras bibliotecas, justifica-se porque as instituições criadas pelo governo português foram, posteriormente, colocadas sob a administração do Estado brasileiro. Além disso, no caso específico das bibliotecas, os acervos formados por essas instituições foram constituídos nas diferentes temporalidades e governos do Brasil.

Isaura Botelho apresenta a década de 1930 e o período Vargas como marco e momento importante para a discussão das políticas culturais no Brasil. Ainda, destaca como articulador de uma política cultural no período o Ministério da Educação, por meio da direção de Gustavo Capanema. No entanto, traz que a empreitada realizada pelo Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo foi o primeiro momento efetivo de intervenção do Estado na cultura:

Experiência inovadora na época, a política implementada por Mário de Andrade segue sendo um exemplo interessantíssimo de uma ambiciosa gestão cultural na esfera do município, embora tenha tido pequena duração (interrompida em novembro de 1937). Creio ser o primeiro exemplo de uma política pública de cultura no sentido que encaramos hoje, dando conta de todo o universo da produção cultural em sentido abrangente (esporte, turismo, culinária, design, por exemplo) e incluindo em suas preocupações todas as camadas da população, inclusive infantil. (BOTELHO, 2007, p. 112).

Assim, as discussões relativas à política e à cultura podem ser realizadas em uma análise de longa duração que remonta ainda ao Brasil Colonial. De fato, naquele momento estávamos sob a interferência de uma política do Estado português, mas as instituições e os equipamentos culturais criados sob esse regime político, posteriormente, foram colocados nas mãos de uma nova administração do Estado brasileiro. Dessa forma, houve uma “sobreposição de camadas” políticas sobre as instituições culturais no Brasil que resultaram em políticas culturais que foram efetivamente discutidas e pensadas na década de 30 do século XX. Como bem apresentado por Albino Rubim (2007), a preocupação do Estado brasileiro com as políticas culturais é tardia. No entanto, precisamos colocar essa análise junto às preocupações relativas às questões políticas vividas pelo processo de Independência e formação da República, que trouxeram outras prioridades políticas além da cultura para serem atendidas.

Outra pesquisadora que apresenta o momento de Mário de Andrade na Prefeitura de São Paulo como pioneiro na formação de uma política cultural é Anita Simis (2007):

Como se sabe foi Mário de Andrade que pela primeira vez formulou uma política cultural no sentido público, e não apenas voltada às elites, à elite nacional agrária oligárquica. A cultura passou então a ser um direito de todo cidadão. (SIMIS, 2007, p. 144).

Anita Simis e os demais autores apresentados creditam a Mário de Andrade e, conseqüentemente, ao Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo a formulação pela primeira vez de uma política cultural. De fato, a autora vai além e refere-se à política cultural no sentido público, constituída como direito do cidadão.

Neste momento, interessa-nos fazer uma breve exposição sobre o Departamento de Cultura e a Divisão de Bibliotecas.

1.3.1 O Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo e a Divisão de Bibliotecas

A cidade de São Paulo passou por profundas transformações administrativas a partir do mandato do prefeito Fábio Prado, entre 1934 e 1938, cuja gestão municipal desenvolveu projetos nas áreas social, urbanística e cultural da cidade. Segundo o prefeito, as leis promulgadas na cidade podiam ser divididas em três ordens distintas, sendo: “aquelas de caráter social, as de feição cultural, que não deixam de ter muito do caráter social e as meramente administrativas” (ADMINISTRAÇÃO... 1936a, p. 5). O Departamento de Cultura e Recreação aparece nesta ordem relacionado às leis de “feição cultural”. Nota-se, pela primeira vez, a preocupação com a cultura, originada por um projeto político na cidade de São Paulo, com o envolvimento de diferentes instituições.

Os trabalhos do Departamento de Cultura do Município de São Paulo têm início em 30 de maio de 1935, a partir do Ato Municipal nº 861. Com essa lei criou-se o Departamento de Cultura e foi apresentada a organização das divisões que o comporiam. Segundo o Ato Municipal nº 861, o Departamento de Cultura tinha por objetivo:

[...] estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural, promovendo e organizando espetáculos de arte, cooperando em um conjunto sistemático de medidas para desenvolver a arte dramática e, de maneira geral, da música, do canto, do teatro e do cinema. Também, colocar a cultura ao alcance de todos através de uma estação radiodifusora; palestras e cursos populares de organização literária ou científica; cursos de conferências universitárias; seções literárias e

artísticas; enfim, tudo o que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento e a extensão da cultura, bem como criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população. (SÃO PAULO, 1935a).

Do trecho acima, cabe o destaque de que o Estado seria responsável por realizar iniciativas sistemáticas para a área da cultura. Tal proposta se aproxima das exposições traçadas para entendimento de política cultural proposto pela Unesco (1969), bem como por García Canclini (1987) e Teixeira Coelho (2004). Dessa forma, o Departamento de Cultura pôde realizar intervenções, a partir de procedimentos legais, nas diferentes instituições que estavam sob sua responsabilidade. No que diz respeito às bibliotecas, vemos a preocupação do Ato Municipal em “criar e organizar bibliotecas públicas”, ou seja, propor uma nova atuação para esse equipamento cultural na cidade de São Paulo, sendo que elas contribuiriam para a difusão da cultura.

A estrutura do Departamento de Cultura foi oficialmente aprovada pelo Ato Municipal nº 1.146, de 4 de julho de 1936. Na estrutura do Departamento Municipal de Cultura, além da Divisão de Expansão Cultural que coube a Mário de Andrade dirigir, quatro divisões foram criadas: Documentação Histórica e Social; Bibliotecas; Educação e Recreios; Turismo e Divertimentos Públicos (SÃO PAULO, 1936a). Em uma carta endereçada a Câmara Cascudo, Mário de Andrade conta como foram os primeiros momentos no Departamento de Cultura:

Eu bem contara a você que estava prestes a arrebentar aqui a minha nomeação para chefe duma das divisões dum Departamento de Cultura e Recreação, que a Prefeitura de S. Paulo estava pra criar. Ora de repente fui chamado, e tive o choque dum convite inesperado, não só me titulavam no meu cargo já decidido, como me convidavam pra Diretor de todo o Departamento a se criar. De maneira que, vinda a nomeação, a 30 de maio, não só me vi na Chefia da minha Divisão, mas com o serviço apenasmente quadruplicado, como Diretor-geral, orientador, sistematizador, e o diabo, de todas as quatro divisões do Departamento. (CASCUDO, 2010, p. 270).

A partir daquele momento, Mário de Andrade, juntamente com os chefes das Divisões, começa a articular as ações da cultura para São Paulo. Na cidade existiam os Parques Infantis, a Biblioteca Municipal, o Arquivo, o Teatro Municipal e um Serviço de Divertimentos Públicos – relacionado a atividades esportivas. Com tal estrutura foi possível criar o Departamento de Cultura e Recreação, bem como propor novos serviços à população, sendo iniciados os trabalhos da Divisão de Bibliotecas.

1.3.1.1 A Divisão de Bibliotecas: projetos e ações

A Divisão de Bibliotecas foi criada por meio do Ato Municipal nº 861, de 30 de maio de 1935 (SÃO PAULO, 1935a). Segundo Paulo Duarte (1977), essa Divisão tinha sob sua responsabilidade os serviços da Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Bibliotecas Circulantes, Bibliotecas Populares e outras que, com o tempo, fossem sendo criadas. Por motivos de saúde, Endino de Goés não pôde ser o chefe da Divisão de Bibliotecas e Rubens Borba de Moraes foi nomeado para o cargo. Rubens Borba de Moraes deixou seu cargo na Recebedoria de Rendas do Estado para ser chefe da Divisão de Bibliotecas.

A fim de contrapor um cenário no qual as bibliotecas em São Paulo estavam pouco articuladas entre si e com serviços aquém dos cidadãos, Rubens Borba de Moraes iniciou um trabalho efetivo de mudança como chefe da Divisão de Bibliotecas. Segundo Suelena Pinto Bandeira:

Além de gostar de livros, de interessar-se por eles e acreditar que sem Bibliotecas não poderia haver cultura, Rubens Borba estava preparado para elaborar um plano de Bibliotecas adequando à realidade nacional as informações fornecidas pelo livro *Bibliotecas en los Estados Unidos*, de Ernesto Nelson, que muito o havia impressionado e que influenciou a biblioteconomia brasileira posteriormente. (BANDEIRA, 2007, p. 19-20, itálico da autora).

O plano de trabalho da Divisão de Bibliotecas atendia aos propósitos do Departamento de Cultura como um todo. Uma das primeiras preocupações do Departamento foi a de adquirir bibliotecas particulares de intelectuais falecidos, como, por exemplo, Félix Pacheco e Eduardo Prado. Outras ações do Departamento de Cultura também foram realizadas no período relativas à guarda e à recuperação de documentos. De acordo com o relato de Paulo Duarte (1977), como exemplo dessas ações, temos: a restauração de documentos antigos, a organização do congresso nacional da língua cantada e a criação de um setor de iconografia.

A gestão do Departamento de Cultura buscou promover a institucionalização de uma política cultural municipal que contou com a participação das bibliotecas, além de outras instituições, como, por exemplo, os Parques, os Museus e os Teatros na cidade. Tal política procurou fazer com que a população tivesse acesso e fizesse uso dos bens culturais disponíveis na cidade, além de promover atividades para o desenvolvimento social dos cidadãos. Com isso, vejamos as principais ações realizadas pelas bibliotecas públicas que constituíam a Divisão de Bibliotecas em seu contato com o público.

1.3.1.1.1 A Biblioteca Infantil

A Biblioteca Infantil Municipal¹⁶ foi inaugurada em 14 de abril de 1936, sob a responsabilidade da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo. Segundo jornais da época, foi a primeira biblioteca especializada no atendimento a crianças e jovens criada na cidade de São Paulo. De acordo com Patrícia Tavares Raffaini:

Apesar do ineditismo da criação no contexto da cidade, a Biblioteca Infantil não era a primeira do gênero no país. Quase dois anos antes, em agosto de 1934, durante a gestão de Anísio Teixeira como diretor de instrução Pública do Distrito Federal, criou-se uma Biblioteca Popular Infantil, no pavilhão Mourisco, localizado no Botafogo. Sua diretora era Cecília Meireles, que vinha se dedicando a divulgar as ideias do movimento escolanovista em uma coluna intitulada “Página da Educação”, no Diário de Notícias, do Rio de Janeiro. (RAFFAINI, 2022, p. 2).

A proposta do Departamento de Cultura era instalar a Biblioteca Infantil anexa ao prédio da Biblioteca Municipal. No entanto, devido aos problemas enfrentados para a inauguração da Biblioteca Municipal, que ocupava na época instalações improvisadas na rua 7 de Abril, a Biblioteca Infantil foi instalada em um casarão na rua Major Sertório, nº 638.

Por meio do Ato Municipal nº 862, de 30 de maio de 1935, Lenyra Fraccaroli foi nomeada diretora da Biblioteca Infantil (SÃO PAULO, 1935b). Lenyra Fraccaroli foi a primeira responsável pela Biblioteca Infantil Municipal, uma vez que havia participado da implementação de um serviço semelhante a este no Instituto Caetano de Campos. Segundo Patrícia Tavares Raffaini:

Em abril de 1936 foi inaugurada no prédio n. 690 da Rua Major Sertório e em seu primeiro ano de funcionamento atendeu a 25.547 crianças. Faziam parte da Biblioteca: salas para leitura de livros e revistas, sala de festas e de jogos, e uma sala para a projeção de filmes e para a realização de palestras educativas. (RAFFAINI, 2001, p. 68).

A Biblioteca Infantil situada na rua Major Sertório possuía três salas para leitura, uma sala para jogos e um salão para projeção de filmes educativos. Com relação às salas de leitura, esses espaços foram projetados para que as crianças e os jovens tivessem um bom acesso aos livros e às atividades que eram realizadas na biblioteca. O jornal Diário da Noite realizou uma

¹⁶ Em 1955, a Biblioteca Infantil teve a sua denominação alterada para Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, uma homenagem ao escritor que, por muitos anos, acompanhou com entusiasmo as atividades realizadas pela biblioteca.

visita à Biblioteca Infantil um mês antes da sua inauguração e relatou como era o mobiliário da biblioteca:

Nas três dependências amplas à nossa vista, chega suave e igual a claridade do exterior. Cores claras, predominando o azul e o branco confundidos numa tonalidade agradável. O mobiliário confeccionado, especialmente para a biblioteca nas oficinas da Prefeitura, se espalha pelas três grandes salas. Tudo elegante, agradável, formando um ambiente simples e atraente.

[...] A biblioteca dispõe também de uma sala para jogos como xadrez, dama, jogos de armar etc. É uma linda dependência ladrilhada, fresca, em cuja, área central vai ser colocado um aquário, e inteiramente decorada com palmeiras e espécies vegetais decorativos. A parede fronteira é toda de vidro.

[...] e instalar um cinema sonoro, em outra sala própria para espetáculos. (IDEALIZANDO..., 1936, [s.p.]).

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, de 14 de abril de 1936 (BIBLIOTHECA..., 1936), a Biblioteca Infantil Municipal contava com um acervo de 1.400 volumes de livros especializados para as crianças e jovens, além da presença de revistas educativas. Havia ainda mais de 5 mil recortes de revistas nacionais e estrangeiras sobre assuntos educativos. Parte dos livros estrangeiros de que a biblioteca dispunha foram doados pelos cônsules da Itália, Hungria, Japão e Portugal, conforme publicado em O Estado de S. Paulo, de 6 de outubro de 1936 ([SEM TÍTULO], 1936).

Na biblioteca infantil as crianças liam revistas, apreciavam gravuras, mapas, selos e moedas. Outras iniciativas também foram realizadas na Biblioteca Infantil. Dentre as atividades temos: A Hora do Conto, com a participação de escritores para contar eles mesmos as suas histórias; um jornal com recortes de notícias do dia, material para ser apresentado às crianças informando os acontecimentos; um jornal produzido pelas próprias crianças denominado A Voz da Infância; e sessões de cinema educativo.

Vale destacar que a Biblioteca Infantil Municipal foi criada na proposta da política cultural do Departamento de Cultura, de modo que ela estaria vinculada ao trabalho realizado com as outras bibliotecas da Divisão. Patrícia Tavares Raffaini comenta tal proposta:

Assim, a biblioteca infantil instalada na Vila Buarque foi, desde o princípio, pensada em conjunto com as outras bibliotecas, no sentido de formar um público leitor infantojuvenil que no futuro poderia frequentar as outras da rede. Trazia em seu projeto inicial características que a aproximavam de um centro de cultura infantil, com o objetivo de formar o hábito da leitura, de constituir um público leitor. (RAFFAINI, 2022, p. 3).

Dessa forma, no âmbito das políticas culturais, a atuação da Biblioteca Infantil colocou em prática um programa de intervenções por parte do Estado (TEIXEIRA COELHO, 2004; GARCÍA CANCLINI, 1987), no qual o seu interlocutor era a biblioteca pública. Com isso, foi esboçada uma forma de atuação desse equipamento cultural na sociedade pelos dirigentes do Departamento de Cultura, de modo a colocar em prática a política cultural formulada pela gestão. As atividades realizadas pela Biblioteca Infantil buscaram atingir os objetivos do Departamento de Cultura (MILLER; YÚDICE, 2004; CERTEAU, 1995; RUBIM, 2007), tendo como preocupação o caráter educacional de formação da criança e do jovem como cidadão paulista e brasileiro. Segundo palavras proferidas por Mário de Andrade no dia da inauguração da biblioteca, esse empreendimento “viria naturalmente a contribuir para formar o espírito do futuro paulista”, como publicado em O Estado de S. Paulo, de 15 de abril de 1936 (SOLENIADADE..., 1936, p. 7).

1.3.1.1.2 A Biblioteca Municipal

No dia 14 de janeiro de 1926, foi inaugurado o novo prédio da Biblioteca Pública Municipal, localizado na rua 7 de Abril, nº 37. Seu primeiro diretor-geral, bem como o responsável pela organização da biblioteca, foi o dr. Eurico Dória de Araújo Góes. Conforme apresentado por Herman José Reipert (1972), cerca de 15 mil volumes faziam parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal quando da sua instalação. Em seu espaço físico funcionavam uma sala de conferência, um projetor cinematográfico, um laboratório fotográfico, além das áreas de consulta e empréstimo de livros. Os trabalhos de May Brooking Negrão (1983) e Herman José Reipert (1972) apresentam o início das atividades da Biblioteca Municipal no período entre 1926 até 1934, que possibilitam uma ampla visão sobre o equipamento cultural e sua atuação na cidade de São Paulo.

Quando Rubens Borba de Moraes assumiu a diretoria da Biblioteca Pública Municipal, ela já contava com serviços criados na gestão de Eurico de Góes. Como vimos, havia um número expressivo de obras em seu acervo, além da assinatura e disponibilização de revistas, jornais e mapas para o público. Como destaque das atividades e serviços da administração de Eurico de Góes, temos o Empréstimo Domiciliar. Segundo May Brooking Negrão (1983), o serviço de empréstimo das obras começou em 1932 e atendia às pessoas que utilizavam os materiais da Biblioteca Pública Municipal. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, de 12 de fevereiro de 1933, essa biblioteca atendia uma média de 12 mil solicitações de materiais por mês. Não podemos afirmar se esse número é real e comporta os empréstimos das obras, mas

podemos inferir que era expressivo e, segundo o referido jornal, colocava a biblioteca em segundo lugar no país em “movimento, perdendo apenas para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” (BIBLIOTHECA..., 1933, p. 6).

O serviço de empréstimo de livros foi continuado na nova gestão da Biblioteca Pública Municipal sob a responsabilidade de Rubens Borba de Moraes. No entanto, nas propostas de trabalho elaboradas pela política cultural do Departamento de Cultura, a primeira preocupação se deu na aquisição de bibliotecas particulares e, com isso, na preservação de livros raros que expressavam conteúdos relativos ao Brasil. Segundo relatos de Paulo Duarte (1977), os dirigentes do Departamento de Cultura ficaram surpresos em encontrar mais obras sobre o Brasil em bibliotecas da Inglaterra, França e Alemanha do que em nosso país. Dessa preocupação criou-se na Divisão de Bibliotecas uma seção especial denominada “Brasiliana”. Segundo Patrícia Raffaini:

Para a construção do prédio da biblioteca central foi aberto um crédito especial, em maio de 1936, de 2.100:000\$000 réis para compra de um terreno com 100 metros de frente para a rua Xavier de Toledo. Juntamente com esse crédito 650:000\$000 réis foram colocados à disposição do Departamento de Cultura para a aquisição da biblioteca brasileira, conjunto de obras raras sobre o Brasil colonial, que havia pertencido a Félix Pacheco. Essa biblioteca visava sobretudo a formação de uma coleção brasileira para pesquisas específicas acerca da história do país. A compra dessa brasileira mostra a importância que esses intelectuais davam à preservação da documentação referente à história do país, mas também à necessidade existente de aquisição de material no qual basear suas próprias pesquisas. (RAFFAINI, 2001, p. 68).

Como vemos na citação acima, uma das preocupações dos diretores do Departamento de Cultura era criar um acervo de obras raras que contasse a história do Brasil. Tal preocupação marca o caráter da política cultural colocada em prática, pois demonstra a preocupação com a história e a memória do Brasil, o que atinge a questão da identidade nacional. A coleção de Félix Pacheco, considerada compra prioritária pelos diretores do Departamento de Cultura, era avaliada como a segunda brasileira existente no país – a primeira estava no acervo da Biblioteca Nacional. Faziam parte da coleção de Félix Pacheco livros, mapas, periódicos e gravuras. De acordo com May Brooking Negrão (1983), o intermediador dessa compra pelo Departamento de Cultura foi o historiador Afonso Taunay.

A aquisição da biblioteca Félix Pacheco, considerada uma excelente brasileira, marca o direcionamento que o Departamento de Cultura buscava alcançar com sua política cultural (MILLER; YÚDICE, 2004). Todo esse processo influía de forma direta na preocupação com a identidade nacional, uma vez que até então não se tinha notícias da preocupação do poder

público em formar acervos com esse objetivo. Salvar a história nacional demonstra como o Departamento de Cultura semeou um projeto maior, que iria além das fronteiras do estado de São Paulo. Projeto este que visava atender a interesse do país, uma vez que os problemas com relação à identidade nacional estavam latentes no período, dado o número de imigrantes que chegaram ao Brasil, além do processo de industrialização e urbanização que alterou de modo significativo os modos de vida no meio rural e urbano.

Os periódicos (revistas e livros) também receberam atenção da Biblioteca Pública Municipal. De acordo com a entrevista de Fábio Prado ao jornal O Estado de S. Paulo, em 5 de março de 1936 (ADMINISTRAÇÃO... 1936b, p. 4), a Biblioteca Municipal recebeu de forma corrente 330 revistas por ano. Outro serviço inovador do Departamento de Cultura, colocado em prática pela Divisão de Bibliotecas, realizado pela Biblioteca Pública Municipal foi a Assistência ao Leitor. Esse serviço tinha como proposta ajudar as pessoas com as suas pesquisas na biblioteca.

Outro serviço que merece destaque na Biblioteca Pública Municipal, no período do Departamento de Cultura, é o Serviço Bibliográfico Mensal, que consistia em fornecer listas de livros sobre um determinado assunto ou especialidade às pessoas que o pediam. Os materiais eram listados de acordo com as obras pertencentes ao acervo da biblioteca, sendo separadas para futura consulta do solicitante. Interessante que esse serviço se aproxima ao que, na área da Biblioteconomia, chamamos de Disseminação Seletiva da Informação.

Por fim, o Ato Municipal nº 1.146, de 4 de julho de 1936, estabeleceu em seu artigo 200 que todas as obras adquiridas pela Biblioteca Pública Municipal fossem registradas em um livro denominado Termo de Registro, de modo a registrar o patrimônio da biblioteca (SÃO PAULO, 1936a).

1.3.1.1.3 A Biblioteca Circulante

A Biblioteca Circulante nos moldes do Departamento de Cultura foi a primeira instalada no Brasil, constituindo-se em um serviço de responsabilidade da Biblioteca Pública Municipal que, de fato, circulava. Em uma ação inovadora para o seu tempo, carros foram adquiridos pela Divisão de Bibliotecas e circulavam pelas ruas da cidade de São Paulo com parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal. Mário de Andrade explicou a proposta da Biblioteca Circulante em um ofício de solicitação de compra dos automóveis que foi enviado para o prefeito Fábio Prado. Esse documento apresenta que:

Essas bibliotecas circulantes têm dois objetivos principais:

- 1 – destinam-se a levar o livro solicitado por empréstimo até a residência do leitor que o solicitou;
- 2 – destinam-se a proporcionar aos frequentadores dos parques uma leitura imediata, dando assim ao farniente uma orientação cultural. (ANDRADE, 1935 apud BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 169).

A exposição de Mário de Andrade sobre os objetivos da Biblioteca Circulante é clara: levar o livro ao leitor e promover uma orientação cultural. A proposta de levar o livro ao leitor está dentro daquela perspectiva de popularizar a leitura e os livros na cidade de São Paulo, colocada como uma das principais finalidades da instalação da Divisão de Bibliotecas pelo Ato Municipal nº 861 (SÃO PAULO, 1935a). Nessa linha de pensamento, Luís Milanesi considera que as bibliotecas do Departamento de Cultura “[...] tinham a função de popularizar o patrimônio cultural [...]” (MILANESI, 1993, p. 62). Sobre a orientação cultural, a política cultural do Departamento de Cultura dispunha de uma preocupação com o número de imigrantes instalados na cidade de São Paulo, o que acarretava as discussões com relação à identidade nacional que aparecem nas ações realizadas pelo Departamento de Cultura.

Sendo uma biblioteca sob a responsabilidade da Biblioteca Pública Municipal, o acervo da Biblioteca Circulante era parte do acervo daquela. Não encontramos em nossas pesquisas documentos que explicitem quais materiais compunham os acervos disponibilizados ao público nos automóveis. No documento “Estatística de Consulta Pública” de 1936, referente à Biblioteca Circulante, vemos que o assunto Literatura Infantil é o material mais consultado, seguido de Romances Policiais (SÃO PAULO, 1936b). Tal constatação demonstra que era expressivo o uso da Biblioteca Circulante por crianças e jovens. Esse índice apresentava tal resultado devido à instalação dessas bibliotecas nos Parques Infantis. Ainda nesse documento estatístico, notamos que revistas e jornais também eram itens de grande consulta na Biblioteca Circulante. Provavelmente pelo pouco tempo de permanência dessas bibliotecas nos bairros, esses materiais eram os que atendiam à leitura rápida dos usuários.

Como modo de funcionamento dessa biblioteca, o Departamento de Cultura adaptou um carro da época e colocou caixas de livros que seriam levadas para empréstimos nos bairros. Assim, a Biblioteca Circulante da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura foi uma inovação para a época no Brasil. Levar livros aos leitores e aos bairros era um tipo atendimento coerente com as finalidades do Departamento de Cultura, na linha explicativa de “levar a cultura às massas”, como exposto por Antonio Candido da introdução do livro de Paulo Duarte (1977). A preocupação com o conteúdo do acervo das Bibliotecas Circulantes pode ser aproximada às

discussões de política cultural de Michel de Certeau, quando este apresenta que as políticas culturais trabalham com intervenções que podem “corrigir ou modificar o processo em curso” (CERTEAU, 1995, p. 193). O processo em curso que encontramos naquele momento foi a chegada de imigrantes à cidade de São Paulo. Dessa forma, era preciso interferir nessa esfera, além de orientar culturalmente os filhos desses imigrantes que frequentavam os parques infantis.

1.3.1.1.4 A Biblioteca Popular

A conceituação do que viria a ser uma Biblioteca Popular não é simples de ser realizada, pois elas não foram criadas na época. Uma possível conceituação do que viriam a ser tais bibliotecas para o Departamento de Cultura pode ser encontrada no artigo “Biblioteca Popular”, de 1939, publicado pela Biblioteca Mário de Andrade em sua Revista do Livro, em 1957. Nesse artigo, Mário de Andrade apresenta que as Bibliotecas Populares disseminariam “o hábito de ler” na população. Que a partir disso seria formada uma população urbana mais informada e capaz de discutir as questões da vida nacional. Outra problemática que aparece no artigo diz respeito à questão racial. Para Mário de Andrade tais bibliotecas seriam um caminho para a “estabilização” das questões raciais. Constatamos nesse artigo que os temas de raça e identidade, levantados por diferentes autores, como Gylberto Freire, incidem sobre a forma de pensar a Biblioteca Popular de Mário de Andrade.

Mário de Andrade continua a exposição sobre as Bibliotecas Populares, observando:

O problema das bibliotecas populares não se resolve porém com qualquer simplória disseminação de amontoados de livros pelos bairros das capitais. É certo que uma biblioteca de espírito realmente moderno não se reduz jamais a um exclusivo amontoado de livros, um “túmulo de livros” como alguém já disse. São organismos efetivamente agentes, são verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extraescolar. (ANDRADE, 1957, p. 7).

Mário de Andrade inicia a apresentação do que seriam as Bibliotecas Populares com a indicação de que elas não poderiam ser um “amontoado de livros pelos bairros”. Traça um perfil para essas bibliotecas como “organismos efetivamente agentes” e “verdadeiras escolas”. Com essas colocações vemos que as Bibliotecas Populares seriam instituições que atuariam na questão educacional da população da cidade de São Paulo, a partir de uma orientação cultural realizada por meio do seu acervo e das propostas a nela serem realizadas. Continuemos com a exposição de Mário de Andrade:

Nesse sentido da criação do hábito popular de leitura, creio que os estudos mais sérios feitos entre nós, até agora, foram os do Departamento de Cultura, de São Paulo. Levaram-o a idear um tipo de biblioteca popular, incontestavelmente de uma certa complexidade, mas de espírito eminentemente realista. Me refiro às suas Casas de Cultura, organizadas durante a gestão do grande prefeito Fábio Prado, e que o atual prefeito paulistano, o urbanista Prestes Maia, anunciou que levaria avante. (ANDRADE, 1957, p. 7)

Nessa passagem, temos uma das questões mais importantes sobre as Bibliotecas Populares e o Departamento de Cultura. Mário de Andrade expõe que essas bibliotecas foram pensadas para funcionar em Casas de Cultura; ou seja, as Bibliotecas Populares funcionariam, como, por exemplo, um centro cultural. Segundo Suelena Pinto Bandeira (2007), a primeira biblioteca popular seria instalada no bairro do Brás, a segunda no bairro da Lapa e, por fim, seria criado um complexo cultural com uma Biblioteca Popular e uma Biblioteca Infantil no bairro da Mooca. Podemos inferir ser este o projeto que Mário de Andrade descreve no artigo “Biblioteca Popular”, bem como o que Paulo Duarte (1977) e Rubens Borba de Moraes (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972) comentam como “um modelo mesmo de centro cultural”, com a instalação de biblioteca infantil, cinema e outras atividades.

Apesar da urgência na instalação das Bibliotecas Populares pedida por Mário de Andrade a Rubens Borba de Moraes, expressa no Ofício nº 72.030 (SÃO PAULO, 1935c), tais bibliotecas não foram colocadas em prática pelo Departamento de Cultura, nem por gestões posteriores.

Assim, vimos conceitos sobre políticas culturais, bibliotecas públicas, como elas se instalaram no Brasil e, por fim, sobre a Divisão de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo, quando da gestão do Departamento de Cultura. A política cultural do Departamento de Cultura, analisada com maior atenção colocou em prática o plano de criar uma rede de bibliotecas na cidade de São Paulo por meio da Divisão de Bibliotecas. Como observamos em cada tipo de biblioteca da Divisão, novos padrões de atividades foram realizados nessa área. Utilizamos daquele momento para demonstrar um salto qualitativo nas ações para as bibliotecas públicas. Até então não havia no Brasil um projeto político que envolvesse com tamanha responsabilidade esses equipamentos culturais e a população da Cidade, além da proposição de novos serviços para serem realizados aos diferentes públicos.

No Plano Federal a história das bibliotecas está intimamente ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Essa passagem

segue um fio histórico da década de 1930 e chega até a criação do INL, em 1937, no Governo Getúlio Vargas.

2 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A transição das discussões da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo para o Sistema Estadual de Bibliotecas do Estado de São Paulo passa pelo entendimento das políticas culturais presentes naquele período, marcado pela instalação de ditaduras civil-militar e, posteriormente, por governos democráticos.

O que perpassa todos esses momentos e que gera impacto direto nas questões relacionadas às bibliotecas públicas é o Instituto Nacional do Livro (INL). Dele nos ocuparemos a partir de agora.

2.1 O Instituto Nacional do Livro

O INL foi criado no Ministério de Educação, pelo Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro Gustavo Capanema. No decreto estão descritas as funções e atividades do Instituto. A primeira informação relevante do decreto é que o referido Instituto estaria localizado no mesmo edifício da Biblioteca Nacional. Essa aproximação física e espacial demonstra uma proximidade das atividades que seriam realizadas pelo INL com relação às bibliotecas.

Dentre as competências do INL:

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937).

Além de tratar de questões editoriais e de publicações em território nacional, o INL tinha por competência “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas” (BRASIL, 1937). Dessa forma, o INL surge como norteador para as políticas que seriam realizadas nas bibliotecas públicas brasileiras. Era a instituição máxima no Brasil com relação às questões relacionadas às bibliotecas públicas. O documento traz ainda que as publicações produzidas pelo INL deveriam ser “[...] distribuídas gratuitamente senão às bibliotecas públicas a ele filiadas [...]” (BRASIL, 1937). De fato, o Instituto produziu e distribuiu obras para as bibliotecas públicas em território nacional. Proposta que é questionada pelos profissionais bibliotecários que trabalham com seleção e aquisição de obras, mas que em certa medida cumpriu com a função de formar acervos nas diferentes regiões do país. Ou seja, uma iniciativa controversa, mas importante. O INL realizou atividades de 1937 até 1991. Segundo Mariana Tavares:

[...] esta instituição foi perpassada por vários momentos políticos da história do Brasil, mas ao mesmo tempo, não pode ser considerada monolítica, ao atentarmos para os processos internos de disputas intelectuais, além dos conflitos relacionados ao Estado brasileiro e suas mudanças ministeriais. (TAVARES, 2014, p. 165).

O INL atuou em diferentes gestões políticas no país. Em cada uma delas procurou estar coeso em suas políticas às gestões administrativas. Com relação às bibliotecas, na época da sua criação o INL contava com uma seção técnica denominada “Bibliotecas”, responsável pela distribuição e gestão das bibliotecas públicas. Mariana traz que:

O Instituto Nacional do Livro produzia espécies de catálogos que eram encaminhados para as todas as bibliotecas do Brasil ao mesmo passo que publicava índices bibliográficos das mais novas produções. (TAVARES, 2014, p. 168).

De fato, o Instituto desenvolveu trabalho no setor editorial do período. Mário de Andrade, em 1937, deixou o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, por divergências com a Administração Prestes Maia, para fazer parte da gestão Federal de Gustavo Capanema. Mario de Andrade participaria da elaboração das Enciclopédias e Dicionários que seriam produzidos pelo INL. A sua participação na gestão Capanema foi nula, pois logo faleceu.

Da década de 1930 até 1950 as preocupações do INL estavam voltadas para a gestão, a produção das enciclopédias e da sua Revista. A partir de 1960, o INL entra na fase de gestão tendo como cenário político a ditadura militar. Seus diretores foram escolhidos e as tomadas de

decisão das atividades a serem realizadas pelo Instituto seguiram as orientações dos governos militares. Nesse período, segundo Mariana Tavares:

Durante a gestão de Umberto Peregrino [1967] foi criado no INL, a Comissão de Alto Nível responsável por adquirir um número de exemplares de determinadas obras que deveriam ser submetidas a apreciação do próprio conselho. Uma vez favoráveis às obras, o INL adquiria certo número e as repassaria para as bibliotecas do país. (TAVARES, 2014, p. 174).

Vemos no trecho que uma Comissão foi criada pelo INL para fazer uma seleção de obras que seriam adquiridas e distribuídas para as bibliotecas no Brasil. Essa prática mostra uma forma de atuação que foi utilizada pelo INL durante sua existência: o envio de livros para as bibliotecas públicas. Tal ato demonstra a formação de um “acervo” dirigido, feito pelo Instituto, para compor os acervos nos Estados e Municípios brasileiros. Tal ato, ao mesmo tempo em que demonstra uma preocupação nacional com os acervos das bibliotecas é, também, uma falta de sensibilidade com os interesses, desejos e necessidades das bibliotecas e suas comunidades. O envio das obras demonstra que a forma de se adquirir o acervo era montar um “kit” para cada região. Além disso, tal proposta tornava a biblioteca pública um receptor passivo do que era enviado pelo Governo Federal. Ainda sobre essa questão de seleção das obras, Mariana destaca:

No mesmo ano de criação do Conselho, o secretário José Galante propunha que as obras fossem examinadas por pareceristas que as classificariam em BOM, MUITO BOM e ÓTIMO. Por essa escala se definiria o número de exemplares que o Instituto adquiriria. A aquisição se faria prioritariamente na ordem decrescente do valor atribuído, os originais não seriam devolvidos e os autores seriam avisados previamente da decisão. (TAVARES, 2014, p. 175).

Acima estão apontadas as categorias utilizadas para indicar a qualidade das obras. Outro ponto de questionamento. A análise qualitativa das obras tinha como critério um olhar amplo das obras, sem uma análise para com as necessidades e especificidades dos acervos locais das bibliotecas. É sabido da demanda de criação de uma seleção de obras que devem compor um acervo de uma biblioteca pública. No entanto, essa proposta deve ser feita por um amplo grupo de pessoas e com a participação da sociedade. Tal proposta indicava um pequeno grupo de pessoas e um conjunto de obras que poderia ser questionado sobre a sua necessidade de compra e envio dos materiais para os acervos das bibliotecas públicas. Apesar de tantos questionamentos, não deixa de ser considerada a iniciativa de compra e distribuição de livros. Como já refletido, é um sentimento dúbio que paira sobre essa iniciativa.

A diminuição das atividades do INL acontece na década de 1980. Nesse momento ocorre a fusão do Instituto com a Biblioteca Nacional. O processo de aceleração que levou o INL a reduzir as suas atividades aconteceu com a criação da Fundação Nacional Pró-Leitura, em 1987, na gestão de Celso Furtado como Ministro da Cultura. A fundação tinha por objetivo a promoção e difusão do livro e da leitura. Com isso, vemos nesse momento um conflito entre os interesses e objetivos do antigo INL com os da referida Fundação. Algumas ações passaram a ser duplicadas e, mais tarde, o INL é encerrado.

Nesse momento da criação da Fundação Nacional Pró-Leitura é que surge a proposta de criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que efetivamente surge em 1991. Tal iniciativa fora criada tendo como inspiração o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, conforme conta o Professor Luís Milanesi em carta endereçada ao Governador Alberto Goldmann.:

Paradoxo: o modelo que implantamos em São Paulo é modelo para outros Estados. O próprio Celso Furtado me disse que deseja implantar o Sistema Nacional de Bibliotecas a partir da nossa experiência. Inclusive, estou sendo indicado para iniciar essa atividade no âmbito da recém criada Fundação Pró-Leitura. Será que vou partir para o maior vendo esboroar o menor? (MILANESI, 1987).

Vemos que é nessa conjuntura do final dos anos 80 que o INL se enfraquece e surgem outras instituições com a proposta de mapear e gerir os trabalhos das bibliotecas públicas em âmbito nacional. De fato, o trabalho do INL atendia a um outro momento político e social do país que inicia com a proposta do governo federal de 1930 e perde sentido na década de 1980 com a redemocratização. Todo esse cenário nos leva a analisar o momento subsequente de impacto nas políticas para as bibliotecas públicas brasileiras, a saber, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo.

2.2 A Cultura na ditadura civil-militar

A criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo está marcada no seu espaço-tempo com a vigência do período da ditadura civil-militar no país, que ocorreu de 1964 até 1985. No campo da cultura, as atuações do período militar no Brasil ocorrem na criação de documentos de política cultural de modo a centralizar as atividades realizadas no setor. Segundo Caio Gonçalves Dias (2023, p. 19), “[...] foi durante a ditadura

que mudanças institucionais aconteceram na esfera administrativa voltada para a cultura, seu objetivo estava na atenuação da má imagem do regime no campo cultural”. Tal referência indica um posicionamento do Estado com relação a uma atuação direta no campo da cultura, frente aos problemas enfrentados na organização social e econômica do país.

Natalia Fernandes identifica três frentes de atuação dos governos nesse período:

Assim, é possível identificar três frentes de atuação governamental no âmbito da cultura no período da ditadura: uma, de censura a determinado tipo de produção cultural considerada de oposição ao governo ou nociva à cultura nacional; outra, de investimento em infraestrutura em telecomunicações – ações que se coadunam com o projeto de modernização do país e com as políticas de integração e segurança nacional, mas que também favoreceram a consolidação da indústria cultural no país; e a terceira, de criação de órgãos governamentais destinados a planejar e implementar a política cultural oficial. (FERNANDES, 2013, p. 174).

A censura, o investimento nas telecomunicações e a criação de instituições para desenvolvimento e implementação de uma política cultural marcam o período da ditadura civil-militar no Brasil. As três frentes são fundamentais para entender o período e, segundo a autora, são importantes para uma compreensão do Estado brasileiro com relação à cultura. Dois documentos foram elaborados no período pelo Conselho Federal de Cultura (CFC) que marcam o planejamento para tal setor pelo governo militar, são eles: Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura (1973) e Política Nacional de Cultura (1975). Segundo Caio Gonçalves Dias:

Ainda na ditadura, podemos considerar o Conselho Federal de Cultura, de 1966, como criador de políticas culturais. Mas, nesse caso, como uma centralidade mais efetiva de seus conselheiros como intelectuais públicos, que não se ocupavam em construir o CFC enquanto esfera institucional. (DIAS, 2021, p. 125).

Criado em 1966, o CFC tinha essa preocupação na elaboração das políticas culturais no período militar, mas funcionava como agente consultivo, sem poder de aplicação, nem de instituição das políticas elaboradas. Os dois documentos são similares, mas a versão de 1975 traz alguns pontos que indicam uma autonomia para a área da Cultura na época. O que de fato foi aprovado e colocado em prática pelo governo militar no período foi o “Plano de Ação Cultural” (PAC), para os anos de 1973-74.

No entanto, o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura (1973) trazia um entendimento de como aquele governo definia a atuação da Cultura. Segundo Cohn: “[...] a

somatória das criações do homem no prosseguimento da obra da própria criação.” (Cohn, 1984, p. 89). Vemos que o conceito de cultura está vinculado ao sentido de desenvolvimento social. Ou seja, uma espiral contínua que caminha na direção do futuro. Esse documento apresenta um forte caráter para a definição de instituições ligadas à preservação de valores nacionais. Tal problemática foi constante na gestão da cultura pelo governo militar. Um dualismo entre modernização e preservação; espontaneidade e intervenção estatal. Todos esses desdobramentos tiveram como resultado a criação do Plano de Ação Cultural (1973) e a criação da FUNARTE (1975). O Plano, bem como a criação da referida instituição, serviu como resposta às questões da cultura na época, vistas pela ótica do poder de plantão. Tanto de uma forma organizativa da área, como na proposição de ações e desenvolvimento de uma política cultural. Nessa questão, Natália Fernandes comenta que:

Vale ressaltar que as noções que orientavam as proposições do CFC eram as de “tradição” e de “defesa” da cultura nacional, identificada com elementos do passado. Assim, privilegiavam-se ações de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural (museus, folclore, arquivos, obras de arte). (FERNANDES, 2013, p. 183).

O trecho acima marca uma preocupação dos governos militares com a memória e a exaltação de uma cultura voltada aos valores nacionais formatadores da identidade nacional que se desejava forjar. Não só no fato da manutenção, mas também na preocupação dos valores que seriam produzidos pela sociedade brasileira.

Interessante notar que tais documentos foram elaborados dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e, segundo a autora, essa maior autonomia demonstra atritos da área da cultura no MEC. O que resultaria, mais a frente, na criação de uma proposta para o Ministério da Cultura (FERNANDES, 2013). Ainda, destaca-se que esse atrito da área da educação com a cultura expresso nos planos demonstra que, mesmo num regime militar – rígido com relação às liberdades –, a cultura já enfrentava uma necessidade de desligamento com a área da educação. Sobre essa questão, a autora comenta que:

Apesar do CFC e do documento por ele elaborado não terem alcançado suas expectativas, a sua criação e o debate suscitado em torno das ações culturais podem ser entendidos como um avanço do governo brasileiro no reconhecimento das diferenças entre as áreas da cultura e da educação, e da necessidade de ações e investimentos específicos em cada uma dessas áreas. (FERNANDES, 2013, p. 184).

Acima podemos inferir que, mesmo com esse comportamento de organização e controle na área da cultura pelos governos civil-militares, foi nesse momento que se constata uma necessidade de autonomia da área cultural no país. Autonomia que poderia ser identificada como uma preocupação administrativa do governo militar, mas que possibilita a abertura das discussões sobre a cultura no Estado brasileiro.

Dessa forma, a institucionalização da cultura nas questões administrativas do Estado toma forma em documentos no governo militar, ou seja, a necessidade de pensar a cultura com preocupações próprias. Chega a ser contraditório tal posicionamento vindo de um governo de caráter centralizador, mas é possível de entender visto que a cultura, no caso uma política cultural, se preocupa com o que há de simbólico, com as necessidades e desejos culturais e, portanto, com os valores transmitidos em sociedade. E essa preocupação é fundamental para se materializar em formas de pensar e agir de um povo. Para Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira:

A ditadura brasileira se pretendia democrática e assim se designava, tendo como contraponto os regimes dos países comunistas designados como autocratas e buscando sua legitimação através de estratégias que garantissem a adesão de diferentes segmentos sociais ao seu projeto de poder. (OLIVEIRA, 2001, p. 15).

Vemos que essa contradição da ditadura civil-militar era intencional. Ao mesmo tempo que se “pretendia democrática”, tinha como discurso a repulsa a governos comunistas. E, dessa forma, buscava manter a ordem social a partir das diferentes esferas de poder. No caso da cultura, ela estava centrada em preocupações como, por exemplo, com a memória e a exaltação nacional. De acordo com Caio Gonçalves Dias (2023, p. 243), “é um recurso discursivo importante” do governo militar colocar as pautas da cultura naquele momento.

Sobre o Plano de Ação Cultura, elaborado no MEC, em 1973, Sergio Miceli (1984) indica que o documento não era uma proposta explícita de política cultural, mas imprimia um estilo de gestão da cultura. Atrelado ao MEC, sob responsabilidade do Departamento de Assuntos Culturais, a proposta do PAC buscava usar recursos e pessoal do Ministério. Segundo Miceli:

Formalmente o PAC deveria cumprir três objetivos primordiais, quais sejam: a preservação do patrimônio histórico e artístico, o incentivo à criatividade e à difusão das atividades artístico-culturais, e a capacitação de recursos humanos (MICELI, 1984, p. 56).

O PAC foi uma proposta estruturada de gestão da cultura no período, com preocupação nas diferentes áreas que envolvem a cultura, bem como no fomento das artes em âmbito nacional. Nesse aspecto de organização para o setor da cultura no país, vemos avanços causados pelo PAC. No entanto, não podemos esquecer que tal proposta estava voltada para a centralização das produções artísticas com o objetivo de identificar manifestações contrárias aos valores transmitidos pelo grupo político no poder. O que podemos inferir é que o PAC foi um desabrochar para as questões específicas da área da Cultura naquele período da década de 1970 e que abriu espaços para uma discussão dos temas de gestão e das políticas culturais futuras.

A partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) se esboça uma proposta de abertura política. É nesse momento que o documento Política Nacional de Cultura (1975) foi aprovado. Esse documento apresenta uma preocupação estratégica do Estado para com a cultura. Segundo Sergio Miceli:

Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidade de colaboração entre órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas. (MICELI, 1984, p. 57).

Vemos uma maior articulação do governo com diferentes setores e esferas do poder, Estadual e Municipal, para que as questões da área da cultura fossem discutidas no plano nacional. Novamente, chega a ser contraditório pensar que a área da cultura se desenvolveu com maior capilaridade na esfera pública, principalmente de forma administrativa, no momento de um governo não democrático. Essa talvez seja uma contradição que teremos que carregar para toda a nossa história. Um legado importante para a área da cultura que surgiu em um momento de tensões políticas na sociedade brasileira. Essa preocupação já havia sido tema quando da criação do MEC (1930), no Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas. O que podemos aproximar dos períodos é que os governos nesses dois momentos – Estado Novo e período de ditadura civil-militar – se preocuparam com as questões da cultura e suas instituições, ademais, como é prática em governos autoritários e totalitários. Questão central das políticas culturais em definir quais valores seriam difundidos em sociedade, com o objetivo de formar o imaginário e a memória da nação.

Nesse momento, na gestão do MEC por Ney Braga (1974-1978), são criadas diferentes instituições no governo federal com medidas relacionadas a área da cultura. Algumas delas: Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), Conselho Nacional de Cinema (Concine) e a Fundação Nacional de Arte (Funarte). Também houve uma reestruturação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e um aumento das iniciativas do Serviço Nacional de Teatro (SNT). A criação da Funarte foi a principal iniciativa na gestão Ney Braga, instituição responsável por colocar em prática o PAC – uma execução das atividades na área da cultura para além das questões de preservação e memória – e uma gestão orçamentária com maior independência no MEC. Segundo Natália Fernandes, “ [...] esse fortalecimento do setor implica em maior burocratização, que culminaria com a criação do Ministério da Cultura, em 1985”. (FERNANDES, 2013, p. 189).

A transição da gestão da cultura do regime militar para uma gestão com maior participação da sociedade civil acontece com a criação do Ministério da Cultura (MinC). Segundo Fábio Ferron e Maria Arminda Arruda:

A intenção de criar um ministério específico para o setor da cultura, independente da Educação, intensificou-se a partir dos primeiros anos da década de 1980, no bojo do processo de democratização do Brasil. Com a expectativa do fim de mudança do regime militar, o clima de transição abria horizontes e perspectivas para que partidos políticos, artistas, intelectuais e gestores da atividade cultural buscassem novos espaços de interlocução por meio do campo da cultura (FERRON; ARRUDA, p. 173, 2019).

O MinC surge nesse contexto político social do processo de redemocratização do Brasil. Nasce por uma necessidade administrativa – um adensamento das questões burocráticas e administrativas do setor, com destaque no Governo Federal –, pela vontade da sociedade, em especial da classe artística que reivindicava melhores condições de trabalho e promoção das suas atividades, e por meio de iniciativas de Secretários de Cultura, que realizaram encontros e Fóruns de discussão. Esses Fóruns aconteceram em 1983 e 1984, em Ouro Preto e Belo Horizonte. Neste último ano, com as diversas Secretarias de Culturas criadas nos Estados depois das eleições para Governador em 1982, foi realizado o Fórum Nacional de Política Cultural:

Desse modo, os encontros promovidos pelo Fórum, particularmente durante os anos de 1983 e 1984, estimularam os debates sobre políticas culturais, financiamento da cultura, integração de ações entre a federação, estados e municípios, expansão dos meios de comunicação e nacionalização da cultura. Mas, para além disso, esses eventos serviram, fundamentalmente, como espaços políticos de articulação para a criação do MinC. É preciso enfatizar que eles só podiam acontecer porque o regime militar perdera força, e havia

um processo corrente de recomposição de forças sociais em prol da luta política de democratização do país. (FERRON; ARRUDA, 2019, p. 178).

Os autores reforçam que os encontros foram realizados porque havia um processo de abertura política que possibilitava que tais discussões fossem organizadas. Ou seja, um ambiente de diálogo possível passava a existir no novo contexto político-social no qual se almejavam mudanças institucionais no país. Com relação ao posicionamento da classe artística sobre a criação do MinC, vemos que não foi unânime a vontade de criação do Ministério. Essa discussão está presente no texto de Fábio Ferron e Maria Arminda Arruda (2019), que explora e apresenta com detalhes os posicionamentos de artistas, intelectuais e políticos quando da criação do MinC.

Dessa forma, o MinC passa a prospectar novas formas de atuação frente ao cenário de participação da sociedade na tomada de decisões políticas do país. Ele é criado por meio do Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, na gestão do presidente José Sarney. Vejamos alguns pontos de destaque do documento:

Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e

CONSIDERANDO que o crescimento econômico e demográfico do País, a expansão da rede escolar e universitária, a complexidade cada vez maior dos problemas ligados à política educacional, nas suas diferentes funções no desenvolvimento nacional, bem como o enriquecimento da cultura nacional, decorrente da integração crescente entre as diversas regiões brasileiras e da multiplicação das iniciativas de valor cultural, tornaram a estrutura orgânica do Ministério da Educação e Cultura incapaz de cumprir, simultaneamente, as exigências dos dois campos de sua competência na atualidade brasileira.

CONSIDERANDO que a transformação substancial ocorrida nas últimas décadas, tanto com os assuntos educacionais quanto com os assuntos culturais, tem suscitado, em relação às duas áreas, a necessidade de métodos, técnicas e instrumentos diversificados de reflexão e administração, e tem exigido políticas específicas bem caracterizadas, a reclamarem o desmembramento da atual estrutura unitária em dois ministérios autônomos. (BRASIL, 1985).

O trecho acima reitera a necessidade de desmembramento da Educação e da Cultura em Ministérios distintos devido a um adensamento das atividades burocráticas no Estado brasileiro. O que demonstra que a Cultura passou a ter necessidades administrativas e políticas que precisavam ser tratadas com maior atenção e detalhes por um órgão específico. No que diz respeito às áreas de competências, o Ministério da Cultura atuaria em: “I - letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional; II - patrimônio histórico, arqueológico,

artístico e cultural.” (BRASIL, 1985). Não é citado explicitamente o termo “bibliotecas” nas áreas de competência do MinC, nem ao longo de todo o documento, mas podemos inferir que ela atua nas letras e outras formas de expressão da cultura nacional. Essa falta de objetividade de atuação do Ministério também é identificada por Fábio Ferron e Maria Arminda Arruda (2019, p. 186): “O Decreto n. 91.144, entretanto, não indicava claramente qual o âmbito de atuação do Ministério da Cultura”.

Um momento importante do decreto de criação do MinC, no que diz respeito às políticas culturais, é o que indica quais órgãos e entidades foram absorvidos pelo novo Ministério, sendo:

Art. 2º Ficam transferidos para o Ministério da Cultura os seguintes órgãos e entidades:

I - Conselho Federal de Cultura - CFC, criado pelo Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, e alterações posteriores;

II - Conselho Nacional de Direito Autoral - CNDA, criado pela Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, e alterações posteriores;

III - Conselho Nacional de Cinema - CONCINE, criado pelo Decreto nº 77.299, de 16 de março de 1976, e alterações posteriores;

IV - Secretaria da Cultura, criada pela Portaria nº 274, de 10 de abril de 1981;

V - Empresa Brasileira de Filmes S/A - EMBRAFILME, criada pelo Decreto-lei nº 862, de 12 de setembro de 1969, e alterações posteriores;

VI - Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, criada pela Lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975, e alterações posteriores;

VII - Fundação Nacional Pró-Memória - PRÓ-MEMÓRIA, criada pela Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979, e alterações posteriores;

VIII - Fundação Casa de Rui Barbosa, criada pela Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966, e alterações posteriores;

IX - Fundação Joaquim Nabuco, criada pela Lei nº 770, de 21 de julho de 1949, e alterações posteriores. (BRASIL, 1985).

Vemos que é inegável a importância das instituições criadas até então na ditadura civil-militar no país para gerenciamento da cultura no novo Ministério. A absorção do Conselho Federal de Cultura, da Embrafilme, da Funarte e da Fundação Pró-Memória, por exemplo, marca um modelo de gestão administrativa que no seu início procurou trabalhar com a transição das instituições que já haviam sido criadas. Ou seja, um processo em fluxo contínuo que mostra amadurecimento das questões relacionadas à cultura no Estado brasileiro.

Posterior ao momento de exposição das instituições absorvidas, o decreto informa a sua organização administrativa, sendo composta pelo Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica, Coordenadoria de Comunicação Social, Órgãos Interministeriais – com destaque ao Conselho Federal de Cultura –, e as entidades de administração indireta – as entidades vinculadas –, que passam a atuar como “sociedade de economia mista”. Essas últimas continuam a ser regidas por legislação específica, com orçamentos já definidos, com destaque para Embrafilme, Funarte e as demais Fundações que passaram a integrar o MinC. Vemos que essa preocupação de orçamento próprio para as atividades do MinC é uma das questões que chama a atenção no decreto. É inevitável que a cultura precise de recursos para realizar as suas atividades e, portanto, o novo Ministério deveria procurar formas para fomentar as atividades na pasta. O que queremos enfatizar é que tal preocupação passa a ser uma questão importante para o MinC nesse primeiro momento de criação. Como houve a desvinculação com a pasta da Educação, que recebe parte substancial de orçamento público para desenvolvimento das suas atividades, havia o receio da classe política e artística de como o MinC faria a manutenção de orçamento da pasta.

Assim, vemos que toda essa discussão mostra o impacto que a criação de um Ministério da Cultura trouxe no cenário político e social. Fábio Ferron e Maria Arminda Arruda sintetizam esse momento:

O temor de a cultura ser novamente colocada como instrumento ideológico de controle do Estado, o fantasma da perseguição a artistas e intelectuais, a exemplo do atentado do Riocentro em 1981, das ameaças advindas do crescimento da indústria cultural e da massificação dos meios de comunicação, reverberavam a todo momento. Assim, as polêmicas e divergências em torno da criação do MinC constituem, sem dúvida, parte dos princípios fundantes do processo de redemocratização em curso na sociedade brasileira, bem como das disputas políticas previsíveis no contexto. (FERRON; ARRUDA, p. 189, 2019)

Ou seja, a criação do MinC faz parte de um todo complexo vivido no país no seu processo de redemocratização, que passa por questões políticas e artísticas, controle ideológico, da indústria cultural e mazelas sociais.

Ainda no Decreto, no artigo 9, do Capítulo I, “da Organização”, fica explícito que a supervisão dos Órgãos e entidades seria feita pelo Ministro de Estado. Tal alegação é de suma importância por que se materializa a figura do responsável pelo Ministério. Nesse primeiro momento, José Aparecido de Oliveira assume como ministro, mas depois de dois meses deixa o cargo para assumir como governador do Distrito Federal. Aluísio Pimenta toma posse do

Ministério, mas em menos e um ano deixa o cargo. O primeiro ministro do MinC que de fato realizou uma atuação de destaque foi Celso Furtado, cuja gestão se deu de fevereiro de 1986 até julho de 1988. Sobre esse momento da troca de ministros e posse de Celso Furtado, Caio Gonçalves Dias traz que:

Essa fragilidade foi superada somente em 1986, quando Celso Furtado assumiu o MinC, gestão marcada por dois pontos fundamentais. Pela primeira vez, havia uma dimensão conceitual clara que pudesse fundamentar um projeto efetivo de política cultural: a relação entre cultura, desenvolvimento e criatividade. É nesse momento que a estrutura administrativa do ministério amadurece, adequando-se às concepções e propostas definidas para sua atuação (DIAS, 2021, p. 59).

Intelectual, professor de economia na Sorbonne, Celso Furtado tinha grande trânsito na área da cultura nacional e internacional. Ele participou ativamente das reuniões e dos Fóruns de Secretários de Cultura para idealização do MinC. Quando o presidente José Sarney convidou Celso Furtado para chefiar o ministério, havia a necessidade de criação de uma estrutura organizacional burocrático-administrativa para que as atividades na área da cultura fossem realizadas no país. E um dos conflitos enfrentados por Celso Furtado naquele momento foi sustentar a necessidade de manutenção do ministério tendo em vista os problemas econômicos e sociais vividos pelo país na época.

Na gestão de Celso Furtado frente ao MinC, a iniciativa com maior destaque foi a criação da Lei Sarney. Essa que estabelecia as possibilidades de financiamento da cultura com a participação da sociedade. Ela poderia captar e gerir os recursos, sem uma ingerência controladora direta do Estado. Segundo Caio Gonçalves Dias:

Celso Furtado pode ser tido como o ministro que estabeleceu os parâmetros de convencimento para a pertinência do próprio ministério. Suas compreensões claras do que seriam cultura e política cultural trabalharam no estabelecimento dessa posição. No plano das ações, a estrutura criada para a pasta, que sobreviveu por muitos anos ainda em boa parte mantida no MinC, e a constituição da lei de incentivo são tópicos que deram a necessária materialidade ao ministério em formação. (DIAS, 2021, p. 101).

De fato, a atuação de Celso Furtado no MinC foi um marco e trouxe formas de trabalho que deram um maior sentido para as atividades realizadas pela cultura. Seu papel frente ao ministério foi carregado de valores e propostas que reverberam até hoje nas políticas culturais subsequentes.

A chave para entendimento da política cultural proposta por Celso Furtado em sua gestão é a capacidade criativa do povo brasileiro. Em textos produzidos por ele vemos com ênfase essa crença no potencial criativo:

Mas somente a vontade política é capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida (FURTADO, 2012, p. 31).

O texto acima é de uma conferência realizada no I Encontro Nacional de Política Cultural, que aconteceu em Belo Horizonte, em 1984. O excerto na conferência refere-se a passagem do Brasil de uma economia cafeeira, da década de 1920, para um momento de industrialização ocorrido na ditadura civil-militar e abertura política. O que Celso Furtado traz de alerta na conferência é que aquele momento seria chave para uma tomada de consciência política na construção de novos rumos para a sociedade brasileira. E que tal desenvolvimento econômico e social aconteceria por meio do capacidade criativa dos indivíduos.

Interessante notar no texto dessa conferência que todo o panorama político e social utilizado por Celso Furtado é pautado na discussão da cultura. O autor traça como marcos importantes o movimento da Semana de Arte de 1922, a gestão de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e o envolvimento de Mário de Andrade com a cena política. Sobre 1922, ele apresenta num relatório de balanço de atividades MinC de 1987 de forma clara a questão:

A Semana de Arte Modesta foi sem dúvida o grande gesto de ruptura que encetou uma nova visão de nossa identidade cultural, mas o histórico processo de alienação de nossas elites, de perda de contato com as próprias raízes, de obliteração da memória cultural explica a distância que, entre nós, ainda prevalece entre o universo cultural popular e as aspirações das elites. (FURTADO, 2012, p. 78).

Para ele, apesar de os momentos citados colocarem em discussão a cultura em primeiro plano, não houve nesse intervalo de tempo da década de 20 até 1980 um processo de mudança social e política no Brasil. Que esse processo foi forçado a acontecer por contextos históricos externos globais como, por exemplo, a crise de 1929 e guerras, que obrigaram uma reconstrução do país frente aos novos modelos econômicos e industriais existentes.

Um dos principais pilares do trabalho de Celso Furtado é o de associar a criatividade ao desenvolvimento. Para ele, é fundamental a vontade política do ser humano para que possa construir formas de vida. Celso Furtado traz em seus textos um sentido de tomada de consciência humana próximo ao que Hannah Arendt expõe na obra *A condição humana* (2007). Para a autora, uma efetiva participação do indivíduo em sociedade acontece em posse da sua

atuação política, entendida como formas de participação e tomada de decisões. Tal aproximação conceitual de Celso Furtado e Hannah Arendt marca uma forma de atuação na cultura que acontece por meio do envolvimento, da participação, da criatividade, da tomada de consciência das pessoas. Questões que permeiam a ação cultural. E essa criatividade deveria ser sustentada por mecanismos legais que garantissem direitos e recursos para as atividades realizadas pela cultura. Celso comenta que:

A superação desse impasse [consumo supérfluo da cultura de massa e carências essenciais do Brasil], somente a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva poderá produzi-la. Ora, essa vontade coletiva terá de surgir de um reencontro de lideranças políticas com os valores permanentes da nossa cultura. E aqui que se insere a questão inicial: que somos? Uma reflexão sobre a nossa própria identidade terá que ser o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente, se desejamos que o desenvolvimento futuro se alimente da criatividade do nosso povo e contribua para a satisfação de desejos mais legítimos deste.
(FURTADO, 2012, p. 33).

Na perspectiva da Anita Simis (2016, p. 103), para Celso Furtado a cultura estava relacionada ao “desenvolvimento como emancipação humana”. Essa aproximação é a busca por um projeto de política cultural que colocasse o indivíduo no centro do processo de desenvolvimento. Ou seja, que ele veja a cultura como um dos seus recursos chave para que exerça a vida em sociedade. Ao Brasil, como exposto no trecho acima, cabe a indagação de saber quem é, para que possa construir políticas que sejam de seu interesse e não àquelas voltadas a necessidades externas. Celso Furtado destaca que o desenvolvimento pode ser alcançado por meio da cultura como proposição utópica. E para isso ele pergunta:

[...] falar de desenvolvimento como reencontro com gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer fuga na utopia. Mas que é a utopia senão fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto do homem? (FURTADO, 2012, p. 33-34).

Essa proposição está no campo da ação cultural, que possibilita que os seres humanos prospectem novas realidades para si. E essa capacidade passa pelo gênio criativo, questão fundamental para Celso Furtado em toda a sua trajetória como intelectual e agente político.

Celso Furtado assume o Ministério de Cultura em fevereiro de 1986. No seu discurso de posse ele expõe o que entende por cultura e por Ministério da Cultura. Segundo ele:

Cultura, para mim, é a dimensão qualitativa de tudo que cria o homem. E o que tem sentido profundo para o homem é sempre qualitativo. É corrente que nos preocupemos com cultura, quando esta se apresenta em suas formas mais significativas, quando o qualitativo nos escolta o espírito. Os objetos de arte, pelo fato de que incorporam uma mensagem que nos toca a sensibilidade, a imaginação, com frequência respondem a necessidades profundas de nosso espírito, aplacam a nossa angústia de seres a um só tempo gregários e solitários. O homem, com seu gênio criativo, dá significação às coisas, e são essas coisas impregnadas de significação que constituem a nossa cultura.

Em seu esforço para enriquecer a própria vida e a sociedade em que está inserido (FURTADO, 2012, p. 51).

O conceito de cultura para Celso Furtado está na dimensão do espírito, ou seja, do significado, dos valores, mas também repousa na cultura material. É um movimento interno e externo na significação e no ato criativo. Provavelmente por ser um economista, as questões que tangem a cultura material e os problemas sociais são colocadas em discussão quando se trata da cultura:

O essencial da cultura, não esqueçamos, reside em que ela é a resposta aos problemas permanentes do homem. E, neste sentido, o mais importante para nós, que pensamos em cultura, é a capacidade criativa do homem. É aqui que está a ligação com o presente, com a luta pela democratização do país, pelo direito de participar na invenção do próprio futuro. (FURTADO, 2012, p. 53).

Essa preocupação com os problemas reais do ser humano faz com que Celso Furtado credite o poder das mudanças à sua capacidade criativa. E nesse momento do discurso vemos a relação entre o Ministério da Cultura e o processo de redemocratização do país. Nessa passagem, Celso Furtado traz que a invenção de um futuro para o Brasil passa pela cultura. Ainda:

Criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude – eis a essência do que chamamos de democracia. Neste momento em que o Brasil se redemocratiza, grande é a responsabilidade desde Ministério, a quem cabe estimular a criatividade a serviço da melhoria da qualidade de vida do conjunto da população. (FURTADO, 2012, p. 53).

O trecho apresentado expõe como a cultura, por meio de Ministério da Cultura, apresenta um papel importante para a construção da democracia no Brasil. A cultura fomentada pelo Estado, segundo Celso Furtado, seria aquela que abriria condições para que a sociedade brasileira participasse em diferentes processos criativos para a melhoria da qualidade de vida: a cultura como ator fundamental para a democracia brasileira. É interessante pensar como Celso

Furtado trata do tema para o país. Para uma gama de agentes políticos, a cultura é apenas um acessório, algo supérfluo ou sem impacto real na vida das pessoas. E o que vemos para Celso Furtado é o contrário. A cultura é peça essencial para o desenvolvimento. Sobre a necessidade de criação de um Ministério da Cultura num país como o Brasil, Celso Furtado apresenta:

Tem-se dito que em um país pobre como o nosso não cabe um Ministério da Cultura. Penso exatamente ao contrário. Num país rico a sociedade civil é suficientemente forte para que suas instituições assumam as funções de defesa do patrimônio cultural e de estímulo à criatividade. No campo da cultura o Estado não deve sobrepor-se à sociedade, mas terá de suprir as insuficiências desta. (FURTADO, 2012, p. 54-55).

Para ele, a necessidade de um Ministério da Cultura no Brasil acontece porque a sociedade ainda não caminhava sozinha na manutenção do setor, como nos países ricos.

Ainda na perspectiva da importância da atuação de Celso Furtado para o momento, ele finaliza o seu discurso de posse com a seguinte passagem:

Aqui estão muitos companheiros de luta pela restituição do Brasil à sua vocação democrática, luta que tornou possível criar um Ministério como este, cuja missão maior é velar para que seja respeitada em sua plenitude a capacidade criativa do homem brasileiro. (FURTADO, 2012, p. 55).

A finalização do discurso de posse com a passagem “restituição do Brasil à sua vocação democrática” deixa claro que a sua atuação frente ao Ministério da Cultura seria marcada pela participação da sociedade civil. E de fato ele efetuou um trabalho, mesmo que por um curto período de tempo, que aproximou os interesses da sociedade e que realizou propostas que marcaram sua atuação no campo da cultura no Brasil.

Celso Furtado ficou dois anos à frente do Ministério da Cultura. A sua maior contribuição foi a Lei no. 7505, de 02 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney (BRASIL, 1986). Tal lei dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Essa que instituiu um modelo de dedução fiscal para ações na área da cultura por meio de doação, patrocínios e investimentos. Sobre a execução da Lei Sarney em seu primeiro ano, o relatório de atividades do Minc, escrito por Celso Furtado em 1987, traz que:

Em pouco mais de um ano de existência, a Lei Sarney vem tendo resultados que superam as expectativas iniciais. O amplo programa de apoio às orquestras sinfônicas do país, as doações de mais de meio milhão de livros às bibliotecas, a restauração da Casa de Rui Barbosa,

no Rio de Janeiro, a preservação das seculares igrejas de Alcântara, no Maranhão, a promoção de concertos em torno do centenário de Villa-Lobos que estão percorrendo este ano várias cidades brasileiras, o patrocínio de diversos espetáculos, balés, peças teatrais - todas essas iniciativas culturais vêm se tornado realidade graças à Lei Sarney.

Atendendo às aspirações da sociedade civil no sentido de caminhar com seus próprios pés, livre da contestada tutela do Estado, a Lei Sarney é um desafio para que a própria cidadania assuma as atividades culturais. Seu espírito descentralizador transfere para a sociedade a iniciativa dos projetos, a mobilização dos recursos e o controle da aplicação. (FURTADO, 2012, p. 84).

Vemos no trecho acima do relatório a quantidade de iniciativas apoiadas pela referida Lei, mesmo em curto espaço de tempo. É de fato um marco histórico para o país a criação de dispositivo legal que possibilita o desenvolvimento das atividades na área da cultura que busquem a participação social. Além disso, fica explícito o objetivo da lei em fazer com que a sociedade civil seja a protagonista nas atividades a serem beneficiadas pelas diferentes formas de incentivo. Ainda sobre esse sentido da Lei Sarney, Celso Furtado traz:

Esse é o verdadeiro alcance da Lei Sarney: seu espírito coincide com a realidade histórica do país, fortalecendo a abertura de espaços para os indivíduos e estimulando a sociedade civil a ganhar autonomia para um diálogo mais profícuo com o Estado. (FURTADO, 2012, p. 85).

A Lei Sarney é uma chave das ações do Ministério da Cultura na sua história e marca a participação da sociedade civil na promoção da cultura no Brasil. Seu impacto foi tamanho que dispositivos legais posteriores foram criados para a manutenção das atividades culturais por meio de isenção de imposto e financiamentos. No entanto, ela sofreu críticas durante a sua execução na gestão de Celso Furtado, principalmente porque não dispunha de mecanismos fiscalizadores que pudessem garantir a aplicação dos recursos nas atividades fins:

Uma das críticas mais contundentes à Lei Sarney era a ausência de mecanismos que pudessem garantir a aplicação efetiva de recursos em ações culturais. Esse ponto expunha uma fragilidade importante do texto: possibilitar a doação direta de recursos a produtoras ou empresas de natureza cultural significativa não ter controle mínimo de como o dinheiro teria sido empregado. Por isso, não se sabe os valores exatos captados através da lei (DIAS, 2021, p. 66).

A Lei Sarney foi extinta em 1990, com a posse do presidente Fernando Collor de Mello. Também, Ministério da Cultura foi extinto nesse ano, dando lugar a uma Secretaria da Cultura, sob responsabilidade do presidente.

Assim, em síntese, Celso Furtado colocou em prática um plano de estimular a população com diferentes propostas frente à cultura. De fato, ele abriu caminhos para pensar formas administrativas de gerir a cultura por meios de leis de incentivo e outras formas de fomento. Além disso, fortaleceu a democracia ao dar voz a agentes e produtores culturais para o livre exercer das atividades.

A constituição de 1988 também foi importante para a consolidação da cultura e do MinC no país. Ela estabeleceu a pauta dos direitos culturais na sociedade brasileira como um direito garantido pelo Estado. Para elaboração da Constituição foi criada uma constituinte que contou com a participação de diferentes setores da sociedade, inclusive da classe bibliotecária. Esse trabalho está analisado por Caio Gonçalves Dias no livro “A cultura que se planeja”. Foi formada uma Comissão responsável por receber sugestões da sociedade civil para a elaboração do documento da carta magna. Todo e qualquer brasileiro poderia enviar sugestões que seriam avaliadas por essa Comissão, se importantes ou não, de maneira a fazerem parte da Constituição. Foram recebidos um total de 12 mil sugestões para composição da Constituição de 1988. O que cabe de destaque é uma sugestão enviada pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, com a seguinte proposta à constituição: “bibliotecas como algo indispensável ao país” (DIAS, 2021, p. 55). O tema das bibliotecas não aparece de forma explícita na Constituição de 1988, mas vemos que a discussão está presente na cultura. Analisaremos alguns pontos na Constituição de 1988.

O primeiro destaque a fazer é com relação ao texto introdutório da constituição.:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL. (BRASIL, 1988).

Do trecho acima, vale destacar que representantes do povo brasileiro estiveram reunidos para “[...] instituir um Estado democrático [...]. Tal passagem é de fato significativa porque indica que havia anteriormente um governo que não era democrático. Desde a promulgação dos Atos Institucionais na década de 1960, o Brasil vivia sob governos ditatoriais, que não eram compostos de forma democrática e participativa. Além disso, que a promulgação da Constituição iria assegurar os direitos sociais e individuais, as liberdades, fruto de amplas e

controversas discussões. Ou seja, vozes foram ouvidas para que a redação do texto pudesse garantir o maior número possível de interesses. Algo impensável em governos anteriores.

Com relação à cultura, alguns trechos da Constituição que atestam tal preocupação:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

IX - educação, cultura, ensino e desporto. (BRASIL, 1988).

Vemos que passa a ser uma preocupação do Estado brasileiro, nas suas diferentes esferas de poder, garantir de forma legal os meios de acesso à cultura. Essa competência faz com que a cultura ganhe um aspecto fundamental para o desenvolvimento do cidadão brasileiro. No texto da Constituição, a Seção II trata especificamente sobre o tema da Cultura:

SEÇÃO II DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (BRASIL, 1988).

A presente seção na carta magna, em especial no Art. 215, institui de fato os direitos culturais no Brasil. Tema importante porque é a materialização de uma narrativa que garante à sociedade brasileira o pleno exercício dos direitos nesse campo. Ademais, o Estado passa a ser responsável por zelar por tais direitos, de modo a proteger as manifestações culturais de diversos grupos sociais. Essa inserção dos direitos culturais na Constituição demonstra como o tema ganhou evidência desde as questões trazidas pelo Conselho Federal de Cultura, ainda no momento da ditadura civil-militar, até a criação do Ministério da Cultura, em 1985. Para Caio Gonçalves Dias:

Nesse contexto, assim, a efetiva criação do Ministério da Cultura em 1985 ganha relevo. Trata-se de um momento marcado por reformas administrativas por conta do processo de redemocratização. Mais do que isso, porém, é um período marcado por uma retórica de mudanças. Trata-se de uma mudança discursiva importante, que passa a subsidiar e ocupar as relações entre Estado e cultura no país. (DIAS, 2023, p. 23).

Com isso, vemos um adensamento das questões relacionadas ao tema da cultura no país, uma vez que já havia a preocupação pelo Estado Brasileiro em organizar as manifestações culturais e, posteriormente, criar formas de promoção e financiamento das ações realizadas pela cultura. Sobre essa questão, Caio Gonçalves Dias comenta:

A preocupação do legislador na Constituição de 1988 foi a garantia da expressão que passa pela produção cultural – e, talvez, aí o enfoque nos direitos ganhe uma importância central, na medida em que há a preocupação com a liberdade que sustenta individualmente – e do financiamento público de parte dessa produção. (DIAS, 2021, p. 52).

Os demais itens dessa seção discutem temas como, por exemplo patrimônio, incentivos para produção cultural e tombamento:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988).

No Art. 221, a Constituição trata especificamente sobre a produção audiovisual:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Vemos o grande destaque ao setor audiovisual na Constituição brasileira. Isso demonstra a importância que o rádio e a TV possuem em território nacional, uma vez que conseguem conectar as diferentes regiões do país por meio dos conteúdos transmitidos. Dessa forma, uma regulamentação com maior atenção foi necessária, de modo a assegurar que o conteúdo transmitido por esses veículos de comunicação desse preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Por fim, o Art. 227 trata de assegurar o direito à cultura, dentre outros direitos, à criança e ao adolescente:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Esses são os principais trechos da Constituição de 1988 que tratam do tema da cultura. Portanto, a primeira preocupação é a garantia dos direitos culturais. Em seguida, aparecem preocupações com o patrimônio e as formas de financiamento. Por fim, finaliza com atenção aos setores audiovisuais e a defesa da cultura para atendimento dos diferentes públicos. É todo esse contexto que marca o Brasil no campo da cultura desde o final da ditadura civil-militar até o momento da promulgação da Constituição de 1988. A elaboração do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo acontece nesse período e, com isso, podemos observar que todo o momento histórico nacional precedente foi fundamental para caracterizar a forma de atuação futura do Sistema. A liberdade de expressão e o envolvimento das bibliotecas públicas com as comunidades, por meio da participação democrática, foram

contrapontos às políticas culturais até então realizadas no período e que ganham novos contornos a partir da criação do MinC e da promulgação da Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”. Para chegarmos à discussão sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo, precisamos passar pelos novos rumos a partir abertura política do país e a organização política do Estado de São Paulo.

2.3 Abertura política nacional e seus reflexos no Estado de São Paulo

O cenário Político no Brasil desde o golpe que retirou João Goulart da presidência da república, no dia 1 de abril de 1964, acusado de aproximação com governos comunistas, até o momento das eleições diretas para governadores nos Estados (1982), foi marcado pela forte interferência da ditadura civil-militar nas questões políticas, sociais e culturais do país. Esse ambiente político e social não é exclusivo do Brasil. Países como, por exemplo, Paraguai, Chile e Argentina viveram no mesmo período a instalação de ditaduras militares. Com o final da Segunda Guerra Mundial e a vitória da Revolução Cubana, em 1959, havia um temor de que movimentos de esquerda chegassem ao poder em mais países da América Latina. Com isso, as forças militares tomaram o poder em diferentes países. Um destaque maior nessa tomada de poder acontece por interferência dos exércitos. Segundo Edwin Lieuwen, John F. Johnson, Victor Alba e Lucien W. Pye (1964):

Em toda a América Latina, o Exército foi, dos três ramos das forças armadas, o mais forte e mais interessado na política, refletindo com mais precisão as tensões sociais.

[...]

Sempre que surgiu na América Latina um conflito social autêntico de base ampla, os oficiais do Exército foram obrigados a tomar uma posição, seja apoiando os agressivos grupos de renda inferior ou média, ou defendendo a oligarquias. (LIEUWEN; JOHNSON; ALBA; PYE, 1964, p. 16).

Vemos que essa interferência militar nos governos acontece ao mesmo tempo em diferentes países da América Latina. No Brasil, os militares tomam o poder e promulgam os Atos Institucionais de modo a garantir o controle sobre a vida política do país. O Ato Institucional n. 1, que foi publicado em 9 de abril de 1964, caracteriza a tomada de poder daquele momento como uma “revolução”, num “movimento civil e militar” que abrisse no Brasil uma nova perspectiva de futuro (BRASIL, 1964). Ainda, vale o destaque que no referido

documento a tomada de poder pelos militares acontece em conjunto com a sociedade civil. Ou seja, o documento explicita que os movimentos políticos ocorridos naquele momento tinham o aval da sociedade. De fato, essa é uma menção unilateral que não contou com vozes da sociedade. Mas o que queremos indicar é que havia intencionalidade no documento do AI-1 ao expressar que aquele movimento político ocorrera por desejo de parte da sociedade civil. Dessa forma, a ditadura instalada no Brasil é caracterizada em sua documentação do Ato Institucional n. 1 como um movimento civil-militar.

A partir do Ato Institucional n. 2, os partidos políticos foram extintos e somente dois blocos puderam exercer a vida política em território nacional, sendo a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De acordo com Célia Soibelman Melhem:

Com o Ato Institucional n.º 2 (1965), dissolvem-se os antigos agrupamentos partidários, e rígidas restrições legais desenhadas pela engenharia militar impõem o bipartidarismo, com uma organização situacionista (Arena) e uma oposição consentida (MDB). A elas aderem imediatamente políticos das organizações extintas pelo autoritarismo. Elas passam a competir em eleições limitadas aos postos do Legislativo e a prefeituras de municípios pequenos e médios. Para o executivo estadual e federal, a escolha era feita pelo Colégio Eleitoral; nas capitais, estâncias hidrominerais e áreas consideradas de segurança, por nomeação do poder Executivo. (MELHEM, 1998, p. 30).

A Arena concentrava integrantes militares e políticos que fossem favoráveis ao regime ditatorial em vigor. Já o MDB, aglutinava agentes políticos e uma série de interessados que se opunham à ditadura militar. Mesmo com a possibilidade de existência de dois partidos, as eleições eram restritas a certos cargos e regiões. Um Colégio Eleitoral escolhia os representantes no âmbito Federal e Estadual, sendo que em capitais e outras localidades era o próprio poder Executivo que realizava as nomeações. Com isso, vemos uma grande concentração de poder nas mãos do governo federal, sob responsabilidade dos militares, em especial de membros do exército.

Passado esse momento de instalação da ditadura civil-militar, dos conflitos sociais, da repressão e censura e da luta contra o regime, é a partir de 1973 que a discussão em torno da abertura política e retomada da democracia no Brasil surge no horizonte. Segundo Marcus Faria de Figueiredo e José Antônio Borges Cheibub (1982), em 1973, uma estratégia foi adotada para a retomada da democracia no Brasil, sendo realizada em dois movimentos: um processo de descompressão lenta e gradual; outro, da convocação de uma Assembleia Constituinte. O primeiro processo foi angariado pelos governos militares, que de modo lento fizeram a

passagem de poder até as eleições presidenciais indiretas de 1985. Sobre a Assembleia Constituinte, ela foi formada em 1985, composta por diferentes atores políticos que resultou na promulgação da Constituição de 1988.

A intenção de dar forma à abertura política democrática surge a partir da posse do General Ernesto Geisel, em 1973, na presidência da república. Em sua primeira reunião de ministérios, o General “afirma desejar ver os instrumentos excepcionais com os quais o governo achava-se armado, superados, apelando, para tanto, à ‘imaginação criadora’ dos políticos e da sociedade” (FIGUEIREDO; CHEIBUB, 1982, p. 30). Esse discurso traz a conotação de um processo de transição que não ocorreria de forma imediata, mas que passava a ser possível a partir daquele momento.

Nesse contexto, Marcus Faria de Figueiredo e José Antônio Borges Cheibub (1982) indicam que quatro fatores políticos marcam o processo de redemocratização do Brasil. A Missão Portela, por meio da qual o Governo negociou com os setores da sociedade a superação dos instrumentos excepcionais até então instaurados; o surgimento de dois atores políticos de destaque, que são o novo empresariado e o movimento operário; por fim, a reformulação partidária, ocorrida em 1979, que possibilitou a criação dos partidos políticos no Brasil. A reforma partidária nos interessa em especial, porque é a partir dela que surgem as lideranças que comporão o cenário político quando da criação do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Um marco político que antecede a reforma partidária aconteceu nas eleições ao Senado, em 1974. Neste momento, o MDB conseguiu eleger 16 senadores, das 22 vagas em disputa, bem como 161 deputados (44%), das 364 cadeiras disponíveis (FARIA; FONTENELLE, 2014). Tal mudança de comportamento nas eleições para senadores e deputados foi um choque para o governo militar, que assumiu a derrota na época. Em 1977, como contrapartida, o General Ernesto Geisel fechou o congresso e estabeleceu uma reforma política que impõe a eleição indireta de um terço do Senado, de maneira a evitar nova vitória do MDB e seu fortalecimento. Segundo Marcus Faria de Figueiredo e José Antônio Borges Cheibub:

A estratégia adotada pelo Governo foi revelada pelo General Golbery do Couto e Silva em sua palestra na Escola Superior de Guerra (Veja, 19/10/80), tendo consistido na desarticulação do bloco oposicionista para garantir ao governo uma ampla liberdade de ação através de manobras com as várias frentes de oposição que surgissem. (FIGUEIREDO; CHEIBUB, 1982, p. 30).

No entanto, lideranças opositoras ao governo militar saíram fortalecidas de todo esse momento, como, por exemplo, Ulisses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola e Fernando

Henrique Cardoso. Em 1979 acontece, de fato, uma modificação na legislação partidária eleitoral no Brasil, que estabeleceu o pluripartidarismo. O Congresso Nacional aprovou a Lei n. 6,767, de 20 de dezembro de 1979, que modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, visando reestabelecer a liberdade política no país. É a partir desse momento que surgem partidos como, por exemplo, PDT, PTB, PP, PT, além do PMDB e PSD - que eram oriundos do MDB e da Arena. Também, é nesse momento que as legendas passam a usar a palavra “partido” antes da identificação de cada grupo político. Com isso, o caminho para eleições diretas para os governos dos Estados começa a ganhar corpo. Tais eleições não ocorriam desde 1960, logo após as sanções dos Atos Institucionais. O partido que nos interessa é o do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O MDB foi fundado em 24 de março de 1966, sob a legislação do Ato Institucional n. 2 (BRASIL, 1965). Por causa da bipolarização partidária ocorrida no período da ditadura militar, o MDB formou uma grande força política na época. Concentrava pessoas de diferentes setores interessadas na política do país, bem como aqueles que se colocavam em oposição à Arena e ao governo. Para Célia Soibelman Melhem:

Foi, portanto, em seguida a uma polarização do sistema partidário vigente e à brusca destruição deste por tanques aliados a civis que o MDB foi obrigado a se constituir, por decisão de Ato Institucional do regime militar, o qual pretendia estimular um espaço de oposição aparentemente fadado a uma longa exclusão do poder central. (MELHEM, 1998, p. 70).

O que vemos no trecho acima é que a criação do MDB foi aceita pelos governos militares, mas que sua atuação deveria ser de pouco impacto na vida política do país. Ainda para a autora, o surgimento dessa oposição buscava estimular o fortalecimento da própria Arena. Dessa forma, buscou-se colocar os líderes opositores em um mesmo grupo, de modo a enfraquecer as tomadas de decisão por causa dos diferentes partidos políticos que compunham a única legenda. Ainda:

As novas organizações também seriam elementos importantes na estratégia de manutenção de uma fachada de democracia, mas sobretudo cumpririam o papel de preservar espaços de influência política de forças civis, o que incluía ainda manter o funcionamento do Judiciário e o calendário eleitoral para o Legislativo e prefeituras. (MELHEM, 1998, p. 64).

Em outras palavras, a criação de uma oposição ao governo funcionava como estratégia para indicar que havia se instalado no Brasil não uma ditadura civil-militar, mas um governo militar com viés democrático. Com isso, era necessária a preservação de um espaço de oposição

para não caracterizar o regime político do Brasil como uma ditadura totalitária frente a outras potências do mundo, principalmente ao Estados Unidos, no contexto bipolarizado da Guerra Fria – mesmo que ela desempenhasse o papel político como tal. E dessa forma o MDB surge, se fortalece e ganha adeptos que passam a exercer sua atividade política neste campo delimitado que foi imposto pela ditadura civil-militar.



Foto 1 - Líderes políticos e militantes do MDB festejam o resultado da convenção do partido de 1979
(Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo)

Dentre os nomes políticos que se destacam na fundação do MDB, temos Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. Os dois tiveram participação importante na vida política brasileira. Tancredo Neves foi eleito de modo indireto, em 1985, como o primeiro presidente civil do Brasil pós ditadura. Por motivos de saúde e em função da sua morte, acabou não assumindo o cargo. No mesmo ano, Ulysses Guimarães foi escolhido como presidente da Assembleia Constituinte. Função que exerceu com destaque até a promulgação da Constituição de 1988.

Outro personagem político importante foi Franco Montoro (na foto acima, ao centro). Como opositor do regime ditatorial, Franco Montoro coordenou um grupo político dentro do MDB que se concentrou em dar apoio às tratativas para a abertura política e democrática nacional:

O discurso de Montoro no MDB defendia prioritariamente a volta da democracia e o desenvolvimento comunitário, mas igualmente sem rigidez ideológica, pois certamente acolheu no partido – e depois, como governador, incluiu em seu secretariado – pessoas que nem sempre davam prioridade a tais propostas, já que oriundas da Arena. (MELHEM, 1998, p. 163).

Em 1982, ocorrem as eleições diretas para governador nos Estados e Franco Montoro, já no PMDB, é eleito pelo voto direto como governador do Estado de São Paulo. Nesse momento, um núcleo político do PMDB passa a administrar um dos maiores Estados da federação. Sobre o momento da campanha para governador do Estado de São Paulo:

A campanha de Montoro a governador é comandada em um comitê do candidato, por onde transitam diferentes apoios, de dentro e de fora do PMDB. Ele explora seu perfil "suprapartidário", que o torna confiável até para influentes segmentos não-oposicionistas, fator relevante na hora de comprovar a governabilidade do partido de oposição. Prestes a controlar o governo do estado mais desenvolvido do país, a campanha agora é rica – a ponto de poder doar recursos para candidatos do partido em outros estados. Profissionais passam a ser contratados para tarefas específicas, abrindo novo campo de incentivos seletivos no partido. Também são constituídos grupos voluntários de especialistas para a elaboração do programa de governo, em geral organizados por temas setoriais de políticas públicas. Nesse caso, o incentivo seletivo seria a futura participação no governo. Na coordenação deles são colocados quadros de prestígio social, profissional e/ou acadêmico aprovados pelo candidato – não necessariamente quadros atuantes no partido. (MELHEM, 1998, p. 172).

O trecho acima é importante para entendermos como foi organizada a campanha de Franco Montoro que, posteriormente, impactou sua atividade como governador do Estado de São Paulo. Pelo convívio com vários partidos políticos da época, Montoro formou um grupo de trabalho com pluralidade partidária – que conseguiu no MDB – configurando o modo de gestão do Estado de São Paulo. Além disso, sua composição por profissionais especialistas, voluntários e acadêmicos, oferece uma característica singular ao programa que seria colocado em prática por Montoro.

Para organização do programa de governo, foram nomeados coordenadores setoriais. Estes eram coordenados por um coordenador Geral – no caso, José Serra – que se tornou futuro secretário do Planejamento do Governo Montoro. Sobre o programa de governo:

O programa apoiou-se em três temas centrais: descentralização, participação e geração de empregos, refletindo o contexto da época, de reação ao extremo centralismo e autoritarismo dos governos militares. Bem como de crise econômica e desemprego. No caso da descentralização, ela significou maior presença dos municípios na condução e na inspiração de programas, o que

certamente repercutiria favoravelmente na organização partidária, fortemente apoiada em prefeitos e deputados regionais. (MELHEM, 1998, p. 172).

Interessante notar a perspectiva da descentralização no programa de governo do PMDB. Veremos, futuramente, como o Sistema de Bibliotecas atuou diretamente nessa questão, a partir da instalação de convênios com os Municípios do Estado de São Paulo.

No que diz respeito ao campo da cultura, e em especial às bibliotecas públicas, temos um documento do PMDB que trata de como essa preocupação de participação democrática se insere na administração do Estado de São Paulo quando da eleição de Franco Montoro para governador. Conforme vimos, grupos de especialistas compunham as equipes de trabalho para redação do programa de governo de Franco Montoro. E com a cultura e as bibliotecas não foi diferente. Especialistas participaram na elaboração de um documento para a área da cultura no Estado de São Paulo.

2.4 Cultura e bibliotecas para o PMDB de São Paulo

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas surge na gestão do Governador Franco Montoro, vinculado ao PMDB, no ano de 1984. A construção da proposta da política para as Bibliotecas começa com o envolvimento da Fundação Pedroso Horta, ligada ao PMDB, por meio da sua Comissão de Cultura. Esse grupo chamado de “Madre Teodora” realizou uma série de encontros e reuniões a partir de 1982 para definir políticas para o Estado de São Paulo. Os resultados dessas reuniões podem ser encontrados em diferentes documentos do arquivo pessoal do Professor Luís Milanesi.

Em um desses documentos, denominado “Cultura” (Anexo I), o PMDB expõe as ideias e objetivos do partido para a sociedade naquele momento. Esse documento é rico em considerações sobre a cultura no período. A nossa perspectiva aqui repousa em alguns trechos, com comentários e análises, de modo especial no que tange à biblioteca. Vale indicar que esse documento pode ser utilizado para uma série de outras relações ainda não formuladas no que diz respeito à cultura, em pesquisas futuras.

Esse documento traz que:

Considerando o homem como sujeito capaz de transformar a si mesmo e de mudar o mundo, num contexto de dominação sócio-econômica, como o que vivemos, a cultura passa a ser práxis de libertação humana. (ANEXO I, p. 1).

Nesse trecho, observamos que o partido tem um entendimento de que a cultura é parte importante da construção política de suas propostas para o Estado de São Paulo. Ainda:

O PMDB concebe sua proposta cultural como programa aberto a um permanente processo de crítica, de revisão e de aperfeiçoamento, como expressão do exercício democrático de governo. (ANEXO I, p. 1).

A proposta de um “programa aberto e em permanente processo de crítica”, assim como “expressão do exercício democrático de governo”, demonstram como o PMDB estava alinhado ao processo de redemocratização do país após longo período de ditadura. A perspectiva de formulação aberta de um documento para a cultura evidencia o desejo de participação da sociedade na vida pública que, ao que veremos, será exposta no decorrer das propostas elaboradas para a Cultura. Além disso, tal trecho se coloca contrário a propostas autoritárias já realizadas no país que impunham seus planos e projetos, na busca de atender apenas os interesses políticos do momento.

Para garantir uma rígida hierarquia e uma efetiva centralização das decisões culturais, o governo autoritário procurou se servir de normas que promovem a monopolização de produção e de comunicação culturais. É o caso do código de telecomunicações, das leis que dificultam a formação de cooperativas de artistas ou produtores culturais, dos estatutos das universidades, da lei de censura e da lei de imprensa, entre outros. (ANEXO I, p. 1).

Acima, vemos uma clara preocupação do documento em se localizar no espaço/tempo do processo de redemocratização do país. Da mesma forma, o documento faz referência a um momento de centralização dos meios de comunicação através das empresas de telecomunicação do país, o que dificultou que iniciativas populares na área da cultura fossem criadas. Ainda:

No terreno específico da produção artística, movimentos teatrais, o cinema novo e tantos outros foram objeto de desarticulação, pela perseguição e marginalização de intelectuais e artistas. (ANEXO I, p. 2).

Fica explícito que o PMDB indicava a participação democrática nos seus processos de decisão na criação das políticas. Nos exemplos mencionados, o Partido critica a forma como o carnaval e o futebol foram usados no período do regime militar. Os dois de modo a cooptar a população e fazer com que ela pudesse ser controlada pelos interesses políticos.

Nesse documento podemos identificar a forma como o partido entendia a produção cultura:

A produção cultural deve ser entendida como um setor da economia nacional, com sua demanda educacional e com sua capacidade de gerar renda, empregos, novas receitas para o Estado de São Paulo e divisas para o país, pela crescente projeção internacional de nossos produtos culturais. (ANEXO I, p. 2).

Observamos, no trecho acima, a cultura como parte do desenvolvimento social, numa aproximação com a Educação. No entanto, o que chama a atenção é relacionar a cultura com a área da economia. É sabido que o setor político precisa dar sentido à cultura, fazer com que o orçamento e os esforços aplicados nesse setor sejam justificáveis. E o que vemos nesse trecho parte de uma proposta de que a cultura é também geradora de recursos e empregos. Essa é uma posição questionável, mas que faz sentido quando colocada na esfera da política. Tal constatação do termo “economia” nas preocupações da cultura ganha sentido com a seguinte explicação do professor Teixeira Coelho:

Nos anos 80 do século passado, aqueles como nós que nos esforçávamos para reduzir o atraso em relação ao cenário internacional e introduzir na universidade o campo do conhecimento conhecido como política cultural, cometemos um sério erro estratégico. Constatando que governo, iniciativa privada e sociedade civil não reconheciam na cultura — neste país Brasil — qualquer valor a justificar atenção e apoio econômico por parte das políticas públicas ou privadas, decidimos alterar o discurso e tentar convencer esses três setores de que o investimento em cultura pagava-se amplamente sob mais de um aspecto: a cultura reduziria a violência nas ruas (e os anos 80 foram particularmente violentos nas ruas, aqui, com sequestros relâmpagos, assaltos à mão armada a motoristas de carro, roubos de tênis usados nas ruas por crianças e jovens etc. etc.: os exemplos que vinham de cima, quer dizer, do próprio governo ditatorial do período 64-85 e dos grandes grupos industriais alheios a qualquer ideia de civilização, inspiravam o comportamento das ruas); e **tentar levá-los a perceber que a cultura promoveria o desenvolvimento econômico.**
[...]

O trocadilho era assumido: dá muito trabalho fazer cultura, como se diz, e como dá!, e **a cultura fornece muitas possibilidades de trabalho, portanto de renda.** Fazíamos isso porque havíamos constatado — era fácil fazê-lo, de resto — que este país havia perdido por completo a crença nos valores intrínsecos da cultura e que de nada adiantava continuar insistindo no potencial educacional, civilizacional da cultura. Éramos uns hipócritas, claro: não acreditávamos que a cultura “pudesse tudo isso”, nem parte disso; mas promover a cultura, para nós, era preferível — como descoberta da vida e do mundo, como ampliação da esfera de presença do ser como quis Montesquieu: mas quem entende ou dá atenção a um discurso como esse? — a muita outra coisa oferecida e apoiada neste país, como as partidas de futebol cercadas por brigas e assassinatos antes e depois dos jogos. (TEIXEIRA COELHO, 2020, p. 54, negrito nosso).

No trecho acima, Teixeira Coelho apresenta importante constatação do papel dos intelectuais na formação das políticas culturais na década de 1980. Podemos observar que a cultura é associada ao desenvolvimento social e, conseqüentemente, econômico. Segundo o professor, fazer tal associação da cultura nas políticas culturais foi uma forma de dar sentido para o setor político ao trabalho a ser realizado pelos setores culturais. Tal relato, que aparece em tom de desabafo em uma nota de rodapé do texto “Cultura, grandeza negativa” (2020), obra que comenta o livro “A tragédia da cultura”, de Georg Simmel, marca de forma significativa a atuação dos pensadores e daqueles que formularam políticas culturais naquele momento. Vemos que Teixeira Coelho explicita essa proposta de desenvolvimento social e econômico para que as políticas culturais possam ser realizadas com algum reconhecimento dos setores políticos e garantir orçamento, mesmo que insuficiente. Essa constatação é fundamental para entendermos um “sentido” da cultura nas políticas culturais do Brasil. Como pudemos constatar na política cultural desenvolvida pelo Departamento da Cultura da Prefeitura de São Paulo e, também, pela gestão Capanema no governo federal, o entendimento de cultura estava associado à Educação e ao desenvolvimento social. E que, ao longo do tempo, esse entendimento foi deslocado para o desenvolvimento econômico. Todos esses argumentos apresentados para associar cultura com educação, desenvolvimento social e economia são uma tentativa de dar significado a ela no ambiente político. Ou seja, uma forma da cultura se fazer necessária para que orçamentos e recursos fossem destinados para o setor. Esse posicionamento apresentado por Teixeira Coelho é expresso em trechos dos documentos analisados do PMDB.

Com relação à participação da sociedade na formação das políticas, o documento analisado apresenta:

A sociedade civil, neste e noutros Estados, vive a tentativa de formular um projeto social que contenha sua pluralidade e atenda seus anseios de participação.

Nesse sentido, cabe ao PMDB, como partido de frente democrática, lutar por um projeto que, no campo da cultura, seja expressão desse movimento pluralista, valorizando nossa cultura como afirmação básica da identidade nacional. (ANEXO I, p. 2).

O trecho acima demonstra que o momento vivido no país demandava um processo de participação democrático da sociedade civil na vida política, e que esse projeto do PMDB para a cultura traria pluralidade e escuta dos interesses e desejos da população. Nesse sentido, o partido propôs os seguintes pontos em uma gestão democrática da cultura:

1. Mobilização do partido para total extinção das normas autoritárias que deformaram a produção cultural, e especialmente a atual lei de segurança nacional;
2. adequação e utilização da lei de direitos autorais e conexos, e das regulamentações das profissões relacionadas com a área da cultura;
3. dotação orçamentária adequada aos objetivos aqui específicos;
4. criação de leis de incentivo fiscal à produção artística e defesa do patrimônio cultural;
5. ampla reforma das leis de telecomunicações, na linha de sua efetiva democratização, que inclui a incorporação de inovações tecnológicas;
6. uso dos instrumentos de comunicação do Estado em benefício do pluralismo democrático, impedindo sua manipulação pelos ocasionais ocupantes do poder;
7. facilitar aos profissionais condições de produção independente;
8. defesa eficaz da produção cultural brasileira e incentivo ao livre intercâmbio cultural com outras nações;
9. descentralização das decisões culturais do Estado e gestão democrática dos instrumentos de política cultural, com participação direta de intelectuais e artistas, através de suas organizações;
10. descentralização da produção e da promoção cultural, tendo-se em vista o interior e a periferia, com a criação de novos núcleos locais de produção;
11. intercâmbio intra e inter regional, visando o máximo aproveitamento possível de recursos locais das várias regiões e o estabelecimento de contatos e influências recíprocas entre as várias formas de manifestação artística.
12. convênio com organismos culturais de outros Estados;
13. respeito às características multiculturais do Estado, elaborando programas que atendam a essa multiplicidade cultural;
14. apoio a organizações culturais de base já existentes e estímulo a novas organizações.
15. recomposição dos órgãos dirigentes da Rádio e Televisão Cultura – RTC, para ampliar neles a participação das várias regiões do Estado, impedindo o desvirtuamento de suas finalidades.
16. preservação das instituições culturais do Estado, impedindo o desvirtuamento das suas finalidades.
17. na área de produção cultural, ampliação das facilidades de formação profissional; estímulo à criação cultural veiculável pela Secretaria de Cultura e pela RTC; mapeamento em som e imagem, das verdadeiras fontes de nossa

cultura e ampliação dos espaços apropriados à criação e apresentação dessa produção;

18. fortalecimento e revisão das diretrizes dos órgãos vinculados à preservação da memória cultural de São Paulo.

19. incentivo às bibliotecas como solução específica não só para registro da memória cultural, como para o desenvolvimento da criatividade.

20. estabelecimento, em colaboração com os municípios, de uma infraestrutura cultural que permita o fluxo de informações em todos os sentidos, tanto do público para o acervo bibliotecário, quanto do acervo para o público, bem como entre públicos e acervos distintos. Todo esse fluxo será presidido pelo bibliotecário, que deixará de ser mero guarda livros, para converter-se em animador cultural.

21. nos setores do cinema, artes cênicas, artes plásticas, música e literatura, incrementar a participação dos que trabalham nessas áreas, para a formulação de novos projetos que estimulem a criação e a democratização da cultura, preservando, de forma adequada, a memória cultural desses setores e procurando valorizar o saber popular como fonte de conhecimento.

22. a política cultural do Estado manterá vivo o mercado de trabalho cultural, de artistas, intelectuais e técnicos, por intermédio do planejamento das atividades – culturais desenvolvidas especialmente com a participação governamental. (ANEXO I, p. 3-5).

O primeiro item diz respeito aos planos e projetos que foram desenvolvidos no período do regime militar. No caso, o PMDB indica que tais propostas “deformaram” a produção cultural no país e, também, colocam nessa questão a lei de segurança nacional. No segundo item, há preocupação com direitos autorais. Com isso, buscavam dar visibilidade e autoria aos atores da cultura. Isso porque foram escanteados no período anterior e, muitas vezes, impedidos de apresentarem seus próprios nomes com receio de sofrerem consequências em suas vidas privadas. O terceiro ponto diz respeito a dotação orçamentária. Essa questão é fundamental nas políticas culturais para que a cultura possa bem desenvolver as suas atividades em sociedade, uma vez que ela não tem como atividade primária a geração de recursos. No item 4, vemos a proposta do incentivo por meio de legislação específica que beneficie o setor cultural. O item cinco atua diretamente sobre a questão das telecomunicações. É sabido da importância que havia no período dos veículos de comunicação rádio e TV e, por isso, era preciso que houvesse uma atuação da cultura nesses setores, de modo a dar visibilidade às atividades realizadas e permitir uma maior participação dos públicos no conhecimento do que seria proposto. Além disso, vemos que o trecho apresenta a necessidade de uso dos recursos tecnológicos da época. A década de 1970 é marcada pelo avanço da televisão e o surgimento das transmissões a cores

– momento histórico marcado com a transmissão para o mundo da Copa do México. O item 6 é de extrema importância no que diz respeito ao período da democratização. Ele indica que os “instrumentos de comunicação” deveriam servir para que mais vozes pudessem expressar as suas opiniões, num “pluralismo democrático”. Dessa forma, impedir a manipulação das informações por autoridades no poder. Tal item pode ser aplicado a diferentes contextos e épocas. A manipulação das informações pelos ocupantes de poder impede que a democracia aconteça de forma plena. E esse controle de informações de acesso ao público impede que os cidadãos possam viver com base nas suas escolhas e tomada de decisões. O item 7 trata da produção independente dos profissionais da cultura. Essa questão está intimamente relacionada à liberdade de expressão. Uma afirmação de que os profissionais da área da cultura poderiam realizar suas atividades de forma independente, sendo assegurada a livre expressão artística. O item 8 diz respeito a uma preocupação com a cultura brasileira e o seu contato com culturas de outras nações. O item 9 demonstra a organização civil como destaque, com a participação de artistas e intelectuais. Organizações que estariam na liderança dos movimentos e com participação na vida política do país. O item 10 segue nessa mesma linha de ação no que diz respeito à participação da sociedade civil nas decisões na área da cultura. Além disso, traz a abertura de novos núcleos de produção cultural com a participação do interior e da periferia. Interessante notar que tal expressão aparece no documento. Marca como a periferia é um local de emergência da vida cultural nos Estados e ficou negligenciada por gestões na área da cultura. O item 11 trata da troca de experiências entre as diferentes regiões, de modo a fazer circular as manifestações artísticas de cada localidade. O item 12 traz a possibilidade de serem firmados convênios na área da cultura com entidades de outros Estados. Essa lógica de trabalho em uma gestão cultural amplia a atuação das instituições culturais, ao mesmo tempo em que dá maior visibilidade ao que é realizado para outras regiões. Ou seja, é realizado o fortalecimento da instituição o que gera uma maior visibilidade de suas ações entre os Estados. O item 13 apresenta que as ações realizadas pela política cultural devem atender aos diferentes públicos, com respeito às multiplicidades culturais. Tal item é importante pelo fato de que existem diferentes manifestações culturais em nosso país. O item 14 reforça o estímulo às organizações culturais realizadas pela sociedade civil e seu papel na vida democrática das políticas. O item 15 diz respeito ao canal de comunicação do governo do Estado de São Paulo, a Rádio e TV Cultura. Ela foi uma das instituições que sofreu com sanções em sua programação no período do regime militar e com o falecimento do jornalista Vladimir Herzog. O item 16 refere-se à manutenção das instituições culturais do Estado de São Paulo. O item 17 trata da formação profissional de trabalhadores da área da cultura, atentando para que as produções desses

profissionais sejam veiculadas. Interessante notar nesse item a indicação de um registro audiovisual das “verdadeiras fontes de nossa cultura”. O documento expõe que o que estava sendo veiculado no período era um conteúdo orientado por uma política cultural que distorcia o que era a cultura brasileira. Não é possível saber apenas pelo documento quais eram as fontes criticadas. O item 18 está preocupado com a preservação da memória do Estado de São Paulo. Expõe que fará uma revisão nas instituições que realizam tal trabalho, de modo a analisar e fazer mudanças nas diretrizes de trabalho desses órgãos. O item 19 é o que trata especificamente da biblioteca. Apresenta que ela deverá trabalhar com o registro da memória cultural e, também, com o desenvolvimento da criatividade. O primeiro ponto diz respeito a questão da formação de acervo e documentação. O segundo traz um marco importante, pois coloca a biblioteca como uma instituição criadora, promotora de iniciativas na área da cultura, como responsável por incitar em seu público a capacidade criativa. Tal proposta coloca a biblioteca, no caso a pública, na posição que vai além do acervo/memória. Ser uma formadora de estímulos para que seu público seja criativo implica em um outro papel da biblioteca na sociedade. Papel atuante que passa a trabalhar em uma esfera que vai além da forma – o tratamento técnico – e passa ao conteúdo. E, para a realização dessa proposta, seria possível prever um corpo profissional capacitado para essa empreitada. Tal proposta expressa nesse documento do PMDB indica o trabalho que seria feito pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Um trabalho voltado para o desenvolvimento da capacidade criativa nas bibliotecas e nos seus públicos. O item 20 também diz respeito ao trabalho da biblioteca com a criação de uma estrutura que possibilite fluxo de informações com relação aos acervos e os públicos entre os municípios. Além disso, entende o profissional bibliotecário como responsável por organizar essa estrutura. Interessante notar que, nessa passagem, fica explícita a crítica ao fazer profissional do bibliotecário, com a indicação: “deixará de ser mero guardador de livros, para converter-se em um animador cultural”. Tal colocação novamente implica em outra forma do fazer profissional, como no item 19. A necessidade do profissional bibliotecário elaborar e realizar propostas que trabalhem com os fluxos das informações culturais nos municípios. Relação de mão dupla. Essa proposta está ligada ao pensamento dos idealizadores sobre o trabalho que a biblioteca pública poderia realizar. Somente um grupo que visualize a biblioteca pública com uma instituição além do acervo poderia indicar tal proposta. Ainda, nesse item aparece o termo “animador cultural”. Questão que marca uma forma de trabalho do profissional nessas bibliotecas. O item 21 propõe a participação dos diferentes setores na formulação de propostas que estimulem a “criação e a democratização da cultura”. Essa iniciativa tinha por objetivo estimular a participação da sociedade e, ao mesmo tempo, fazer uso do saber popular

como forma de manutenção de uma memória coletiva. Essa temática de uma cultura que estimule a capacidade criativa estava muito ligada ao pensamento de Celso Furtado, que futuramente foi Ministro da Cultura e criaria a Fundação Pró-Livro. No item 22, a discussão dá-se em torno do fomento ao mercado cultural no Estado de São Paulo. Item fundamental para a manutenção do setor a partir de uma política cultural.

A principal questão tratada em praticamente todos os itens é a participação democrática da sociedade nas discussões da área da Cultura para o Estado de São Paulo. O documento demonstra essa proposta de forma clara. Nos itens expostos, diferentes setores da cultura são tratados em suas especificidades; vale destacar que a biblioteca é uma instituição discutida em detalhes.

A biblioteca pública é uma instituição fundamental em um Estado Democrático e, nesta perspectiva, é o local da multiplicidade de vozes. Mesmo que seu acervo represente um recorte temático (limites), está ligada ao conjunto social que a mantém. Dessa forma, vive, absorve e transforma o cotidiano ao seu redor. É o local onde todas as vozes se encontram para melhor buscar os caminhos para a sociedade. Nela habita a pluralidade de discursos. Portanto, é uma instituição com importante participação na formação da sociedade brasileira que estaria por vir.

2.5 Dos antecedentes da criação do Sistema: a Fundação Para o Livro Escolar

A ideia de criação de um Sistema de Bibliotecas Públicas não era nova para a época. Em 1962 o Governo do Estado de São Paulo instituiu, por meio da Lei 7.251, de 24 de outubro de 1962, a Fundação Para o Livro Escolar (FLE), que tinha como atribuições:

- I - edição de obras didáticas, de preferência obras de referência (dicionários, atlas e outras), mediante contratos industriais com empresas especializadas;
- II - aquisição, diretamente das empresas editoras, de livros didáticos, de acordo com levantamento dos livros adotados;
- III - venda, a preço módico, de livros de sua edição ou adquiridos, por intermédio dos órgãos da Secretaria da Educação, por instituições auxiliares da escola ou pela própria Fundação;
- IV - instituição de concursos ou de prêmios para autores de livros didáticos;
- V - promoção de pesquisas e de estudos sobre livro didático, encarados nos seus aspectos pedagógicos, econômicos e comerciais. (SÃO PAULO, 1962).

Antes da criação do Sistema de Bibliotecas do Estado do Estado de São Paulo, foram elaborados planos para criação de uma rede Estadual de bibliotecas municipais. Essa proposta foi idealizada pela Fundação Para o Livro Escolar, a pedido do Governo do Estado de São Paulo, tendo como responsável pela assinatura dos documentos a Sra. Amélia Maria Moreira (professora primária e bibliotecária, formada pela turma de 1971 do Curso de Biblioteconomia da ECA-USP¹⁷). Posteriormente, Amélia foi presidente da Associação Paulista de Bibliotecários e contribuiu para a inclusão do tema das bibliotecas nas discussões do PMDB para eleição do Governo do Estado, em 1982 (ANEXO II) – primeira eleição direta para governador do Estado de São Paulo após ditadura civil-militar.

Dois documentos de responsabilidade da Fundação Para o Livro Escolar apresentam a criação e implementação de uma rede de bibliotecas públicas nos municípios do Estado de São Paulo, são eles: “Plano para implantação de Bibliotecas Públicas em pequenos municípios” e “Estrutura Organizacional e Instalações – Recursos Humanos – Mobiliário e Equipamentos” (ANEXOS III e IV). Esses documentos demonstram uma proposta de formar um Sistema, no qual seria criada uma biblioteca central responsável por realizar contratos com os Municípios, fornecer assistência de trabalho técnico, controlar recursos financeiros e criar bibliotecas ramais. Os documentos também trazem os tipos de bibliotecas e quantos livros seriam necessários para entender os municípios de acordo com o número da população local.

O documento “Plano para implantação de Bibliotecas Públicas em pequenos municípios”, assinado por Amélia Maria Moreira (ANEXO III), foi apresentado no “2º. Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior de São Paulo”, realizado na cidade de São Carlos e 28 e 29 de outubro de 1972. Nele encontramos questões importantes que indicam o relacionamento da Fundação com o Estado. Primeiro, vale destacar que esse documento é o resultado de um segundo encontro da Bibliotecas Públicas do Estado. Ou seja, já havia uma movimentação sobre o tema “bibliotecas públicas” na Secretaria de Educação e Cultura do Estado de São Paulo naquele período. Questão que demonstra relevância da atuação das bibliotecas públicas para o Estado. O documento apresenta:

Plano de trabalho da Fundação Para o Livro Escolar, colocando a disposição das Prefeituras Municipais o acervo inicial, seu processamento técnico e a

¹⁷ A história sobre a criação do curso de Biblioteconomia e do curso de Documentação da Escola de Comunicações Culturais da USP, posteriormente denominada Escola de Comunicações e Artes, com documentação de processos, análise curricular de quando os cursos foram criados, nomes dos professores e alunos, fotos da primeira turma do curso de Biblioteconomia, constam na pesquisa: ASSIS, Leonardo da Silva de. **Biblioteconomia ECA-USP: por uma outra formação acadêmica.** 2009. 244 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

assistência material necessária para a instalação de Bibliotecas nos pequenos municípios, por um preço muito aquém de seu justo valor. (ANEXO III, p. 1).

[...]

É feita a colocação das obrigações e responsabilidades inerentes a ambas as partes contratantes: FLE e Prefeitura Municipal assim como a necessária participação da comunidade. (ANEXO III, p.1).

O que temos no trecho acima é a participação da FLE na criação de bibliotecas públicas nos municípios do Estado de São Paulo. O documento é um plano de trabalho com as propostas a serem desenvolvidas para a criação das bibliotecas, bem como as responsabilidades assumidas entre as partes interessadas. Vale destaque ao trecho que demonstra a participação da comunidade na criação das bibliotecas. Essa preocupação mostra um posicionamento de participação e envolvimento dos municípios na criação das bibliotecas.

No item 2.1 do documento, consta que era um dos objetivos da FLE: “Difundir a Biblioteca levando-a aos pequenos municípios e a toda população do nosso estado” (ANEXO III, p. 1). Dessa forma, vemos nesse a concepção de um plano elaborado pela FLE, com a aprovação do governo do Estado de São Paulo, que tinha por objetivo difundir a criação de bibliotecas nas pequenas cidades.

Esse documento traz qual o entendimento que a FLE tinha da biblioteca, sendo:

A Biblioteca é parte integrante do processo educativo e de grande importância, destinando-se a apoiar o trabalho do mestre, sedimentar e ampliar os conhecimentos adquiridos através da educação sistemática. (ANEXO III, p. 2).

Portanto, vemos que a proposta da FLE na criação de bibliotecas nos municípios tinha ênfase na área da Educação. No entanto, também havia preocupação com a cultura:

A Biblioteca é uma instituição de cultura indispensável para o cabal cumprimento da função educativa e para o desenvolvimento cultural de um povo. (ANEXO III, p. 2).

Essa menção de que a biblioteca é uma “instituição de cultura” coloca uma outra dimensão na forma de trabalho que seria realizado para essa rede de bibliotecas. Abre-se um campo de atuação e possibilidades que extrapola a preocupação educacional. Dessa forma, vemos que a educação e a cultura estariam juntas no trabalho realizado pela FLE.

O documento segue no detalhamento para a implantação de bibliotecas pela FLE nos Municípios. No plano de implantação, temos os pontos essenciais:

- 4.1 Diminuição do custo material do acervo.
- 4.2 Assistência técnica na compra, organização e manutenção da Biblioteca.
- 4.3 Treinamento de pessoal responsável.
- 4.4 Atualização periódica de acervo. (ANEXO III, p. 3).

O trecho acima é uma síntese do trabalho a ser realizado pela FLE. A proposta está centrada em fornecer o acervo, tratamento técnico e orientações para a instalação das bibliotecas nos municípios. Cabe destacar que tal proposta seria firmada com os municípios por meio de um termo de compromisso. Ou seja, a FLE tinha essa atribuição junto ao Estado de poder firmar acordos diretos para realização dos trabalhos nas cidades do Estado de São Paulo.

Com relação ao acervo, num primeiro momento, seria feita uma mobilização com a população local para obter doações. Também, a aquisição poderia ser feita por meio de compra da Prefeitura. Interessante que o documento indica que, dessa forma, a prefeitura conseguiria a participação da comunidade e a tomada de consciência da mesma nas atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural. A compra, seleção, distribuição e atualização dos materiais seria feita pela própria FLE, com a escuta dos interesses das bibliotecas municipais. Também, todo processamento técnico – classificação e catalogação – estaria a cargo da Fundação, o que diminuiria o trabalho de pessoal nas bibliotecas dos municípios.

Outro ponto interessante do documento é uma proposta de capacitação dos funcionários que atuariam nessas bibliotecas:

A pessoa ou pessoas responsáveis pela biblioteca como atendentes serão orientados na FLE, em época oportuna, recebendo as instruções necessárias para o mais eficiente funcionamento da Biblioteca no tocante ao processamento do material recebido, as promoções a serem realizadas e ao adequado atendimento ao leitor. Esta orientação não terá caráter de habilitação profissional nem categorizará ao exercício da profissão. Não serão expedidos certificados nem diplomas, o treinamento será apenas em caráter de orientação ao pessoal responsável por bibliotecas que não tenham condições suficientes para manter pessoal qualificado. (ANEXO III, p. 5).

Do trecho acima, destacamos tal preocupação de orientar os funcionários da biblioteca para atenderem aos usuários nos municípios. Com isso, observamos o interesse da FLE de que o trabalho na biblioteca não estivesse restrito apenas à disponibilização de um acervo, mas à forma como se dava o tratamento daquela biblioteca com o público do município. Reconhecer que, para se atuar nessa instituição, seria necessário conhecer as pessoas que utilizariam os serviços prestados.

No item 5 “Participação das Prefeituras e da Comunidade”, encontramos as responsabilidades que seriam dos Municípios. São elas:

Às Prefeituras Municipais caberá a responsabilidade:

5.1 Designar local para instalação da Biblioteca.

5.2 Providenciar Legislação criando a Biblioteca e destinando verba para custeio e manutenção da mesma.

Deverá haver aprovação de verbas para:

5.2.1 Compra de acervo inicial e do mobiliário necessário.

5.2.2 Pagamento do pessoal responsável pela Biblioteca

5.2.3 Atualização anual do acervo. (ANEXO III, p. 6).

O trecho acima demonstra que a Prefeitura seria totalmente responsável pela biblioteca no Município. Importante frisar a necessidade da criação de uma legislação da biblioteca, com a indicação de orçamento para manutenção dos trabalhos. Tal atribuição legal institucionaliza a biblioteca na vida da comunidade. Além do mais, uma vez explícito em legislação local a existência da biblioteca, afirma que aquela instituição é uma necessidade para o desenvolvimento social e cultural das pessoas que moram naquela localidade. Com isso, o trabalho da FLE seria o de entregar um serviço especializado na biblioteca do Município por meio do acervo, do processamento técnico e do treinamento de pessoal para o atendimento da comunidade.

Com relação ao Termo de Compromisso, o documento seria assinado entre a Prefeitura e a FLE, no caso como uma representante da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (SEC-SP). Ele seria a formalização legal do compromisso do Município na criação da biblioteca e no cumprimento das responsabilidades exigidas para o bom funcionamento da instituição. Nesse documento, deveria constar a obrigatoriedade do local de instalação da biblioteca, questões de orçamento e contratação de pessoal. Ainda, que deveria ser contratado no mínimo um responsável pela biblioteca, mas o documento não deixa claro se esse profissional deve ser um bibliotecário. O que está indicado é que “poderão ser aproveitados estudantes do 2º. grau através de pagamento de bolsas de Estudos (ANEXO III, p. 7). Com relação ao acervo, existe uma menção ao INL com a indicação de que uma parte do orçamento da prefeitura deverá ser destinado à ampliação anual do acervo. Todos esses requisitos deveriam ser firmados pela prefeitura com a Fundação por meio de um Termo de Compromisso. Com relação às

obrigatoriedades da FLE: “A FLE de sua parte comprometer-se-á a fornecer o acervo inicial mencionado (500 livros) e a prestar assistência técnica e da atualização do acervo”. (ANEXO III, p. 8).

Para controle das atividades, cada biblioteca deveria enviar anualmente um relatório de suas atividades com dados de empréstimos, número de usuários, livros mais procurados, palestras, encontros, debates e reuniões. Interessante notar que a prática de produção de relatórios também foi adotada futuramente pelo Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo para monitoramento das atividades. Sobre a participação da comunidade, o documento menciona que cada biblioteca poderia criar a sua Associação de Amigos, com o objetivo de trazer maior envolvimento das pessoas da cidade com as propostas desenvolvidas pela biblioteca. Tal recomendação é um indicativo do diálogo constante e necessário que a biblioteca deve estabelecer com o público que a frequenta.

O documento termina com o item “Recomendações”. Nele são indicados alguns pontos importantes que devem ser estabelecidos entre as prefeituras e a FLE. Fica claro, nesse momento, que a instalação dessas bibliotecas é de caráter público:

6.5 que as bibliotecas municipais, nos municípios pequenos, que contam com poucos recursos orçamentários, exerçam, também, a função de bibliotecas escolares, centralizando-se o fornecimento e a difusão da informação num único local apropriado (ANEXO III, p. 9).

O envolvimento das bibliotecas públicas com as bibliotecas escolares aparece durante todo o documento. Chega a ficar confuso em qual momento está sendo discutida a instalação de bibliotecas públicas ou bibliotecas escolares. No entanto, vemos claramente nesse encerramento do texto que a instalação seria de bibliotecas públicas nos pequenos municípios e que elas poderiam servir como bibliotecas escolares. Ainda nessa questão, temos o momento que a FLE indica a criação de uma rede de bibliotecas públicas:

6.6 que seja implantada uma rede de bibliotecas públicas e escolares no Estado, inseridas no sistema de Coordenação Central, sob a direção da FLE, exercendo-se, respectivamente, através das Bibliotecas Regionais a serem criadas e das Sedes Regionais da rede Oficial de Ensino. (ANEXO III, p. 9).

[...]

6.10 Que todas as atividades dos órgãos governamentais do Estado de São Paulo, concernentes a bibliotecas municipais e escolares, sejam exercidas em entrosamento com a FLE, evitando-se a duplicação de esforços e a dispersão de verbas. (ANEXO III, p. 10).

Vemos, a partir de tal documento, que a FLE seria a responsável por administrar as redes de bibliotecas públicas e escolares no Estado de São Paulo. Além disso, que ela concentraria as atividades para que houvesse um bom aproveitamento dos trabalhos realizados nas duas redes. O documento finaliza com três outros documentos citados, oriundos de bibliografia consultada, o que indica que existia referencial teórico que embasava aquelas propostas. É mencionado um documento da American Library Association (1967), sobre padrões mínimos para criação de sistemas de bibliotecas, um documento do INL (sem data) sobre Convênio de Bibliotecas e, por fim, a autora Xavier Lasso de la Vega, sobre a biblioteca como edifício funcional: construção e equipamentos. O documento é assinado por Amélia Maria Moreira. Vale frisar a indicação ao INL, conforme já demonstramos, como órgão orientador das bibliotecas públicas no país.

Para identificar a validade dessas informações expressas no documento, bem como nos demais produzidos pela FLE sobre a criação dessa rede de bibliotecas públicas, fizemos uma entrevista com a Sra. Amélia Maria Moreira, realizado no dia 6 de agosto de 2022.



Foto 2 – Entrevista com Amélia Maria Moreira

Segue um trecho no qual ela relata o trabalho realizado na FLE neste período:

Eu era professora primária. Era, sou. Não atuo, mas sou. Eu dava aula e estudava biblioteconomia. Dava aula para crianças. Sempre gostei de dar aula e alfabetizei um bocado de brasileiros. E aí, quando me formei, a Dona Regina

[Silveira]¹⁸ que era amiga ou participava das reuniões da Fundação Para o Livro Escolar, eles estavam com a intenção, tinham comprado, ganho de algumas editoras uma porção de livros. E ela estava interessada que se fizesse bibliotecas com esses livros, que se organizasse e mandasse para as escolas. E aí ela me convidou se eu gostaria de trabalhar com isso. Ela me encaminhou como aluna porque ela tinha uma certa confiança, achava seriedade nas minhas aulas, na execução. E aí ela foi conversar com o pessoal da Fundação para o Livro Escolar, na FLE, que gostaria de começar esse processo lá. Aqueles livros serem mandados para as escolas, mas devidamente organizados e poderiam ser utilizados pelos professores, para os alunos, mas de uma forma organizada para não se perder como tantos muitos acervos, muitos livros que eram mandados para as escolas e acabavam se perdendo. E aí começamos a fazer um levantamento, a própria Fundação fez, das escolas que não tinham biblioteca de pequenos municípios. Programa de pequenos municípios. Das escolas de pequenos municípios. E aí se verificou que nas escolas não havia biblioteca, nem nas cidades pequenas, nos pequenos municípios. Aí o programa foi alterado para Bibliotecas para Pequenos Municípios, com acervo indicado já na medida que fosse crescendo o projeto, a biblioteca pública teria um acervo especial para ir para a escola e formar a biblioteca escolar. Então, todo processo técnico foi feito, as fichas, tudo, os livros. Infelizmente, eu não fiz a seleção dos livros. Eram os livros que estavam, alguns que eu não compraria para formar um acervo de uma biblioteca pública em pequeno município. Mas vamos trabalhar com esse pequeno acervo para o início. Pode ser que alguma coisa eu achasse que não estava bom, mas talvez as pessoas do município gostassem. Como, tipo assim, história de religiões. Não que eu não gostasse de ter, mas achasse como tinham poucos livros, eu achasse que mais para frente da biblioteca..., mas usamos. Tinha bastante livros. Alguns por doação, alguns doaram, alguns adquiridos. Então, foi composta uma comissão, inclusive por indicação da Profa. Regina [Silveira], nossa professora da ECA. E algumas pessoas de expressão da biblioteconomia e formamos uma comissão para estudar o problema, o encaminhamento, tudo. E tínhamos reuniões. Eu fui comissionada para lá. Eu recebia o salário de professora, e eles fizeram uma complementação de salário de bibliotecário. E reunimos equipe estudávamos qual a melhor maneira, como seria, como não seria. Então, tomamos a decisão de colocar para essas prefeituras quem teria interesse em ter uma biblioteca com um acervo que depois seria destinado para a escola, quando aquilo crescesse. E os municípios que se manifestaram, então, foi feita uma programação para que esses municípios conseguissem um local, um espaço, para instalar a biblioteca pública, conseguissem uma pessoa ao menos com o nível antigo ginásial, porque na pesquisa não havia sequer uma bibliotecária nesses municípios. Até municípios maiores não havia. Então, começamos a fazer o trabalho com relação aos livros e ao acervo. Depois que a gente aprontou algumas bibliotecas, algum acervo, foi encaminhado às bibliotecas, devidamente processado, as fichas elaboradas com assunto, autor, título de todos os livros e o todos os fichamentos separados. E os livros iam sendo encaixotados. A medida que foram todos encaixotados, nós começamos a entrar em contato e fomos, então, preparar as pessoas para tratar dessas bibliotecas, desses livros. E aí, passamos, a FLE pagava hotel, e convocamos algumas pessoas. Eu cheguei a dar oito cursos. Lá na própria Fundação montamos uma pequena biblioteca experimental. Não todos aqueles livros do acervo, mas uma parte. E aí as pessoas iam para lá, a fundação pagava hospedagem, almoço, e eu então mostrava como os livros deviam ser organizados, mostrava um pouco do sistema que foi utilizado, a

¹⁸ Regina Silveira. Professora do curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações Culturais – ECC.

classificação, enfim, o fichário lá para elas consultarem. Como se fosse uma mini biblioteca que elas iriam receber. Mas tinha algumas pessoas bastante entusiasmadas, algumas professoras bastante entusiasmadas, interessadas, estava até interessadas em depois fazer o curso. Então, aí a tramitação para como fazer isso. E acontecesse que estava tudo esquematizado. Tínhamos preparado 20 bibliotecas, todas encaixotadas, com assunto, com os fichários prontos já para fazer a duplicação na Fundação. Contávamos com a colaboração de alguns funcionários, inclusive um jornalista que participava bastante das nossas discussões, ele era comissionado lá também. Eu tentei recuperar as minhas informações, mas tem uma parte que está em São Paulo, outro no interior onde eu tenho um rancho para descansar de vez em quando. Não tive tempo de localizar esse material, talvez alguma coisa vai me falhar a memória. Já com 82 anos a memória dá [risos] uns saltinhos. E aí, então, nesse preparo a gente colocou uma indicação com bolinhas coloridas. A bolinha de certa cor naqueles livros, eles iriam depois constituir um mini acervo de uma biblioteca escolar. Então, quando fosse tirar já estavam todos aqueles livros indicados para ir para uma escola. Dar início a uma biblioteca nesses pequenos municípios. E a gente conseguiu instalar acho que seis bibliotecas. Duas ou três eu fui até visitar. Inclusive a de São Roque, a pessoa muito interessada. A Biblioteca estava funcionando bem. E chegaram as caixas, com os livros, estavam sendo colocados nas estantes, tudo. Mas aí aconteceu o seguinte. Tudo tem a sua política. A Secretária da Educação [do Estado] era a Profa. Ester de Figueiredo Ferraz e o irmão dela era o prefeito [da cidade de São Paulo], Figueiredo Ferraz. E houve problema de desentendimento. Acho que ele pediu exoneração da prefeitura. E a Doutora Ester, em solidariedade ao irmão, também pediu exoneração da Secretaria da Educação. E ela que estava dando muito apoio. Isto posto, muda o prefeito, muda o Secretário, o negócio foi encerrado. O que aconteceu com as caixas de livros que estavam arrumadas para serem uma biblioteca, elas foram distribuídas sem nenhum critério, uma caixa para cada escola. Então, uma escola recebia uma caixa de livros de história, outra de geografia, a maioria dessas caixas foi parar debaixo da mesa das diretoras das escolas. E não sei depois o que aconteceu. Não sei se conseguiu usar porque não foi o fichário, não foi a organização. Foram caixas. Porque a nova política, não lembro quem foi o Secretário, acabou com aquele projeto. O programa foi encerrado, as caixas estavam lá, acho que alguém perguntou: para que serve? Para quem são? E começaram a enviar para as escolas. E assim terminou a minha primeira frustração na área das bibliotecas [risos]. (MOREIRA, 2022, 00:06:25-00:16:53).

A entrevista com a Sra. Amélia Maria Moreira confirma que houve um trabalho da FLE numa proposta de instalação de bibliotecas nos municípios do Estado de São Paulo, em 1972. Que esse serviço central seria realizado pela FLE, no tratamento técnico, indicação de instalação das bibliotecas, firmar termos de compromisso e no treinamento de pessoal responsável das bibliotecas públicas. Além disso, de que a proposta inicial era o atendimento para criação de bibliotecas escolares. Sobre esse grupo de pesquisadores, Amélia conta que:

Tinha uma equipe com vários bibliotecários, inclusive bibliotecários experientes da Biblioteca Mário de Andrade, a Dona Eddy [de Mattos Pimenta

da Gama e Silva]¹⁹ e tinha duas contratadas pela FLE. (MOREIRA, 2022, 00:18:58-00:19:15).

Com isso, a proposta foi alterada para que pudesse primeiro criar as bibliotecas públicas e, depois, parte do acervo daria origem às bibliotecas escolares nos pequenos municípios. Esse relato é de fundamental importância para entender como ocorreu esse processo de pensar uma primeira rede de bibliotecas públicas para o Estado de São Paulo. Esse processo parte da FLE, a partir da necessidade de distribuição desses materiais para as bibliotecas. A professora Regina Silveira expressa essa vontade junto a FLE de distribuir o acervo de forma organizada e, com isso, forma um grupo de pesquisadores e interessados para identificar e conhecer a realidade das bibliotecas nos municípios do Estado, num primeiro momento com a preocupação nas bibliotecas escolares. E nessa proposta surge todo um desdobramento de trabalho técnico, com a produção de documentação específica para instalação das bibliotecas nos pequenos municípios.

Outro fator importante que precisa ser mencionado é o envolvimento da Escola de Comunicações Culturais (ECC) nessa proposta da FLE. A Sra. Amélia menciona na entrevista que a Professora Regina Silveira participava de atividades junto a FLE. E que ela organizou esse grupo de pesquisadores que contou com a participação de alunos da ECC. Sobre essa perspectiva, Amélia conta que:

A gente já tinha em mente que a biblioteca possa ser um centro cultural também. Porque os municípios não tinham outro espaço, naquele momento, acho que seria o espaço para formar um outro tipo de leitor. Um leitor que se mantivesse mais aberto a tudo. Não somente a ler, mas a receber informações, participar... A participação das pessoas que foram contactadas para orientar essas bibliotecas também tiveram essa orientação para contactar outras pessoas, professores, conversar com pessoas da área de atuação mais social, para levar as pessoas para a biblioteca. A biblioteca tinha que oferecer condições das pessoas se envolver mais a nível cultural, não só uma simples leitura, mas até uma avaliação e uma leitura, contar histórias, criar grupos com as crianças, com os leitores que leram e alguém que não leu, para ir contar a história contar o que leu no livro, o que compreendeu, discutir. A gente tentou fazer o máximo o que a gente pudesse ver algum resultado naquilo. E esse foi o trabalho do grupo que se formou. (MOREIRA, 2022, 00:22:58-00:24:26).

¹⁹ Eddy de Mattos Pimenta da Gama e Silva. Jornalista, esposa de Luís Antônio da Gama e Silva, reitor da Universidade de São Paulo. Eddy foi umas das pessoas mais atuantes nos trabalhos de criação da Escola de Comunicações Culturais da USP.

E nesse momento entendemos porque a menção à cultura aparece nos documentos analisados. Sra. Amélia apresenta:

A formação da ECA foi diferenciada daquela dada pela Sociologia e Política. A gente tinha assim um nível de maior participação em todas as atividades da ECA. Tanto que o nosso primeiro ano, a gente teve assim uma época, não sei quanto tempo, cada departamento mandava seus professores conversar com a gente para fazer uma escolha para ver o que a gente queria, se queria mudar de curso, fazer cinema, teatro, sei lá o que. Então, nós tivemos aula de tudo isso. Então, a gente ficou mais motivada com muitas coisas que a ECA, também, assim no seu começo. Fomos a segunda turma. (MOREIRA, 2022, 00:26:20-00:27:08).

Essa forma de atuação das bibliotecas públicas, como apresentado no documento da FLE como “instituição cultural”, tem origem nesse grupo de profissionais que tinham um vínculo com o curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações Culturais. A Sra. Amélia relata a participação dela, da Professora. Regina Silveira e da Dona. Eddy na elaboração das propostas. E que os outros bibliotecários do grupo ficaram com o detalhamento da parte técnica. Vale ressaltar que naquele momento o curso de Biblioteconomia tinha uma formação geral com outros cursos da ECC. Com isso, os alunos refletiam a partir de uma visão abrangente da atuação do trabalho na área da cultura, com aulas no cinema, rádio, teatro em outras áreas que não somente as bibliotecas.

Portanto, o que fica explícito desse primeiro documento é uma forma de trabalho que possibilitaria a criação de bibliotecas públicas nos municípios, bem como a realização de um trabalho de manutenção de atividades e acervo feito por uma central, no caso o FLE. O que fica de legado para o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo dessa proposta é a forma administrativa de organização do plano e do trabalho a ser desenvolvido. Vemos uma clara preocupação no documento em apresentar o que seria feito, bem como as responsabilidades das instituições participantes. No caso, tal plano do FLE já buscava criar um Sistema integrado de biblioteca nos municípios.

Existe um outro documento produzido pela FLE no período intitulado “Estrutura Organizacional e Instalações, Recursos Humanos – Mobiliários e equipamentos” (ANEXO IV). Nele está contido um plano de criação de Serviço Central que “então, controlaria uma verdadeira Rede de Bibliotecas” (ANEXO IV, p. 01). Nesse documento estão expressas as atribuições desse serviço, sendo a principal:

1. Estrutura Organizacional e Instalações
- 1.1 Seriam atribuições principais do Serviço Central

1.1.1 Ultime contratos com as Municipalidades interessadas em criar suas Bibliotecas Públicas. Esses contratos poderiam não ser uniformes, variando conforme a disponibilidade orçamentária e o interesse de cada Município. Com efeito, a FLE poderia sob certas condições vender, apenas, as obras para a constituição do acervo e a correspondente Assistência Técnica, ou as obras, a Assistência Técnica e os materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das Bibliotecas colocadas sob sua orientação. Deverá estar prevista, também, a taxa cobrada pelo Serviço Central, para processar tecnicamente as obras já existentes e as novas aquisições (doações, por exemplo) das Bibliotecas Ramais. (ANEXO IV, p. 01).

Vemos nesse trecho o caráter de atuação vinculado a questão orçamentária do Município e, também, a preocupação com o acervo. A FLE ficaria no controle da questão orçamentária para compra de obras para os acervos. O documento indica, ainda, parceria e convênios com editoras para obter melhores preços descontos na compra desses materiais. O trabalho de processamento técnico seria feito pela FLE e destinado às bibliotecas ramais. Com relação a essas bibliotecas, o documento prevê:

1.1.3.2 Planejar a instalação e organização das Bibliotecas Ramais, assessorando a Administração local nos projetos de novos edifícios ou na adaptação de outros. Na verdade as Bibliotecas Ramais poderão funcionar em edifícios especialmente construídos para abrigá-las, em edifícios adaptados para tal, ainda, em recintos cedidos por estabelecimentos de ensino ou afins. (ANEXO IV, p. 01).

O trecho acima demonstra essa proposta de construção de uma rede de bibliotecas municipais com a gestão da FLE. Em seguida, o documento traz a classificação de biblioteca pela quantidade de habitantes no município, pelo acervo e pela área necessária para instalação da biblioteca.

<u>Tipo de biblioteca</u>	<u>População</u>	<u>Acervo mínimo</u>	<u>Área mínima</u>
A	5000 a 20000 hab.	1000 vol.	22 m ²
B	20000 a 50000 hab.	8500 vol.	190 m ²
C	50000 a 100000 hab.	26000 vol.	590 m ²
D	mais de 100000 hab.	50000 vol.	1100 m ²

Imagem 1 – Tipos de bibliotecas para criação da rede da FLE – (ANEXO IV, p. 02).

O documento indica que tal classificação para construção de bibliotecas foi calculada com base na obra da Profª. Laura Russo, O Planejamento de Bibliotecas Públicas, de 1966. Interessante notar essa referência utilizada, pois é uma confirmação de que já havia naquele momento um corpo profissional que discutia tais assuntos na literatura sobre bibliotecas. Ainda,

a FLE mostra clara alusão a uma autora de referência na área das bibliotecas. Com relação à formação do acervo, a FLE indica no documento que todo processamento técnico seria centralizado. Ainda, que a aquisição de materiais seria feita de acordo com as necessidades e interesses locais de cada biblioteca da rede. (ANEXO IV, p. 03).

Num segundo momento o texto trata das responsabilidades do município. Algo semelhante ao que já foi apresentado pelo documento anterior da FLE na reunião de bibliotecários em Campinas, com a indicação da necessidade de uma legislação específica para a biblioteca no município, local, aquisição de acervo, despesas de pessoal e assinatura do termo de compromisso. O que há de novo são as responsabilidades das bibliotecas ramais sendo:

- 1.3.1. Elaborar o levantamento do acervo já existente e enviá-lo ao Serviço Central para os serviços de seleção e processamento técnico;
- 1.3.2. Manter o acervo e os catálogos ordenados de acordo com as determinações do Serviço Central;
- 1.3.3 Preservar a conservação de acervo;
- 1.3.4 Obedecer ao horário de funcionamento da biblioteca;
- 1.3.5 Manter absolutamente ordenada a correspondência com o Serviço Central. (ANEXO IV, p. 03).

Percebemos, a partir dos itens elencados, o trabalho conjunto do Serviço Central com as bibliotecas ramais nos municípios, com vistas à racionalização dos serviços prestados e à padronização das atividades realizadas, algo inovador para o momento. Em um próximo item, o documento trata dos recursos humanos e da função de cada membro nas atividades desempenhadas no Serviço Central e nas Bibliotecas ramais no município. Nesse momento, trata-se dos trabalhos dos bibliotecários, sendo eles responsáveis pela biblioteca de forma administrativa, com a elaboração de contratos, a distribuição de recursos financeiros, a implantação de bibliotecas ramais. Também, os bibliotecários ficariam responsáveis pelas atividades de processamento técnico no Serviço Central, pelo treinamento de pessoal e pela supervisão dos serviços nas bibliotecas ramais. Outros profissionais envolvidos seriam os escriturários, responsáveis por serviços de datilografia em geral, e os contínuos, encarregados de limpeza e expedição de materiais para as bibliotecas ramais.

Interessante notar como a proposta de criação de bibliotecas ramais é construída com base em um serviço central. Serviço esse que concentraria os trabalhos a serem compartilhados com as bibliotecas ramais, além de ser composto por profissionais bibliotecários responsáveis pelos serviços prestados, pelo monitoramento e gestão financeira a ser realizada. O que vemos é uma estrutura organizacional sendo gestada para melhor formulação dos trabalhos a serem executados pelas bibliotecas públicas a partir de uma proposta do Estado. Frisa-se a

racionalização e padronização dos trabalhos, bem como o compartilhamento dos serviços no Município.

Num outro momento do documento, a FLE passa a detalhar os tipos de bibliotecas ramais que seriam criadas nesse modelo. Essas bibliotecas públicas seriam divididas em quatro categorias, sendo A, B, C e D. Cada categoria exigia uma forma de organização de pessoal e de atuação, de acordo com a complexidade do local onde seria instalada. A categoria “A” indica a necessidade de 1 atendente e 1 contínuo. Esse atendente precisaria ter o 2º grau escolar completo. Observamos que a categoria A é a que seria aplicada em bibliotecas públicas ramais com espaço e funcionamento de pequeno porte. Área de 22 m² e acervo de 1000 volumes. A categoria B traz a necessidade de 2 atendentes e 1 contínuo. Nesse tipo, a área de 190 m², com acervo de 8500 volumes. Na categoria C, 1 bibliotecário, 2 atendentes e 2 contínuos. Nessa categoria o bibliotecário responde pelo bom funcionamento da biblioteca, o que podemos identificar como uma biblioteca de maior porte. Com relação ao espaço e ao acervo, essa categoria indica uma área de 590 m² e 26000 volumes. Na categoria D está indicada a necessidade de 2 bibliotecários, sendo um chefe e outro encarregado dos serviços de referência. Ainda, o documento indica que nessa categoria deveriam existir seções especiais como, por exemplo, periódicos, obras raras, obras históricas e técnicas. Nesse tipo de biblioteca são necessários 4 contínuos. O documento indica área de 1100 m² e acervo com 50000 volumes. Nessa descrição dos tipos das bibliotecas são comuns a necessidade de mesas, cadeiras, máquinas de datilografar e catálogo para o público. Conforme a gradação das bibliotecas acontece, surge a necessidade de espaços especializados como, por exemplo, mapotecas, quadros e painéis de divulgação. Posteriormente, o documento expõe o que seria o Serviço Central. Este ficaria responsável pelo tratamento das obras e pela distribuição dos materiais para as Bibliotecas Ramais. Vemos que esse serviço não realizaria atendimento ao público, pois os equipamentos indicados para os trabalhos são: mesas, cadeiras, máquinas de datilografar e carrinhos para transportes de livros.

Outro documento produzido pela FLE denominado “Plano para a instalação e organização de uma rede de bibliotecas no Estado de São Paulo” (ANEXO V), apresenta quais seriam os objetivos dessa proposta:

Constitui este trabalho e um planejamento prévio de uma Rede Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, controlada por um Serviço Central. Apesar de estimarmos em esquema suplementar de pessoal, o mobiliário e os equipamentos necessários à implantação, é preciso ressaltar que somente poderíamos apresentar dados quantitativamente aproximados, após o

resultado dos resultados obtidos nos estudos e pesquisas da fase preliminar. (ANEXO V, p. 1).

Esse documento é uma explicação de como as atividades seriam realizadas por essa rede de bibliotecas. Um documento para ser usado em conjunto com o documento anterior que detalhava sobre pessoal e equipamentos. O objetivo apresentado nessa proposta é o seguinte:

Nosso objetivo principal foi o de unificar e centralizar as tarefas técnicas-administrativas do trabalho biblioteconômico. Desta maneira, evitaríamos a duplicidade de serviços semelhantes em locais diversos, mas próximos e, além da melhoria dos serviços oferecidos ao leitor, obteríamos o aproveitamento racional do pessoal e equipamentos à organização de bibliotecas atuantes e dinâmicas. (ANEXO V, p. 1).

É de extrema importância o objetivo acima exposto. Demonstra a realização de uma proposta idealizada pelo FLE que tinha por objetivo criar uma organização das bibliotecas públicas no Estado de São Paulo, antes da criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Essa proposta estava calcada na centralização dos trabalhos técnicos, na melhora dos serviços prestados e, conseqüentemente, no uso dos recursos financeiros destinados às bibliotecas públicas. Além disso, esse modo de operar traria dinâmica própria ao conjunto das bibliotecas do Estado de São Paulo, a partir da criação de um sistema integrado de bibliotecas. Com relação ao trabalho na linha da ação cultural:

As Bibliotecas Públicas Municipais do Estado poderiam, então, sendo orientadas por técnicos (sem, contudo, precisarem arcar com o ônus representado pela remuneração do trabalho qualificado) transformarem-se em ativos centros difusores de cultura. (ANEXO V, p. 1).

A indicação “centros difusores de cultura” traz a proposta de que as bibliotecas públicas municipais seriam mais do que repositórios de guarda e acesso dos acervos. Não está claro o que esse documento entende por cultura, mas o trato com o tema indica que havia uma preocupação de fazer com que as bibliotecas atuassem para além do livro. Isso é demonstrado no documento:

- Organizar cursos, conferências e exposições de caráter cultural e iniciar uma seção de informações turísticas em todas as Bibliotecas da Rêde.

As Bibliotecas Regionais enviariam, periodicamente, às Bibliotecas Ramais e à Zona Rural, carros-biblioteca, que disporiam de acervo variado. Os malotes seriam enviados também, periodicamente, a Hospitais, Penitenciárias e outras

instituições interessadas. A cada tipo de instituição corresponderia um acervo especialmente selecionado. (ANEXO V, p. 6-7).

Para desenvolvimento desse projeto, o documento indica que seria realizada uma etapa preliminar com a contratação de profissionais bibliotecários para “estudar e pesquisar a real situação das Bibliotecas Públicas Municipais do Estado de São Paulo e a possibilidade e interesse de cada Município em desenvolver as atividades da Biblioteca Local” (ANEXO V, p. 2). Essa etapa de estudo das bibliotecas públicas consistia em mapeamento para conhecer as instituições nos municípios, de maneira a identificar se havia ou não biblioteca, acervo e como os contratos e orçamentos poderiam ser geridos. Com essa etapa realizada, seriam criados o Serviço Central e a sede das Bibliotecas Regionais.

No curto prazo, esse Serviço Central deveria dar apoio às primeiras bibliotecas vinculadas e iniciar os trabalhos de instalação dos Serviços Regionais. Com isso, ficaria à disposição pessoal qualificado, um conjunto de equipamentos e a prestação de serviço de tratamento técnico das obras para implantação da fase inicial.

Posteriormente, o documento passa a discutir quais seriam as formas de atuação do Serviço Central e das Bibliotecas Regionais. A equipe do Serviço Central estaria responsável pelo processamento técnico das obras e materiais que seriam distribuídos às bibliotecas vinculadas. Da mesma forma, fariam o planejamento para instalação das bibliotecas Ramais, a fiscalização das bibliotecas vinculadas e a divulgação das novas aquisições de obras pelas bibliotecas que estivessem sob sua responsabilidade, de modo a fazer circular os materiais adquiridos nas diferentes bibliotecas Ramais e Regionais. Com relação as Bibliotecas Regionais, a equipe ficaria responsável pelo processamento técnico do acervo já existente – de acordo com critérios adotados pelo Serviço Central –, pelo envio desse processamento para a criação de um “Catálogo Coletivo da Rede” (ANEXO V, p. 4). Também, planejar o atendimento para as Ramais e orientar a formação de acervos nessas bibliotecas.

No plano de realização de médio prazo, o Serviço Geral estaria equipado e grande parte das Bibliotecas Regionais estariam em funcionamento. Nesse momento do plano, o Serviço Geral concentraria o processamento técnico da Rede de todas as obras novas adquiridas. Ainda nessa fase, seriam realizados treinamentos para os atendentes das Bibliotecas Ramais.

Posteriormente, o documento trata do item “3.1.6 – Organizar exposições, cursos, e conferências de caráter cultural”:

As Bibliotecas da Rede deveriam funcionar como verdadeiros centros de cultura. As Bibliotecas Ramais, apesar de disporem de área diminuta, deveriam ser preparadas de tal maneira que estariam aptas, após rápidas modificações na disposição de se mobiliário, a transformarem-se em salas de conferências de apresentações teatrais, sessões cinematográficas e etc. (ANEXO V, p. 5).

O trecho acima exorta as bibliotecas a serem “verdadeiros centros de cultura”. Essa proposta não havia sido exposta em outros documentos analisados e vamos tratar quando entrarmos na discussão do Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo. Evidencia-se o entendimento de que essa proposta de criação de uma rede de bibliotecas no Estado de São Paulo traria esse caráter de atuação presente para as bibliotecas participantes. São mencionadas atividades de apresentações teatrais e sessões de cinema como exemplo. Tendo em vista que essa proposta antecede o que seria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, podemos inferir que já na FLE a biblioteca pública poderia ser vista como uma instituição que trabalhava com a informação e a proximidade com a comunidade em que atuava, no sentido de fazer a informação e a cultura estarem presentes nos municípios.

Sobre as bibliotecas Regionais, ficariam responsáveis pelo processamento técnico de obras e coleções especiais, pela reorganização e controle dos serviços técnico-administrativos das Bibliotecas Ramais, pela divulgação das obras processadas, pela programação cultural e pelos serviços prestados.

Num plano de ação de longo prazo, o documento relata que:

A longo prazo todas as Bibliotecas Públicas Regionais já estariam criadas e o Serviço Central apto a incorporar como Ramais as Bibliotecas de quaisquer municípios do Estado. (ANEXO V, p. 6).

Como vemos, nessa etapa o Serviço Central estaria totalmente estruturado para realizar a administração de toda a rede criada. Além disso, a aquisição e o processamento de obras seriam todo centralizados nesse serviço, o planejamento e a organização das bibliotecas Regionais e Ramais, o treinamento para o atendimento do pessoal que trabalharia nas bibliotecas, a organização de acervo audiovisual que seria distribuído nas bibliotecas e, uma novidade nesse planejamento, a criação de Carros-Bibliotecas. Ainda, a organização de acervo para cegos, a proposição de cursos, conferências e exposições de “caráter cultural”.

O documento finaliza com as responsabilidades das Bibliotecas Regionais e Ramais nessa etapa de planejamento a longo prazo. Indica que as Bibliotecas Regionais enviariam periodicamente às Bibliotecas Ramais e à Zona Rural carros-bibliotecas. E locais como, por

exemplo, penitenciárias e hospitais, receberiam malotes com parte do acervo. Seria organizado pelo Serviço Central uma seção de audiovisual – que deveria circular pelas Bibliotecas Regionais.

De toda essa exposição sobre o planejamento para a criação de uma Rede de Bibliotecas, vemos alguns pontos importantes que merecem destaque. O primeiro é a vontade do Estado em criar uma rede de bibliotecas públicas nos municípios. Também, a forma administrativa criada para que essa rede pudesse desempenhar as suas atividades da melhor forma. Ainda, temos a proposição de um Serviço Central, de Bibliotecas Regionais, de Bibliotecas Ramais e de Bibliotecas Vinculadas.

Assim, o que podemos inferir dessa explanação sobre a FLE é que ela exercia papel dentro da SEC com relação às bibliotecas públicas antes da criação do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Com isso, o Estado de São Paulo solicitou à FLE, em 1972, estudos para a criação de um sistema de bibliotecas que integrasse as bibliotecas nos municípios. Esses estudos e propostas foram feitos conforme vimos nos documentos discutidos, bem como nas manifestações que ocorreram em reuniões realizadas por profissionais bibliotecários na época. O questionamento que podemos fazer nesse momento é de como o projeto para criação de um Sistema de Bibliotecas foi parar nas reuniões do MDB. O que temos de documentação como relato dessa história é que a Associação Paulista de Bibliotecários realizou encontros profissionais para discutir o tema das bibliotecas frente às novas eleições democráticas. E que nesses encontros houve troca de informações do trabalho que fora planejado pela FLE.

Dessa forma, a elaboração de projeto para a criação de um Sistema de Bibliotecas para as bibliotecas públicas municipais no Estado de São Paulo é anterior à década de 1980. A proposta de se criar uma rede de bibliotecas Municipais nasce da Fundação Para o Livro Escolar, no qual havia como bibliotecária responsável a Sra. Amélia Maria Moreira. Tal fundação tinha por objetivo oferecer estudos e soluções para a criação das Bibliotecas Públicas Municipais do Estado de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, a partir dos estudos realizados, criou posteriormente uma Divisão de Bibliotecas que tinha a preocupação de pensar e de discutir as bibliotecas nos municípios. Vale destacar que o projeto da rede de bibliotecas elaborado pela Fundação Para o Livro Escolar apresenta semelhanças nas características de trabalho técnico, mas a atuação em diálogo com a comunidade, por meio da ação cultural, foi algo marcado pela gestão que tomou posse no Sistema de Bibliotecas, em 1984. O que observamos é que a preocupação de uma integração das bibliotecas em uma rede técnica e profissional era algo iminente naquele período.

Não é possível afirmar que o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo usou da proposta do FLE como referência para realização de suas atividades. No entanto, vemos uma forma de organização administrativa próxima ao que veio a ser realizada futuramente com relação às bibliotecas públicas no Estado de São Paulo.

2.6 O Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo

Apesar da posse de Franco Montoro em 1983, e o tema das bibliotecas constar na proposta do PMDB para a cultura quando da eleição para governador do Estado, o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo (SISEB-SP)²⁰ não foi concebido de imediato. Este foi criado na gestão de Jorge da Cunha Lima, Secretário de Estado da Cultura naquele momento. Em 1984, ele levou um dossiê (ANEXO VI) com informações sobre o projeto para conhecimento do Governador Franco Montoro.

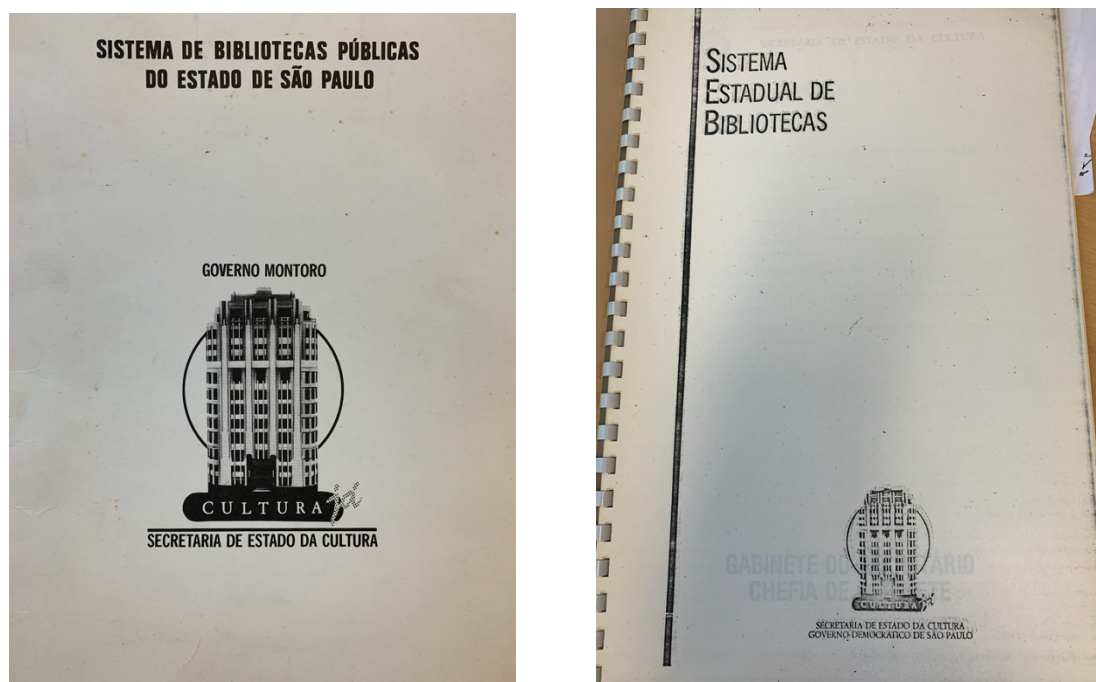


Imagem 2 e 3 - Logomarca da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, na gestão do Governador Franco Montoro, e capa do Dossiê do projeto do decreto do Sistema Estadual de Bibliotecas Pública.

Fonte: Arquivo pessoal Professor Luís Milanese.

²⁰ A Sigla SISEB-SP não é utilizada em documentos oficiais nesta pesquisa. No entanto, para efeito de identificação, passaremos a fazer uso da sigla para indicar que se trata do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Nesse documento do dossiê, encontramos a exposição de motivos que pede a criação do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo:

Exposição de Motivos

Senhor Governador

Tenho a honra de encaminhar à alta apreciação de Vossa Excelência, o presente projeto de decreto que cria Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Este Sistema constitui-se em instrumento ideal para o Estado prestar assistência a bibliotecas existentes em seu território e para "incentivar a criação de bibliotecas municipais ou regionais", conforme determina a Lei n° 10.294, de 30 de dezembro de 1968, que "dispõe sobre o amparo à cultura em cumprimento ao artigo 127 da Constituição do Estado" (artigo 128 conforme redação dada pela Emenda Constitucional n° 2, de 30 de outubro de 1969). (ANEXO VI, [p. 6]).

Observamos que a criação do Sistemas de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo é solicitada para o cumprimento de uma lei do Estado, bem como de uma Emenda Constitucional. Dessa forma, procurou-se respaldo legal para a elaboração de um projeto de decreto, que buscou criar e integrar as bibliotecas públicas no Estado de São Paulo. Esse vínculo com as leis já existentes tinha por objetivo formar alicerce jurídico, a fim de que o Sistema não surgisse de modo espontâneo, mas que a necessidade de criação dessa proposta era necessária conforme legislação existente. Um ponto interessante de discussão é que a Lei n. 10.294, de 30 de dezembro de 1968, evidencia preocupação do Estado de São Paulo para a área da Cultura como um todo. Com isso, encontramos no documento questões relacionadas aos museus, ao cinema, as artes e a outras formas de representação artísticas. O artigo terceiro dessa lei diz respeito às bibliotecas: "O Estado assistirá técnica e financeiramente as bibliotecas existentes em seu território, além de incentivar a criação de bibliotecas municipais ou regionais" (SÃO PAULO, 1968). Portanto, vemos que a concepção do Sistema de Bibliotecas é amparada por uma legislação que abarca as bibliotecas dentro das preocupações da área da cultura no Estado de São Paulo. Tal vínculo das bibliotecas com a área da cultura pode parecer banal, mas é de fundamental importância pois, dentro dessa área, cumpririam papel diferente se em associação, por exemplo, com a área da Educação.

Seguimos com a exposição de motivos:

Dentre os objetivos do Sistema ora proposto, previstos no artigo 2° do projeto de decreto, destacam-se o incentivo à expansão e à integração das bibliotecas

públicas nos municípios do Estado e o desenvolvimento de programas de assistência técnica, em conformidade com as necessidades locais.

Observando os princípios de descentralização e de participação defendidos pelo seu Governo, o projeto prevê a integração no Sistema, sem ferir a autonomia municipal e mediante convênios a serem celebrados após prévia autorização, de bibliotecas públicas pertencentes aos municípios e de bibliotecas a elas associadas, bem como a criação de Comissões Municipais de Bibliotecas. (ANEXO VI, [p. 6]).

Do trecho acima, vemos que Jorge da Cunha Lima destaca o segundo artigo do projeto de decreto, que indica a expansão e a integração das bibliotecas públicas nos municípios do Estado, bem como a prestação de serviço técnico conforme as necessidades de cada localidade. A menção desse artigo sintetiza a proposta a ser realizada: criar um Sistema de Bibliotecas Públicas no Estado de São Paulo. Também, podemos observar que nesse trecho da exposição de motivos há clara referência ao documento “Cultura” do PMDB. Jorge da Cunha Lima indica que a descentralização e a participação foram propostas para a cultura quando da eleição de Franco Montoro para o governo do Estado. De fato, esses pontos estão nos itens 9 e 10 do documento para a cultura do PMDB. Além disso, Jorge da Cunha Lima indica que esses pontos seriam atingidos com a formulação de convênios do Estado com os Municípios, bem como com a criação das Comissões Municipais de Bibliotecas. Esses indicativos demonstram uma materialização de proposta do PMDB para a cultura, em especial às bibliotecas públicas, que busca estimular a participação democrática da sociedade nos processos de decisão da área.

A exposição de motivos finaliza com a indicação de que o Sistema de Bibliotecas ficará instalado na Divisão de Bibliotecas, subordinado ao Departamento de Atividades Regionais da Cultura (DARC) da Secretaria de Estado da Cultura. Também, que o projeto de decreto foi elaborado a partir de estudos técnicos. Vejamos:

Esclareço, por fim, que o projeto de decreto foi elaborado após estudos e manifestação de órgãos técnicos da Pasta, como a Consultoria Jurídica, a Assessoria Técnica e a Divisão de Bibliotecas.

Reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alto respeito e admiração.

JORGE DA CUNHA LIMA

Secretário da Cultura (ANEXO VI, [p. 7]).

Do trecho acima, podemos inferir que a indicação de que uma equipe técnica da Divisão de Bibliotecas participou da elaboração do projeto de decreto é uma outra forma de dar respaldo à construção do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Além disso, reflete

uma forma participativa da gestão de Jorge Cunha Lima frente a Secretaria de Estado da Cultura. A seguir, o dossiê traz o decreto que cria o Sistema de Bibliotecas.

O marco que abre os trabalhos do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas é o Decreto 22.766, de 9 de outubro de 1984 (SÃO PAULO, 1984a). A publicação desse documento no Diário Oficial do Estado é resultado do processo de criação da proposta que tinha por objetivo integrar as bibliotecas presentes nos municípios e fortalecer o trabalho dos profissionais que atuavam nessas instituições. Segue a transcrição do Decreto:

DECRETO N. 22.766, DE 9 DE OUTUBRO DE 1984

Cria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de Janeiro de 1967, e diante da exposição de motivos do Secretário Extraordinário da Cultura,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica criado, nos termos deste decreto, o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Artigo 2.º - O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo tem como objetivos principais:

I - Incentivar a expansão e a integração das bibliotecas públicas nos municípios do Estado de São Paulo

II - desenvolver programas de assistência técnica as bibliotecas integrantes do Sistema, em conformidade com as necessidades locais;

III - propiciar às bibliotecas a expansão de suas atividades culturais;

IV - facilitar o acesso às informações de acordo com as necessidades da coletividade;

V - fomentar nas bibliotecas públicas condições de atendimento adequado aos estudantes.

Artigo 3.º - Poderão participar do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, mediante a celebração de convênios com o Governo do Estado por sua Secretaria da Cultura, todas as bibliotecas públicas pertencentes aos municípios situados no território do Estado.

Parágrafo único - O Secretário da Cultura só será autorizado a celebrar convênios com qualquer município se os órgãos municipais competentes, mediante legislação própria e nas condições fixadas pela Secretaria da Cultura, providenciarem a criação de biblioteca pública e de Comissão Municipal de Biblioteca, ou, se for o caso, sua adaptação às referidas condições, determinando a participação mencionada neste artigo e autorizando o Prefeito a celebrar o necessário convênio.

Artigo 4.º - Poderão, também, participar do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo as bibliotecas públicas associadas ou conveniadas com bibliotecas públicas pertencentes aos municípios.

Artigo 5.º - O órgão responsável pela supervisão do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo é a Divisão de Bibliotecas de que trata o inciso III do artigo 12 do Decreto n.º 20.955, de 1.º de junho de 1983.

Parágrafo único - A Divisão de Bibliotecas passa a subordinar-se ao Diretor

do Departamento de Atividades Regionais da Cultura.

Artigo 6.º - À Divisão de Bibliotecas do Departamento de Atividades Regionais da Cultura, além de suas atribuições normais, cabe:

- I** - propor as diretrizes gerais do Sistema;
- II** - providenciar a celebração de convênios entre o Governo do Estado, por sua Secretaria da Cultura, e entidades, públicas e privadas, municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, visando atingir os objetivos do Sistema;
- III** - administrar os convênios de que trata o inciso anterior e fiscalizar as correspondentes prestações de contas;
- IV** - dar orientação aos municípios em seus projetos de implantação ou expansão de bibliotecas públicas, indicando normas e procedimentos;
- V** - produzir textos de interesse para o Sistema;
- VI** - promover a aquisição centralizada de obras e a integração dos acervos das bibliotecas públicas;
- VII** - elaborar normas e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis por bibliotecas públicas;
- VIII** - manter cadastro atualizado das bibliotecas públicas integradas no Sistema;
- IX** - promover a organização de programas culturais para as bibliotecas públicas do Sistema;
- X** - promover a realização de cursos para o desenvolvimento dos recursos humanos do Sistema.

Artigo 7.º - Ao Diretor da Divisão de Bibliotecas, além de outras competências estabelecidas por lei ou decreto, compete:

- I** - submeter ao Secretário da Cultura, por meio de seu superior imediato, minutas de convênios de que trata o inciso II do artigo anterior;
- II** - coordenar a elaboração do programa geral de trabalho do Sistema;
- III** - orientar a utilização de recursos de qualquer espécie a disposição do Sistema;
- IV** - aprovar as normas e os manuais de procedimentos técnicos;
- V** - zelar pelo cumprimento das cláusulas dos convênios firmados;
- VI** - elaborar relatórios do Sistema.

Artigo 8.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 9 de outubro de 1984.

FRANCO MONTORO

Jorge Cunha Lima, Secretário Extraordinário da Cultura

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 9 de outubro de 1984.

(SÃO PAULO, 1984a).

Os objetivos do Sistema Estadual deixam claro sua participação de modo a incluir as bibliotecas públicas dos municípios. Participação na forma de núcleo aglutinador para integrar as atividades entre as diferentes regiões do Estado. Outro ponto expresso no Decreto que vale destaque é a possibilidade de as bibliotecas ampliarem as suas atividades culturais. Tal conjectura buscava fazer com que propostas realizadas em determinadas bibliotecas do Estado pudessem ser levadas a outras regiões para que as atividades culturais fossem expandidas. Esse princípio é algo que busca otimização dos recursos e aproveitamento das práticas realizadas em cada localidade. Medida de suma importância, de modo a expandir o modelo de atividades

realizado pelo Sistema. Além disso, fica indicado que o trabalho a ser realizado pelo Sistema de Bibliotecas estaria no campo da cultura. O que já é um indício de que as propostas realizadas atuariam na perspectiva da ação cultural. O item cinco dos objetivos tem a preocupação de atender aquele que, pela indicação no documento, era o potencial público das bibliotecas públicas naquele momento da sua implantação: os estudantes.

Observamos no Decreto que os objetivos propostos pelo Sistema de Biblioteca são sempre colocados em uma esfera ampla de atuação, sem especificar quais seriam as atividades postas em prática. Isso se deve ao fato de que se optou, como veremos na documentação a seguir, por realizar diagnósticos constantes junto às bibliotecas municipais e aos membros que compunham o grupo de profissionais do Sistema de Bibliotecas para que as atividades fossem propostas. Ou seja, o estabelecimento de diálogo entre profissionais das áreas da biblioteca e os Municípios para que as iniciativas fossem desenvolvidas. Essa característica de participação e escuta democrática das comunidades locais dos municípios na gestão da cultura, em especial no caso das bibliotecas públicas, é uma marca da gestão que fora colocada em prática pela administração de Franco Montoro no Estado de São Paulo. E demonstra como tal proposta está em consonância com as mudanças ocorridas no país no processo de redemocratização, no qual as administrações públicas passam a estar mais próximas dos problemas, das necessidades e dos desejos da sociedade.

No que diz respeito a estrutura hierárquica do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, ele estaria vinculado à Divisão de Bibliotecas, que já existia na Secretaria de Estado da Cultura. Essa divisão seria de responsabilidade do Departamento de Atividades Regionais de Cultura (DARC). Interessante notar que o DARC era quem desenvolvia as atividades nos municípios e, com isso, foi identificado dentro da SEC que o Sistema de Bibliotecas tinha uma participação constante com os municípios e, portanto, realizaria as suas atividades num aproveitamento da estrutura burocrático-administrativa e contato já realizado pelo DARC.

De acordo com a Professora Maria Christina Barbosa de Almeida, em sua pesquisa de mestrado (1989), o Estado de São Paulo tinha 572 municípios e cerca de 450 bibliotecas no momento da sua criação. Não há um diagnóstico que mostre a situação dessas bibliotecas no momento antes da implantação do Sistema de Bibliotecas. O que conseguimos inferir nos documentos estudados é que não havia uma interligação entre essas bibliotecas dos diferentes municípios.

Luís Milanesi, bibliotecário e professor do curso de biblioteconomia da Escola de Comunicações Culturais (ECC) da USP, foi nomeado o primeiro diretor do Sistema Estadual

de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Ele participara das reuniões do PMDB para formulação das propostas para a cultura, bem como passou a atuar na Divisão de Bibliotecas quando da posse de Franco Montoro ao governo do Estado de São Paulo, em 1984. A sua atuação é fundamental na proposição do Sistema, bem como nas atividades realizadas nas bibliotecas públicas do Estado, com destaque no plano da ação cultural.



Foto 3 – Luís Milanesi (Diretor do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo)

Fonte: Entrevista ao Jornal Shopping News, de 16 de agosto de 1987

A partir da análise do documento de Exposição de Motivos, emitido por Jorge da Cunha Lima, e do Decreto de criação do Sistema de Bibliotecas, assinado pelo Governador Franco Montoro, vemos que a criação do Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo foi um contraponto às políticas culturais da ditadura civil-militar. A importância das bibliotecas para o período era tamanha que vimos no documento “Cultura” do PMDB como essa instituição aparece em detalhes nos itens 19 e 20. Com isso, criou-se uma nova forma de trabalho que buscava a institucionalização de uma rede de bibliotecas municipais e a promoção de atividades que poderiam ser realizadas de forma compartilhada entre elas. Uma administração descentralizada das bibliotecas municipais, no qual fazia com que as mesmas tivessem seus vínculos com as prefeituras e, ao mesmo tempo, recebessem orientações do Estado, por meio das propostas do Sistema de Bibliotecas. Outro fator importante: a ação cultural. Ela foi o mote de todo trabalho do Sistema de Bibliotecas. Tal aproximação entre biblioteca e sociedade

buscava, por vias democráticas, trazer a administração pública da cultura e as comunidades. E tal aproximação deveria acontecer de forma ativa, para que os sujeitos pudessem encontrar seus próprios fins. Segundo a Professora Maria Christina Barbosa de Almeida:

Os resultados da ação cultural são geralmente imprevisíveis e dificilmente mensuráveis, nunca se sabe, com certeza, o que determinada ação pode deflagrar, a que outras ações pode se somar, que desdobramentos pode ter. Neste sentido a ação cultural que a biblioteca pode desenvolver oferece uma perspectiva grandiosa e atraente para quem acredita que pode mudar a sociedade, para quem tem algum tipo de inquietação, de inconformismo ou para quem é sensível a ponto de perceber as possibilidades ou brechas de transformação e tem vontade e disposição de atuar (ALMEIDA, 1989, p. 60).

Tal inquietação e desejo de mudanças pode ser encontrado nas propostas colocadas em prática pelo Sistema.

2.6.1 Carta Síntese do SISEB-SP apresentado às bibliotecas municipais

Em documento enviado às prefeituras municipais, com o objetivo de conseguir adesão para formar o Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo, expõe-se de maneira sintética o que seria o Sistema e a sua forma de atuação administrativa:

O que é: O Sistema de Biblioteca é uma estrutura administrativa que visava transformar as bibliotecas públicas municipais em centros de informação e convivência da cidade. Ou seja, elas deveriam dispor de quaisquer informações que sejam necessárias à população, do estudante ao agricultor. E, ao mesmo tempo, servir de local de encontro para que a comunidade possa informar-se e discutir os problemas que encontra, principalmente no exercício da cidadania. Esse objetivo só poderá ser alcançado pela mobilização municipal e pela colaboração do Estado.

Como se organiza: O Sistema de Bibliotecas organiza-se a partir da formação de uma rede de bibliotecas municipais que se articulam para a colaboração mútua, coordenadas e estimuladas pela Secretaria de Estado da Cultura. (ANEXO VII).

A consideração a ser feita é que o Sistema tinha o papel de transformar as bibliotecas públicas municipais em “centros de informação e convivência da cidade”. Que essa instituição deveria disponibilizar “quaisquer informações” de interesse da população, para os diferentes públicos, e ser “um local de encontro” para que a comunidade pudesse se informar e discutir questões de interesse coletivo. Dessa forma, vemos que a principal questão de trabalho do

Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo foi transformar as bibliotecas públicas municipais em espaços de informação e de formação cidadã. Ou seja, extrapolar a ideia de que o livro e a leitura são a razão de existir de uma biblioteca. Essa mudança na forma de atuar do SISEB-SP está alinhado aos estudos de bibliotecas públicas da época, como os tratados da UNESCO, que passam a indicar que as bibliotecas públicas trabalham com diferentes suportes de informação – não somente o livro –, bem como numa aproximação maior às comunidades onde estão inseridas. Ainda dentro desse aspecto de uma nova forma de atuar das bibliotecas públicas, vale o destaque para que esses espaços fossem locais de convivência da cidade. Mais uma vez a forma tradicional de trabalho da biblioteca pública é colocada em xeque, uma vez que ganha caráter protagonista dentro da cidade. A biblioteca pública municipal passa a ser um centro de informação e, com isso, capaz de discutir os problemas da sua comunidade. Dessa forma, vemos uma mudança de postura para essa instituição que, até então, estava centrada na preocupação com o livro. Dessa forma, vemos que o SISEB-SP prospectou por meio da sua política cultural uma transformação na forma de atuar das bibliotecas públicas municipais.

O segundo ponto desse documento síntese que merece a nossa análise é a criação de uma rede de bibliotecas municipais. O papel do Sistema de Bibliotecas nessa rede era de articular as ações entre as diferentes bibliotecas municipais, com o objetivo de levar programas e projetos da Secretaria de Estado da Cultura a diferentes localidades e, também, fazer com que os trabalhos realizados nas diferentes bibliotecas públicas pudessem ser compartilhados com outras bibliotecas. Dessa forma, criar uma rede de informação das atividades propostas nos municípios e das atividades realizadas pelas bibliotecas em suas localidades. Tal orientação da rede busca uma atuação conjunta do Sistema. Um aproveitamento do trabalho realizado e, ao mesmo tempo, uma valorização das atividades executadas nas bibliotecas públicas municipais. Tal questão parece ser algo menos relevante, mas podemos encontrar exemplos de iniciativas locais que foram além das propostas feitas pelo SISEB-SP e que ganharam conhecimento da rede de bibliotecas do Estado. Um exemplo é a iniciativa da Biblioteca Pública de Cosmópolis, o LETRARTE. Tal iniciativa tinha um papel de atuação próximo ao escritor na cidade. No entanto, junto com a visita do escritor era organizada uma exposição de artes visuais com um artista local. A seguir, um convite da atividade realizado na cidade de Cosmópolis, 1987:

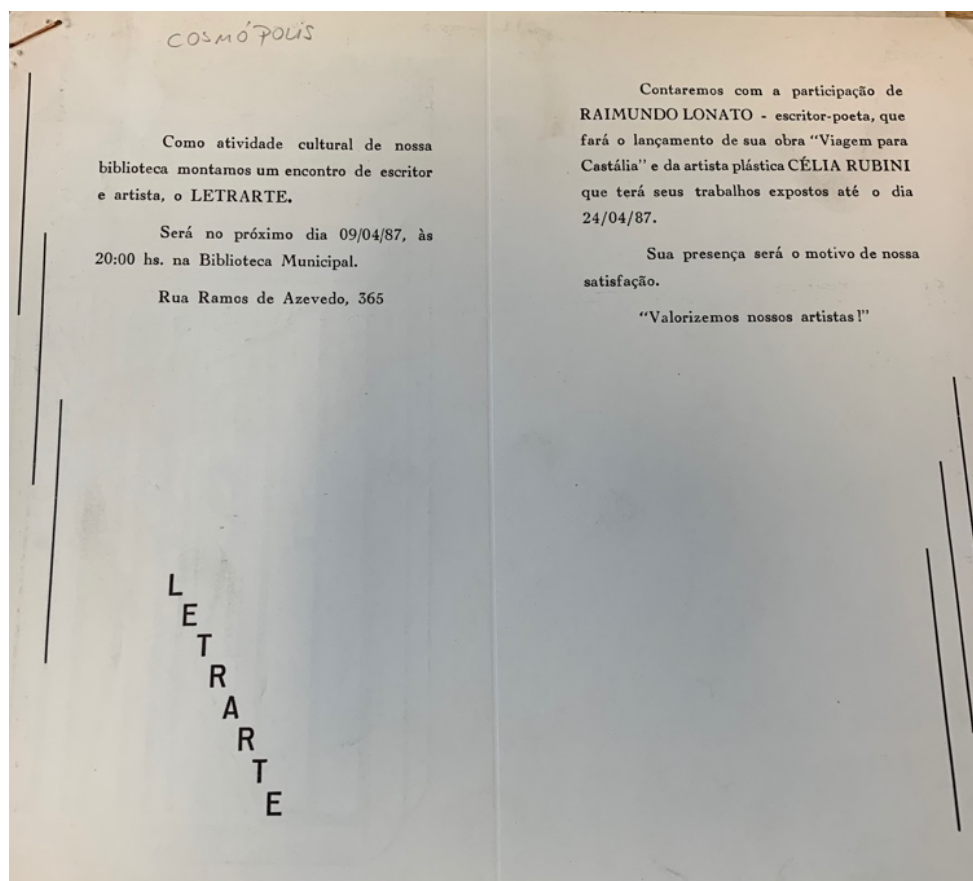


Imagem 4 – Folheto LETRARTE

O convite conta com a participação do escritor Raimundo Lonato e da artista plástica Célia Rubini. Essa atividade extrapola a proposta de que a biblioteca deve estar apenas no campo da leitura – como vimos nas perspectivas do SISEB-SP. É exemplo de caso que aconteceu em uma determinada biblioteca e que foi compartilhado por toda a rede.

A síntese sobre o Sistema de Bibliotecas que era enviada às cidades terminava com uma relação de documentos que deveriam ser firmados entre o Município e o Estado. Além dos documentos administrativos, um item chamou a nossa atenção: "atestado de aplicação de 20% na Educação". Não fica claro nesse item o motivo que obrigava demonstrar tal aplicação de recursos na Educação. O que podemos inferir é que as bibliotecas públicas municipais estavam vinculadas, em sua grande maioria, ao setor da Educação nos Municípios. Dessa forma, os recursos financeiros para realização das atividades teriam como origem a Educação. A associação parece ser confusa, mas o que observamos é que não havia Secretarias ou Divisões de Cultura nos municípios e, com isso, as bibliotecas públicas ficaram atreladas à Educação.

2.6.2 Sobre o Convênio

Um momento importante do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo foi a oficialização de um documento que estabelecia a celebração de convênios entre o Estado e os Municípios para desenvolvimento das propostas. O convênio se caracteriza como um instrumento administrativo celebrado entre pessoas jurídicas de direito público, que busca uma prestação de serviços de interesse mútuo (LIMA, 2010). No período, os convênios eram regulados pela Constituição de 1967, que trazia em seu Capítulo III, artigo 13, parágrafo 3, que “Para a execução, por funcionários federais ou municipais, de suas leis, serviços ou decisões, os Estados poderão celebrar convênios com a União ou os Municípios” (BRASIL, 1967).

No dossiê enviado por Jorge da Cunha Lima ao governador Franco Montoro, que solicita a aprovação do projeto de decreto do Sistema de Bibliotecas, vemos uma definição sobre esse documento e como esses convênios funcionariam:

A finalidade maior dos convênios é estabelecer as regras gerais de colaboração mútua entre o Estado e os Municípios, no processo de desenvolvimento das Bibliotecas Públicas Municipais e, por conseguinte, do próprio Sistema.

O decreto apresenta, em anexo, modelo padrão dos acordos que serão celebrados. Conforme fica caracterizado nesse modelo, as peculiaridades de cada município são respeitadas, bem como foram criados mecanismos pelos quais a ação de dotar as comunidades locais de verdadeiros centros de informação e convivência seja partilhada em comum pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras Municipais. Assim, os esforços e o emprego de recursos deverão ser distribuídos entre o Estado e a comunidade municipal. (ANEXO VI, [p. 14])

O Decreto n. 22.767, de 9 de outubro de 1984 (SÃO PAULO, 1984b), assinado pelo então Governador Franco Montoro, previa a celebração de parceria entre Estado e Município, com o objetivo de uma colaboração mútua financeira, administrativa e técnica para o desenvolvimento das atividades do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Segue o texto para análise:

DECRETO N. 22.767, DE 9 DE OUTUBRO DE 1984

Autoriza a celebração de convênios com municípios para desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com a competência que lhe é atribuída pelo artigo 34, inciso XVI, da Constituição do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica o Secretário da Cultura autorizado a celebrar convênios com os municípios do Estado de São Paulo, objetivando o desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas.

Parágrafo Único - Os convênios serão celebrados nos termos do modelo em anexo, respeitadas as peculiaridades de cada município.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de outubro de 1984.

FRANCO MONTORO

Jorge Cunha Lima, Secretário Extraordinário da Cultura

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 9 de outubro de 1984.

Modelo de Convênio

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura e o Município de para o desenvolvimento da Biblioteca Pública Municipal

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, sediada à Rua Líbero Badaró n.º 39, nesta Capital, representada por seu Secretário, Dr. Jorge da Cunha Lima, devidamente autorizado pelo Senhor Governador, conforme Decreto n.º 22.767, de 9 de outubro de 1984, doravante denominada SECRETARIA E O MUNICÍPIO de, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º, de de de 1984, doravante denominado Município, na presença das testemunhas que este também assinam, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente convênio, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objetivo a colaboração mútua da SECRETARIA e do MUNICÍPIO no processo de desenvolvimento da Biblioteca Pública de e do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a consecução do objetivo do presente convênio, a Secretaria e o Município comprometem-se a, reciprocamente, envidarem esforços e utilizarem recursos humanos, materiais e financeiros no desenvolvimento de atividades decorrentes de planos e projetos específicos aprovados por ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - São obrigações da Secretaria, a serem cumpridas por intermédio da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Atividades Regionais da Cultura:

I - prestar orientação técnica para o desenvolvimento dos serviços da Biblioteca Pública;

II - dar assistência técnica ao Município nos projetos de obras para construção ou reforma de imóveis destinados à instalação da Biblioteca Pública;

III - promover medidas visando facilitar a aquisição do acervo da Biblioteca Pública;

IV - incluir a Biblioteca Pública:

a - nas vantagens do sistema de empréstimos entre bibliotecas;

b - nos circuitos de bens culturais;

V - ceder em consignação livros, revistas etc., para organização de "Feiras de Livros";

VI - exercer outras atividades como órgão responsável pela supervisão do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA QUARTA - São obrigações do MUNICÍPIO:

I - manter instalações adequadas para sediar a Biblioteca Pública, bem como responsabilizar-se pela constituição do seu acervo e pelo fornecimento de recursos necessários ao seu funcionamento;

II - manter a Divisão de Bibliotecas informada sobre o andamento de medidas, pertinentes ao Sistema, adotadas em seu âmbito de atuação, especialmente as relacionadas aos seguintes temas:

a - alterações na legislação municipal que dispõe sobre a Biblioteca Pública e sobre a Comissão Municipal de Biblioteca;

b - constituição da Comissão Municipal de Biblioteca;

c - planos e projetos desenvolvidos com a participação da SECRETARIA;

III - aplicar na Biblioteca Pública os eventuais lucros de promoções, relacionadas ao Sistema, realizadas com o concurso da SECRETARIA;

IV - fazer constar o patrocínio da Secretaria em toda divulgação relacionada com o objeto do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - A SECRETARIA compromete-se, ainda, a contribuir com a importância de Cr\$ (.....) destinada a contratação, por parte do MUNICÍPIO, de um Bibliotecário responsável pelo comando da Biblioteca Pública e a ser paga na seguinte conformidade:

CLÁUSULA SEXTA - As importâncias mencionadas na cláusula anterior serão depositadas no Banco do Estado de São Paulo, na Agência, onde o MUNICÍPIO mantém a conta corrente n.º

CLÁUSULA SÉTIMA - A liberação dos pagamentos das importâncias constantes da cláusula quinta estará sempre condicionada à comprovação da realização dos objetivos do convênio mediante a exibição de documentos a serem emitidos pela Divisão de Bibliotecas do Departamento de Atividades Regionais da Cultura atestando a sua plena execução.

CLÁUSULA OITAVA - A SECRETARIA deverá, em relação ao bibliotecário a ser contratado com os recursos de que trata a cláusula quinta, estabelecer normas e procedimentos a serem observados no processo de recrutamento e seleção, bem como manter programa de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

CLÁUSULA NONA - As despesas dos convenientes decorrentes do presente convênio correrão por conta dos seguintes códigos:

I - da SECRETARIA:

II - do MUNICÍPIO:

CLÁUSULA DÉCIMA - O MUNICÍPIO arcará com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros que advenham deste convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - É facultado a qualquer das partes denunciar o presente convênio, mediante simples notificação por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias,

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente convênio vigorará pelo prazo de anos, com início de vigência a partir da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado por convenção entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo para solução de quaisquer questões que, eventualmente, venham a surgir em decorrência das obrigações assumidas no presente convênio.

E por estarem, assim, de pleno e comum acordo, assinam o presente instrumento em vias datilografadas de idêntico teor, lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam, para todos os efeitos de direito.

São Paulo, em

Jorge da Cunha Lima, Secretário da Cultura
Prefeito Municipal
Testemunhas:
1 -
2 -

(SÃO PAULO, 1984b).

A primeira observação a ser feita diz respeito às autoridades envolvidas na assinatura dos Convênios. O próprio Secretário da Cultura assinaria o documento em conjunto com o Prefeito do Município. Tal abordagem pode trazer uma análise banal de que o Convênio simplesmente seria assinado por autoridades competentes das duas esferas de poder. No entanto, é necessário destacar como tal representação é de fundamental importância, pois coloca a biblioteca pública do Município em um lugar de destaque nas políticas. Até então, não temos conhecimento de documentos que propunham essa participação ativa de uma Secretaria do Estado da Cultura para com as bibliotecas nos Municípios Paulistas. Nesse ato, além dos laços administrativos criados para desenvolvimento dos trabalhos do Sistema de Bibliotecas, havia o estreitamento das relações políticas. A aproximação das prefeituras com o Estado traz fortalecimento de elo a permitir que outros tipos de interesses também passassem a ser vislumbrados pelos Municípios. Essa proposta de assinatura dos convênios está prevista no item 12, do documento “Cultura” do PMDB. Com isso, podemos inferir que a assinatura do convênio é um ato político de projeção das bibliotecas nos municípios e, ao mesmo tempo, um estreitamento das relações políticas entre Estado e Município no âmbito da Cultura.

Essa constatação é comprovada quando do vínculo do Sistema de Bibliotecas ao Departamento de Atividades Regionais da Cultura, segundo a Professora Maria Christina Barbosa de Almeida:

À medida que os convênios com as prefeituras iam sendo firmados, o DARC passava a perceber concretamente a importância política do Sistema, assumindo, então, diretamente a administração do convênio e desenvolvendo projetos de circulação de bens culturais e de aperfeiçoamento do pessoal das bibliotecas, projetos esses totalmente desvinculados da Divisão de Bibliotecas (ALMEIDA, 1989, p. 32).

O documento do convênio explicita que a colaboração se dará para o Desenvolvimento da Biblioteca Pública Municipal. Nesse trecho podemos inferir que o objetivo era que as atividades propostas pelo SISEB fossem aplicadas na biblioteca principal da cidade, de modo a alcançar número maior de pessoas nas diferentes atividades propostas. O convênio tem por

objetivo colaboração mútua entre o Estado e o Município, o que fortalece o vínculo entre as esferas políticas. O referido documento apresenta que estariam sendo envidados esforços com relação aos recursos humanos, materiais e financeiros para desenvolvimento dos projetos. Com isso, pode a Secretaria de Estado da Cultura enviar recursos financeiros para contratação de pessoal nas bibliotecas municipais e realização dos projetos.

A cláusula terceira do Convênio trata das questões técnicas de trabalho que seriam desenvolvidos pelo SISEB-SP nos municípios. Fica claro que o papel do SISEB era o de ser unidade central, na qual as bibliotecas dos municípios poderiam receber orientações para bem realizar suas atividades. Ainda, o convênio estabelecia a possibilidade de aquisição de acervo. Tal item é importante devido à dificuldade das bibliotecas em conseguir orçamento para criação e ampliação dos seus acervos – preocupação recorrente que ultrapassa esferas de poder e gestões. Um trecho fundamental dessa cláusula terceira, é o item IV que indica incluir a “Biblioteca Pública” da cidade dentro de um rol de preocupações do Sistema, de modo a interligar os serviços realizados nas bibliotecas dos municípios. O Subitem “a” diz respeito a criar um sistema de empréstimo entre bibliotecas. Algo como um facilitador do trânsito de obras em diferentes bibliotecas dos municípios. Tal proposta fora importante para fazer circular o conteúdo das atividades propostas pelo SISEB-SP. O segundo ponto, subitem “b”, é o principal do documento para o convênio: incluir a biblioteca nos circuitos de bens culturais. A pergunta que se faz é: o que seriam bens culturais indicados no documento? Podemos inferir que são todas as manifestações culturais materializadas, realizadas por meio das diferentes linguagens artísticas, para que pudessem circular nos Municípios Paulistas. Vemos que nesse item é apresentada a principal questão na implementação no Sistema de Bibliotecas: o trabalho com a ação cultural. Tal perspectiva é oriunda dos estudos realizados por intelectuais da USP que tinham por preocupação na década de 1980 incluir o tema da ação cultural nas diferentes instituições de cultura. De acordo com a Professora Maria Christina Barbosa de Almeida:

A ação cultural previa um engajamento às instituições: as bibliotecas dos municípios deveriam se constituir em espaços para isso, além de desempenharem função de núcleos polarizadores de influência. (ALMEIDA, 1989, p. 22).

Com isso, vemos o legado na área da cultura de um grupo de intelectuais e profissionais, com origem de formação a Escola de Comunicações Culturais da USP, que foi levado como proposta a ser desenvolvida por meio do Estado. Em comparação, esse legado, de engajamento e participação social, fora projetado em atividades realizadas pelo Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, na década de 1930, mesmo sendo anacrônico o uso do conceito de ação

cultural, que não havia sido concebido naquele período. Com isso, a circulação de bens culturais altera o status da biblioteca, de simples local de guarda de livros para uma instituição promotora de iniciativas no campo da cultura que interferem nas comunidades. A Professora Maria Christina Barbosa de Almeida na sua dissertação intitulada “A construção de um sonho: implantação e desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo”, defendida em 1989, indica que o discurso de Luís Milanesi se baseava no “reconhecimento do direito à cultura e na crença na função política da cultura” (ALMEIDA, 1989, p. 21). Essa perspectiva do direito à cultura estava presente no processo de redemocratização do país e, como vimos, foi inserida na Constituição de 1988. Portanto, era um discurso corrente na época.

Tal mudança no modo operacional da biblioteca, em pensá-la para além do livro, pode ser encontrada na obra “Centros de Cultura: forma e função”, escrito pelo Professor Luís Milanesi, e que corresponde à iniciativa de alterar o status das bibliotecas para algo próximo a um centro cultural. O autor acredita que ser apenas um local de leitura de livros não é suficiente para que essa instituição sobreviva em sociedade (MILANESI, 1990). Também, é na década de 1980 que a Disciplina Biblioteca e Sociedade, lecionada pelo Professor Luís Milanesi, entra no currículo do curso de Biblioteconomia da USP. Posteriormente, ela passa a ser uma disciplina obrigatória nos cursos de biblioteconomia do país. Vale indicar que essa mudança na forma de trabalho das instituições culturais estava em curso no mundo e no Brasil. Temos o caso do Centro Georges Pompidou, na França, que é aberto em 1977. Em Londres, o Barbican Centre, inaugurado em 1982. No Brasil, a instituição que ganha esse contorno é o Centro Cultural São Paulo, também inaugurado em 1982. Na dissertação de Roberto Cenni, com o título “Três Centros Culturais na Cidade de São Paulo”, defendida em 1991, o autor trata desse mesmo momento. Cenni destaca o surgimento do Centro Cultural São Paulo; do Museu Lasar Segall, que recebe vínculo federal, em 1985, com a Fundação Nacional Pró-Memória – o que aumentou seu orçamento e possibilitou a promoção de mais atividades com o público; e, por fim, a abertura do SESC Pompéia, que também acontece em 1982 (CENNI, 1991). Sobre o Centro Cultural São Paulo, o Professor Martin Grossmann comenta:

O Centro Cultural São Paulo é um marco do Pós-Modernismo no Brasil. Inaugurado em 1982, sua arquitetura é singular não só por sua riqueza conceitual e projetual, mas principalmente pelo desígnio de se tornar um ambiente democrático e participativo. Os arquitetos e as equipes envolvidas desde sua criação foram além do projetar ideais, ao colocar em operação um dispositivo espaço-temporal acionado e modelado pelo uso e apropriação da multidão. Esta intenção é clara ao dispor de uma rua interna que organiza suas dinâmicas socioculturais. Ou seja, a rua e sua metáfora ativam o visitante,

oferecem novos poderes ao passante, permitem que este se torne um agente nos processos gerados neste ambiente. (GROSSMANN, 2010).

Ou seja, havia uma percepção de que as instituições culturais como bibliotecas, museus, entre outras, pudessem realizar atividades que abarcavam as diferentes linguagens artísticas e culturais na década de 1980, numa proposta de participação democrática da sociedade.

O item V dessa cláusula ainda indicava ceder em consignação livros, revistas e outros materiais para a realização de Feiras do Livro. E, por último, que o SISEB-SP realizasse uma supervisão das Bibliotecas Municipais em seus diferentes aspectos.

No que diz respeito às responsabilidades do Município (Cláusula Quarta), o documento estabelece que ele se preocupe com o espaço físico (local), com o acervo e com o fornecimento de recursos necessários para o funcionamento da Biblioteca. Mais uma vez temos que considerar esse item de grande importância, já que insere a biblioteca Municipal em um outro patamar de cuidados e atenção pelo poder público, fortalecendo seu papel social. No Cap. II ainda da mesma cláusula, fica o município obrigado a informar ao SISEB-SP toda e qualquer alteração na lei sobre a biblioteca e a sua Comissão Municipal de Biblioteca. Essa última também passa a ser uma obrigação dos Municípios constituir. Proposta de profunda importância para a composição de um conjunto de pessoas interessadas e participativas para o fortalecimento da Biblioteca Municipal. Nesse caso, a política implementada pelo SISEB-SP buscava ampliar o seu espaço de participação, fazer com que houvesse enraizamento e permeabilidade das ações propostas para as bibliotecas no conjunto da sociedade.

O último item do convênio diz respeito à contratação de um profissional bibliotecário para o comando da Biblioteca Pública, sendo ele pago com recursos da Secretaria de Estado da Cultura. Esse item também é de fundamental importância, pois a contratação de um profissional qualifica a biblioteca pública do município ao receber atenção maior por parte de um especialista. Além disso, fortalece o vínculo da formação e trabalho de profissionais em biblioteconomia para atuarem nessas instituições. Um reconhecimento por meio do Estado de que profissionais com qualificação devam atuar nas Bibliotecas Públicas Municipais.

O que podemos inferir é que esse documento de Convênio foi uma forma de estabelecer as responsabilidades entre Estado e Município com relação às bibliotecas públicas, que estariam vinculadas ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. O item principal está na questão da circulação dos bens culturais. Essas bibliotecas passam a ser centros difusores de cultura. Uma proposta que abre espaço para uma atuação com maior ênfase no plano da ação cultural. Outro item igualmente importante é a criação da Comissão Municipal de Biblioteca.

No campo das políticas culturais, esse item é uma estratégia para que a biblioteca pública seja mantida pelo Estado e querida pela sua comunidade, buscando estabelecer uma relação orgânica. Por fim, a questão do profissional bibliotecário, aquele que teria competência para gerir as atividades da biblioteca municipal. Esse item atende à legislação em vigor e, mais do que isso, qualifica o espaço da biblioteca. Segundo a Professora Maria Christina Barbosa de Almeida, a proposta do Sistema de Bibliotecas tinha como objetivo mudar a sociedade pela ação da biblioteca (ALMEIDA, 1989).

Tal convênio celebrado ganhou tamanho destaque no Estado de São Paulo que o próprio governador, Franco Montoro, passou divulgar em entrevistas aos jornais da época as iniciativas realizadas pelas bibliotecas dos Municípios.

2.6.3 Relatórios de Atividades

Desde a sua criação, o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo passou a criar formas constantes de avaliação de suas atividades. Encontramos em nossa documentação de análise relatórios que vão de 1985 até 1996. No “Relatório das Atividades do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo” (ANEXO VIII), datado de junho de 1985, grande parte do documento é destinado a informar o andamento da assinatura dos convênios com as prefeituras. Tal relato mostra os primeiros momentos de consecução da proposta e de como ela estava sendo recebida em cada cidade:

O mês de junho foi marcado pela intensa atividade em torno da intensa reorganização administrativa dos processos referentes ao Convênio com os municípios no âmbito do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

A nova sistemática tem permitido o repasse para as cidades dentro do prazo previsível e desejável, ou seja, na primeira semana de cada mês.

Foi dada sequência aos contatos com as Prefeituras interessadas na assinatura do Convênio, visando informá-las sobre a tramitação necessária. Esses contatos são feitos com representantes dos municípios que, diariamente, procuram a Divisão de Bibliotecas. (ANEXO VIII, p. 1).

Segundo esse relatório, observamos que alguns Convênios já tinham sido assinados, bem como houve uma alteração na forma dos repasses para as cidades. Com relação aos repasses, o documento informa que os municípios deveriam enviar para a Secretaria de Cultura

os “demonstrativos de pagamento dos bibliotecários que fazem prova nos autos, de que receberam a quantidade estipulada pela Secretaria de Cultura” (ANEXO VIII, p. 2, item a). Esse ponto do relatório demonstra uma iniciativa importante no que diz respeito à contratação de pessoal. As prefeituras poderiam contratar um bibliotecário para trabalhar na biblioteca do município. Além disso, esse profissional seria pago com recursos repassados pela Secretaria de Cultura, o que comprova, na prática, a execução dos convênios. Essa proposta estava presente no Decreto que oficializa o Sistema de Bibliotecas (SÃO PAULO, 1984a) e vemos nesse relatório que ela efetivamente aconteceu. Junto ao documento de pagamento das bibliotecas, a prefeitura deveria enviar relatórios de atividades que foram desempenhadas por esse profissional. Essa ingerência do Estado no Município para contratação de um profissional da área das bibliotecas demonstra que, de fato, o Sistema de Bibliotecas buscava densidade intelectual no trabalho a ser realizado e, para tanto, seria necessário que profissionais qualificados estivessem atuando em cada localidade.

Um outro ponto que chama a atenção no relatório é o que informa a necessidade de envio de documentos da Prefeitura com relação ao uso do orçamento aplicado à Educação. O relatório menciona “certificado dos 20% da receita tributária dos municípios referente ao ano de 1984 aplicados a Educação [...]” (ANEXO VIII, p. 2, item c). Essa menção indica que, em determinados municípios, as bibliotecas eram vinculadas ao setor da Educação. Essa discussão é similar ao que já apresentamos sobre a Divisão de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo. Ponto importante para conseguir, muitas vezes, uso maior dos recursos orçamentários do município destinados as funções da biblioteca pública.

Também, esse relatório de 1985 traz uma informação sobre “Postos de Vendas”. Esse ponto demonstra outra prática que poderia ser feita com os recursos repassados do Estado para o Município: a compra de livros. No documento está indicado que poderiam ser comprados livros na Pinacoteca do Estado e no Térreo da Secretaria de Estado da Cultura. Esses livros eram adquiridos pela Seção de Livraria da Secretaria de Estado da Cultura e destinados a esses locais de venda, podendo ser adquiridos pelos municípios. Interessante que essa prática indicava uma liberdade para que as bibliotecas públicas nos municípios pudessem criar os seus acervos de acordo com as suas necessidades. Mesmo sendo apenas dois pontos de venda indicados no relatório, tal iniciativa demonstrava uma participação ativa da biblioteca do município na construção dos acervos. Ou seja, a compra direta do acervo seria pautada pelos interesses locais. O que fugia a lógica de doação ou entrega de pacotes de livros entregues pela Secretaria de Estado da Cultura ou outro órgão competente.

Com relação aos convênios assinados e em andamento, o relatório separa as bibliotecas por Regiões Administrativas (ver Anexo VIII, p. 9). O que observamos como destaque é o número considerável de municípios conveniados num relatório produzido nos primeiros anos de criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Com destaque para as regiões de Campinas, São José do Rio Preto e Marília, além do crescente número de convênios em andamento. O que demonstra que houve um interesse imediato das Prefeituras para que ocorresse a parceria com a Secretaria de Estado da Cultura. Sobre essa questão, o documento apresenta que:

Os municípios conveniados ao Sistema de Bibliotecas Públicas vêm aumentando continuamente.

O envio de relatórios pelas bibliotecas mostra que a dinamização das mesmas vem se processando de forma efetiva e com a participação de toda comunidade. (ANEXO VIII, p. 15).

Fica evidente no relatório a adesão que o Sistema de Bibliotecas Públicas vai ganhando no Estado de São Paulo, principalmente pela quantidade de cidades que fizeram e que estavam com convênios em andamento. Um interesse coletivo de que as bibliotecas públicas dos municípios participassem de tal proposta, a fim de disporem de recursos e novas formas de atuação dessas instituições culturais em suas localidades.

Com relação as atividades realizadas pelas bibliotecas, já na perspectiva de atuação do Sistema de Bibliotecas Públicas, o relatório traz registros do que fora realizado em cada município. Alguns recortes e análises:

Cândido Mota

- a) empréstimo de livros e inscrição de novos leitores;
 - b) aquisição de livros e periódicos;
 - c) “Hora do conto”;
 - d) mural de datas comemorativas;
 - e) confecção de quebra-cabeças, jogos de memória para crianças;
 - f) preparação técnica de livros e cobranças atrasados;
 - g) reunião com as bibliotecárias de Marília;
 - h) cadastramento de artísticas da cidade para organização de exposição local.
- (ANEXO VIII, p. 16)

[...]

Itabaré

- a) aquisição de 32 livros e a coleção “Grande Manual Globo (7 volumes)”;

- b) aquisição de 16 periódicos;
 - c) montagem de oficina para confecções de roupas, objetos, etc; utilizados por crianças e adolescentes no projeto “Autor do mês”
 - d) criação de grupo de teatro;
 - e) projeto “Autor do mês” – continuação do mês anterior;
- (ANEXO VIII, p. 19).

Os dois municípios apresentam bibliotecas promotoras de atividades e propostas realizadas com as suas comunidades. Os exemplos citados mostram a realização de sessões de leituras, projeto do “Autor do mês”, exposições, aquisição de acervo e mais atividades que buscavam aproximar as pessoas da biblioteca pública. O que constatamos é que o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo fez um mapeamento dessas atividades e potencializou aquelas que poderiam ocorrer sob a sua coordenação.

Num segundo momento, o relatório passa a apresentar uma projeção de perspectivas de atuação do Sistema de Bibliotecas. Nesse momento menciona-se a criação de um Órgão Central, que teria como objetivo integrar as bibliotecas públicas do Estado:

A caracterização do órgão central é aquela que se procura dar uma biblioteca contemporânea: um centro de informação e convivência. Tratando-se de uma biblioteca estadual, seu perfil deverá ampliar-se. Além de atender ao público, deverá ser uma biblioteca depositária e, ainda, especializada em algumas áreas como “São Paulo”, “Política Cultural”, e outras que se fizerem necessárias. (ANEXO VIII, p. 28-29).

Essa é uma proposta de Biblioteca Central que posteriormente, em 1989, ganhou um projeto. Ou seja, nesse primeiro momento do Sistema já havia a preocupação em criar um local para centralizar as atividades que, ao mesmo tempo, pudesse pensar em ações para serem compartilhadas nas bibliotecas públicas do Estado de São Paulo. O trecho acima traz uma importante caracterização desse órgão: “um centro de informação e convivência”. Tal proposta está alinhada ao processo de abertura política das instituições e ao aumento de participação da sociedade civil nas tomadas de decisões, que incluem o setor da Cultura, no Brasil. Além disso, está em conjunto com a percepção do momento de que as instituições poderiam atuar como centros culturais.

Ainda esse trecho do documento apresenta como funcionaria o órgão:

Essa biblioteca central teria setores de seleção e aquisição, processamento técnico, disseminação da informação, e documentação, constituindo-se num corpo com vida própria a serviço não apenas de um Sistema, mas de uma cidade, pois aquilo que poderá fazer pelas cidades conta-se entre as

possibilidades que as outras bibliotecas poderão fazer pelas suas. (ANEXO VIII, p. 29).

É um trecho poético de como uma instituição pode trabalhar para a cidade. Ou seja, atuar e ao mesmo tempo repartir o seu trabalho e conhecimento com outras instituições.

Num terceiro momento, o relatório passa a apresentar um quadro atualizado de como os trabalhos com as bibliotecas públicas estavam sendo realizados dentro da Secretaria de Estado da Cultura naquele momento. Os trabalhos eram realizados pela Divisão de Bibliotecas, setor responsável pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, que contava com quatro Seções: Cadastro, Bibliografia, Documentação e Biblioteca e, por fim, Livraria (ANEXO VIII, p. 29) A seção biblioteca passou a englobar outras atividades, sendo: Convênios, Animação Cultural e Atividades administrativas.

O que constatamos nesse relatório é uma organização nascente do que seria o Sistema de Bibliotecas, visto que em 1985 era o segundo ano de atuação da gestão de Franco Montoro na cultura. Infere-se o desejo de obter mais espaço, pessoal e equipamentos para a efetiva implantação do Sistema. Vale destacar a ação conjunta da Divisão com a Livraria. Essa troca de atividades entre as duas proporcionava um alcance direto para aquisição de novos acervos para as bibliotecas nos municípios. Além disso, o Sistema de Bibliotecas indica nesse relatório que todo o processamento de pré-compra de acervo poderia ser realizado por ele com o envio de listas de livros e resumos bibliográficos para que fossem adquiridos de acordo com as seleções realizadas em cada cidade.

2.6.4 O Centro de Informação e Convivência (CINC)

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo é um projeto de potência. No sentido de que, a partir dele, estaria sendo colocada em prática uma forma de como as bibliotecas públicas poderiam atuar para a consolidação de uma sociedade democrática. Algo que estava em coesão com propostas já realizadas e, também, a partir de um olhar para horizonte a ser explorado. Quando mencionamos o olhar para experiências realizadas em outros momentos da biblioteca pública, podemos aferir que estão presentes nas propostas do Sistema de Bibliotecas, por exemplo, preocupações que já existiam nas políticas culturais como as realizadas pela Divisão de Bibliotecas, na gestão do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, na década de 1930. Também, outras experiências no país que desde então foram

criando camadas de discussões sobre o tema. Vale ressaltar que as pessoas que estiveram envolvidas com o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo foram aquelas que passaram por formação especializada na área das bibliotecas, muitas delas de origem na Universidade de São Paulo. É inevitável que os rumos e as decisões de como o Sistema de Bibliotecas deveria atuar em sociedade foram traçados pelas pessoas que estiveram à frente de cargos de direção e coordenação. Também, a orientação política da época, principalmente no âmbito Estadual é componente responsável por imprimir uma forma de atuação nas propostas para as bibliotecas públicas.

O folheto intitulado CINC – Centro de Informação e Convivência (Anexo IX), foi criado pelo Departamento de Atividades Regionais da Cultura. Não há uma data no impresso que possa identificar o ano do documento. No entanto, temos a identificação de que o folheto é assinado por Jorge Cunha Lima, Secretário da Cultura, portanto é do período de criação do Sistema de Bibliotecas. O referido documento apresenta como subtítulo: “um projeto conciso de ação cultural para o Estado de São Paulo”. O folheto é uma proposição de uma biblioteca que funcionaria aos moldes de um centro cultural.

A primeira questão apresentada pelo referido documento é uma síntese do que seria uma biblioteca popular para a Divisão de Bibliotecas do Estado de São Paulo:

O projeto referente às bibliotecas públicas, agora vistas como centros de informação e convivência, vem sendo delineado e detalhado desde a formação dos primeiros grupos de estudo que precederam as eleições de 82. Ele, seguindo a proposta básica desses grupos, e na direção dada pelo Governo de Franco Montoro fundamenta-se na exigência social de criar uma nova estrutura para gerar um novo produto. Sabemos que a Cultura é realizada a partir da pessoa, mas isso deve estar embasado por uma organização. Tivemos, por vários anos, eventos rápidos de faturamento rápido e de rápido esquecimento, ainda que altos custos. **Hoje, pensamos, antes de tudo, numa estrutura que possa dar suporte aos eventos, à circulação de informação e, fundamental, à criação.** Teremos oficinas para desenvolver a criatividade e gerar novos dados, mas pretendemos que isso se multiplique através de uma rede vital de trabalho. Não forneceremos luz, mas construiremos usinas, sempre com o apoio da população e com ela. A atividade cultural sendo direcionada pelo paternalismo, deixa de ser criadora e passa a castrar. Ou a criar expectadores (sic) passivos. **Por isso, essa interferência nossa na estrutura visa, essencialmente, criar as condições para viabilizar o projeto que permitirá as transformações pretendidas.** Assim, as 450 bibliotecas públicas e municipais do interior paulista passam a ser chamadas para um novo papel, uma nova função: ser, **de fato, um espaço informativo que atenda a população em suas necessidades de estar informada.** Com isso daremos um passo em busca da democratização da informação. Por outro lado, esses espaços devem **oferecer possibilidades de criação.** Com isso, as bibliotecas, mais que públicas, serão populares. (ANEXO IX, [s.p], negrito nosso).

O texto acima apresenta questões importantes como a preocupação de “gerar um novo produto” – no caso uma biblioteca –, uma concepção de cultura (individual, mas institucionalizada) e uma proposta que trabalha com a capacidade criadora da população – um conceito de ação cultural. O termo “popular”, no caso, está empregado na concepção desses lugares serem espaços de criação da população. Ainda, questiona uma forma de ser dessa instituição e propõe uma outra forma dela atuar. Forma essa com o objetivo de promover a ação cultural, que aposta na potência criadora dos indivíduos. Tal percepção no modo de atuar na cultura, em especial nas bibliotecas, está próximo das propostas formuladas por Celso Furtado na linha das políticas culturais.

A segunda página desse folheto é assinada por Luís Milanesi, Diretor da Divisão de Bibliotecas. A redação do texto “Biblioteca necessária” demonstra uma proposta pautada por um profissional especializado no assunto:

Em 1981 foram iniciados os estudos para uma política cultural, incluindo aí, como elemento destacado, a biblioteca. Esta, indo além do evento, é um fato. Em centenas de municípios sem teatro, sem cinema, sem museu, resta a biblioteca como um espaço, quase sempre um pobre espaço, onde se realizam as atividades mais próximas daquilo que entendemos por cultura. Os estudos desenvolvidos levaram ao projeto do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. A minuta do decreto de criação desse Sistema tramita pela Secretaria de Estado da Cultura, devendo, num prazo, que esperamos breve, receber a aprovação competente. (ANEXO IX, p. 1).

Interessante notar, Luís Milanesi assina o trecho como Diretor da Divisão de Bibliotecas. Ou seja, indica que ele já estava realizando o trabalho de coordenação das atividades das bibliotecas municipais na Secretaria de Estado da Cultura.

Além das ideias sucintamente expostas no texto preparado em 1982, novas foram acrescentadas. Visitando dezenas de bibliotecas, discutindo com prefeitos, vereadores, professores outros agentes culturais dos Municípios, pude ver com maior clareza a situação das bibliotecas e as necessidades do público. Pude constatar, também, que as estatísticas nem sempre refletem a realidade. A perspectiva de quem está na Capital, emparedado pela administração e pelas burocracias não descartáveis, é distorcida. É no contato direto com a biblioteca e com a população que se descobre que ela pode ter outras funções. (ANEXO IX, p. 1).

Luís Milanesi expõe que o contato direto da biblioteca com a população o fez descobrir outras funções para ela.

Assim é que se está fortalecendo a idéia de biblioteca como centro de informação popular. **Além das funções habituais, como atender aos estudantes que fazem pesquisa e emprestar livros para lazer, ela poderá transformar-se num espaço vivo onde qualquer cidadão poderá encontrar orientação, quer de ordem intelectual, quer de ordem prática.** Nesse sentido, a biblioteca poderá **fornecer informações como um serviço de utilidade pública:** Dados referentes ao uso de bens públicos, procedimentos para a obtenção de documentos, informações sobre empregos no local, etc.

Essas ideias transformam a biblioteca num bem não apenas preservável, mas que exige ampliação e melhoria constantes de serviços. Assim, a biblioteca será um benefício efetivo para a população e, como tal, necessária. (ANEXO IX, p. 1, negrito nosso).

Fica evidente no trecho acima que as frentes de atuação de uma biblioteca pública seriam ampliadas com a proposta. A ênfase dada é na forma de serviços. As bibliotecas dos municípios passariam a trabalhar como agentes necessários para o desenvolvimento do indivíduo em suas diferentes formas. Não apenas na função de empréstimo de livros, mas na promoção de serviços que estariam relacionados aos diferentes modos de atuação do cidadão em sociedade.

Dentre os princípios de tal proposta do CINC expressos no folheto, vemos uma clara preocupação com a temática da ação cultural aplicada na proposta para as bibliotecas públicas:

1. PRINCÍPIOS

Este projeto parte do princípio de que toda ação cultural deve ser transformadora e de que os avanços deverão ser irreversíveis. Portanto, temos os investimentos culturais abrindo espaços que possibilitem a continuidade de movimento. Isso quer dizer que um projeto cultural, hoje, deve ser estruturado de tal forma que possa ser entendido como uma plataforma para novos avanços. O que se objetiva é a formação de bases sólidas e não investimentos eventuais que não deixam marca. De uma forma geral a política da cultura resume-se à partilha de verbas para grupos e eventos. A meta deste projeto prevê a construção de uma estrutura sólida, geradora de benefícios comuns. (ANEXO IX, p. 2).

O trecho apresenta o conceito de ação cultural presente no CINC: a transformação. Ainda, que a política cultural, em síntese, seria a “partilha de verbas” para grupos e eventos. Isso com o objetivo de criar uma base sólida da atuação da cultura em sociedade e não apenas deixar marcas de investimentos eventuais. Ainda, o documento apresenta que:

Ao lado disso, outras diretrizes norteiam este projeto: **a participação da comunidade nas decisões**, permitindo que a ação cultural seja da coletividade e não para a coletividade. E, em consequência, que sejam descentralizadas as decisões. (ANEXO IX, p. 2, negrito nosso).

Item importante grifado acima: a participação da comunidade nas decisões. Indo além, que tal participação faria de ação cultural colocada em prática ser da coletividade. Essa exposição faz jus a toda uma proposta de política cultural que é proposta na década de 80 por autores que discutem o tema e pelo documento da UNESCO para as bibliotecas públicas. A participação das comunidades passa a ser um item primordial nas decisões a serem tomadas pelas políticas culturais do período e as que as sucedem. Com isso, diferente de pensar que a atuação da Secretaria de Cultura para as bibliotecas públicas nos municípios foi marcada por uma política impositiva em seus projetos e ações, vemos que havia como um dos seus princípios a participação da comunidade em suas decisões. Era ela quem escolhia dentre o rol de possibilidades quais ações gostaria de receber em cada município. Claro, passando pelas diferentes esferas de poder e pelas propostas possíveis de serem realizadas. Mas vale frisar que seu princípio era a participação da população do município nas decisões da biblioteca pública na gestão do governador Franco Montoro.

Num segundo momento, o presente folheto expõe uma discussão relacionada ao tema da Informação:

2. INFORMAÇÃO

A liberdade de acesso à informação é uma das condições básicas para o exercício do pensamento criador. Não haverá desenvolvimento científico e artístico sem que os indivíduos possam chegar aos dados registrados. A forma de combinar esses dados, o jogo dialético que se estabelece, são os elementos para a invenção. (ANEXO IX, p. 2).

O trecho acima faz uma exposição demonstrando o que é informação: dados registrados. Também, como que ela é um elemento fundamental para que as pessoas possam se desenvolver no campo científico e artístico. Interessante notar que, de modo implícito, o folheto indica que a informação é o objeto central das bibliotecas públicas. Um contraponto à proposta de que a biblioteca é aquela que trabalha apenas com livros. Tal vertente, que olha para o desenvolvimento das pessoas a partir do uso das informações, demonstra o papel da biblioteca na proposição de atividades engajadas nas comunidades em que atua.

O presente folheto apresenta uma imagem que traz o fluxo da informação:

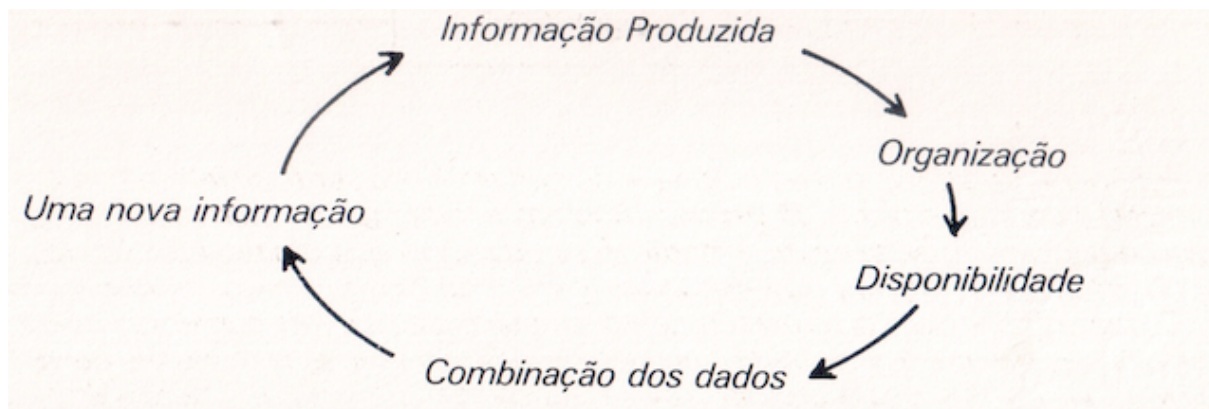


Imagem 5 – Fluxo da Informação – Anexo IX – Página 3

Importante verificar na imagem como o fluxo da informação é descrito. Ainda, o folheto indica que tal imagem deveria ser vista na forma de uma espiral, ou seja, algo que não tem começo ou fim, mas que vai crescendo de forma ininterrupta. A biblioteca está presente de maneira mais clara nesse caminho entre a “Organização” e a “Disponibilidade”. No entanto, o documento indica que a proposta é de fazer com que aconteça todo o fluxo até chegar a uma nova informação produzida. Seria essa a capacidade da biblioteca pública: a de ser um espaço onde se possa encontrar, produzir e armazenar uma nova informação. Dessa forma atuar no desenvolvimento social.

Nos itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, 2.5 o folheto explica o que seria cada item desse fluxo de informação. Vamos analisar o item 2.5 – A criação da informação:

2.5. A Criação da Informação – A Informação para a Criação

Juntar dados e reproduzi-los pode ser um gesto brilhante, mas pouco criativo. A criação só pode ser desenvolvida a partir da combinação de informações quer pelo conflito, quer pelo reforço: tonal/atonal, abstrato/figurativo, capitalismo/socialismo; estruturalismo/funcionalismo, Fellini/Buñuel, etc. Portanto, ter acesso, sem restrições, ao evento cultural para buscar as novas formas de pensar, de agir, de ser. Se não houver criação, haverá apenas reprodução. A indústria cultural, engendrada no interior do capitalismo, pelo consumo fácil da informação leva à reprodução de valores, de formas, de modas. A análise crítica dela poderá ser feita a partir do acesso a um acervo cultural (que atualmente é restrito à quase totalidade do público). **Esse acervo cultural é a biblioteca nessa nova concepção. A biblioteca, assim, é uma alternativa à indústria cultural.** (ANEXO IX, p. 5, negrito nosso).

Como apresentado no trecho acima, a criação é desenvolvida pela combinação de informações. A biblioteca pública é esse espaço onde se pode ter acesso e fruir das manifestações culturais, no caso a informação, para que se busque novas formas de pensar, de

agir e de ser do indivíduo. Esse posicionamento foi exposto em nossa discussão sobre o conceito de biblioteca pública e, também, vemos como a UNESCO passou a adotar a preocupação com o uso das informações em suas atualizações do Manifesto para as Bibliotecas Públicas.

Por fim, o item 2.5 indica que a biblioteca pública nessa nova concepção é um acervo cultural – diverso e plural. Uma proposta alternativa ao que é produzido pela indústria cultural. Vale destacar que esse trecho apresenta o indivíduo como agente da potência criativa. Ele capaz de organizar e gerar novas formas de percepção do mundo. Percepções essas afastadas dos moldes produzidos por um contexto que o leva a consumir e a reproduzir informação sem reflexão. Teixeira Coelho, na obra *O que é Industrial Cultural* (1989), trata desse momento de emergência dos meios de comunicação na sociedade:

Assim, a indústria cultural, os meios de comunicação de massa e a cultura de massa surgem como funções do fenômeno da industrialização. E esta, através das alterações que produz no modo de produção e na forma do trabalho humano, que determina um tipo particular de indústria (a cultural) e de cultura (a de massa), implantando numa e noutra os mesmos princípios em vigor na produção econômica em geral: o uso crescente da máquina e a submissão do ritmo humano de trabalho ao ritmo da máquina; a exploração do trabalhador; a divisão do trabalho. Estes são alguns dos traços marcantes da sociedade capitalista liberal, onde é nítida a oposição de classes e em cujo interior começa a surgir a cultura de massa. (TEIXEIRA COELHO, 1989, p. 10).

Também, Hannah Arendt (2007) trata dessa questão do florescer da indústria cultural em contraponto ao desejo e à liberdade dos indivíduos:

A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária.

[...]

Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade. (ARENDR, 2007, p. 12).

Observamos que a proposta do Centro de Informação e Convivência, da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, vai ao encontro da exposição de Teixeira Coelho e Hannah Arendt. Dessa forma, propõe-se uma instituição que esteja presente na vida das pessoas, para que elas possam criar os seus próprios fins e, também, consigam se libertar das estruturas de uma sociedade que as enquadra dentro da indústria cultural.

Num terceiro momento, o folheto descreve as modalidades que poderiam ser realizadas pela biblioteca pública para que sejam alcançados esses objetivos. São elas: a escrita, o som, o visual e a informação registrada. A apresentação dessas modalidades demonstra que a proposta da Secretaria de Estado da Cultura seria realizar um trabalho que buscasse explorar as diferentes formas de informação registrada. Com isso, a biblioteca passaria a criar as suas propostas de atividades com a utilização desses outros formatos de informação que não somente o livro. Vale o destaque para o item 3.4:

3.4. A Informação não Registrada

A informação reproduzida (livro, disco, filme) é usual nas bibliotecas, principalmente as obras impressas. Modernamente abre-se uma nova possibilidade para as bibliotecas: a informação viva, ou seja, a conferência, o recital, a encenação, a exposição, etc.

Em suma, a biblioteca é um espaço de informação dentro do qual o público dialoga com a produção do pensamento. **Ou seja, há a relação dialógica entre o usuário e os estímulos informativos circundantes, o que propicia ao usuário criar.** Essa relação é intermediada pelo profissional bibliotecário quer pela estrutura que organizou ou pela própria intervenção num dado momento. (ANEXO IX, p. 5, negrito nosso).

A “informação viva” nada mais é do que a participação da sociedade nas atividades propostas pela biblioteca. Interessante notar que o trecho acima demonstra a importância do profissional bibliotecário frente ao trabalho realizado. Essa participação efetiva acontece com o trabalho da ação cultural. Tal proposta de uma relação dialógica entre a biblioteca e os usuários é significativo para esse modelo de biblioteca pública que a Divisão de Bibliotecas da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo apresentou.

Seguindo essa proposta, o folheto traz uma discussão sobre o espaço físico da biblioteca. O documento indica que a biblioteca deve conter equipamentos adequados para que possa fazer uso das informações nos diferentes suportes. O espaço de leitura, segundo o documento, permanecerá prioritário. No entanto, “isso não esgota a função da biblioteca”. Interessante notar que nesse trecho a Divisão de Bibliotecas do Estado indica que a biblioteca não se resume apenas ao livro, mas também a realização de discussões em grupo e a participação dos bibliotecários nesse processo de descobertas. Tal abordagem é um conceito de biblioteca que extrapola o livro. A biblioteca proposta contaria com espaços de audição individuais e coletivos, como salas e auditórios. Ainda, salas de vídeo para apresentação de filmes e projeções. Também:

4.7. Espaço para Fazer

A biblioteca não pode ser apenas o local onde está depositado o acervo cultural para uso público. Ela, para ser eficiente enquanto elemento que organiza a informação, exige determinados requisitos que a coloquem com ambiente do fazer criativo. Se a biblioteca dispõe de sala para conferências (como progressivamente vem ocorrendo em todas as partes), essa sala pode ser utilizada para exibição de filmes, encenações, cursos, exposições, local de ensaios. (ANEXO IX, p. 6).

Do trecho acima, constatamos que o ambiente da biblioteca passa a ser importante para que a capacidade criativa das pessoas seja afluída. Uma clara acepção a proposta de ação cultural elaborada pelo Professor Luís Milanesi.

Num outro momento, o documento traz o estado atual das bibliotecas públicas nos municípios do Estado:

5. O QUE EXISTE

Especialmente em termos de bibliotecas, mesmo do ponto de vista tradicional, o Estado de São Paulo mostra deficiências que comprometem todo um projeto de educação formal e de circulação de informação. Os alunos são introduzidos numa prática de pesquisa que prescinde de leitura, prevalecendo a cópia de verbetes enciclopédicos, cópia, inclusive, eletrostática. Ao lado disso, a leitura como prazer e lazer encontrou no rádio e na TV um concorrente, alterando-se a sua função. Hoje, em São Paulo, é rara a biblioteca escolar e as bibliotecas públicas nos municípios quase sempre não vão além de um depósito de livros (geralmente velhos e inadequados) para empréstimo aos alunos carentes. Em termos físicos a própria rede escolar não dispõe de espaço para bibliotecas; como se o ensino fosse, de fato, pré-gutenbergiano. Mesmo se, nesse momento, quiséssemos organizar uma rede de bibliotecas escolares, isso seria extremamente dificultoso, pelo simples fato de inexistir na quase totalidade das construções escolares um espaço adequado para abrigar um acervo e leitores. (ANEXO IX, p. 6).

O trecho acima demonstra que as bibliotecas públicas do período estavam voltadas para o atendimento do público escolar. Conforme indicado, as bibliotecas escolares não tinham espaços adequados para pesquisas e, com isso, a biblioteca municipal passou a ser o local onde estudantes faziam as suas pesquisas. Numa descrição específica sobre as bibliotecas nos municípios, o documento traz o seguinte cenário:

As bibliotecas municipais são quase sempre uma sala (algumas vezes fechadas) com algumas centenas de livros. Não há bibliotecário nem mesmo funcionário treinado. Em vista dos baixos salários, a mão-de-obra é precária. Falta também qualquer forma de planejamento integrado. (ANEXO IX, p. 7).

Vemos um cenário devastador sobre as bibliotecas nos municípios. É sabido que tais indicações são feitas sem nenhuma fonte para comprovar tais questões. No entanto, ela está

sendo veiculada pela instituição responsável. Ou seja, tal informação foi chancelada por uma autoridade para que pudesse ser distribuída num folheto.

Posteriormente, o documento começa a apresentar o que deverá existir com a criação do CINC. A exposição está dividida em princípios:

1. Organizar uma estrutura irreversível;
2. Ação a partir das bases;
3. Descentralização. (ANEXO IX, p. 7).

A proposta de criação do CINC era de uma estrutura de colaboração de informação e atividades entre os municípios. Ainda:

6.1. A Ação da Coletividade

Cada município do Estado deverá ter uma ou mais bibliotecas funcionando efetivamente como um **centro de cultura**. O conjunto dessas bibliotecas formará um todo orgânico. Essa organicidade será dada pela colaboração entre as bibliotecas, os municípios e o público. (ANEXO IX, p. 7, negrito nosso).

Interessante notar que, no item 6.1, a biblioteca nesse formato seria como um “centro de cultura”. Ou seja, estava proposto uma expansão nas atividades da biblioteca pública. Um entendimento de que a informação estaria presente em diferentes formatos e na troca com o seu público. Além disso, que haveria participação dos municípios e do público:

6.2. A Atuação da Biblioteca

De acordo com o desejo da coletividade expresso por órgão representativo (vide item 6.6.) a biblioteca terá as suas prioridades de atuação: acervo (livros, jornais, discos...), promoções (conferências, recitais, exposições...) ou o que a coletividade determinar. (ANEXO IX, p. 7).

Sobre os itens de atenção da biblioteca, em primeiro lugar está o acervo. Seguido de atividades que promovam a interação com o público e, posteriormente as que forem determinadas pela coletividade. Destaca-se que o acervo continua sendo a principal razão da biblioteca existir e que ele é necessário para que ocorra o fluxo de informação que foi exposto anteriormente. Também, vemos que a participação popular poderia ditar os rumos das atividades propostas pelas bibliotecas públicas. Algo de um avanço inigualável quando constatamos o cenário das bibliotecas da época. Aqui vemos uma clara indicação de que esse novo modelo de atuar das bibliotecas estava em confluência com as novas aspirações políticas que indicavam a participação popular nas decisões dos rumos da sociedade.

6.3. O Espaço Físico

O problema do espaço físico será decidido também pela coletividade. Deve ser ressaltado que as cidades dispõem de espaços subutilizados ou mesmo não utilizados e que deveriam integrar-se num projeto de revitalização cultural. No entanto, devem ser afastadas duas ideias correntes:

1. que as atividades culturais podem ser desenvolvidas em qualquer ambiente;
2. que os municípios já dispõem de espaços suficientes.

Em parte das cidades, de fato, existe uma infraestrutura, em outras não. De qualquer forma, se as caixas econômicas têm prédios próprios quase sempre imponentes, se os bancos estatais mostram funcionalidade e luxo, se os fóruns são construções adequadas aos seus fins, por que as bibliotecas enquanto centro de cultura são confinadas a espaços exíguos e impróprios? **Num governo popular as iniciativas da população, o seu ponto de encontro deve ser adequado, enquanto construção física, aos seus objetivos.** Portanto, que as cidades decidam sobre a relação oferta/demanda/espço. Em caso da necessidade de construir um espaço e definir um ambiente, cabe também à população fazer opções com a participação de um arquiteto/animador cultural. (ANEXO IX, p. 8, negrito nosso).

Com relação ao espaço físico, constatamos novamente a participação da coletividade, vista como agente fundamental para melhor encontrar um local para instalação da biblioteca pública no território da cidade. Interessante notar que o documento indica que as atividades culturais não podem ser realizadas em qualquer lugar. E o trecho grifado apresenta todo um projeto político envolvido: a preocupação de um governo no qual a população participe na tomada de decisões.

A questão de orçamento entra novamente em discussão. Ponto de discussão importante das políticas culturais para que ela realize as suas atividades:

6.4. Manutenção

A biblioteca/centro de cultura deverá ser mantida tanto pelos recursos públicos quanto pelo particular. Ao governo do Estado caberá despender recursos dentro de critérios a serem estabelecidos.

6.5 Formas de Organização

6.5.1. Decisões Locais

Cada localidade deverá ter um conselho de cultura formado por representantes de setores da coletividade: representantes das escolas e faculdades, da prefeitura, das associações culturais e recreativas, etc. Esse conselho municipal poderá ser organizado formalmente e aprovado pela Câmara Municipal. O bibliotecário/animador cultural deverá fazer parte do Conselho Municipal. Inicialmente deverá existir um bibliotecário em cada região administrativa para coordenar tal atividade. Posteriormente, com a participação dos municípios, toda cidade deverá ter, pelo menos, um bibliotecário. (ANEXO IX, p. 8).

A exigência de um “conselho de cultura” no município marca uma participação de representantes locais nas decisões que viriam a ser tomadas pela cultura e, conseqüentemente, pelo CINC. O interessante dessa questão é como a estrutura da cultura passa a ser importante para que o tema esteja presente nas discussões da cidade. Ainda, o documento destaca o bibliotecário como participante desse Conselho. Essa iniciativa marca uma participação ativa do profissional na vida política da cidade. Uma efetiva atuação em sociedade do profissional bibliotecário.

A última discussão do folheto trata especificamente da Biblioteca. No documento indica-se que ela é a parte central do centro de cultura. Com isso, ganha destaque a preocupação com o acervo, a seleção de obras, os empréstimos, os eventos, os projetos e a relação com a comunidade e a escola. Vale destacar que o documento ressalta uma articulação em rede para que essas questões possam circular nos municípios:

6.5.2. A Biblioteca

O acervo, notadamente o bibliográfico, deverá ser a parte mais substancial do centro de cultura. A memória cultural, inclusive aquela de interesse específico da cidade como jornais antigos, fotos e outros documentos, deverá estar organizada de forma a atender à demanda daquela população. O fato de existirem centenas de bibliotecas públicas no Estado, sugere, em ganhos operacionais e de recursos humanos e financeiros, que haja uma coordenação dessa rede. Em primeiro lugar, todo o processamento técnico de livros deverá ser feito em uma única biblioteca, bem como a aquisição.

6.5.2.1. Seleção e aquisição do acervo

Mensalmente será enviado às bibliotecas listas de livros novos e os seus preços. A coletividade, com a ajuda do Conselho de Cultura, escolherá as obras. Se houver interesse por obras antigas, a solicitação delas também deverá ser encaminhada. Estes livros serão adquiridos, processados e remetidos. Tanto as solicitações como o atendimento, serão feitos pelas bibliotecas das regionais. Esse processo poderá ser adotado para quaisquer documentos.

6.5.2.2 Empréstimos de Informações

Além dos empréstimos normais de uma biblioteca, a rede de bibliotecas poderá permitir e facilitar o empréstimo entre bibliotecas. A necessidade de um livro, uma revista, uma partitura, etc., indicada por um leitor em qualquer cidade com biblioteca integrada poderá ser satisfeita se quaisquer das bibliotecas da rede tiver esse documento. Isso significa que deverá existir um catálogo do acervo paulista.

6.5.2.3. Circulação e intercâmbio de eventos

Da mesma forma que os documentos podem, de acordo com as necessidades, ser intercambiados, inclusive os eventos. Uma exposição organizada pela Secretaria da Cultura poderá circular por todas as cidades interessadas, da mesma forma que um evento organizado por qualquer cidade poderá visitar todas. Todo esse trabalho de articulação seria de competência das regiões administrativas. (ANEXO IX, p. 9).

O item “Empréstimos de Informações” visava a criação de um catálogo de todos os acervos das bibliotecas municipais para que os usuários pudessem escolher o material. Com isso, cada item seria transportado até a biblioteca municipal mais próxima do interessado. Também, a “circulação e intercâmbio de eventos” é outro item que chama a nossa atenção. A proposta permitiria que eventos, exposições e espetáculos organizados pela Secretaria de Cultura estivessem presentes em vários municípios. Isso demonstra uma iniciativa de fazer com que a cultura circule no Estado.

6.6. Pessoal

Uma das condições para um trabalho irreversível é a criação de uma estrutura que possa gerar uma renovada mentalidade. Essa estrutura deverá comportar uma equipe de profissionais.

Para organizar a rede de bibliotecas e, para trabalhar em cada biblioteca pública paulista: bibliotecários com respectivos quadros criados na Secretaria. De início, seriam admitidos bibliotecários para as regiões administrativas. Eles seriam responsáveis pelos municípios da área, atuando em cada cidade como animadores culturais e estimulando a criação de Biblioteca/Centros Culturais Municipais. Progressivamente as cidades terão os seus bibliotecários. Enquanto isso não acontece, os bibliotecários responsáveis pelas regiões treinarão funcionários para, provisoriamente, responder pelo atendimento nas bibliotecas. (ANEXO IX, p. 10).

O item “Pessoal” aborda o trabalho “irreversível” e a estrutura. Dois pontos importantes de serem analisados, pois o fortalecimento e a permeabilidade de uma política dependem de sua organização e participação das pessoas envolvidas. O trecho dá ênfase para que profissionais bibliotecários estejam presentes nos quadros de pessoal das bibliotecas públicas. Tal proposta coloca o profissional como um agente gerador de “estímulos”. Pessoa responsável por ativar as bibliotecas/centros de cultura nos municípios.

6.7 Relação com a Escola Oficial

As fronteiras entre Educação e Cultura são tênues. Isso leva à exigência de articular-se uma ação conjunta entre a Escola e a Biblioteca. A maioria das cidades paulistas não comporta simultaneamente bibliotecas nas escolas e bibliotecas públicas. Portanto, uma atividade comum deverá ser organizada. (ANEXO IX, p. 10).

A relação com a escola acima mencionada também marca a participação conjunta da biblioteca/centro de cultura na vida da comunidade. Proposta que ganha uma dimensão ainda

maior, visto que estar em trabalho conjunto com a Escola é participar ativamente da formação educacional de uma comunidade. Tarefa fundamental para buscarmos uma melhora em vários setores de nossa sociedade.

6.8. Relação com Projetos Específicos

A articulação progressiva dessa rede de bibliotecas/Centros Culturais, permitirá o desenvolvimento de projetos específicos de várias modalidades. Um projeto de desenvolvimento de bandas, coros, grupos teatrais, etc., encontraria toda uma infraestrutura para o seu desenvolvimento nessa rede. Um esquema de informações para essa rede poderia ser desenvolvido através de uma publicação periódica que circularia entre as bibliotecas. A TV Cultura levaria para os municípios uma programação de apoio, reforçando a malha cultural constituída pela ação em cada município. (ANEXO IX, p. 10).

A possibilidade de criação de outros projetos de interesse da comunidade reafirma a proposta do CINC em estar presente da vida do Município. Dessa forma, a biblioteca pública seria um catalizador de eventos locais. O documento termina com uma indicação de Informes. Que o folheto tinha como objetivo informar as cidades sobre a proposta, mas que no futuro também seria um meio de troca de experiências entre os Municípios.

Assim, de toda essa exposição, fica evidente a proposta exposta pela Divisão de Bibliotecas da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo de pensar a biblioteca pública além da preocupação com o acervo. Nesse caso, a biblioteca pública seria um grande centro de cultura local. Além de contar com os serviços de informação tradicionais de uma biblioteca, ela teria papel de centro catalizador dos anseios culturais da cidade. Com isso, o CINC proposto seria uma nova instituição presente nos municípios do Estado de São Paulo. Uma confluência das atividades de uma biblioteca, com as propostas de um centro cultural. Fica claro na redação desse documento que o material foi escrito por um profissional que tinha formação na área das bibliotecas e conhecimento de manifestações culturais. O que podemos inferir é que esse folheto foi escrito pelo diretor da Divisão de Bibliotecas, o Professor Luís Milanesi. Além de colocar a biblioteca como parte central do centro de cultura, existe um item do folheto que designa as suas atividades em detalhes. Vale indicar que a obra do Professor Luís Milanesi “Ordenar para Desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas”, cuja primeira edição é de 1986, fruto doutorado defendido na ECA/USP, de 1985, é desse mesmo momento quando o referido professor estava em atividades no Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo (MILANESI, 1989). Apesar da divulgação do CINC em folhetos para os municípios do Estado de São Paulo, não temos na documentação estudada comprovações da realização do mesmo. O que fica de legado dessa proposta é um olhar para a biblioteca pública numa perspectiva de

trabalho próxima a de um centro cultural. Esse olhar foi colocado em prática nas ações realizadas pelo Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo e, também, aparece na proposta da Biblioteca do Estado que será feita nesse período.

2.7 Ações do Sistema de Bibliotecas Públicas nos Municípios

O projeto do Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo se materializa em suas ações. Em nossa documentação de análise, não encontramos um planejamento, plano ou programa de atividades proposto quando da sua criação. O que temos são as cartas de exposição de motivos e o decreto assinado pelo governador Franco Montoro. Dessa forma, precisamos identificar algumas atividades que foram colocadas em prática pelo Sistema de Bibliotecas, que configuram a sua forma de trabalho quando da criação, bem como da gestão do Professor Luís Milanesi com as bibliotecas públicas nos municípios. Essa efetivação do sistema mostra como ele vai ganhando forma a partir de ações concretas. Também, vale indicar que as atividades expostas são aquelas que tínhamos documentação disponível para análise. Ou seja, elas seguem uma linha de interpretação num período, mas sem uma linha cronológica fiel aos fatos acontecidos. O que podemos inferir é que foram colocadas em prática de 1984 até 1996, o final de gestão do Professor Luís Milanesi.

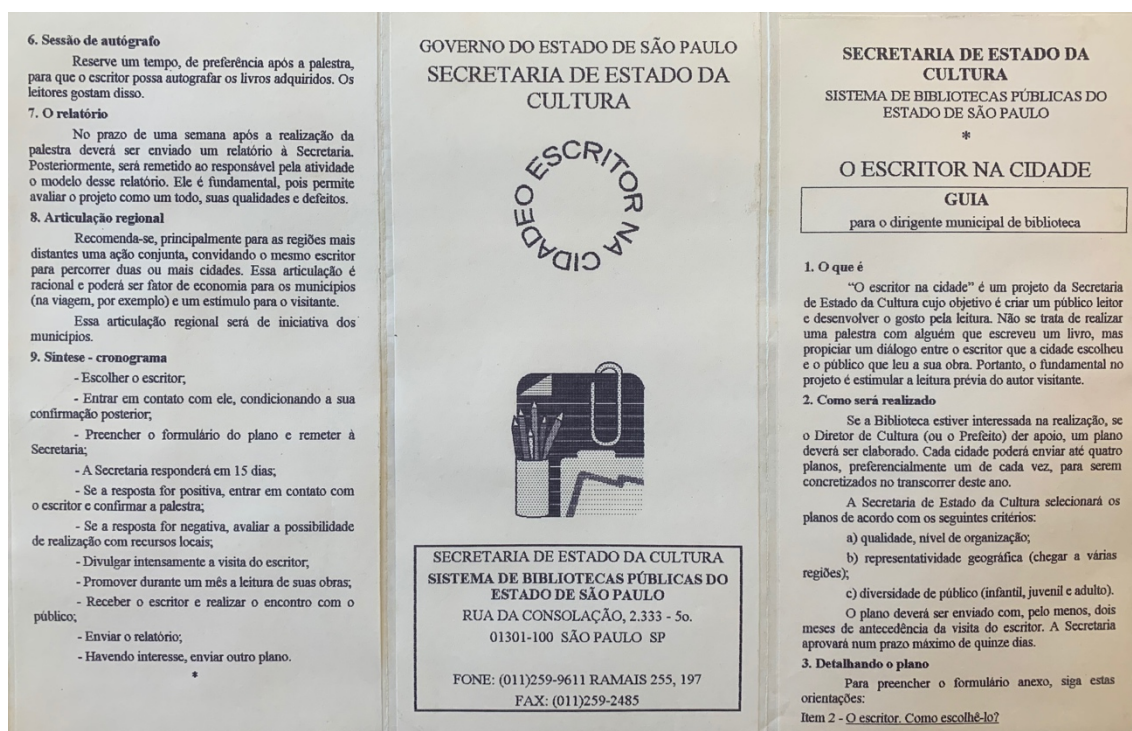
2.7.1 O Escritor na Cidade

O Escritor na cidade é um dos projetos colocados em prática pelo SISEB-SP que mais logrou êxito. A proposta era aproximar os escritores do seu público. Com isso, criar uma atmosfera nas bibliotecas Municipais de acolhimento e estudo das obras dos referidos autores. Como exemplo, participaram das atividades os seguintes escritores: Giselda Laporta Nicolelis²¹, Ilka Laurito, Luiz Galdino, Lourenço Carlos Diafera, Lúcia Pimentel Goes, Liliana Iacocca, Marcos Rey, Julieta Godoy Ladeira, Maria Cristina Martins Porto, Pedro Bandeira, Tatiana Belinky, Francisco Marins, Roniwalter Jatobá, Viviane de Assis Viana Mansur, Fábio Lucas e Caio Porfírio Carneiro.

Havia toda uma organização criada pelo SISEB-SP para que o escritor fosse recebido pela cidade. O primeiro documento que marca esse projeto é o guia que era enviado à biblioteca

²¹ Mãe do pesquisador Miguel Nicolelis.

e à prefeitura. Abaixo imagem do guia informativo enviado às bibliotecas sobre o projeto escritor na cidade.



(Imagem 6 – Escritor na Cidade frente)

Nota-se nesse documento que o objetivo do projeto era “criar público leitor e desenvolver o gosto pela leitura”. Tal uso da palavra “gosto” tem a sua intencionalidade. Faz uma crítica aos que acreditam que a leitura está relacionada ao “hábito”. Com isso, a leitura na visão trazida por esse projeto busca ir além de um mero ato repetitivo e sem sentido.

Para uma biblioteca participar do projeto Escritor na Cidade era necessário preencher um plano com a indicação de escritor interessado e quais as condições seriam oferecidas pela instituição para que ele fosse recebido. Abaixo o formulário que apresenta esse Plano:

" O ESCRITOR NA CIDADE "
P L A N O

01. MUNICÍPIO: _____

02. ESCRITOR: _____

03. MOTIVO DA ESCOLHA: _____

04. DATA DO ENCONTRO: _____

05. LOCAL DO ENCONTRO: _____

06. CAPACIDADE: _____

07. COMO SERÁ O TRANSPORTE DO ESCRITOR? _____

08. ONDE O ESCRITOR FICARÁ HOSPEDADO? _____

09. COMO SERÁ FEITA A DIVULGAÇÃO? _____

10. QUANTOS E QUAIS LIVROS DO AUTOR EXISTEM NA BIBLIOTECA, E O QUE SERÁ ADQUIRIDO? _____

11. QUAL A ESTRATÉGIA PARA QUE O AUTOR SEJA LIDO? _____

NOME DO DIRIGENTE DA BIBLIOTECA: _____

ENDEREÇO: _____ CEP: _____

FONE: _____ FAX: _____

ASSINATURA: _____ DATA: _____

OBS: SE NECESSÁRIO, UTILIZAR OUTRA FOLHA

(Imagem 7 – Escritor na Cidade - Plano)

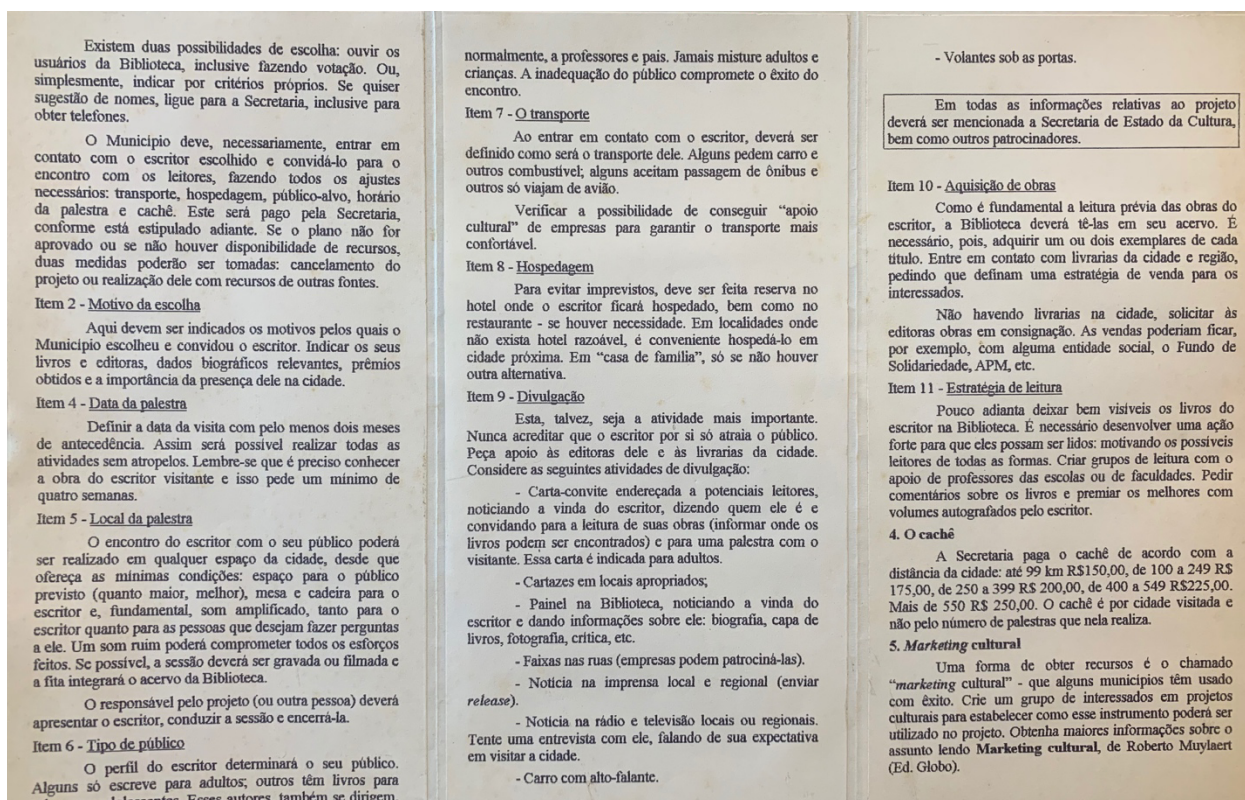
Nota-se no Plano que havia a preocupação com o local do encontro, bem como com as acomodações do escritor no local. Além disso, a biblioteca ficava responsável pela divulgação, por informar a quantidade de livros do autor e, uma questão fundamental, qual a estratégia utilizada para que o autor fosse lido antes do encontro acontecer. Tal questão mostra preocupação do Sistema com o conteúdo da proposta. Ou seja, uma iniciativa que vai além de apenas organizar o encontro. Para o SISEB-SP era preciso que o autor fosse, de fato, de interesse da cidade. Tal perspectiva traz a dinâmica de uma biblioteca participativa. Enviado o plano, a Secretaria de Cultura faria a escolha dos municípios baseado nas informações apresentadas pela cidade. Nota-se que o primeiro item de escolha é a “qualidade, nível de organização” da Biblioteca para realizar o encontro. Tal critério apresenta duas análises. Primeiro, que a biblioteca em um determinado município estava organizada de modo a receber uma atividade proposta pelo Estado na área da Cultura. Ao responder tal pergunta, a biblioteca indicava certa qualidade na realização dos serviços prestados à comunidade.

Segunda análise, a Secretaria de Cultura poderia criar uma escala das bibliotecas nos municípios aptas a receberem os diferentes autores. Seria uma espécie de ranking das

bibliotecas de acordo com a sua qualidade. Ou seja, o primeiro critério de escolha expõe a qualidade de serviços prestados pela biblioteca, ao mesmo tempo que serve de indicador para que as ações do SISEB-SP possam ser replicadas. Essa última está relacionada a uma estratégia geográfica adotada pelo SISEB de replicar as atividades nos diferentes municípios, de maneira a distribuir os bens culturais como proposto pelo Sistema de Bibliotecas em sua política.

Outro item que nos chama a atenção nos critérios adotados para escolha das bibliotecas para o projeto Escritor na Cidade é “diversidade de público (infantil, juvenil e adulto). O termo empregado busca abranger uma gama de público participativo nas atividades. Público esse que é de fundamental interesse que esteja presente nas diferentes propostas colocadas em prática pelo Sistema.

Além disso, o escritor selecionado deveria ser de interesse da cidade. Essa questão indica que a biblioteca no município poderia ter uma vocação para determinado tema ou autor. Com isso, o Sistema valorizaria um trabalho local que já poderia ser realizado pela biblioteca e por sua localidade. No verso do guia observamos essas preocupações com relação a adequar o interesse da biblioteca com o autor convidado. Uma vez escolhido o autor, o SISEB-SP buscava remunerá-lo com um cachê que estava vinculado à distância percorrida para se chegar à biblioteca pública no município.



(Imagem 8 – Escritor na Cidade verso)

Outro item que chama atenção nesse guia é o “Marketing Cultural”. Havia preocupação do SISEB-SP de que as atividades com o escritor na cidade fossem amplamente divulgadas no município. Dessa forma, buscar um público até maior do que de costume, que já frequentava a biblioteca. A intenção em divulgar a vinda do escritor na cidade tinha também o objetivo de fortalecer o papel da biblioteca pública no município. Tal projeção da biblioteca nos meios de comunicação locais possibilitava uma participação maior da mesma na vida do município. Com isso, o apoio político da sociedade civil poderia ser considerado para que a biblioteca pública realizasse as suas atividades.

Assim, com essa atividade do Escritor na Cidade, havia uma valorização mútua do coletivo. Da biblioteca, do escritor e da cidade. Vale destacar como a biblioteca passa a ser promotora de ações junto às comunidades onde estão localizadas. Há nessa proposta uma mudança de caráter da biblioteca, sendo ela uma instituição participativa.

2.7.2 As Exposições Itinerantes

O projeto das exposições itinerantes foi uma das atividades colocadas em prática pelo SISEB-SP que atuava na proposta da ação cultural. Era de fato uma interação entre a biblioteca pública e a sua comunidade, com o objetivo de buscar diálogo entre esses dois agentes. Nas exposições itinerantes, propostas temáticas circulavam entre as bibliotecas dos municípios de São Paulo. Os temas eram propostos pela diretoria do SISEB-SP ou surgiam como manifestações das próprias bibliotecas e comunidades envolvidas.

Em nossas pesquisas, encontramos 43 folhetos das exposições itinerantes²². Os temas e autores são:

Tabela 1 – Relação dos folhetos das exposições itinerantes.

	Título	Autor	Ano
1	A corrupção no Brasil	Henrique Carneiro	1994
2	A evolução de Charles Darwin	Nélio Bizzo	1994
3	A história da sexualidade	Mary Del Priore	1994
4	A história da terra	Maria Cristina Motta de Toledo	1994
5	A História do Quadrinho Brasileiro	José Alberto Lovreto e Gualberto Costa (Jal e Gual)	1994

²² Todos esses folhetos listados foram digitalizados.

6	Anarquismo	Francisco Teotônio Simões Neto	1994
7	Aspectos do Carnaval Brasileiro	Maria de Cáscia Frade	1994
8	Aves na cidade	Elizabeth Möfling	1994
9	Brecheret	Maria Rossetti Batista	1994
10	Camargo Guarnieri – um músico brasileiro	Kilza Setti	1994
11	Canudos	Marco Antônio Villa	1994
12	Catástrofes	Maria Cristina Motta de Toledo	1994
13	Cenas do Teatro no Brasil	Berenice Raulino	1994
14	Comida	Silvio Lancellotti	1994
15	Cultura Caipira: Verso e Reverso	Kilza Setti	1994
16	Dinheiro	Leda Maria Paulani	1994
17	Drogas – Entre o prazer e a mentira	Roberto Wüsthof	1994
18	Feminismo no Brasil	Maria Amélia de Almeida Teles	1994
19	Fernando Pessoa – À Beira Rio... À Beira Mágoa...	Maria Helena Nery Garcez	1994
20	Futebol	Sebastião José Witter	1994
21	História da História em Quadrinhos	Álvaro de Moya	1994
22	História da infância e da criança abandonada	Mary Del Priore	1994
23	História da Medicina	Carlos da Silva Lacaz e Berta Ricardo de Mazzieri	1994
24	História da Ópera	Lorenzo Mammi	1994
25	História do Cinema Brasileiro	José Inácio de Melo Souza	1994
26	História do Rádio	Plávio Luiz Porto e Silva	1994
27	Índios do nosso Brasil	Luís Donisete Benzi Grupioni	1994
28	Industrialização	Ladislau Dowbor	1994
29	Italianos no Brasil	Lucy Maffei Hutter	1994
30	Japoneses no Brasil	Arlinda Rocha Nogueira	1994
31	Meio Ambiente: Orquídea	Waldyr Endsfieldz	1994
32	Memorial da América Latina	Fundação Memorial da América Latina	1994
33	Moda e Imaginário no Século XX	Edgard Luiz de Barros	1994
34	Música Sertaneja – da viola à guitarra	Waldenyr Caldas	1994
35	Negros no Brasil	Thereza Santos	1994
36	O fotógrafo Mario de Andrade	Amarildo Carnicel	1994
37	Os dizeres do Amor	Betty Milan	1994
38	Portinari	Pierina Camargo	1994
39	Racismo	Solange Couceiro	1994
40	Ser Criança	Raquel Zumbano Altman	1994
41	Sexualidade ou os motivos do quadrado	André Gaiarsa	1994

42	Viagens Portuguesas	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses	1994
43	Villa-Lobos	Luiz Paulo Horta	1994

Fonte: Arquivo pessoal Professor Luís Milanesi.

Todos os folhetos são datados do ano de 1994. Com isso, constatamos que essa iniciativa do Sistema de Bibliotecas passou a circular nos municípios a partir desse momento. O que nos chama a atenção na tabela acima são os temas abordados. Eles vão desde as artes, passando por questões sociais como, por exemplo, corrupção, racismo e feminismo, até a sexualidade. Vale certa consideração sobre essas temáticas. Inserir tais discussões, formuladas por especialistas em cada tema, no ambiente das bibliotecas públicas era algo de impacto a ser proposto pelo Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Isso impulsiona a biblioteca pública em ser uma instituição propositora de discussões nos locais que recebessem cada exposição. Portanto, essa forma de trabalho buscava ativar as comunidades no debate e diálogo com os temas propostos.

Cada folheto de uma exposição itinerante era apresentado com um roteiro dividido em tópicos, sendo em: 1. Exposição Itinerante, 2. Exposição, 3. Autores, 4. Característica Física, 5. Público Alvo, 6. Local, 7. Inauguração, 8. Complementos, 9. Atividades Paralelas, 10. Divulgação e, por fim, 10. Apoio Cultural. Veremos em detalhe cada item da estrutura desse roteiro.

2.7.2.1 Roteiro das Exposições Itinerantes

O primeiro item do folheto era a apresentação do que seriam as propostas das exposições itinerantes:

As características das exposições itinerantes indicam as bibliotecas como as instituições mais apropriadas para organizá-las. Elas são um esforço para destacar um assunto utilizando-se todas as possibilidades informacionais. Assim, ultrapassando uma simples mostra de painéis, procura-se chegar a um ambiente com várias modalidades de mostrar e discutir um assunto. Esse livro-ambiente ou a ambientação de um assunto é flexível, sempre de acordo com as possibilidades locais. O fundamental é que a cidade possa ver, ler e ouvir para poder pensar e discutir.

As exposições itineram por regiões, cabendo aos municípios transportá-las e organizar as atividades. É importante que haja cooperação regional para dividir os custos e aumentar os benefícios. (ANEXO X, [p. 2]).

O primeiro ponto que nos chama a atenção no trecho acima é a indicação de que as bibliotecas são “as instituições mais preparadas para organizá-las”. Tal proposta credita à biblioteca um potencial para que ela possa desenvolver a atividade. Partir do Sistema de Bibliotecas essa proposição é colocar a biblioteca pública como uma instituição apta e capaz de realizar atividades que vão além da simples disposição de livros ou o empréstimo de materiais. O folheto, nessa apresentação, coloca a biblioteca como uma instituição chave na perspectiva de que é um espaço adequado e com a potência para que se possam organizar exposições. O segundo ponto que nos chama a atenção é com relação a “todas as possibilidades informacionais”. Vemos de forma clara que a biblioteca pública na proposição do Sistema de Bibliotecas, em específico nas exposições itinerantes, é considerada como o local onde se encontra um conjunto de informações, composta pelo seu acervo, no qual as combinações dos conteúdos podem levar a diversas formas de tratamento dos temas. Tal proposta coloca em xeque todo um estereótipo de que as bibliotecas realizam somente um trabalho de tratamento técnico e não podem interferir nas abordagens dos conteúdos. Uma vez que são organizadas as informações para exposição ao público, um recorte teórico e conceitual é feito. Ou seja, o trabalho da biblioteca nessa perspectiva passa a interferir também no conteúdo. Atividade que é muitas vezes negligenciada pelas bibliotecas e seus profissionais. Em geral, esse trabalho fica a cargo de outros profissionais e a biblioteca apenas realiza a atividade técnica que foi designada. Nesse caso, vemos que há espaço para que a biblioteca daquela comunidade e seus profissionais também possam interferir nos assuntos que serão apresentados na exposição. Uma abertura de trabalho entre o Sistema de Bibliotecas e as bibliotecas municipais que corrobora com a ideia de que esse projeto estava alinhado à perspectiva democrática de participação da sociedade nas decisões administrativas do país.

Essa apresentação explicita que as exposições itinerantes não eram apenas “simples mostra de painéis”, mas sim uma atividade a fim de potencializar as diferentes formas de discussão de um assunto. Vemos nessa iniciativa a biblioteca pública como uma instituição protagonista, na qual ela é capaz de organizar, disponibilizar e expor os assuntos de diferentes pontos de vista que estão presentes no seu acervo. A biblioteca é tratada como um “livro-ambiente”, onde ela se adaptará a cada tema tratado na exposição, com a proposta de usar e relacionar os materiais a partir de seus diferentes pontos de vista. Tal imagem de um livro-ambiente inverte a relação entre o acervo e a biblioteca. Faz com que ela seja, em si, quem comunica determinado conteúdo. Essa percepção está próxima do conceito de dispositivo, como vimos na discussão sobre biblioteca pública. E todo esse trabalho de personificação da

biblioteca pública com a exposição itinerante tem como principal objetivo a cidade em que está inserida, para que façam uso dos conteúdos de modo a extravasar uma assimilação passiva a partir do pensar e do discutir.

Por fim, a apresentação traz que era de responsabilidade dos municípios transportar e organizar as exposições nas cidades, de modo que existisse uma “cooperação regional” para que se pudessem reduzir custos e potencializar atividades. Essa proposta de um trabalho conjunto é mostra de uma administração colaborativa realizada pelo Sistema de Bibliotecas para as bibliotecas atendidas. Uma forma de integrar e ao mesmo tempo dar responsabilidades aos agentes envolvidos. Ou seja, todos os atores são responsáveis por fazer a exposição itinerante acontecer. Com isso, a biblioteca realizadora e as demais que iriam receber os painéis de exposição se colocavam em trabalho conjunto, no qual as cidades eram as beneficiadas com a circulação dos temas de discussão nos municípios.

O item 2 do roteiro das exposições itinerantes era o conteúdo a ser exposto na biblioteca. De forma resumida, apresentado em poucos parágrafos, esse item demonstrava como o assunto seria abordado pela exposição. Vejamos um exemplo da exposição “Cenas do Teatro no Brasil”, escrito por Berenice Raulino:

A exposição refaz o percurso da história do teatro feito no Brasil, desde os primórdios até a atualidade, através de algumas de suas cenas mais significativas. São quase cinco séculos de teatro revisitado por meio de imagens documentais e breves textos explicativos que têm por objetivo introduzir o público nessa atividade artística que se mescla à própria história da nação brasileira.

Partindo do teatro de catequese religiosa feito por Anchieta, a exposição avança por movimentos como os realizados pelo Teatro de Arena e Teatro Oficina, até atingir manifestações mais recentes como o teatro Gabriel Villela, apontando caminhos estéticos que forjaram o nosso teatro. (ANEXO X, [p. 2]).

Para a elaboração dos roteiros das exposições itinerantes, foram convidados especialistas nos temas para compor os assuntos a serem discutidos em cada temática. Foram convidados professores da USP e profissionais de renome em cada assunto tratado nas exposições itinerantes. Essa perspectiva está dentro da proposta do item 9 do documento “Cultura” do MDB, no qual indicava uma participação direta de intelectuais e artistas nas propostas e decisões culturais do Estado, a fim de buscar gestão democrática na área da cultura.

O item 3 do Folheto indicava quem eram os autores da parte de conteúdo e da arte gráfica da exposição. Cada roteiro acabava sendo uma peça autoral, com significado, feita por

meio de uma seleção de assuntos e materiais a serem discutidos nas bibliotecas. Dessa forma, o autor do texto apresentava uma curadoria dos assuntos discutidos na exposição. Também, essa atividade autoria dos folhetos por especialistas nos temas está prevista no item 20 do documento “Cultura”, onde procura um estímulo de manter vivo o mercado de trabalho cultural, de artistas, intelectuais e técnicos. Essa movimentação de agentes da cultura na execução da política cultural, com a elaboração conteúdos, fortalece o setor e propicia um envolvimento de mais atores na esfera de produção cultural. Com isso, uma renovação constante pode acontecer nesse vínculo próximo com intelectuais, artísticas, pesquisadores da área. Ou seja, além de serem documentos escritos por autoridades, geram toda uma estrutura de desdobramentos que impulsionam novas atividades.

O item 4 do roteiro, Características físicas, apresentava a forma como seriam expostos os painéis. Esse item servia para indicar a quantidade de painéis, o tamanho e o peso. Tal informação era importante para que a biblioteca soubesse a quantidade de peças para expor nos seus espaços, bem como realizar o transporte dos materiais. O item 5, Público alvo, indicava para quem a exposição havia sido elaborada. Em grande parte dos documentos analisados, observamos que o público atingido era de estudantes a partir do 2º grau e de público adulto. O item 6 indicava que a exposição deveria ser organizada “em espaços culturais”.

No item 7, Inauguração, era indicado uma questão importante com relação a visibilidade da atividade junto a autoridades locais. O texto traz que:

A abertura da mostra é a oportunidade de ressaltar a ação da Cultura. Por isso, é preciso reunir autoridades municipais e público. Convites especiais deverão ser expedidos e, se possível e conveniente, oferecido um coquetel. (ANEXO X, [p. 3]).

Essa iniciativa de aproximar as autoridades locais do município e o público da biblioteca pode parecer algo banal. No entanto, essa aproximação tem um papel de duplo sentido. Primeiro, que as autoridades poderiam observar como a biblioteca pública é importante para a cidade e a sua população. Segundo, indicava ao público que a manutenção daquele espaço dependia de uma ação conjunta com as autoridades daquele município. Ou seja, o público poderia naquele momento de inauguração da exposição identificar os atores políticos presentes interessados na questão e, também, estabelecer uma proximidade maior com eles. Com isso, a inauguração da exposição itinerante tinha papel fundamental em dar visibilidade à atividade, bem como estabelecer e estreitar os vínculos com autoridades do município e com a população local.

O item 8, traz os complementos que poderiam fazer parte das exposições. Nos documentos encontramos a indicação de materiais sonoros como, por exemplo, discos e fitas com áudios que pudessem complementar o ambiente da exposição. Com relação ao item 9, o roteiro expõe que as Atividades Paralelas “são fatores fundamentais para o sucesso de uma exposição”. Esse item sugere que a biblioteca faça diferentes atividades integradas a proposta das exposições itinerantes. E essas sugestões são, por exemplo: a formulação de palestras ou ciclo de debates; exposição de filmes; selecionar e expor livros, revistas e recortes de jornais relacionados ao tema; em parceria com as escolas da região, promover concursos de redação escolar das discussões realizadas; e, por fim, realizar uma mostra paralela a exposição. O que constatamos desse item do roteiro das exposições itinerantes é uma preocupação do Sistema de Bibliotecas em fazer com que as suas iniciativas ganhem uma permeabilidade no local onde as exposições acontecessem. Essa questão é fundamental como uma estratégia das políticas culturais de modo a integrar as suas propostas nas comunidades. Com isso, fortalecer a biblioteca pública como uma instituição presente e necessária para o desenvolvimento local.

O roteiro de exposições termina os itens 10 e 11. O primeiro, diz respeito a Divulgação das exposições na cidade. Traz que elas podem ser divulgadas em emissoras de rádio e TV regional. Também, na rede de ensino, bem como colocado faixas e cartazes nas ruas da cidade. O segundo, indica que as exposições poderiam contar com o apoio de empresas que estivessem interessadas em divulgar tal iniciativa. Em contrapartida, a logomarca da empresa estamparia os materiais de divulgação, seguindo as normas de marketing cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

A proposta das exposições itinerantes são um marco para as bibliotecas públicas. Num envolvimento com pesquisadores e especialistas, o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo proporcionou uma atividade aos municípios capaz de alterar a forma de atuação das bibliotecas. Elas passaram de um lugar de acesso e guarda do acervo para promotoras de discussões sobre temas de interesse das comunidades. Além disso, o roteiro funciona como um guia de como usar os diferentes recursos audiovisuais junto com as exposições, bem como realizar parcerias entre a biblioteca pública e outras instituições no município. Essa forma de trabalho realizada pelo Sistema de Bibliotecas é uma estratégia que visa inserir a biblioteca na vida do município.

2.7.3 A Biblioteca do Estado

Em 1989, o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo formulou uma proposta de biblioteca pública para o Estado. Tal projeto instalaria uma grande biblioteca no centro da cidade São Paulo, que serviria como um polo central das atividades do Sistema de Bibliotecas Públicas. Essa biblioteca faria a uma coordenação técnica de todo setor. Para realização dessa proposta foram realizadas reuniões com profissionais da área e autoridades da Secretaria de Estado da Cultura. A primeira reunião para formulação dessa proposta acontece em 23 de agosto de 1989. De acordo com a Ata dessa reunião, dela participaram: Antonio César Russi Callegari, representante do Secretário de Estado da Cultura. Membros do Grupo de Trabalho: Maria Christina Barbosa de Almeida, May Brooking Negrão, Waldomiro Vergueiro, Ricardo Ohtake, Silvia Regina da C. Salgado, Ricardo Maranhão, Célia Reis Camargo. O Diretor da Divisão de Bibliotecas: Luís Augusto Milanesi. Bibliotecários da Divisão de Bibliotecas: Alaide Cesar Barbosa, Maria Helena C.S.F. Gallo, Cecy Maria Soraggi e Elvia N.C. Jordão²³. Na ata de registro dessa reunião consta que:

Após a apresentação dos membros presentes, Antonio César Russi Callegari, em nome do Secretário da Cultura, abriu a reunião e implantou oficialmente o Grupo de Trabalho da Biblioteca Pública do Estado. Na oportunidade mencionou que a Biblioteca a ser instalada no prédio do antigo DOPS é projeto prioritário da Secretaria. Lembrou o significado simbólico da implantação de uma biblioteca – espaço de liberdade – em local onde funcionou uma prisão política que marcou a vida intelectual brasileira. Destacou que se pretende que a Biblioteca seja um espaço do cidadão e que sirva como modelo para outras bibliotecas públicas do Estado. Em função da prioridade do projeto da Biblioteca, enfatizou a importância dos trabalhos do Grupo de Trabalho. (ANEXO XI, p. 1).

O trecho acima indica que o a Biblioteca Pública seria instalada no prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)²⁴. Interessante a escolha do local e a fala do representante do Secretário, que coloca a biblioteca pública como um espaço de liberdade. A indicação do local da Biblioteca do Estado demonstra um claro posicionamento da Secretaria de Estado da Cultura contra a repressão vivida durante o período da ditadura civil-militar. Nessa reunião, o Luís Milanesi destacou que essa biblioteca atuaria em duas vertentes: memória e atendimento ao público. Esses dois indicativos dão um caráter a biblioteca que seria criada. A preocupação com a memória estava no registro e divulgação da história do Estado de São Paulo. Com isso, essa biblioteca pública seria um local de referência com informações relativas à

²³ Além dos nomes apresentados, nas atas resumo das próximas reuniões aparece o nome de mais um funcionário do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo: Og Roberto Dória.

²⁴ Atual prédio da Estação Pinacoteca.

história e ao desenvolvimento do Estado de São Paulo. Com relação ao item atendimento ao público, essa instituição disponibilizaria acesso a um acervo, a demais serviços que uma biblioteca pública poderia oferecer, mas também ofereceria serviços ao cidadão. Nessa primeira reunião não temos maiores detalhes de como seriam atendidas essas duas vertentes de trabalho da biblioteca pública do Estado. O que constatamos na documentação analisada é que ao longo de mais encontros do grupo de trabalho de especialistas essas propostas vão ganhando contornos.

Dessas reuniões que aconteceram com o Grupo de Trabalho da Biblioteca Pública do Estado²⁵, durante o ano de 1989, criou-se um documento denominado “Programa da biblioteca Pública do Estado de São Paulo – Diretrizes Básicas” (ANEXO XII). Esse documento traz os antecedentes, motivações e as propostas a serem realizadas por essa biblioteca do Estado. Vejamos alguns trechos:

1. ANTECEDENTES

O Estado de São Paulo contou com uma Biblioteca Pública até 1935, quando da Instituição do Departamento de Cultura na Prefeitura paulistana. Elaborado por Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes, esse projeto tinha uma concepção avançada para o seu tempo e apresentava a proposta de constituição de uma Biblioteca Pública Municipal adequada às necessidades de uma metrópole em plena expansão; o que não ocorria com a precária biblioteca estadual que acabou sendo absorvida pelo Município. Assim, por mais de meio século, São Paulo foi o único Estado da Federação desprovido de biblioteca pública.

[...]

A criação, em 1984, do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo forneceu as linhas gerais para articulação técnica e política das mais de 450 bibliotecas sediadas nos municípios e tornou imprescindível a existência de um órgão de coordenação técnica que pudesse concretizar o trabalho em rede. (ANEXO XII, p. 1).

Vemos no trecho acima que a linha de discussão para indicar a necessidade de se criar uma biblioteca pública para o Estado de São Paulo traz o mesmo percurso histórico que tratamos durante a nossa pesquisa. Inicia com a gestão inovadora da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo, indica a incorporação da Biblioteca do Estado pelo Município e, por fim, traz que o outro momento de articulação política das bibliotecas públicas acontece com a criação do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Com isso, essa sucessão de

camadas históricas, políticas e de elaboração intelectual demonstram que o grupo gestor do Sistema de Biblioteca tinha conhecimento e absorveu das práticas realizadas em todos esses momentos quando da proposta da criação do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, em especial demonstrado na formulação da Biblioteca do Estado.

Num segundo momento, esse documento de diretrizes básicas para criação da Biblioteca do Estado apresenta a forma de trabalho adotada para criação dessa instituição. Indica que formou um grupo de trabalho com autoridades da Secretaria de Estado da Cultura, com funcionários que trabalhavam no Sistema de Bibliotecas do Estado, bem como especialistas e pesquisadores do campo das bibliotecas públicas. Em nossa documentação de análise temos os registros de 10 reuniões realizadas por esse grupo.

O item 3 desse documento passa a apresentar as características dessa Biblioteca do Estado:

3. CARACTERÍSTICAS

A Biblioteca Pública do Estado, para corresponder às exigências de informação da sociedade contemporânea, deve incorporar todas as novas tecnologias e desempenhar as seguintes funções:

3.1 Memória

Como Biblioteca de Estado, cabe a ela constituir um acervo específico da história, da sociedade e da cultura paulistas, coletando, armazenando e tornando acessíveis ao público em geral documentos publicados tanto no país como no exterior. Esse material poderá se apresentar sob qualquer suporte documentário como livros, folhetos, periódicos, catálogos de exposições, discos, fitas, vídeos, filmes, mapas, partituras, etc.

Dentro desse objetivo, a Biblioteca Pública do Estado deverá ser depositária legal de todas as obras publicadas em São Paulo por editoras estatais e particulares, por meio de convênio com a Biblioteca Nacional e legislação específica.

A Biblioteca deverá se articular com instituições congêneres do Estado, evitando, quando possível, duplicação de acervos e serviços. (ANEXO XII, p. 2).

Nessa passagem, temos uma visão clara do que seria o trabalho com a memória que seria realizado pela Biblioteca do Estado. Uma preocupação em constituir um acervo histórico sobre a história do Estado de São Paulo. Além disso, ser depositária de toda produção intelectual produzida em São Paulo. O que podemos inferir dessa proposta é que estava em construção uma biblioteca pública que disponibilizaria um acervo temático sobre o Estado de São Paulo.

Com isso, atendia a um desejo político do Estado no fortalecimento da sua história e das suas instituições.

3.2 Centro Referencial

A Biblioteca Pública do Estado será caracterizada como fonte básica de informação para os diversos segmentos da população. Para tanto, deverá constituir uma base de dados relativa a São Paulo tanto na perspectiva histórica quanto na realidade contemporânea.

Deve ser ressaltado que o centro referencial não só colocará à disposição os dados contidos em sua base, como terá condições de participar de uma rede de informações interligando-se a outras bases, tanto nacionais quanto internacionais.

Como centro referencial a Biblioteca Pública atenderá cidadão o em busca de quaisquer informações, especialmente aquelas que facilitem as suas relações com os serviços públicos ou que aprofundem o exercício da cidadania. Atenderá também o usuário da informação especializada, do pesquisador ao produtor artístico e cultural.

O centro referencial atenderá, além do cidadão em geral e das bibliotecas públicas municipais, as consultas provenientes de quaisquer órgãos públicos, especialmente aqueles ligados ao Governo do Estado de São Paulo e à Secretaria de Estado da Cultura, objetivando suprir as necessidades informacionais de seus técnicos. (ANEXO XII, p. 3).

Acima temos uma proposta ousada para a Biblioteca Pública do Estado: ser um Centro Referencial para a população. Tal iniciativa é algo inovador para o ambiente da biblioteca pública no Estado de São Paulo e, possivelmente, no Brasil naquele momento. Além de função de acesso e uso do acervo, essa iniciativa da Biblioteca Pública do Estado traz uma atenção em disponibilizar informação de interesse do cidadão, para que facilite as suas relações com os serviços do poder público e “aprofundem o exercício da cidadania”.. Dessa forma, a Biblioteca Pública do Estado traz uma proposta de estar alinhada ao trabalho com um acervo de temáticas do Estado de São Paulo, bem como em ser uma instituição contemporânea com o fornecimento de informações para o dia-dia das pessoas.

Num outro momento, o documento de diretrizes indica a sua relação com o Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo:

3.3 Coordenação Técnica

É função da Biblioteca Pública do Estado fornecer a linguagem técnica do Sistema e coordenar as suas ações de tal forma que todas as bibliotecas, na prática, formem um todo com ações integradas e perfeitamente compatíveis. Os usuários teriam à disposição não apenas a biblioteca local, mas o Sistema. (ANEXO XII, p. 3-4).

Com isso, vemos que essa biblioteca seria o local de coordenação de todo Sistema de Bibliotecas, bem como realizaria o trabalho técnico das obras e serviços disponibilizados para as bibliotecas públicas do Município, de modo a realizar ações integradas por toda o Sistema.

Posterior a essa abordagem de trabalho do Sistema com as bibliotecas dos municípios, o documento traz uma preocupação do trabalho com a ação cultural:

3.4 Ação Cultural

A exemplo do que vem ocorrendo em relação aos novos centros culturais colocados à disposição da cidade, como é caso das Oficinas Culturais Três Rios e do Memorial da América Latina, a Biblioteca deverá desenvolver extensa ação de cultural, caracterizando-se como um centro popular de acesso, discussão e criação de informação. Para isso, é fundamental que em sua organização seja incorporada a ideia de espaço livre com o mínimo possível de intermediação entre o público e as informações disponíveis (em quais quer suportes - livros, periódicos, vídeos, discos outros). Paralelamente, deverão ser desenvolvidas atividades que permitam estimular a demanda informativa, incluindo-se a possibilidade de leitura domiciliar e o atendimento especializado ao público infantil. A biblioteca circulante deve ter um acervo básico relativo ao país, notadamente aquele situado no âmbito das humanidades, bem como as obras básicas do conhecimento humano. (ANEXO XII, p. 4).

No que diz respeito a proposta de ação cultural a ser realizada pela Biblioteca do Estado, interessante notar como o texto faz referências a outros centros culturais presentes em São Paulo. O que corrobora que o grupo frente ao Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo estava ciente das instituições culturais que atuavam nessa vertente e que surgiram no período. No trecho vemos detalhados alguns serviços que seriam realizados por essa biblioteca, sendo: o atendimento a uma demanda domiciliar, um espaço especializado para o público infantil e a composição de uma biblioteca circulante com obras relativas ao país.

Por fim, o documento de diretrizes indica que a biblioteca do Estado deveria funcionar como um laboratório:

3.5 Biblioteca laboratório e núcleo de informação

A Biblioteca Pública do Estado deverá incorporar as novas tecnologias e desenvolver toda a gama de serviços característicos de uma biblioteca pública. Por essa razão, funcionará como laboratório para experimentação de novas técnicas e estágio para o pessoal das bibliotecas públicas paulistas e de outros estados.

Deverá, também, abrigar um Núcleo de Documentação e Informação para Bibliotecas Públicas, a fim de dar apoio informacional a todo o pessoal que atua em bibliotecas públicas no Brasil, no sentido de mantê-los atualizados em relação aos novos trabalhos publicados, bem como de contribuir para estimular e embasar estudos e experiências relacionadas à área.

A Biblioteca servirá, portanto, como núcleo de informação sobre teoria e prática das bibliotecas públicas, irradiando suas ações e pesquisas a todo o país. (ANEXO XII, p. 5).

Essa possibilidade de ser uma biblioteca com espaço de laboratório para o desenvolvimento de propostas para as bibliotecas públicas também demonstra uma iniciativa inovadora proposta pelo Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. Vale indicar que no período surgem as discussões com relação a automação dos catálogos das bibliotecas. Acreditamos que o termo “tecnologias” empregado nesse trecho indica que essas possibilidades poderiam ser aplicadas num futuro nas bibliotecas públicas nos municípios. O que é relevante dessa iniciativa da Biblioteca do Estado ser um laboratório, é a possibilidade de criar e experimentar novos produtos e serviços que poderiam ser disponibilizados por todo Sistema de Bibliotecas. Com isso, trazer desenvolvimentos para que as bibliotecas públicas nos municípios, que também poderiam aproveitar das descobertas realizadas a por meio dessa iniciativa.

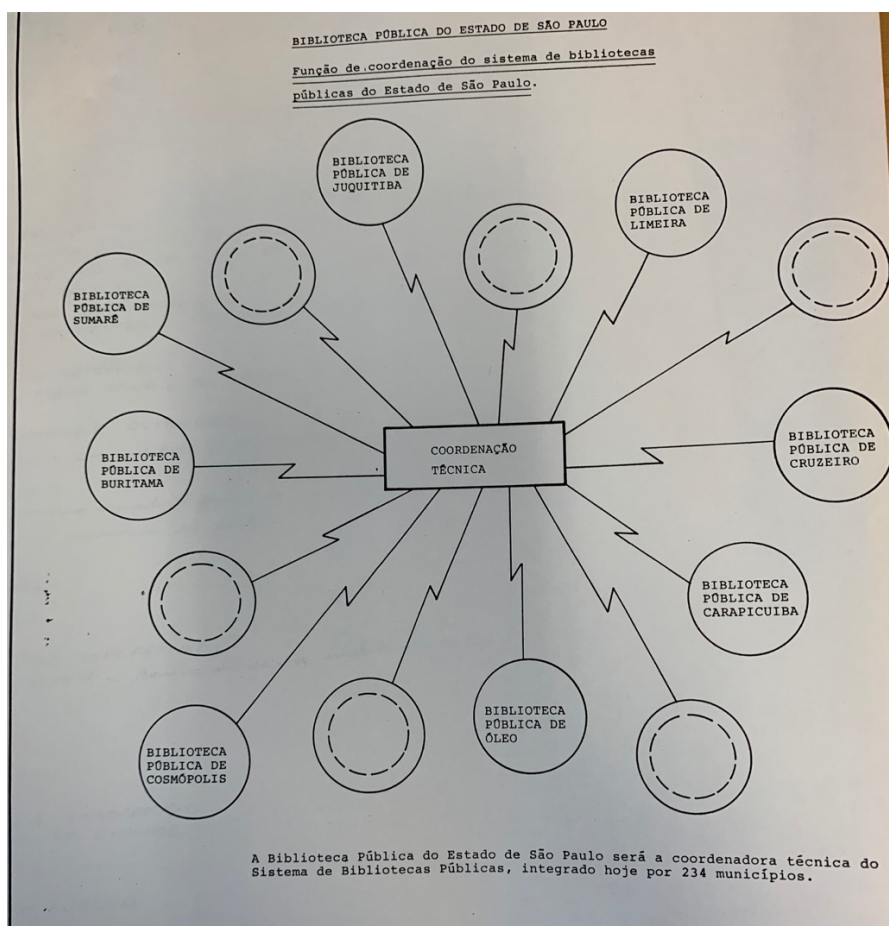


Imagem 9 – Organograma da Biblioteca Pública do Estado

CRONOGRAMA PARA A IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO															
DESCRIÇÃO	1989		1990										1991		
	NOV.	DEZ.	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	JAN.
Programa da Biblioteca															
Aprovação do Programa															
Elaboração do Projeto de Automação															
Aprovação do Projeto de Automação															
Programa de Necessidades Físicas															
Aprovação do Programa de Necessidades Físicas															
Planejamento de Recursos Humanos															
Aprovação do Planejamento de Recursos Humanos															
Planejamento de Acervo e Serviços															
Elaboração da Política de Seleção															
Instalação da Biblioteca Intermediária															
Implantação do Projeto de Automação															
Liberação do prédio destinado à Biblioteca															
Elaboração do ante-projeto de reforma															
Aprovação do ante-projeto de reforma															
Elaboração projeto de reforma															
Aprovação do projeto de reforma															
Execução da reforma															
Recrutamento de pessoal															
. para processamento técnico e automação															
. para atendimento e outros serviços															
Treinamento de pessoal															
. para processamento técnico e automação															
. para atendimento e outros serviços															
Aquisição e seleção de acervo															
Processamento técnico automatizado															
Instalação da Biblioteca no prédio															
Inauguração da Biblioteca e início de atividades															

Imagem 10 – Cronograma para implantação da biblioteca Pública do Estado

Assim, a partir da documentação analisada, vimos uma exposição sobre a construção de uma biblioteca pública para o Estado de São Paulo, na gestão do Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo, coordenado na época pelo Professor Luís Milanesi. Essa biblioteca realizaria um trabalho com a memória do Estado de São Paulo; seria um centro referência com a disponibilização de informações ao cidadão; realizaria a expansão das atividades do Sistema de Bibliotecas na perspectiva da ação cultural; seria uma biblioteca laboratório para desenvolvimento de novas atividades para as bibliotecas municipais; e, por fim, faria a coordenação de todo o Sistema de Bibliotecas. Cabe destacar que a elaboração desse documento é fruto de reuniões de trabalho formado por um grupo de profissionais da área. Ou seja, não parte de uma ação individual, mas de um coletivo que se reuniu e fez propostas para criação de uma biblioteca pública para o Estado de São Paulo. A biblioteca pública do Estado aos moldes detalhados no documento de diretrizes acima exposto não foi instalada pela Secretaria de Estado da Cultura no período de 1984 até 1996. Problemas administrativos com relação a cessão do prédio do DOPS, bem como mudanças nas gestões políticas do Estado de São Paulo serviram para dificultar a concretização dessa proposta. No entanto, o que temos na documentação elaborada é uma iniciativa rica em detalhes, em especial pela participação de técnicos, bibliotecários e pessoas responsáveis pelo Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São

Paulo. O registro dessa proposta dá luz a uma instituição que ainda não foi colocada em prática pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo²⁶.

2.7.4 O Fim de um projeto em 1996

A administração do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo sobreviveu as diferentes gestões políticas que sucederam o governo de Franco Montoro. Em seu Memorial (1997), Luís Milanesi traz um panorama de como em cada administração pública, e a cada troca de Secretário da Cultura, o Sistema de Bibliotecas se adequou às necessidades das administrações do Estado. O ponto final da gestão de Luís Milanesi como diretor do Sistema acontece em 1996. Nesse ano, o Sistema de Bibliotecas mudou de gestão e passou a realizar as suas atividades com os limites impostos por uma nova política.

Interessante observar que a mudança na forma de atuar do SISEB-SP está associada a condução do seu gestor, o Professor Luís Milanesi. Observa-se que, com sua saída, o foco de trabalho do SISEB-SP mudou. Esse se voltou para uma aproximação com as questões técnicas de trabalho no campo das bibliotecas públicas e com o mercado editorial. Nota-se claramente uma mudança de valores com relação ao trabalho do SISEB-SP. Ou seja, o grande diferencial do Sistema, que foi o trabalho da ação cultural, perdeu força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior compromisso do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo é com o Estado Democrático. O Sistema é fruto, resultado e nasce no momento de abertura política no país. Vimos na documentação apresentada desde as formulações das propostas do PMDB para a cultura, bem como nos textos específicos sobre o Sistema de Bibliotecas, a preocupação em se apresentar uma proposta para a cultura, de modo detalhado para as bibliotecas, que se colocasse como ruptura ao período da ditadura civil-militar. Outro ponto importante de ser discutido é que a necessidade de criação de uma rede de bibliotecas públicas no Estado de São Paulo é anterior ao SISEB-SP. De fato, o Sistema imprimiu uma característica marcante no trabalho com as bibliotecas que extrapola o livro e a leitura, mas precisamos dar

²⁶ As bibliotecas do Estado localizadas no Complexo Parque da Juventude, local da antiga casa de detenção do Carandiru, e no Parque Villa-Lobos, não correspondem às propostas idealizadas pelo Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, na gestão do Professor Luís Milanesi como diretor do Sistema. Sobre a biblioteca instalada na antiga casa de detenção do Carandiru, ver: RODRIGUES, Adriana. M. A. **Carandiru**: formas de lembrar, maneiras de esquecer. Informação, memória e esquecimento. 2021. 206f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

créditos que havia um interesse da SEC-SP na construção de uma rede de bibliotecas para integrar as bibliotecas dos municípios.

Essa constatação retira o caráter individual e pessoal que venha a ser colocado no SISEB-SP, pois ele é fruto de uma necessidade do Estado. É evidente que as gestões marcam características singulares nos anos que realizam os trabalhos. Mas não podemos incorrer no erro de afirmar que o surgimento do SISEB-SP é fruto de uma iniciativa isolada. O que vemos, principalmente pelo envolvimento da Fundação Biblioteca Escolar, é um interesse coletivo na criação de um sistema para integrar as bibliotecas nos municípios. De fato, partiu primeiramente de um interesse do Estado em melhor gerir as bibliotecas nos municípios, dos profissionais bibliotecários e, posteriormente, dos grupos frente ao PMDB, que oficializou o Decreto do SISEB-SP. O que queremos demonstrar é uma história construída por diversas mãos.

Assim como Amélia Maria Moreira, Luís Milanesi se formou na turma de 1971 do curso de biblioteconomia da Escola de Comunicações Culturais. A forma de atuação e gestão do Sistema de Bibliotecas passa pelo ensino que essas pessoas receberam na ECC, bem como o entendimento de como o trabalho com a informação e a cultura poderia ser realizado nas bibliotecas públicas. É inegável que a gestão do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo tenha uma forte característica das proposições teóricas elaboradas pelo Professor Luís Milanesi. As instituições são geridas e coordenadas por indivíduos, com suas formas de pensar, individualidades e ideologias. De fato, muitas das atividades realizadas no Sistema de Bibliotecas passaram pela decisão do Professor Luís Milanesi em colocá-las em prática. No entanto, a nossa análise repousa no Sistema de Bibliotecas como administração do Estado de São Paulo. Portanto, identificamos marcas da gestão do Professor Luís Milanesi frente ao Sistema de Bibliotecas, mas a nossa preocupação é numa administração pública que buscou de forma participativa integrar profissionais na busca por iniciativas para as bibliotecas dos municípios. Proposta de grande importância que permanece atuante, independentemente dos gestores frente ao Sistema de Bibliotecas.

Um dos maiores legados de todo esse processo histórico de criação do SISEB-SP e realização de atividades, no período de 1984 até 1996, foi o uso da **ação cultural** em suas atividades. Tal iniciativa de promover a transformação na vida das pessoas e das comunidades, por meio das bibliotecas públicas nos municípios, é o objetivo final de toda essa proposta. Papel fundamental da cultura com a defesa dos direitos humanos. A possibilidade que é oferecida a cada pessoa de usufruir da cultura, do sensível, para que possa transformar as suas vidas e construir novos caminhos.

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo é uma iniciativa que tem em sua gênese a preocupação com a ação cultural. Uma ação transformadora que transcende o papel da biblioteca pública em ser apenas um acervo. Mas um centro gerador de potencialidades para as pessoas. Com isso, poder diminuir as desigualdades sociais que tanto assolam a nossa sociedade. Só seremos melhores – no sentido de menos desiguais – quando as instituições espelharem essa força transformadora.

Transformadora de vidas e de futuros.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 1 mar. 1936a.

ADMINISTRAÇÃO Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 5 mar. 1936b.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **A construção do sonho: implantação e desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo – 1983-1986**. 1989. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca Pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2003.

ANDRADE, Mário de. Bibliotecas Populares. **Revista do Livro**, São Paulo, Ano II, n. 5. p. 7-8, mar. 1957.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes**. Brasília: Briquet Lemos, 2007.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60.

BARBALHO, Alexandre. **Textos nômades: política, cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

BARBIER, Frédéric. **História das Bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais**. São Paulo: Edusp, 2018.

BIBLIOTHECA Infantil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, [s.p.] , 14 abr. 1936.

BIBLIOTHECA Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 12 fev. 1933.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109-132.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e criação do campo literário**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

BRASIL. **Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. **Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Disponível em: 2 maio 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985**. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1980-1987/decreto-91144-15-marco-1985-441406-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979**. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16767.htm. Acesso em: 1 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 7505, de 02 de julho de 1986**. “Lei Sarney”. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, 1986. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7505-2-julho-1986-368037-norma-pl.html>. Acesso em: 1 mar. 2022.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-108.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Câmara Cascudo e Mario de Andrade: cartas 1924-1944**. São Paulo: Global, 2010.

- CENNI, Roberto. **Três Centros Culturais na cidade de São Paulo**. 1991. 174f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sérgio. (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 85-96.
- DIAS, Caio Gonçalves. **A cultura que se planeja**: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- DIAS, Caio Gonçalves. O planejamento da cultura: políticas culturais, Unesco e Brasil (1966-1988). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 66 n. 1, p. e20200273, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/ZFJYZ4ZVW4p8MBHQXnvRXts/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- DUARTE, Paulo. **Mario de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- FABRIZ, Dauri Cesar; FERREIRA, Cláudio Fernandes. Teoria geral dos elementos constitutivos do Estado. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 39, p. 107-141, 2001. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1192>. Acesso em: 15 out. 2021.
- FARIA, Adriano; FONTENELLE, André. **Especial**: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura. Brasília: Agência Senado, 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- FERNANDES, Natalia Aparecida Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 173-192, jan./jun. 2013.
- FERRON, Fabio Moleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 173-193, 2019. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.144335. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/144335>. Acesso em: 10 set. 2022.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria; CHEIBUB, José Antônio Borges. A abertura Política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando — inventário de um debate. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 14, p. 29-61, 1982. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/37>. Acesso em: 11 set. 2021.
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (ed.). **Políticas culturales en América Latina**. 2. ed. Barcelona: Grijalbo, 1987.

GROSSMANN, Martin. O Centro Cultural da Cidade de São Paulo. São Paulo: Fórum Permanente, 2010. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/Members/martin/o-centro-cultural-da-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 5 jan. 2022.

IDEALIZANDO a futura biblioteca da cidade. **Diário da Noite**, São Paulo, [s.p.], 20 jan. 1934.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**. Medellín, v. 23. n. 1/2. p. 13-56, enero/dic., 2000.

LIMA, Carolina Caiado. **O convênio administrativo colaborativo para transferência de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos como instrumento dos mecanismos diretos de fomento público**. 2010. 170f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

LITTON, Gaston. **Biblioteca pública**. Cidade do México: Agencia para el Desarrollo Internacional, 1973.

LIEUWEN, Edwin; JOHNSON, John J., ALBA, Victor; PYE, Lucien. **Militarismo e política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MACEDO, Neusa Dias de; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. **Biblioteca Pública / Biblioteca Escolar do país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco**. São Paulo: CRB-8; FEUSP, 2000.

MCGUIGAN, Jim. **Culture and the public sphere**. London: Routledge, 1996.

MELHEM, Celia Soibelman. **Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 53-83.

MILANESI, Luís. [Carta ao governador Alberto Goldmann, em 27 nov. 1987]. São Paulo, 1987. 2p.

MILANESI, Luís. **A Casa da Invenção: biblioteca, centro de cultura**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

MILANESI, Luís. **Centros de cultura: forma e função**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MILANESI, Luís. **Memorial**. São Paulo, 1997.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MILANESI, Luís. Outra biblioteca pública: uma profecia de Mário de Andrade. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 51, p. 59-64, jan./dez. 1993.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Política Cultural**. Barcelona: Gedisa, 2004.

MORAES, Rubens Borba de. **Lembrança de Mário de Andrade**: sete cartas. São Paulo: Kosmos, 1979a.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979b.

MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

MOREIRA, Amélia Maria. [Entrevista cedida a Leonardo da Silva de Assis em 6 de agosto de 2022]. São Paulo: 2022. 1 vídeo (60 minutos).

NEGRÃO, May Brooking. **Biblioteca pública municipal de São Paulo**: da criação à consolidação (1926-1951), breve esboço histórico. 1983. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **Corpos indisciplinados**: ação cultural em tempos de biopolítica. 2006. 215p. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **“Nossos comerciais, por favor”**: a televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

PEREIRA, Ângela Salgueiro. Bibliotecas públicas, resiliência organizacional e evolução concetual. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, XI., 2012, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/362>>. Acesso em: 9 maio 2013.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 4-31, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/02/pdf_fb9ee26fcf_0000022796.pdf. Acesso em: 01 mar. 2018.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 46-95. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/001826107.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. Crianças entre livros: a criação das bibliotecas infantis da cidade de São Paulo (1936 a 1946). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. e41534, 28 jun. 2022. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/41534/27517>.

Acesso em: 8 ago. 2022.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil**: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas, 2001.

REIPERT, Herman José. **História da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. Divisão de Bibliotecas, 1972.

REIS, Ana Paula Felix. Estado e Políticas Culturais. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2011. Disponível em:

<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Paula-F%C3%A9lix-dos-Reis.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes contradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

SÃO PAULO (Cidade). **Ato n. 861, de 30 de maio de 1935**. Organiza o Departamento de Cultura e Recreação. São Paulo, 1935a. Disponível em:

<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/15919.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

SÃO PAULO (Cidade). **Ato n. 862, de 30 de maio de 1935**. Providencia o provimento dos cargos do Departamento de Cultura e de Recreação. São Paulo, 1935b. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/ato-gabinete-do-prefeito-862-de-30-de-maio-de-1935/consolidado>. Acesso em: 10 maio 2012.

SÃO PAULO (Cidade). **Ato n. 1146, de 4 de julho de 1936**. Consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura e da outras providências. São Paulo, 1936a. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/ato-gabinete-do-prefeito-1146-de-7-de-julho-de-1936>. Acesso em: 10 maio 2012.

SÃO PAULO (Cidade). Departamento de Cultura. Divisão de Bibliotecas. **Estatística de consulta pública**. São Paulo, 1936b.

SÃO PAULO (Cidade). **Ofício n. 72.030, de 3 de outubro de 1935**. São Paulo: 1935c.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 22.766, de 9 de outubro de 1984**. Cria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo, 1984a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22766-09.10.1984.html>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 22.767, de 9 de outubro de 1984**. Autoriza a celebração de convênios com municípios para desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 1984b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22767-09.10.1984.html>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n. 7.251, de 24 de outubro de 1962**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação para o Livro Escolar", e dá outras providências. São Paulo, 1962. Disponível em : <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1962/lei-7251-24.10.1962.html>. Acesso em : 12 jun. 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.294, de 03 de dezembro de 1968**. Dispõe sobre o amparo à cultura, em cumprimento ao artigo 127 da Constituição do Estado e dá outras providências. São Paulo, 1968. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/original-lei-10294-03.12.1968.html>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SILVA, Luís Fernando da. Unesco, cultura e políticas culturais. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012, Teresina. **Anais...** Teresina, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxciso/resumos/GT07-08.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

SIMIS, Anita. Celso Furtado: cultura e política cinematográfica. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 132, p. 101-112, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/160/16057384007/16057384007.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133-156.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-24.

SOLENIDADE de inauguração da Biblioteca Infantil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 7, 15 abr. 1936.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública Brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: LISA; Brasília: INL, 1980.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: o Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 6, n. 15, p. 164-180, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/45083>. Acesso em: 11 set. 2022.

TEIXEIRA COELHO. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

TEIXEIRA COELHO. **Cultura, grandeza negativa**. São Paulo: Itaú Cultural; Iluminuras, 2020.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

TEIXEIRA COELHO. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

TEIXEIRA COELHO. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study**. Paris: Unesco, 1969.

UNESCO. **Declaración de México sobre las políticas culturales**. Cidade do México, 1982.

Disponível em:

http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf.

Acesso em: 12 jul. 2011.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948). Brasília, 1998. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011.

UNESCO. **Declaração Universal Sobre Diversidade Cultural** (2001). [S. l.]: 2002.

Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declaração%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011.

UNESCO. IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022. Dublin, 2022. Disponível em:

[https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2006/1/IFLA-](https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2006/1/IFLA-UNESCO%20Public%20Library%20Manifesto%202022.pdf)

[UNESCO%20Public%20Library%20Manifesto%202022.pdf](https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2006/1/IFLA-UNESCO%20Public%20Library%20Manifesto%202022.pdf). Acesso em: 27 jul. 2022.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1994.

Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 5 maio 2013.

UNESCO. **Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1949.

UNESCO. **Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1972.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola de Comunicações e Artes. Biblioteca.

Entrevista com o professor Rubens Borba de Moraes. São Paulo, [1972]. 2 CDS (ca. 40).

Remasterizado em digital. Discos XCD2197 - XCD2198.

[SEM TÍTULO]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, [s.p.], 6 out. 1936.

ANEXO I – CULTURA

CULTURA

Na definição de sua estratégia, de democratização do país, o PMDB dá ênfase especial à deselitização do conceito de cultura, concebida como patrimônio criado pela sociedade, expressa enquanto consciência, ação e produção material.

Considerado o homem como sujeito capaz de transformar a si mesmo e de mudar o mundo, num contexto de dominação sócio-econômica, como o que vimos, a cultura passa a ser praxis da libertação humana.

Por outro lado, a atuação cultural dos governos autoritários tem se manifestado através de órgãos promocionais, manipuladores e controladores das manifestações sociais, eliminando a criatividade e, com esta, a democratização da cultura.

O PMDB concebe sua proposta cultural como programa aberto a um permanente processo de crítica, de revisão e de aperfeiçoamento, como expressão do exercício democrático do governo.

Para garantir uma rígida hierarquia e uma efetiva centralização das decisões culturais, o governo autoritário procurou se servir de normas que promovam a monopolização da produção e da comunicação culturais. É o caso do código de telecomunicações, das leis que dificultam a formação de cooperativas de artistas ou produtores culturais, dos estatutos das universidades, da lei de censura e da lei de imprensa, entre outros.

A educação, ao invés de servir à incorporação democrática da juventude ao processo de transformação do país, tornou-se instrumento da imposição de valores ideológicos.

No terreno específico da produção artística, movimentos teatrais, o cinema novo e tantos outros foram objeto de desarticulação, pela perseguição e marginalização de intelectuais e artistas.

Como parte deste contexto de repressão, procurou-se dificultar, muitas vezes, o acesso de criadores culturais aos meios de produção, como editoras, gravadoras, jornais, empresas cinematográficas e emissoras de rádio e televisão.

O governo, apropriando-se demagogicamente do patrimônio cultural do povo, como é o caso do carnaval e do futebol, massificou a comunicação cultural, optando por rumo oposto ao de uma real democracia de participação, como a que é preconizada pelo PMDB.

É certo que grande parte da produção cultural, nos últimos anos, apoiou-se na atuação de organismos oficiais, fortalecendo o Estado como produtor de cultura, em detrimento de uma política descentralizadora, harmônica com o desejável pluralismo e a livre manifestação de ideias.

A produção cultural deve ser entendida como um setor da economia nacional, com sua demanda educacional e com sua capacidade de gerar renda, empregos, novas receitas para o Estado de São Paulo e divisas para o país, pela crescente projeção internacional de nossos produtos culturais.

A sociedade civil, neste e noutros Estados, vive a tentativa de formular um projeto social que contenha sua pluralidade e atenda seus anseios de participação.

Neste sentido, cabe ao PMDB, como partido de frente democrática, lutar por um projeto que, no campo da cultura, seja expressão desse movimento pluralista, valorizando nossa cultura como afirmação básica da identidade nacional.

A nível estadual, a atuação na área da cultura tem se diluído numa multiplicidade de órgãos e promoções estanques, entre os quais se repartem dotações orçamentárias geralmente insuficientes.

Assim, como aspectos básicos de uma gestão democrática da cultura, o PMDB de São Paulo, em conjunto com importantes segmentos da sociedade, propõe:

- 1- Mobilização do partido para a total extinção das normas autoritárias que deformam a produção cultural, especialmente a atual lei de segurança nacional;
- 2- adequação e utilização da lei de direitos autorais e conexos, e das regulamentações das profissões relacionadas com a área da cultura;
- 3- dotação orçamentária adequada aos objetivos aqui especificados;
- 4- criação de leis de incentivo fiscal à produção artística e de defesa do patrimônio cultural;
- 5- ampla reforma das leis de telecomunicações, na linha de sua efetiva democratização, que inclui a incorporação de inovações tecnológicas;
- 6- uso dos instrumentos de comunicação do Estado em benefício do pluralismo democrático, impedindo sua manipulação pelos ocasionais ocupantes do poder;
- 7- facilitar aos profissionais condições de produção independente;
- 8- defesa eficaz da produção cultural brasileira e incentivo ao livre intercâmbio cultural com outras nações;
- 9- descentralização das decisões culturais do Estado e gestão democrática dos instrumentos de política cultural, com a participação direta de intelectuais e artistas, através de suas organizações;
- 10- descentralização da produção e da promoção cultural, tendo-se em vista o interior e a periferia, com a criação de novos núcleos locais de produção;
- 11- intercâmbio intra e inter-regional, visando o máximo aproveitamento possível dos recursos locais

das várias regiões e o estabelecimento de contatos e influências recíprocas entre as várias formas de manifestação artística;

12- convênio com organismos culturais - de outros Estados;

13- respeito às características multiculturais do Estado, elaborando programas que atendam a essa multiplicidade cultural;

14- apoio a organizações culturais de base já existentes e estímulo a novas organizações;

15- recomposição dos órgãos diregentes da Rádio e Televisão Cultural - RTC, para ampliar neles a participação das várias regiões do Estado e dos vários setores da sociedade civil;

16- preservação das instituições culturais do Estado, impedindo o desvirtuamento de suas finalidades;

17- na área de produção cultural, ampliação das facilidades de formação profissional; estímulo à criação cultural veiculável pela Secretaria de Cultura e pela RTC; mapeamento em som e imagem, das verdadeiras fontes de nossa cultura e ampliação dos espaços apropriados à criação e apresentação dessa produção;

18- fortalecimento e revisão das diretrizes dos órgãos vinculados à preservação da memória cultural - de São Paulo;

19- incentivo às bibliotecas como solução específica não só para registro da memória cultural, como para o desenvolvimento da criatividade;

20- estabelecimento, em colaboração com os municípios, de uma infra estrutura cultural que permita o fluxo de informações em todos os sentidos, tanto do público para o acervo bilbiotecário, quanto do acervo para o público, bem como

entre públicos e acervos distintos. Todo esse fluxo será presidido pelo bibliotecário, que deixará de ser mero guarda livros, para converter-se em animador cultural;

21- nos setores de cinema, artes cênicas, artes plásticas, música e literatura, incrementar a participação dos que trabalham nessas áreas, para a formulação de novos projetos que estimulem a criação e a democratização da cultura, preservando, de forma adequada, a memória cultural desses setores e procurando valorizar o saber popular como fonte de conhecimento;

22- a política cultural do Estado manterá ativo o mercado de trabalho cultural, de artistas, intelectuais e técnicos, por intermédio do planejamento das atividades culturais desenvolvidas especialmente com participação governamental.

ANEXO II – Associação Paulista de Bibliotecários

GOVERNTO
220 - P
ANALDO M
COVAS

Carla
A Comissão de
Cultura
AD

Associação Paulista de Bibliotecários

Entidade de Utilidade Pública, Lei 643 de 24/2/1950

C. G. C. 62.634.118/0001-29

São Paulo, 30 de Setembro de 1982.

PMDB - PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Diretório Regional de São Paulo.

Prezado Senhor,

Tendo em vista as eleições de 15 de Novembro e visando contribuir para uma melhor informação dos Bibliotecários e demais educadores interessados quanto a importância desse pleito, a Associação Paulista de Bibliotecários pretende comemorar a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca de 1982 com um debate, entre representantes de todos os partidos, sobre o seguinte tema:

Qual o lugar reservado no programa de seu partido para o problema das Bibliotecas no Estado de São Paulo.

Para tanto convidamos V. Sa. para expor o pensamento do Partido Movimento Democrático Brasileiro, no dia 27 de Outubro p.f., às 20:00 Hs., no Auditório Oscar Pedrosa Horta, cujo endereço é: Viaduto Jacareí, 100 - 10º andar.

Certos de compreensão de V. Sa. quanto a importância do evento, enfatizamos que a presença desse Partido é imprescindível. Contamos com a presença de V. Sa. ou com a de um representante indicado.

À disposição para os esclarecimentos que julgar necessários e no aguardo de uma resposta positiva, nesta oportunidade apresentamos nossas cordiais saudações.

Vex CI
Comissão de Cultura
do Senado Horta

Atenciosamente

Amélia Maria Moreira

Amélia Maria Moreira

Presidente APB

CRB - 8/1185

ANEXO III – Plano para implantação de Bibliotecas Públicas em pequenos municípios

29 Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior de São Paulo -
São Carlos, 28 a 29 de outubro de 1972

2.1 - Programas ligados às Bibliotecas Públicas Municipais

Plano para implantação de Bibliotecas Públicas em pequenos municípios.

* Amelia Maria Moreira

FLE - Fundação Para o Livro Escolar

* Bibliotecária da Fundação Para o Livro Escolar

I - Plano para implantação de Bibliotecas Públicas em pequenos municípios.

SUMÁRIO

1. Preliminar - propósitos desenvolvimentistas do país
 - ativação do movimento cultural
 - recursos e subsídios ao processo educacional
2. Objetivos
 - 2.1 - Difundir a Biblioteca
 - 2.2 - Fomentar criação e desenvolvimento do hábito de leitura.
 - 2.3 - Colaborar com o processo educativo
3. Política da Fundação Para o Livro Escolar
Finalidade não lucrativa - Vender barato para muitos e não oferecer graciosamente para poucos.
4. Projeto de implantação: pontos essenciais
 - 4.1 - Diminuição do custo material do acervo
 - 4.2 - Assistência técnica na compra, organização e manutenção da Biblioteca.
 - 4.3 - Treinamento do pessoal responsável
 - 4.4 - Atualização periódica do acervo - módulos complementares.
5. Participação da Prefeitura
 - 5.1 - Designação de local para instalação e funcionamento.
 - 5.2 - Legislação criando e destinando verba para custeio e manutenção.
 - 5.2.1 - Verba para compra inicial de acervo e mobiliário.
 - 5.2.2 - Verba para pagamento de pessoal responsável.
 - 5.2.3 - Verba para atualização do acervo
6. Recomendações

I - Plano para implantação de Bibliotecas Públicas Municipais.

Plano de trabalho da Fundação Para o Livro Escolar, colocando a disposição das Prefeituras Municipais o acervo inicial, seu processamento técnico e a assistência material necessária para a instalação de Bibliotecas nos pequenos municípios, por um preço muito aquém de seu justo valor.

São declarados os propósitos da indispensável orientação quanto à instalação, ampliação e manutenção da Biblioteca Municipal, assim como ao pessoal responsável pela mesma.

É feita a colocação das obrigações e responsabilidades inerentes a ambas as partes contratantes: FLE e Prefeitura Municipal assim como a necessária participação da comunidade.

1 - Preliminar

Atendendo aos propósitos desenvolvimentistas do país, com a finalidade de ativar o movimento cultural e empenhada em oferecer recursos e subsídios ao processo educacional, a Fundação Para o Livro Escolar - FLE - apresenta uma de suas metas: a Promoção e Instalação de Bibliotecas Públicas nos municípios do Estado de São Paulo, onde não houver uma.

É propósito da FLE, complementando este trabalho, futuramente proceder a um levantamento da organização e atuação das Bibliotecas Municipais já existentes, com a execução do Replanejamento daquelas cujo funcionamento não estiver atendendo aos preceitos básicos e as necessidades dos leitores.

2 - Objetivos

São objetivos da FLE :

- 2.1 - Difundir a Biblioteca levando-a aos pequenos municípios e a toda a população do nosso estado.
- 2.2 - Fomentar a criação e o desenvolvimento do hábito da leitura e da pesquisa, oferecendo material e ambiente adequado para leitura, recreação e estudo.
- 2.3 - Colaborar com o processo educativo, oferecendo recursos à complementação do mesmo a toda a população do município.

Para que os objetivos tenham o devido alcance é necessário contar com a administração municipal, que certamente receberá o apoio da comunidade.

A Biblioteca é parte integrante do processo educativo e de grande importância, destinando-se a apoiar o trabalho do mestre, a sedimentar e ampliar os conhecimentos adquiridos através da educação sistemática. Constitui portanto, em consonância com as necessidades criadas pela atual orientação educacional, uma medida imprescindível.

A lei 5 692 em seu art. 41 reza: "A educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la"; constando do parágrafo único do seu art. 58 que "As providências de que trata este artº visarão a progressiva passagem para a responsabilidade municipal do encargo e serviços de educação..."

Necessário se faz que as municipalidades se proponham a atender adequadamente as necessidades da população assim como aos preceitos legais.

A Biblioteca é uma instituição de cultura indispensável para o cabal cumprimento da função educativa e para o desenvolvimento sócio cultural de um povo.

O custo de instalação e dos serviços de uma Biblioteca devem ser considerados como inversão de capital em educação e não como mera despesa pois que, além de contribuir para a elevação da cultura geral, colabora e muito para a melhoria da qualificação profissional e do desenvolvimento sócio econômico da população.

3 - Política da FLE

A FLE não tem finalidade lucrativa, seus propósitos são de colaborar com a ação educativa disseminando o livro e fomentando sua leitura.

Assume a FLE o compromisso de vender pelo menor e mais acessível preço, atendendo a muitos em vez de oferecer gratuitamente para uns poucos, isentando-se assim do preconceituoso caráter paternalista.

Em relação ao plano de implantação de Bibliotecas a FLE propõe-se a vender a preço reduzido o acervo inicial para uma Biblioteca a cada município com a respectiva programação para o seu pleno funcionamento e não apenas fazer doação de

alguns livros a poucos municípios e que talvez fossem constituir-se em uma estante de livros sem a menor possibilidade de utilização, ou de uso restrito.

4 - Projeto para implantação

Os pontos essenciais visados no projeto de implantação, com o intuito da instalação de uma Biblioteca em cada município são:

- 4.1 - Diminuição do custo material do acervo.
- 4.2 - Assistência técnica na compra, organização e manutenção da Biblioteca.
- 4.3 - Treinamento do pessoal responsável.
- 4.4 - Atualização periódica do acervo.

4.1 Diminuição do custo material do acervo

A FLE através de convenio mantido com editoras obtém descontos especiais, conseguindo assim, os menores preços encontrados no mercado.

Não tendo finalidade lucrativa, pode propiciar aos municípios o acervo para a constituição da Biblioteca, a preços bem reduzidos e com a grande vantagem da prévia seleção das obras componentes do mesmo, abrangendo as diversas áreas do conhecimento humano.

4.1.1 - Estratégia para obtenção de verba para aquisição do acervo inicial.

As prefeituras poderão, através de assinatura de convenio com a FLE, levar o acervo para a formação da Biblioteca, convocando a população devidamente motivada a adquirir os livros, doando-os à Instituição.

Podrá assim, a Prefeitura, conseguir todos os livros através de doações ou então parte deles, caso em que complementar o pagamento que deverá ser feito na íntegra, conforme cláusula constante do convenio.

Lançando mão deste expediente terá a Prefeitura atingido duplamente o objetivo, conseguindo a participação ativa da comunidade e a tomada de consciência da mesma, despertando o

interesse para as medidas efetivas relacionadas com o desenvolvimento cultural. Outros tipos de promoções poderão realizar-se com a mesma finalidade, visando a participação da população nos empreendimentos que irão proporcionar condições de educação permanente da comunidade, assim como a melhoria qualitativa da mesma.

4.2 - Assistência técnica na compra, organização e manutenção da Biblioteca.

Organização e controle são essenciais para que a Biblioteca não se constitua numa mera coleção de livros, sem que se consiga localizar a informação desejada.

4.2.1 - Compra - Seleção

A FLE se encarregará de proceder a seleção dos livros que irão constituir o acervo da Biblioteca, distribuindo o total determinado de volumes pelas diversas áreas do conhecimento humano e pelas fases do desenvolvimento. Os livros selecionados serão adquiridos pela FLE e armazenados em suas dependências para o devido processamento.

4.2.2 - Processamento técnico

Os livros serão classificados pelo Sistema Decimal de Classificação de Dewey e catalogados conforme normas estabelecidas internacionalmente. Serão executados os devidos desdobramentos para a imediata inserção no fichário proporcionando um eficiente atendimento aos leitores.

Todas as fichas necessárias a cada livro seguirão juntamente com o acervo para serem alfabetados nos respectivos catálogos de autores e títulos e de assunto.

Os serviços técnicos serão centralizados na FLE, poupando-se o trabalho, evitando-se a duplicação de esforços bem como diminuindo o ônus com pessoal especializado.

A partir da compra inicial, que seguirá devidamente processada, todos os livros adquiridos posteriormente na FLE, para a devida atualização do acervo, serão entregues processados.

Todavia, os livros que forem adquiridos por outras formas, seja compra em outra instituição, doação ou incorporados de outra entidade, deverão ter seu processamento feito por Centros Regionais a serem estabelecidos conforme recomendações ao final e sempre sob a coordenação geral da FLE.

Outra sugestão que se faz para o processamento técnico desse material é a constituição de grupos de alunos das Escolas de Biblioteconomia do Interior do Estado que como estagiários devidamente acompanhados de professor orientador, executem o processamento técnico destas obras em consonância com os critérios já adotados. Esta medida visa solucionar os dois problemas : processamento do material e local para a realização do "estágio obrigatório" dos alunos.

4.3 - Treinamento do pessoal responsável

A pessoa ou pessoas responsáveis pela Biblioteca como atendentes serão orientadas na FLE, em época oportuna, recebendo as instruções necessárias para o mais eficiente funcionamento da Biblioteca no tocante ao processamento do material recebido, as promoções a serem realizadas e ao adequado atendimento ao leitor. Esta orientação não terá caráter de habilitação profissional nem categorizará ao exercício da profissão. Não serão expedidos certificados nem diplomas, o treinamento será apenas em caráter de orientação ao pessoal responsável por bibliotecas que não tenham condições suficientes para manter pessoal qualificado.

4.4 - Atualização periódica do acervo

A FLE periodicamente irá constituindo módulos complementares para atualização do acervo da Biblioteca e que receberão idêntico tratamento técnico ao do acervo inicial.

Estes módulos levarão em conta sugestões feitas pelas Bibliotecas participantes.

5. - Participação das Prefeituras e da Comunidade

As Prefeituras Municipais caberá a responsabilidade de :

5.1 - Designar local para instalação da Biblioteca.

5.2 - Providenciar Legislação criando a Biblioteca e destinando verba para custeio e manutenção da mesma.

Deverá haver aprovação de verbas para :

5.2.1 - Compra do acervo inicial e do mobiliário necessário.

5.2.2 - Pagamento do pessoal responsável pela Biblioteca.

5.2.3 - Atualização anual do acervo.

5.3 - Assinatura de Termo de Compromisso

5.1 - A localização da Biblioteca estará na dependência direta das disponibilidades financeiras da Prefeitura. Poderá localizar-se em edifício especialmente destinado a tal fim ou poderão ser aproveitadas dependências onde funcionem outros órgãos como repartições que disponham de locais para acomodação da Biblioteca.

Para populações com menos de 30 000 habitantes torna-se mais econômico instalar em dependências de outro prédio do que utilizar-se de um específico.

Algumas condições deverão ser levadas em conta no tocante a localização, tais como:

- ser dotado de suficiente iluminação, quer natural, quer artificial, proporcionando boas condições de leitura.

- ser devidamente arejado para a conservação do acervo e bem estar dos leitores.

- ser de fácil acesso à maioria da população.

- haver previsão de crescimento da Biblioteca em função do crescimento da população.

5.2 - Legislação

Deverá ser aprovada pela Camara Municipal, e sancionada pelo Prefeito, Lei criando a Biblioteca e determi-

nando o sedimento no município e a subordinação à Administração municipal.

Será necessário aprovação de crédito normal, especial ou suplementar, de importância suficiente para cobrir as despesas de instalação.

Precisará de autorização para a contratação de pessoal para o funcionamento da Biblioteca.

Deverá haver inclusão para o próximo orçamento de verba destinada a atualização do acervo.

5.2.1 - A FLE, já adquiriu, e tem armazenadas em suas dependências 20 bibliotecas do módulo I, composto de 500 volumes, cada um, para a formação do núcleo inicial.

Este módulo I, que se encontra em fase de processamento, poderá ser adquirido pela importância de Cr\$ 3 500,00.

Vendidas estas 20 bibliotecas do módulo I, o preço sofrerá a respectiva atualização.

Para acomodar este acervo inicial, constante do módulo I, deverá a Biblioteca dispor de 18 metros lineares de estantes. É importante e necessário que as estantes sejam abertas para a facilidade de localização das obras pelos leitores e melhor conservação dos livros.

Deverão fazer parte do mobiliário, fichários, mesas e cadeiras para os leitores e também para o funcionário responsável.

Maiores detalhes técnicos serão fornecidos na FLE aos interessados e em conformidade com as necessidades e disponibilidades de cada município.

5.2.2 - Deverá ser aprovada verba para o pagamento de pelo menos 1 funcionário que será responsável pela Biblioteca.

Poderão ser aproveitados estudantes de 2º grau através de pagamento de Bolsas de Estudos.

5.2.3 - De acordo com recomendações do I.N.L. deverá ser atribuída verba mínima de 10 salários mínimos regionais para aquisição de obras destinadas a ampliação anual do acervo da Biblioteca.

5.3 - Termo de Compromisso

A Prefeitura Municipal deverá assinar termo de compromisso com a Fundação no qual declare as obrigações de sedimento da Biblioteca, e da sua instalação com mobiliário, material e pessoal. Constará, ainda deste termo, o compromisso de conservação, manutenção e atualização do acervo.

A FLE de sua parte comprometer-se-á a fornecer o acervo inicial mencionado (500 livros) e a prestar assistência técnica e da atualização do acervo.

Após sua instalação, deverá a Biblioteca enviar anualmente à Fundação um relatório de suas atividades, com dados referentes ao número de leitores inscritos, número de empréstimos, assuntos mais procurados, sugestões de títulos novos feitas pelos leitores e outras promoções que realizar, tais como: Conferências, Palestras, Exposições, Encontros e Reuniões Culturais, Debates, etc.

A FLE fornecerá impresso próprio para tal fim.

5.4 - Participação da Comunidade

Poderá ser organizada uma Associação de Amigos de Biblioteca, constituída por elementos dispostos a trabalhar graciosamente colaborando para o desenvolvimento da Biblioteca e de suas promoções, zelando pelo seu patrimônio e por tudo que represente seus interesses. Essa Associação ou Sociedade seria formada por pessoas alheias aos serviços municipais e que, dotadas de boa vontade, seriam o elo de ligação entre a Biblioteca e os demais membros da comunidade. Esse grupo de elementos promoveria a Biblioteca Municipal assim como a necessária ampliação em conformidade com o crescimento da mesma.

6.- Recomendações

6.1 - que seja analisada, para fins de reformulação e atualização, a legislação estadual referente a bibliotecas.

6.2 - que a Fundação Para o Livro Escolar, obtendo a colaboração e o parecer das entidades representativas e atuantes na área de Biblioteconomia, seja incumbida da

realização dessa análise, propondo à administração superior do Estado legislação mais adequada à realidade atual.

- 6.3 - que a Secretaria do Interior, através do CEPAM e outras unidades, estimule os municípios paulistas no projeto de implantação de bibliotecas públicas, oferecendo orientação às Prefeituras e ao Tribunal de Contas, a fim de que seja aplicada quota do Fundo de Participação dos Municípios na instalação de Bibliotecas como programas prioritários da administração municipal.
- 6.4 - que sejam criadas, juntamente com as Bibliotecas municipais para adultos, bibliotecas infanto-juvenis, ou quando não for possível, seções especializadas dentro daquelas bibliotecas, em ambiente distinto, destinadas ao uso desse tipo de leitores.
- 6.5 - que as bibliotecas municipais, nos municípios pequenos, que contam com poucos recursos orçamentários, exerçam, também, a função de bibliotecas escolares, centralizando-se o fornecimento e a difusão da informação num único local apropriado.
- 6.6 - que seja implantada uma rede de bibliotecas públicas e escolares no Estado, inseridas no sistema de Coordenação Central, sob a direção da FLE, exercendo-se, respectivamente, através das Bibliotecas Regionais a serem criadas e das Sedes Regionais da rede Oficial de Ensino.
- 6.7 - que a direção das Bibliotecas Regionais e da rede de bibliotecas escolares, centralizadas nas Sedes Regionais, sejam dirigidas por Bachareis em Biblioteconomia.
- 6.8 - que se estabeleçam critérios para a escolha dos municípios que serão sede das Bibliotecas Regionais, em função da classificação do nível dessas instituições, cujos padrões serão fixados pela Fundação Para o Livro Escolar.
- 6.9 - que o treinamento e orientação aos atendentes de bibliotecas seja organizado, futuramente, por escolas de biblioteconomia, de preferência por aquelas loca-

lizadas nas áreas geográficas correspondentes.

3.10 -que todas as atividades dos órgãos governamentais do Estado de São Paulo, concernentes a bibliotecas municipais e escolares, sejam exercidas em entrosamento com a FLE, evitando-se a duplicação de esforços e a dispersão de verbas.

6.11 -que as entidades representativas da Biblioteconomia e Documentação entrem em contato com a Laboratório de Currículo da Coordenadoria do Ensino Técnico da Secretaria da Educação, com a finalidade de colaborar na estruturação curricular dos cursos de 2º grau que terão caráter profissionalizante, estando prevista a formação de profissionais em biblioteconomia que atuarão como auxiliares de biblioteca.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMERICAN Library Association.- Minimum Standards for public library systems, 1966. Chicago, A.L.A., 1967. 73 p.

BRASIL, Instituto Nacional do Livro.- Convenio de biblioteca. 8 f. mimeografadas.

LASSO DE LA VEGA, XAVIER.- La biblioteca como edificio funcional: su construccion y equip... Madrid, Instituto Nicholas Antonio de Bibliografia, 1948. 198 p.

Amelia Maria Moreira

ANEXO IV – Estrutura Organizacional e Instalações, Recursos Humanos – Mobiliários e equipamentos

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTALAÇÕES
RECURSOS HUMANOS - MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

De acordo com a política da FLE, de oferecer condições para a solução do problema da criação de Bibliotecas Públicas Municipais do Estado de São Paulo, não só vendendo a preços reduzidos o acervo inicial, já devidamente processado tecnicamente, como também supervisionando a instalação, organização, funcionamento e desenvolvimento das Bibliotecas por ela assistida, se impõe a implantação de um Serviço Central naquela entidade, que controlaria, então, uma verdadeira Rede de Bibliotecas.

1. Estrutura Organizacional e Instalações

1.1. Seriam atribuições principais do Serviço Central

1.1.1. Ultime contratos com as Municipalidades interessadas em criar suas Bibliotecas Públicas. Esses contratos poderiam não ser uniformes, variando conforme a disponibilidade orçamentária e o interesse de cada Município. Com efeito, a FLE poderia sob certas condições vender, apenas, as obras para a constituição do acervo e a correspondente Assistência Técnica, ou as obras, a Assistência Técnica e os materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das Bibliotecas colocadas sob sua orientação. Deverá estar prevista, também, a taxa cobrada pelo Serviço Central para processar tecnicamente as obras já existentes e as novas aquisições (doações, por exemplo) das Bibliotecas Ramais;

1.1.2. Controlar os recursos financeiros:

1.1.2.1. Através de um convênio mantido com editoras a FLE obtem descontos especiais, conseguindo assim, os melhores preços encontrados no mercado;

1.1.2.2. Através de convênios ou contratos especiais a FLE poderia obter descontos consideráveis junto às indústrias especializadas, a fim de fornecer pelos melhores preços os materiais e equipamentos necessários à instalação das Bibliotecas Ramais;

1-1.2.3. Controlar as verbas orçamentárias

1.1.3. Planejar a instalação do Serviço Central e das Bibliotecas Ramais

1.1.3.1. Prever a ampliação das instalações do Serviço da FLE, a fim de não só armazenar os livros que serão processados (quer os que forem adquiridos, quer os que as Bibliotecas Ramais enviem para processamento), como também para a acomodação e linha de expedição das obras a serem enviadas para as Bibliotecas Ramais;

1.1.3.2. Planejar a instalação e organização das Bibliotecas Ramais, assessorando a Administração local nos projetos de novos edifícios ou na adaptação de outros. Na verdade as Bibliotecas Ramais poderão funcionar em edifícios especialmente construídos para abrigá-las, em edifícios adaptados para tal ou, ainda, em recintos cedidos por esta belecimentos de ensino ou afins. No planejamento deste aspecto particular, o bibliotecário deverá ALERTAR ao menos quanto

- 1.1.3.2.1. à localização central é de fácil acesso a todos quantos se dispõem a servir;
 - 1.1.3.2.2. às condições ambientais favoráveis ao trabalho intelectual, compreendendo iluminação adequada, temperatura agradável e isenção de ruídos;
 - 1.1.3.2.3. ao volume e previsões do crescimento provável das coleções da Biblioteca;
 - 1.1.3.2.4. ao tamanho e crescimento provável da população a ser atendida;
 - 1.1.3.2.5. ao planejamento da disposição interna da Biblioteca;
 - 1.1.3.2.6. à previsão de locais adequados à instalação de equipamentos eletrônicos.
- 1.1.3.3. A área mínima que se exige para a instalação de Bibliotecas Públicas poderiam seguir a seguinte tabela:

<u>Tipo de biblioteca</u>	<u>População</u>	<u>Acervo mínimo</u>	<u>Área mínima</u>
A	5000 a 20000 hab.	1000 vol.	22 m2
B	20000 a 50000 hab.	8500 vol.	190 m2
C	50000 a 100000 hab.	26000 vol.	590 m2
D	mais de 100000 hab.	50000 vol.	1100 m2

OBSERVAÇÃO: A fórmula adotada para os cálculos baseou-se na tabela publicada na pag. 21 do trabalho.

RUSSO, Laura Garcia Moreno - O planejamento de bibliotecas públicas. Acropole, São Paulo, 326: 19-30, jun., 1966.

1.1.4. Centralizar o processamento técnico, compreendendo:

- 1.1.4.1. Aquisição através da formação de um acervo básico, criteriosamente selecionado de acordo com as necessidades regionais, orientado, cuidadosamente, para os interesses locais de cada célula da Rede e atualizado periodicamente.

OBSERVAÇÃO 1 - Para que uma biblioteca possa ser considerada como Pública Municipal, o seu acervo deverá preencher, ao menos, os seguintes requisitos:

- 1.1. Possuir mais de 1000 volumes;
- 1.2. Possuir uma enciclopédia, ao menos, sem língua portuguesa;
- 1.3. Possuir, ao menos, um exemplar de dicionários das línguas portuguesas, alemã, espanhola, francesa, inglesa, italiana e russa e dos respectivos dicionários bi-língues.

2. É provável que a maioria das Municipalidades não estará em condições de poder atender a esses requisitos básicos. Sugerimos, portanto que não só a FLE procure convenios com o INL e o Conselho Estadual de Cultura a fim de suprir aquelas necessidades, como também, a Municipalidade elabore campanhas para esse fim, junto à população da localidade.

- 1.1.4.2. A classificação e catalogação do acervo adquirido e do já existente nas Bibliotecas Ramais (este último, entretanto, só será processado, mediante a remuneração de pequena taxa;)
- 1.1.4.3. A preparação e distribuição do material já processado, a todas as Bibliotecas da Rede;
- 1.1.4.4. O treinamento do pessoal responsável pelo atendimento das Bibliotecas Ramais, a fim de suprir a carência do pessoal qualificado e o auxílio efetivo ou periódico do bibliotecário, em um serviço sempre orientado por ele.

1.2. Seriam atribuições da Municipalidade:

- 1.2.1. Providenciar a legislação criando a Biblioteca e destinando a verba para custeio, manutenção, ampliação e atualização da mesma;
- 1.2.2. Designar local para a instalação da Biblioteca, de acordo com a orientação do serviço central;
- 1.2.3. Aquisição do acervo básico por compra ou doação;
- 1.2.4. Nomeação e pagamento das despesas que implicarão no treinamento do pessoal responsável pela Biblioteca;
- 1.2.5. Assinatura do Termo de Compromisso.

1.3. Seriam atribuições das Bibliotecas Ramais:

- 1.3.1. Elaborar o levantamento do acervo já existente e enviá-lo ao Serviço Central para os serviços de seleção e processamento técnico;
- 1.3.2. Manter o acervo e os catálogos ordenados de acordo com as determinações do Serviço Central;
- 1.3.3. Preservar e conservar o acervo;
- 1.3.4. Obedecer ao horário de funcionamento da Biblioteca;
- 1.3.5. Manter absolutamente ordenada a correspondência com o Serviço Central.

2. Recursos humanos

2.1. Serviço Central

A previsão do pessoal necessário para desempenhar as atribuições próprias do Serviço Central variará de acordo com o número de Bibliotecas Ramais que comporão a Rede e do prazo exigido para suas instalações. Deverá haver 3 categorias;

2.1.1. Bibliotecários

As funções desenvolvidas por estes funcionários podem ser sub-divididas em 2 grupos principais e assim esquematizadas:

2.1.1.1. Os que prestarão assistência quanto:

1. A elaboração de contratos com a Municipalidade;
2. O controle racional e distribuição dos recursos financeiros, incluindo fixação do custo e taxas dos serviços oferecidos pelos Serviço Central às Ramais;
3. A instalação das Bibliotecas Ramais, quanto à aquisição do mobiliário e equipamentos necessários ao seu funcionamento.

2.1.1.2. Os responsáveis pelo processamento técnico que farão:

1. Seleção e aquisição do acervo básico e das atualizações periódicas das Bibliotecas Ramais;
2. Classificação e catalogação das obras adquiridas;
3. Preparação e distribuição do material adquirido, inclusive a organização dos catálogos para o público das Bibliotecas Ramais;
4. Treinamento do pessoal responsável pelo atendimento das Bibliotecas, incluindo a atualização dos catálogos, o auxílio ao leitor, etc.;
5. Supervisão dos serviços realizados nas Bibliotecas Ramais, através de orientação e assistência periódica a sua organização e funcionamento;

OBSERVAÇÕES:

1. A apresentação de dados quantitativamente válidos neste particular, dependerá e variará de acordo com o número de solicitações recebidas das Municipalidades e dos prazos estabelecidos;
2. A título de orientação poderemos afirmar que para o processamento de 1000 obras que deveriam ser entregues em 100 dias úteis, seria necessário que a FLE mantivesse 3 (três) bibliotecários e respectivos datilógrafos, em regime de tempo integral;
3. Alguns fatores poderão alterar esta previsão, tais como:
 - a) muitas dessas obras o Serviço Central já poderia ter processado para outros acervos;
 - b) a utilização de máquinas que, propiciam do desdobramento automático, dispensem trabalhos como os de conferir as fichas desdobradas;
 - c) a utilização dos recursos oferecidos pela automação que, no caso seriam os mais indicados, visto que, a atualização dos catálogos já seria fornecida pelo computador não dependendo, portanto, dos leigos que responderiam pelas Bibliotecas Ramais.

2.1.2. Escriturários

Para os serviços datilográficos em geral, quer os relacionados com os desdobramentos de matrizes, quer os relativos à correspondência geral dos serviços.

2.1.3. Contínuos

Encarregados da limpeza do Serviço Central, em geral, e da expedição do material a ser enviado às Bibliotecas Ramais.

OBSERVAÇÃO:

Nestes dois casos, da mesma maneira como ocorre com os bibliotecários, o número de funcionários variará de acordo com o número de Bibliotecas que serão atendidas.

2.2. Bibliotecas Ramais

O horário de funcionamento das bibliotecas públicas deve ser o mais amplo possível. Seria razoável, contudo, que elas se mantivessem abertas, ao menos, das 8h às 22h, inclusive aos sábados e domingos. Contudo, reconhecendo a impossibilidade da maioria das Municipalidades Paulistas comprometerem-se a obedecer tal norma, sugeríamos que deles fosse exigido um período de funcionamento não inferior às das 8h às 18h, inclusive aos sábados. O pessoal exigido para o seu funcionamento variasse de acordo com os tipos de Bibliotecas e os serviços que estes já estejam em condições de oferecer ao público.

O mínimo indispensável seria, entretanto:

2.2.1. Biblioteca tipo A

1. Atendente (1)

Requisitos: escolaridade não inferior ao 2º grau completo (preferentemente o Curso Normal completo e datilógrafo eficiente.

Atribuições: responder pelo bom funcionamento da Biblioteca; atualização dos catálogos e da correspondência, auxílio ao leitor e preservação do acervo.

2. Contínuo (1)

Requisitos: que seja alfabetizado.

Atribuições: conservar a Biblioteca e o acervo limpos; controlar a entrada e saída dos usuários.

2.2.2. Biblioteca tipo B

1. Atendentes: (2)

Requisitos e atribuições semelhantes ao da Biblioteca de tipo A.

2. Contínuo (1)

idem

2.2.3. Biblioteca tipo C

Bibliotecário (1)

Atribuições: responder pelo bom funcionamento da Biblioteca a qual deverá ter no período de atendimento aumentado: das 8h às 22 h, inclusive aos sábados.

Manter atualizados os catálogos e a correspondência.

Auxiliar e orientar o usuário no uso da Biblioteca e elaborar bibliografias. Preservar o acervo.

Atendentes (2)

Requisitos: idênticos aos da Biblioteca tipo A

Atribuições: atender os usuários e manter devidamente ordenados o acervo.

Contínuos (2)

Requisitos: idênticos aos das Biblioteca tipo A

Atribuições: além dos previstos na Biblioteca tipo A, deveria desempenhar encargos próprios de mensageiros.

2.2.4. Biblioteca tipo D

Bibliotecários (2)

1 bibliotecário com cargo de chefia que então procuraria não só dinamizar os serviços da Biblioteca, como também, responderia por seu funcionamento.

1 bibliotecário encarregado dos serviços de referência.

Atendentes (4)

Com requisitos e atributos semelhantes aos da biblioteca C.

Nestas bibliotecas já deverão surgir seções especiais, tais como: periódicos, obras raras, obras históricas, técnicas, o que demandaria maior número de atendentes.

Contínuos (4)

Com requisitos e atributos semelhantes aos da Biblioteca do tipo C.

3. Mobiliários e equipamentos

3.1. Biblioteca tipo A

área - 22m²

acervo - 1000 volumes

3.1.1. Mobiliário

estantes - 6 (seis) de 6 (seis) prateleiras cada área prevista 7m². Algumas estantes deverão ser fixas em paredes.

mesas - 1 (uma)

mesa para máquina de escrever - 1 (uma)

cadeira com rodízio - 1 (uma)

catálogo para o público - 1 (um)

fichário de mesa - 1 (um)

quadro para divulgação - 1 (um)

área prevista: 3m²

mesas de 5 (cinco) lugares para leitores - 3 (três)

cadeiras - 15 (quinze)

área prevista: 12m² - 15 leitores

3.1.2. Equipamentos

máquina de escrever - 1 (uma)

3.2. Biblioteca tipo B

área - 190 m²

acervo - 8500 volumes

3.2.1. Mobiliário

estantes - 60 (sessenta) de 6 (seis) prateleiras cada

área prevista: 60m². Algumas estantes fixas a parede

mesas - 2 (duas)

mesa para máquina de escrever - 2 (duas)

cadeiras com rodízio - 2 (duas)

balcão para empréstimo de publicações - 1 (um)

cadeira - 1 (uma)

catálogo para o público - 1 (um)

arquivo vertical - 1 (um)

balcão com escaninho para o vestíbulo - 1 (um)

carrinho para o transporte de livros - 1 (um)

quadros para divulgação - 2 (dois)

área prevista: 16m²

mesas de 2 (dois) lugares para leitores - 12 (doze)

mesas individuais para leitores - 10 (dez)

cadeiras - 34 (trinta e quatro)

área prevista: 114m²

3.2.2. Equipamentos

Maquina de escrever - 2 (duas)

3.3. Biblioteca tipo C

area - 590 m²

acervo - 26000 volumes

3.3.1. Mobiliário

estantes - 144 (cento e quarenta e quatro de 6 (seis) prateleiras cada.

estantes para exposição de periódicos - 2 (duas)

área prevista: 170 m²

Algumas estantes fixas às paredes.

mesas - 3 (tres)

mesas para máquina de escrever - 3 (tres)

cadeiras com rodízio - 3 (tres)

estantes - 3 (tres) de seis prateleiras para trabalhos internos

balcão para empréstimo de publicações - 1 (um)

cadeira - 1 (uma)

catálogo para o público - 1 (um)

arquivos verticais - 2 (dois)

fichário para periódicos - 1 (um)

balcão com escaninho - para o vestibulo - 1 (um)

carrinhos para o transporte de livros - 3 (três)

mapoteca - 1 (um)

quadros ou painéis para divulgação - 6 (seis)

área prevista: 40 m²

mesas de 2 (dois) lugares para leitores - 30 (trinta)

mesas individuais para leitores - 30 (trinta)

cadeiras - 90 (noventa)

área prevista: 300 m²

área para circulação e sanitários - 80 m².

3.3.2. Equipamentos

máquinas de escrever - 3 (três)

duplicadora - 1 (uma)

3.4. Biblioteca tipo D

área - 1100 m²

acervo - 50000 volumes

3.4.1. Mobiliário

estantes - 280 (duzentos e oitenta) de 6 (seis) prateleiras cada.

estantes para exposição de periódicos - 5 (cinco)

área prevista: 350 m². Algumas estantes fixas às paredes

mesas para máquinas de escrever - 6 (seis)

mesas - 6 (seis)

cadeiras com rodízio - 6 (seis)

estantes - 6 (seis) - de 6 (seis) prateleiras cada para trabalho interno.

balcões para empréstimo de publicações - 2 (dois)

cadeiras com rodízio - 2 (duas)

catálogos para o público - 3 (tres)

arquivos verticais - 10 (dez)

fichários para periódicos - 2 (dois)

balcões com escaninho para o vestibulo - 1 (um)

carrinhos para transporte de livros - 5 (cinco)

mapotecas - 2 (duas)

quadros, ou painéis para divulgação - 10 (dez)

área prevista: 80 m²

mesas de 2 (dois) lugares para leitores - 70 (setenta)

mesas individuais para leitores - 50 (cinquenta)

cadeiras - 190 (cento e noventa)

área prevista: 540 m²

área para circulação e sanitários - 130 m²

- 3.4.2. Equipamentos
máquinas de escrever - 6 (seis)
duplicadora - 1 (uma)
máquina para endereçar - 1 (uma)

3.5. Serviço Central

3.5.1. Mobiliário

estantes - previsão a cargo dos funcionários do serviço
média - 30 volumes por prateleira
obras de referência - 20 (vinte)
mesas - nº igual ao de bibliotecários + escriturários
mesas para máquina de escrever - idem
cadeiras com rodízio - idem
catálogos - previsão a cargo dos funcionários do serviço
arquivos verticais - idem
fichários para periódicos - idem
carrinhos para transporte de livros - idem
mesas apropriadas para preparar a expedição de obras para
as bibliotecas ramais.

3.5.2. Equipamentos

máquinas de escrever - nº igual ao de bibliotecários + es-
criturários
máquina de escrever elétrica automática (Flexowriter + Se-
lecta data) IBM MT-70, etc)
mimeografo - Minigraph
duplicadora - 1 (uma)
máquina para endereçar - 1 (uma)

ANEXO V – Plano para a instalação e organização de uma rede de bibliotecas no Estado de São Paulo

PLANO PARA A INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
DE UMA RÊDE DE BIBLIOTECAS NO ESTADO
DE SÃO PAULO

Constitui-se êste trabalho em um planejamento prévio de uma Rêde Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, controlada por um Serviço Central. Apesar de estimarmos em esquema suplementar o pessoal, o mobiliário e os equipamentos necessários   sua implanta o,   preciso ressaltar que s mente poder mos apresentar dados quantitativamente aproximados, após o conhecimento dos resultados obtidos nos estudos e pesquisas da fase preliminar.

Nosso objetivo principal foi o de unificar e centralizar as tarefas técnico-administrativas do trabalho bibliotecon mico. Desta maneira, evitar mos a duplicidade de serviços semelhantes em locais diversos, mas próximos e, além da melhoria dos serviços oferecidos ao leitor, obter mos o aproveitamento racional do pessoal e equipamentos necessários   organiza o de Bibliotecas realmente atuantes e dinâmicas.

As Bibliotecas Públicas Municipais do Estado poderiam, então, sendo orientadas por técnicos (sem, contudo, precisarem arcar com o  nus representado pela remunera o do trabalho qualificado) transformarem-se em ativos centros difusores de cultura.

1 - ETAPA PRELIMINAR

Preliminarmente, uma pequena equipe de bibliotecários seria contratada para:

1.1 - Estudar e pesquisar a real situação das Bibliotecas Públicas Municipais do Estado e a possibilidade e interesse de cada Município em desenvolver as atividades da Biblioteca Local;

1.2 - Estudar junto aos órgãos competentes as várias modalidades de contratos que se poderiam pleitear junto às Prefeituras, para com o auxílio da Subcomissão de Bibliotecas, melhorar-se os serviços da Biblioteca Local;

Os contratos não seriam uniformes, variando conforme a disponibilidade orçamentária e o interesse de cada Município. Com efeito, a Subcomissão sob certas condições poderia obrigar-se a oferecer, apenas, Assistência Técnica, ou Assistência Técnica e, também, as obras para a constituição do acervo ou, ainda, a Assistência Técnica, as obras e os equipamentos necessários ao desenvolvimento das Bibliotecas colocadas sob sua orientação;

1.3 - Realizar o levantamento geral das Bibliotecas Públicas Municipais do Estado e verificar "in loco" as condições para a instalação e/ou o desenvolvimento de cada Biblioteca;

1.4 - Ultime os contratos, depois de entenderem-se diretamente com os Prefeitos, para determinar a que modalidade de contrato poderiam eles aderir.

Após a aferição dos dados obtidos haveria condição para então, instalar-se o Serviço Central e indicar-se as sedes das Bibliotecas Regionais.

2 - PLANO A CURTO PRAZO

A curto prazo, o Serviço Central de Bibliotecas deveria estar apto a assistir tecnicamente as primeiras bibliotecas vinculadas e iniciar os trabalhos de instalação dos Serviços Regionais. Isto implicaria em já dispor não só de pessoal qualificado mas também, dos equipamentos básicos ao desenvolvimento dos Serviços Técnicos.

2.1 - Ao pessoal do Serviço Central caberia:

2.1.1 - Realizar a seleção, aquisição, classificação, catalogação e preparo dos livros distribuídos às Bibliotecas vinculadas.

Preliminarmente, entretanto, os bibliotecários escolheriam o sistema de classificação e o código de catalogação que seriam, obrigatoriamente, adotados por todas as Bibliotecas da Rede, a fim de obter-se padronização do processamento técnico;

2.1.2 - Planejar a instalação e organização das Bibliotecas Regionais e Ramais, auxiliando a Administração Local no planejamento de novos edifícios ou adaptação de velhos. Na verdade, enquanto as Bibliotecas Ramais poderiam funcionar em edifícios adaptados, ou mesmo em recintos cedidos por estabelecimentos de ensino ou afins, seria de toda conveniência que as Bibliotecas Regionais possuíssem prédios especialmente construídos para abrigá-las, onde estariam previstas áreas para os serviços técnicos; para o acervo bibliográfico; para os serviços de extensão (carros-bibliotecas e malotes); para a sala de leitura de crianças e adultos; para o acervo e equipamento áudio-visuais; para o auditório, onde realizar-se-iam conferências, apresentações teatrais, sessões cinematográficas; exposições de artes plásticas, etc.

2.1.3 - Fiscalizar a organização e funcionamento das Bibliotecas já vinculadas;

2.1.4 - Planejar a expansão da Rede;

2.1.5 - Divulgar as obras processadas e os serviços prestados.

O Serviço Central deveria contar, para tanto, com uma seção de Publicidade e Propaganda, a qual remeteria a todas as Bibliotecas Regionais e Ramais painéis e exposições de divulgação das novas aquisições.

2.2 - Às Bibliotecas Regionais caberia:

2.2.1 - Processar tecnicamente o acervo já existente, de acordo com o critério estabelecido pelo Serviço Central. A este Serviço deverá ser enviado, obrigatoriamente, a matriz de todas as obras processadas nas Bibliotecas Regionais.

de que se inicie o Catálogo Coletivo da Rede.

4.

2.2.2 - Planejar o atendimento às Bibliotecas Ramais.

Não dispondo de meios para a contratação de bibliotecários, as Bibliotecas Ramais deveriam ser atendidas pelos técnicos das Bibliotecas Regionais. Esse atendimento far-se-ia através de visitas periódicas durante as quais os bibliotecários prestariam não só assistência técnico-administrativa, como também, estabeleceriam a rotina do serviço dos responsáveis pelo funcionamento das Bibliotecas Ramais.

2.2.3 - Orientar o levantamento geral do acervo das Bibliotecas Ramais.

Este trabalho é necessário pois nortearia o planejamento dos serviços técnicos que, a prazo médio, seriam realizados.

2.2.4 - Divulgar as obras processadas e os serviços prestados.

2.3 - As Bibliotecas Ramais deveriam, nesta fase, elaborar o levantamento de seu acervo, obedecendo sempre as normas pré-estabelecidas pelos bibliotecários das Bibliotecas Regionais.

3 - PIANO A PRAZO MÉDIO

A prazo médio, o Serviço Central estaria bem equipado e quase todas as Bibliotecas Regionais, já em funcionamento.

3.1 - Ao Serviço Central caberia então:

3.1.1 - Centralizar a aquisição e processamento técnico de todas as novas obras adquiridas pelas Bibliotecas da Rede;

3.1.2 - Planejar a instalação e organização das Bibliotecas Regionais e Ramais;

3.1.3 - Fiscalizar e organizar o funcionamento das Bibliotecas da Rede;

3.1.4 - Planejar a expansão da Rede;

3.1.5 - Treinar os atendentes das Bibliotecas Ramais em cursos e estágios organizados pelo Serviço Central, em sua sede;

5.

3.1.6 - Organizar exposições, cursos e conferências de caráter cultu-

As Bibliotecas da Rêde deveriam funcionar como verdadeiros centros culturais. As Bibliotecas Ramais apesar de disporem de área diminuta, deveriam ser preparadas de tal maneira que estariam aptas, após rápidas modificações na disposição de seu mobiliário, a transformarem-se em salas de conferências, de apresentações teatrais, sessões cinematográficas, etc.

3.1.7 - Divulgar as obras processadas e os serviços prestados.

3.2 - As Bibliotecas Regionais deveriam desenvolver as seguintes atividades:

3.2.1 - Processar tecnicamente as obras de coleções especiais.

Apesar do processamento técnico das novas aquisições ser responsabilidade do Serviço Central, às Bibliotecas Regionais restaria o de coleções especiais, tais como às de obras valiosas para o estudo específico da evolução histórica, econômica e social da região;

3.2.2 - Reorganizar os acervos das Bibliotecas Ramais.

Muitas Bibliotecas Ramais ao vincularem-se à Rêde, já teriam algumas obras em seus acervos. Aos Serviços Regionais caberiam reorganizá-los conforme critérios pré-estabelecidos pelo Serviço Central;

3.2.3 - Controlar diretamente os serviços técnico-administrativos das Bibliotecas Ramais orientando, principalmente, o Serviço de Referência das Bibliotecas e a seleção de novas aquisições do Serviço Central. Com efeito, os bibliotecários que, periodicamente, atenderiam às Bibliotecas Ramais deveriam indicar ao Serviço Central os assuntos mais procurados e que, diretamente, interessariam aos habitantes da Região;

3.2.4 - Planejar o atendimento futuro às Bibliotecas Ramais;

3.2.5 - Divulgar as obras processadas, a programação cultural e os serviços prestados.

6.
3.3 - Nas Bibliotecas Ramais os funcionários responderiam pelo bom funcionamento da Biblioteca e atendimento aos leitores.

4 - PIANO A LONGO PRAZO

A longo prazo tôdas as Bibliotecas Regionais já estariam criadas e o Serviço Central apto a incorporar como Ramais as Bibliotecas de quaisquer municípios do Estado.

4.1 - Dinamizando a sua atuação, ao Serviço Central caberia:

4.1.1 - Centralizar a aquisição e processar tènicamente as obras adquiridas;

4.1.2 - Planejar a instalação e organização das Bibliotecas Regionais e Ramais;

4.1.3 - Fiscalizar a organização e funcionamento das Bibliotecas da Rêde;

4.1.4 - Planejar a expansão dos serviços da Rêde;

4.1.5 - Treinar os atendentes das Bibliotecas Ramais em cursos e estágios organizados pelo Serviço Central, em sua sede;

4.1.6 - Organizar o acervo áudio-visual.

Contando com equipamento adequado, o Serviço Central iniciaria, então, seções áudio-visuais em tôdas as Bibliotecas da Rêde, fornecendo-lhes o material já preparado tènicamente;

4.1.7 - Organizar o Serviço de Carros-Bibliotecas e Malotes.

O Serviço Central enviaria às Bibliotecas Regionais os carros-bibliotecas completamente equipados e os acervos volantes dêstes, e dos malotes, já preparados tènicamente;

4.1.8 - Organizar acervos especiais para cegos;

4.1.9 - Organizar cursos, conferências e exposições de caráter cultural e iniciar uma seção de informações turísticas em tôdas as Bibliotecas da Rêde;

4.1.10 - Divulgar as obras processadas e os serviços prestados.

4.2 - Às Bibliotecas Regionais caberia:

4.2.1 - Processar tènicamente as obras de coleções especiais e o acervo das novas Bibliotecas Ramais vinculadas à Rêde;

4.2.2 - Responder pelos serviços técnico-administrativos das Bibliotecas Ramais e planejar expansão de seus serviços;

4.2.3 - Organizar a programação dos carros-bibliotecas e dos malotes.

As Bibliotecas Regionais enviariam, periòdicamente, às Bibliotecas Ramais e à Zona Rural, carros-bibliotecas, que disporiam de acervo variado. Os malotes seriam enviados também, periòdicamente, a Hospitais, Penitenciárias e outras instituições interessadas. A cada tipo de instituição corresponderia um acervo especialmente selecionado;

4.2.4 - Organizar a seção áudio-visual.

As Bibliotecas Regionais seriam depositárias de farto acervo e equipamento áudio-visual que deveria servir, também, a tôdas as Bibliotecas da Região;

4.2.5 - Divulgar a programação cultural programada pelo Serviço Central e organizar o Serviço de Informação Turística da Região;

4.2.6 - Divulgar as obras processadas e os serviços prestados.

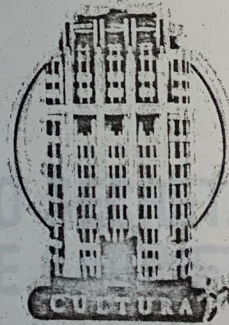
4.3 - Os funcionários das Bibliotecas Ramais além de responder pelo bom funcionamento das Bibliotecas e atendimento aos leitores, deveriam controlar o recebimento e expediente de malotes.

Esquematzamos a seguir, as atribuições, o pessoal, o mobiliário e os equipamentos necessários às várias etapas do plano.

ANEXO VI – Dossiê Sistema Estadual de Bibliotecas

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS



GABINETE DO SECRETÁRIO
CHEFIA DE GABINETE

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

ÍNDICE GERAL

A. SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A.1 - Exposição de Motivos

A.2 - Decreto que cria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas

A.3 - Exposição de Motivos que autoriza a celebração de convênios

A.4 - Decreto que autoriza a celebração de convênios com os municípios para desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo

A.5 - Modelo de convênio entre o Estado e as Prefeituras Municipais

**GABINETE DO SECRETÁRIO
CHEFIA DE GABINETE**



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

ÍNDICE GERAL

- A. SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- A.1 - Exposição de Motivos
 - A.2 - Decreto que cria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
 - A.3 - Exposição de Motivos que autoriza a celebração de convênios
 - A.4 - Decreto que autoriza a celebração de convênios com os municípios para desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo
 - A.5 - Modelo de convênio entre o Estado e as Prefeituras Municipais

A-SISTEMA
DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

**A-SISTEMA
DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO**



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Exposição de Motivos

Senhor Governador,

Tenho a honra de encaminhar à alta apreciação de Vossa Excelência, o presente projeto de decreto que cria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Este Sistema constitui-se em instrumento ideal para o Estado prestar assistência a bibliotecas existentes em seu território e para "incentivar a criação de bibliotecas municipais ou regionais", conforme determina a Lei n° 10.294, de 30 de dezembro de 1966, que "dispõe sobre o aparato à cultura no cumprimento ao artigo 137 da Constituição do Estado" (artigo 137 conforme redação dada pela Emenda Constitucional n° 1, de 30 de outubro de 1969).

Entre os objetivos do Sistema ora proposto, previstos no artigo 2° do projeto de decreto, destacam-se o incentivo à expansão e à integração das bibliotecas públicas dos municípios do Estado e o desenvolvimento de programas de assistência técnica, de conformidade com as necessidades locais.

Observando os princípios de descentralização e de participação defendidos pelo seu Governo, o projeto prevê a integração no Sistema, sem ferir a autonomia municipal e mediante convênios a serem celebrados após prévia autorização, de bibliotecas públicas pertencentes aos municípios e de bibliotecas a elas associadas, bem como a criação de Comissões Municipais de Bibliotecas.

A.1-EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Exposição de Motivos

Senhor Governador

Tenho a honra de encaminhar à alta apreciação de Vossa Excelência, o presente projeto de decreto que cria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Este Sistema constitui-se em instrumento ideal para o Estado prestar assistência a bibliotecas existentes em seu território e para "incentivar a criação de bibliotecas municipais ou regionais", conforme determina a Lei nº 10.294, de 30 de dezembro de 1968, que "dispõe sobre o amparo à cultura em cumprimento ao artigo 127 da Constituição do Estado" (artigo 128 conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 2, de 30 de outubro de 1969).

Dentre os objetivos do Sistema ora proposto, previstos no artigo 2º do projeto de decreto, destacam-se o incentivo à expansão e à integração das bibliotecas públicas nos municípios do Estado e o desenvolvimento de programas de assistência técnica, em conformidade com as necessidades locais.

Observando os princípios de descentralização e de participação defendidos pelo seu Governo, o projeto prevê a integração no Sistema, sem ferir a autonomia municipal e mediante convênios a serem celebrados após prévia autorização, de bibliotecas públicas pertencentes aos municípios e de bibliotecas a elas associadas, bem como a criação de Comissões Municipais de Bibliotecas.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Aproveitando a estrutura organizacional existente na Pasta, definiu-se a Divisão de Bibliotecas como o órgão central do Sistema, subordinando-a ao Departamento de Atividades Regionais da Cultura para que possa desenvolver melhor suas novas atribuições.

Outro aspecto importante a ser considerado é a possibilidade de se obter recursos federais para o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, mediante celebração de convênios com o Instituto Nacional do Livro.

Esclareço, por fim, que o projeto de decreto foi elaborado após estudos e manifestação de órgãos técnicos da Pasta, como a Consultoria Jurídica, a Assessoria Técnica e a Divisão de Bibliotecas.

Reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alto respeito e admiração.

Gabinete do Secretário, em de

JORGE DA CUNHA LIMA
Secretário da Cultura

A.2-DECRETO
QUE CRIA O
SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
E DAS
PROVIDÊNCIAS CORRELATAS



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 1984

Cria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei nº 9.717, de 30 de janeiro de 1967, e diante da exposição de motivos do Secretário Extraordinário da Cultura,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica criado, nos termos deste Decreto, o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo compreende as bibliotecas municipais.

**A.2-DECRETO
QUE CRIA O
SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
E DÁ
PROVIDÊNCIAS CORRELATAS**



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº _____, DE _____ DE 1984.

Cria o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei nº 9.717, de 30 de janeiro de 1967, e diante da exposição de motivos do Secretário Extraordinário da Cultura,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica criado, nos termos deste decreto, o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo tem como objetivos principais:

I - incentivar a expansão e a integração das bibliotecas públicas nos municípios do Estado de São Paulo;

II - desenvolver programas de assistência técnica às bibliotecas integrantes do Sistema, em conformidade com as necessidades locais;

III - propiciar às bibliotecas a expansão de suas atividades culturais;

IV - facilitar o acesso às informações de acordo com as necessidades da coletividade;



ESTADO DE SÃO PAULO

V - fomentar nas bibliotecas públicas condições de atendimento adequado aos estudantes.

Artigo 3º - Poderão participar do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, mediante a celebração de convênios com o Governo do Estado por sua Secretaria da Cultura, todas as bibliotecas públicas pertencentes aos municípios situados no território do Estado.

Parágrafo único - O Secretário da Cultura só será autorizado a celebrar convênios com qualquer município se os órgãos municipais competentes, mediante legislação própria e nas condições fixadas pela Secretaria de Estado da Cultura, providenciarem a criação de biblioteca pública e de Comissão Municipal de Biblioteca, ou, se for o caso, sua adaptação às referidas condições, determinando a participação mencionada neste artigo e autorizando o Prefeito a celebrar o necessário convênio.

Artigo 4º - Poderão, também, participar do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo as bibliotecas públicas associadas ou conveniadas com bibliotecas públicas pertencentes aos municípios.

Artigo 5º - O órgão responsável pela supervisão do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo é a Divisão de Bibliotecas de que trata o inciso III do artigo 12 do Decreto nº 20.955, de 1º de junho de 1983.



ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único - A Divisão de Bibliotecas passa a subordinar-se ao Diretor do Departamento de Atividades Regionais da Cultura.

Artigo 6º - À Divisão de Bibliotecas do Departamento de Atividades Regionais da Cultura, além de suas atribuições normais, cabe:

- I - propor as diretrizes gerais do Sistema;
- II - providenciar a celebração de convênios entre o Governo do Estado, por sua Secretaria da Cultura, e entidades, públicas e privadas, municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, visando atingir os objetivos do Sistema;
- III - administrar os convênios de que trata o inciso anterior e fiscalizar as correspondentes prestações de contas;
- IV - dar orientação aos municípios em seus projetos de implantação ou expansão de bibliotecas públicas, indicando normas e procedimentos;
- V - produzir textos de interesse para o Sistema;
- VI - promover a aquisição centralizada de obras e a integração dos acervos das bibliotecas públicas;
- VII - elaborar normas e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis por bibliotecas públicas;
- VIII - manter cadastro atualizado das bibliotecas públicas integradas no Sistema;
- IX - promover a organização de programas culturais para as bibliotecas públicas do Sistema;
- X - promover a realização de cursos para o desenvolvimento dos recursos humanos do Sistema.



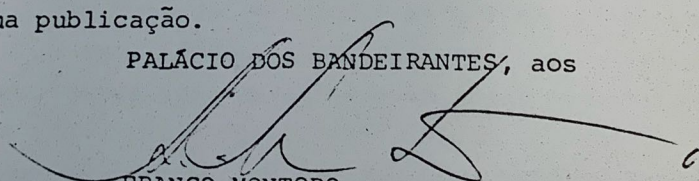
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 7º - Ao Diretor da Divisão de Bibliotecas, além de outras competências estabelecidas por lei ou decreto, compete:

- I - submeter ao Secretário da Cultura, por meio de seu superior imediato, minutas de convênios de que trata o inciso II do artigo anterior;
- II - coordenar a elaboração do programa geral de trabalho do Sistema;
- III - orientar a utilização de recursos de qualquer espécie à disposição do Sistema;
- IV - aprovar as normas e os manuais de procedimentos técnicos;
- V - zelar pelo cumprimento das cláusulas dos convênios firmados;
- VI - elaborar relatórios do Sistema.

Artigo 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, aos


FRANCO MONTORO

A.3-EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
QUE AUTORIZA
A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Exposição de Motivos

Senhor Governador,

Tenho a honra de encaminhar à alta apreciação de Vossa Excelência, o presente projeto de decreto que autoriza a celebração de convênios relativos ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Este projeto de decreto, abreviando o processamento de convênios entre o Estado e as Prefeituras Municipais, é seqüência natural do ato de criação do Sistema e permite que seus objetivos sejam alcançados mais rapidamente.

A finalidade maior dos convênios é estabelecer as regras gerais de colaboração mútua entre o Estado e os Municípios, no processo de desenvolvimento das Bibliotecas Públicas Municipais e, por conseguinte, do próprio Sistema.

O decreto apresenta, em anexo, modelo padrão dos acordos que serão celebrados. Conforme fica caracterizado nesse modelo, as peculiaridades de cada município são respeitadas, bem como foram criados mecanismos pelos quais a ação de dotar as comunidades locais de verdadeiros centros de informação e convivência seja partilhada em comum pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras Municipais. Assim, os esforços e o emprego de recursos deverão ser distribuídos entre o Estado e a comunidade municipal.

A.3-EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUE AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Exposição de Motivos

Senhor Governador

Tenho a honra de encaminhar à alta apreciação de Vossa Excelência, o presente projeto de decreto que autoriza a celebração de convênios relativos ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Este projeto de decreto, abreviando o processamento de convênios entre o Estado e as Prefeituras Municipais, é sequência natural do ato de criação do Sistema e permite que seus objetivos sejam alcançados mais rapidamente.

A finalidade maior dos convênios é estabelecer as regras gerais de colaboração mútua entre o Estado e os Municípios, no processo de desenvolvimento das Bibliotecas Públicas Municipais e, por conseguinte, do próprio Sistema.

O decreto apresenta, em anexo, modelo padrão dos acordos que serão celebrados. Conforme fica caracterizado nesse modelo, as peculiaridades de cada município são respeitadas, bem como foram criados mecanismos pelos quais a ação de dotar as comunidades locais de verdadeiros centros de informação e convivência seja partilhada em comum pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras Municipais. Assim, os esforços e o emprego de recursos deverão ser distribuídos entre o Estado e a comunidade municipal.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Conforme previsto no Decreto nº de 1984, que criou o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, para a celebração do convênio, o município deverá contar com uma Comissão Municipal de Biblioteca, criada por lei municipal. Essa Comissão, formada com representantes locais dos estabelecimentos de ensino, de associações e do Poder Executivo e Legislativo, tem especial significado para a Biblioteca Pública e para o Sistema, pela natureza de suas atribuições consultivas e deliberativas e por caracterizar um real meio de participação da comunidade municipal.

Com a celebração do convênio, o município estará integrado no Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado e participará dos benefícios previstos, tais como:

- recebimento de orientação e assistência técnica para o desenvolvimento dos serviços da Biblioteca Pública e nos projetos de obras para construção ou reforma de imóveis destinados a sua instalação;
- recebimento de contribuição financeira específica para a contratação de bibliotecário responsável pela Biblioteca Pública;
- envio de obras com o processamento técnico já efetuado, permitindo a sua imediata circulação;
- inclusão no sistema de empréstimos entre bibliotecas e nos circuitos de bens culturais;
- cessão de livros, revistas, etc., para organização de "Feiras de Livros";



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

- promoção de cursos para o desenvolvimento de recursos humanos.

Reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alto respeito e admiração.

Gabinete do Secretário, em de
de 1984.

JORGE DA CUNHA LIMA
Secretário da Cultura

A.4-DECRETO
QUE AUTORIZA
A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS
COM OS MUNICÍPIOS
PARA DESENVOLVIMENTO DO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO N° DE DE DE 1944.

Autoriza a celebração de convênios com municípios para desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e com a competência que lhe é atribuída pelo artigo 34, inciso XVI, da Constituição do Estado.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Secretário da Cultura autorizado a celebrar convênios com os municípios do Estado de São Paulo, objetivando o desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas.

Parágrafo único - Os convênios serão celebrados nos termos do anexo, respeitadas as peculiaridades.

**A.4-DECRETO
QUE AUTORIZA
A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS
COM OS MUNICÍPIOS
PARA DESENVOLVIMENTO DO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº , DE DE DE 1 984.

Autoriza a celebração de convênios com municípios para desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e com a competência que lhe é atribuída pelo artigo 34, inciso XVI, da Constituição do Estado,

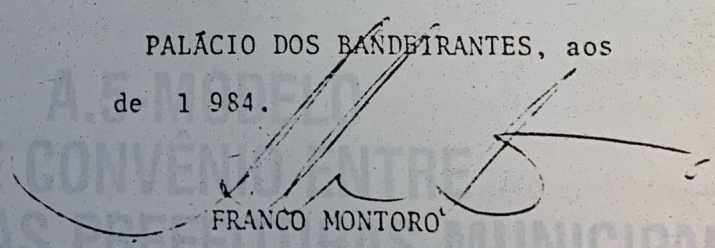
D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica o Secretário da Cultura autorizado a celebrar convênios com os municípios do Estado de São Paulo, objetivando o desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas Públicas.

Parágrafo único - Os convênios serão celebrados nos termos do modelo em anexo, respeitadas as peculiaridades de cada município.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, aos
de de 1 984.


FRANCO MONTORO



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO

Convênio que entra em vigor no Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura e o Município de para o desenvolvimento da Biblioteca Pública Municipal

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, sediada à Rua Uruguai, Sdsq. nº 19, nesta Capital, representada por seu Secretário, Sr. Jorge de Castro Lima, devidamente autorizado pelo Senhor Governador, conforme Decreto nº de de de 1984, doravante denominada SECRETARIA e o MUNICÍPIO de representado pelo Prefeito Municipal Sr. Senhor devidamente autorizado pela Lei Municipal nº de de de 1984, doravante denominada MUNICÍPIO, na presença dos testemunhas que este também assinam, resolveu, de comum acordo, celebrar o presente convênio, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objetivo a colaboração mútua da SECRETARIA e do MUNICÍPIO no processo de desenvolvimento da Biblioteca Pública de de de Bibliotecas

A.5-MODELO DE CONVÊNIO ENTRE O ESTADO E AS PREFEITURAS MUNICIPAIS



ESTADO DE SÃO PAULO

MODELO DE CONVÊNIO

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura e o Município de para o desenvolvimento da Biblioteca Pública Municipal

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, sediada à Rua Líbero Badaró, nº 39, nesta Capital, representada por seu Secretário, Dr. Jorge da Cunha Lima, devidamente autorizado pelo Senhor Governador, conforme Decreto nº, de de de 1984, doravante denominada SECRETARIA e o MUNICÍPIO de representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº, de de de 1984, doravante denominado MUNICÍPIO, na presença das testemunhas que este também assinam, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente convênio, o qual se regerá pelas seguinte cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objetivo a colaboração mútua da SECRETARIA e do MUNICÍPIO no processo de desenvolvimento da Biblioteca Pública de e do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a consecução do objetivo do presente convênio, a SECRETARIA e o MUNICÍPIO com prometem-se a, reciprocamente, envidarem esforços e utilizarão recursos humanos, materiais e financeiros no desenvolvimento de atividades decorrentes de planos e projetos específicos aprovados por ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - São obrigações da SECRETARIA, a serem cumpridas por intermédio da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Atividades Regionais da Cultura:

- I - prestar orientação técnica para o desenvolvimento dos serviços da Biblioteca Pública;
- II - dar assistência técnica ao MUNICÍPIO nos projetos de obras para construção ou reforma de imóveis destinados à instalação da Biblioteca Pública;
- III - promover medidas visando facilitar a aquisição do acervo da Biblioteca Pública;
- IV - incluir a Biblioteca Pública :
 - a - nas vantagens do sistema de empréstimos entre bibliotecas ;
 - b - nos circuitos de bens culturais;
- V - ceder em consignação livros, revistas etc., para organização de "Feiras de Livros";



ESTADO DE SÃO PAULO

VI - exercer outras atividades como órgão responsável pela supervisão do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA QUARTA - São obrigações do MUNICÍPIO :

MUNICÍPIO :

- I - manter instalações adequadas para sediar a Biblioteca Pública, bem como responsabilizar-se pela constituição do seu acervo e pelo fornecimento de recursos necessários ao seu funcionamento;
- II - manter a Divisão de Bibliotecas informada sobre o andamento de medidas, pertinentes ao Sistema, adotadas em seu âmbito de atuação, especialmente as relacionadas aos seguintes temas :
 - a - alterações na legislação municipal que dispõe sobre a Biblioteca Pública e sobre a Comissão Municipal de Biblioteca;
 - b - constituição da Comissão Municipal de Biblioteca;
 - c - planos e projetos desenvolvidos com a participação da SECRETARIA;
- III - aplicar na Biblioteca Pública os eventuais lucros de promoções, relacionadas ao Sistema, realizadas com o concurso da SECRETARIA;



ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO

IV - fazer constar o patrocínio da SECRETARIA em toda divulgação relacionada com o objeto do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - A SECRETARIA compromete-se, ainda, a contribuir com a importância de CR\$ (.....) destinada à contratação, por parte do MUNICÍPIO, de um Bibliotecário responsável pelo comando da Biblioteca Pública e a ser paga na seguinte conformidade:

CLÁUSULA SEXTA - As importâncias mencionadas na cláusula anterior serão depositadas no Banco do Estado de São Paulo, na Agência, onde o MUNICÍPIO mantém a conta corrente nº

CLÁUSULA SÉTIMA - A liberação dos pagamentos das importâncias constantes da cláusula quinta estará sempre condicionada à comprovação da realização dos objetivos do convênio mediante a exibição de documentos a serem emitidos pela Divisão de Bibliotecas do Departamento de Atividades Regionais da Cultura atestando a sua plena execução.

CLÁUSULA OITAVA - A SECRETARIA deverá, em relação ao bibliotecário a ser contratado com os recursos de que trata a cláusula quinta, estabelecer normas e procedimentos a serem observados no processo de recrutamento e seleção, bem como manter programa de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.



ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO
CLÁUSULA NONA - As despesas dos convenen-
tes decorrentes do presente convênio correrão por conta dos se-
guintes códigos :

I - da SECRETARIA :

II - do MUNICÍPIO :

CLÁUSULA DÉCIMA - O MUNICÍPIO arcará com
os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer
outros que advenham deste convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - É facultado a
qualquer das partes denunciar o presente convênio, mediante sim-
ples notificação por escrito com antecedência mínima de 60 (ses-
senta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente con-
vênio vigorará pelo prazo de anos, com início de vigên-
cia a partir da data da assinatura deste instrumento, podendo
ser prorrogado por convenção entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o
foro da comarca de São Paulo para solução de quaisquer ques-
tões que, eventualmente, venham a surgir em decorrência das o-
brigações assumidas no presente convênio.



ESTADO DE SÃO PAULO

E por estarem, assim, de pleno e comum acordo, assinam o presente instrumento em vias datilografadas de idêntico teor, lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam, para todos os efeitos de direito.

São Paulo, em

JORGE DA CUNHA LIMA
Secretário da Cultura

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VII – Carta Síntese do SISEB-SP

SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O que é

O Sistema de Bibliotecas é uma estrutura administrativa que visa transformar, efetivamente, as bibliotecas públicas municipais em centros de informação e convivência da cidade. Ou seja, elas deverão dispor de quaisquer informações que sejam necessárias à população, do estudante ao agricultor. E, ao mesmo tempo, servir de local de encontro para que a comunidade possa informar-se e discutir os problemas que encontra, principalmente no exercício da cidadania. Esse objetivo só poderá ser alcançado pela mobilização municipal e pela colaboração do Estado.

Como se organiza

O Sistema de Bibliotecas organiza-se a partir da formação de uma rede de bibliotecas municipais que se articulam para a colaboração mútua coordenadas e estimuladas pela Secretaria de Estado da Cultura.

Como se efetiva

As bibliotecas públicas municipais poderão participar do Sistema através de assinatura de Convênio entre as prefeituras e a Secretaria da Cultura, cujo objetivo básico é o repasse de um valor mensal destinado à contratação de de um bibliotecário.

Por que o bibliotecário?

A aplicação de recursos em prédios e em acervo não basta para que uma biblioteca funcione. É necessário o trabalho de um profissional habilitado. Sem recursos humanos não se faz cultura.

Requisitos

Para fazer o Convênio é necessário:

1. Ofício ao Sr. Secretário Jorge da Cunha Lima, manifestando interesse no Convênio;
2. Lei da Câmara Municipal autorizando o Executivo a assinar o Convênio;
3. Cópia da Lei Municipal que cria a biblioteca pública da cidade;
4. Cópia da Lei que cria a Comissão Municipal de Biblioteca;
5. Atestado de pleno exercício do prefeito;
6. Atestado de aplicação de 20% na Educação;
7. Atestado do Tribunal de Contas referente ao exercício de 1984.

Outras informações

A partir do ofício (item 1) serão encaminhadas à prefeitura as minutas referentes aos itens 2, 3 e 4, bem como a minuta do Convênio. Para esclarecimentos adicionais, ligue para a Divisão de Bibliotecas: (011)34-5431. Endereço: Rua Líbero Badaró, 39 - 4º andar. 01009 São Paulo SP.

ANEXO VIII – Relatório das Atividades do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

1. INTRODUÇÃO
2. ANÁLISE GERAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS
3. ANÁLISE DE DADOS
4. SISTEMA DE BIBLIOTECAS
5. SERVIÇOS EM ANDAMENTO
6. ATIVIDADES MENSURAIS
7. TOTAL DE SERVIÇOS
8. CONSIDERAÇÕES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
DO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUNHO/85

INDICE

1. INTRODUÇÃO
2. ADMINISTRAÇÃO DOS CONVENIOS E OUTROS ATOS
3. POSTOS DE VENDAS
4. TERREO DA CULTURA
5. CONVÊNIOS EM ANDAMENTO
6. ATIVIDADES MUNICIPAIS
7. TOTAL DE EMPRÉSTIMOS
8. PERSPECTIVAS

1. INTRODUÇÃO

O mês de junho foi marcado pela intensa atividade em torno da intensa reorganização administrativa dos processos referentes ao Convênio com os municípios no âmbito do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

A nova sistemática tem permitido o repasse para as cidades dentro do prazo previsível e desejável, ou seja, na primeira semana de cada mês.

Foi dada sequência aos contatos com as Prefeituras interessadas na assinatura do Convênio, visando informá-las sobre a tramitação necessária. Esses contatos são feitos com representantes dos municípios que, diariamente, procuram a Divisão de Bibliotecas.

Nesta atividade de orientação também podem ser incluídas as viagens e palestras com grupos interessados, incluindo-se às reuniões de trabalho nas cidades de Batatais, Santa Rosa de Viterbo e São Joaquim da Barra.

2. ADMINISTRAÇÃO DOS CONVÊNIOS E OUTROS ATOS

Os processos referentes aos Convênios do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, retornaram à Divisão de Bibliotecas no dia 17 de junho de 1985.

Tal decisão exigiu uma série de providências para que os autos tivessem tramitação normalizada, a saber:

- a) foram solicitados os demonstrativos de pagamento dos bibliotecários que fazem prova nos autos, de que receberam a quantia estipulada pela Secretaria da Cultura;
- b) comunicações por carta ou telefone com as Prefeituras, visando a complementação dos documentos que instruem os processos, como também contatos com os bibliotecários objetivando informá-los sobre os procedimentos legais;
- c) anexação de outros documentos básicos, tais como: certificado dos 20% da receita tributária dos municípios referente ao ano de 1984 aplicados na Educação, atestado do Tribunal de Contas referente ao exercício de 1984 e relatórios de atividades dos bibliotecários.
- d) organização do quadro demonstrativo do andamento processual, como seguem folhas de nºs. 3 a 6.

	RECIBO	REPAYSE
Adolpho		
Aguiar		
Alvares		
Alves		
Amorim		
Anastasiu		
Apparecido		
Araújo		
Araújo		
Atibala		
Azevedo		
Azevedo		
Barbosa		
Bastos		
Batatais		
Bernardino		
Botucatu		
Burilama	X	
Caiaá		
Cajamar		
Cândido Mota	X	X
Cardoso		
Casa Branca	X	X
Catiguá		
Chavantes	X	X
Clementino		
Colinas		
Cordeiro		

MUNICÍPIO	RELATÓRIO	RECIBO	REPASSE
Adamantina	X		
Águas de Santa Bárbara		X	X
Álvaro de Carvalho		X	X
Americana			
Américo Brasiliense	X	X	X
Analândia			
Angatuba		X	X
Aparecida D'Oeste			
Araraquara		X	X
Areiãoópolis		X	X
Atibaia		X	X
Avanhandava			
Avaré	X	X	X
Barbosa			
Bastos			
Batatais		X	X
Bernardino de Campos	X		
Botucatu			
Buritama	X		
Caiuã			
Cajamar			
Cândido Mota	X	X	X
Cardoso			
Casa Branca	X	X	X
Catiguã			
Chavantes	X	X	X
Clementina			
Colina			
Conchas			

MUNICÍPIO	RELATÓRIO	RECIBO	REPASSE
Cordeirópolis	X	X	X
Cosmópolis	X	X	X
Cruzeiro	X	X	X
Descalvado	X	X	X
Dourado			
Echaporã		X	X
Fartura			
Fernandópolis	X	X	X
Guareí			
Ibitinga		X	X
Ibiúna	X	X	X
Iepê			
Igarapava	X	X	X
Indaiatuba	X	X	X
Ipeúna		X	X
Itaberã	X	X	X
Itajobi		X	X
Itapira			X
Itápolis			
Itapui	X	X	X
Itaquaquecetuba			
Itatinga			
Itupeva	X		X
Ituverava	X	X	X
Jales			
Jambeiro			
Jaú		X	X
José Bonifácio		X	X
Juquitiba			
Lençóis Paulista	X	X	X

MUNICÍPIO	RELATÓRIO	RECIBO	REPASSE
Limeira	X	X	X
Lucélia		X	X
Lutécia		X	X
Macaubal			
Manduri			
Matão	X	X	X
Monte Alegre do Sul	X	X	X
Monte Castelo		X	X
Nova Aliança	X		
Óleo	X		
Oriente	X	X	X
Oscar Bressane	X		
Oswaldo Cruz		X	X
Ourinhos		X	X
Pedra Bela			
Pedreira			
Penápolis	X	X	X
Pindamonhangaba		X	X
Pindorama			
Pinhalzinho		X	X
Piquerobi			
Piquete			
Piracaia			
Pirajui	X	X	X
Pirassununga	X	X	X
Platina	X	X	X
Poloni		X	X
Porto Ferreira	X	X	X
Potirendaba		X	X

MUNICÍPIO	RELATÓRIO	RECIBO	REPASSE
Quatã			
Ribeirão do Sul	X	X	X
Ribeirão Pires	X	X	X
Rinópolis			
Rio Claro	X		
Rio das Pedras			
Riolândia	X		
Salto			
Santa Cruz do Rio Pardo			
Santa Gertrudes			
Santa Rosa do Viterbo		X	X
Santo Anastácio			
São Carlos			
São Francisco	X	X	X
São João da Boa Vista			
São Joaquim da Barra	X	X	X
São José do Rio Pardo			
São Manoel			
São Pedro			
São Pedro do Turvo	X	X	X
Socorro	X	X	X
Sumaré	X		X
Tabapuã		X	X
Taguaí			
Taiúva	X		X
Tambaú	X		
Taquaritinga	X		
Torrinha			
Tupã	X	X	X
Urupês			
Vargem Grande do Sul			

3. POSTOS DE VENDAS

A Divisão de Bibliotecas possui dois Postos de Vendas, sendo um na Pinacoteca do Estado e outro no térreo desta Secretaria.

Esses Postos de Vendas tiveram o seguinte movimento:

- Pinacoteca do Estado

Recebeu da Seção de Livraria 335 livros.

Foram vendidos 415 livros no valor total de Cr\$ 561.900,00 (quinhentos e sessenta e um mil e novecentos cruzeiros).

- Térreo da Secretaria da Cultura

Recebeu da Seção de Livraria 300 livros.

Foram vendidos 120 livros, no valor total de Cr\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil cruzeiros).

Existe um trabalho no sentido de obtenção de novos equipamentos de som para melhor atendimento ao público solicitante.

4. TÉRREO DA CULTURA

O Térreo da Cultura teve o seguinte movimento durante o mês de junho:

Houve uma frequência de cerca de 200 pessoas por dia, tanto na parte de vídeo como na parte de consultas de livros, revistas, etc.

Foi realizada uma exposição de painéis de fotografias e folhetos explicativos patrocinada pelo Consulado Geral da Áustria, e outra exposição semelhante sobre a Albânia.

O acervo de vídeo conta com 70 títulos de filmes que já vem sendo emprestados para entidades culturais do interior do Estado de São Paulo.

Aquisição de novos tapes do acervo: Pietro Maria Bardi, Sérgio Prado, Luz Cultural, Jacques Costeau, Metrôpolis, Varela em Cuba, Xingu, Blade Runner, Grupo Pau Brasil + Sinfônica Jovem Municipal, XPTO, Herald do Monte, UBE, Juca Pato.

Existe um trabalho no sentido de obtenção de novos equipamentos de som para melhor atendimento ao público solicitante.

3a. Região Administrativa - Vale do Paraíba

Conveniadas	Em andamento
Cruzeiro	Aparecida
Jamboiro	Jacaraí
Pindamonhangaba	Lavríneas
Piquete	São José dos Campos
	Silveiras

4a. Região Administrativa - Sede Sorocaba

Conveniadas	Em andamento
Aguaí de Santa Bárbara	Anhembi
Angatuba	Arandu
Aratuba	Buri
Avaré	Capão Bonito

5. CONVÊNIO EM ANDAMENTO

Relação das cidades que celebraram convênio e andamento dos processos:

1a. Região Administrativa - Grande São Paulo

Conveniadas	Em andamento
Cajamar	Carapicuíba
Itaquaquetuba	Cotia
Juquitibã	Embu-Guaçu
Ribeirão Pires	Guarulhos
	Mauá
	Mogi das Cruzes
	Osasco
	Vargem Grande Paulista

2a. Região Administrativa - Sede Santos

Conveniadas	Em andamento
	Itanhaém
	Juquiã

3a. Região Administrativa - Vale do Paraíba

Conveniadas	Em andamento
Cruzeiro	Aparecida
Jambeiro	Jacareí
Pindamonhangaba	Lavrinhas
Piquete	São José dos Campos
	Silveiras

4a. Região Administrativa - Sede Sorocaba

Conveniadas	Em andamento
Águas de Santa Bárbara	Anhembi
Angatuba	Arandu
Areiópolis	Buri
Avaré	Capão Bonito

Botucatu
Conchas
Guareῑ
Ibiῑna
Itaberā
Itatinga
Salto
Sāo Manoel

5a. Regiāo Administrativa -

Conveniadas

Americana
Analāndia
Atibaia
Casa Branca
Cordeirōpolis
Cosmōpolis
Indaiatuba
Ipeῑna
Itapira
Itupeva
Limeira
Monte Alegre do Sul
Pedra Bela
Pedreira
Pinhalzinho
Piracaia
Pirassununga
Porto Ferreira
Rio Claro
Rio das Pedras
Santa Gertrudes
Sāo Joāo da Boa Vista
Sāo Josē do Rio Pardo
Sāo Pedro
Socorro
Sumarē
Tambaῑ
Torrinha
Vargem Grande do Sul

Itapetininga
Pardinho
Sāo Roque
Tietē
Votorantim

Sede Campinas

Em andamento

Āguas da Prata
Āguas de Sāo Pedro
Amparo
Artur Nogueira
Bom Jesus dos Perdōes
Bragança Paulista
Brotas
Caconde
Campo Limpo Paulista
Charqueada
Corumbataῑ
Divinolāndia
Espῑrito Santo do Pinhal
Jundiaῑ
Lindōia
Mogi Guaçu
Mogi-Mirim
Mombuca
Monte Mōr
Morungaba
Paulῑnia
Santa Bārbara D'Oeste
Santa Cruz das Palmeiras
Santo Antonio de Posse
Serra Negra

6a. Região Administrativa - Sede Ribeirão Preto

Conveniadas

Batatais
Colina
Igarapava
Itápolis
Ituverava
Santa Rosa de Viterbo
São Joaquim da Barra
Taiúva

Nova Aliança

Pindorama

Poloni

Potirondaba

Pradópolis

7a. Região Administrativa - Sede Bauru

Conveniadas

Itapuí
Jaú
Lençóis Paulista
Pirajuí

8a. Região Administrativa - Sede Bauru

Conveniadas

Avanhandava

Barbosa

Buritana

Clementina

Penápolis

Em andamento

Barretos
Cravinhos
Cristais Paulista
Franca
Jardinópolis
Luiz Antonio
Orlândia
Pradópolis
Restinga
São Simão
Sertãozinho

Olimpia

Osvaldo

Sede Bauru

Em andamento

Santa Fé do Sul

Agudos

Avaí

Bauru

Boracéia

Duartina

Getulina

Guaimbê

Iacanga

Igaraçu do Tietê

Itaju

Júlio Mesquita

Macatuba

Pederneiras

Piratinga

Presidente Alves

Promissão

Reginópolis

Ubirajara

8a. Região Administrativa - Sede São José do Rio Preto

Conveniadas	Em andamento
Aparecida D'Oeste	Catanduva
Cardoso	Guapiaçu
Catiguã	Ibirã
Fernandópolis	Icém
Itajobi	Irapuã
Jales	Marinópolis
José Bonifácio	Meridiano
Macaubal	Mira Estrela
Nova Aliança	Mirassolândia
Pindorama	Nhandeara
Poloni	Nova Luzitânia
Potirendaba	Olimpia
Riolândia	Onda Verde
São Francisco	Palmeira D'Oeste
Tabapuã	Paraíso
Urupês	Santa Fé do Sul
	Santana da Ponte Pensa
	Uchôa
	União Paulista
	Valentim Gentil

9a. Região Administrativa - Sede Araçatuba

Conveniadas	Em andamento
Avanhandava	Birigui
Barbosa	Coroados
Buritama	Gabriel Monteiro
Clementina	General Salgado
Penápolis	Magda
	Pereira Barreto
	Turiúba

10a. Região Administrativa - Sede Presidente Prudente

Conveniadas

Adamantina
Caiuã
Iepê
Lucélia
Monte Castelo
Osvaldo Cruz
Piquerobi
Rinópolis
Santo Anastácio

Em andamento

Dracena
Junqueirópolis
Nova Guataporanga
Presidente Venceslau
Regente Feijó

11a. Região Administrativa - Sede Marília

Conveniadas

Álvaro de Carvalho
Bastos
Bernardino de Campos
Cândido Mota
Chavantes
Echaporã
Fartura
Lutécia
Manduri
Óleo
Oriente
Oscar Bressane
Ourinhos
Platina
Quatã
Ribeirão do Sul
Santa Cruz do Rio Pardo
São Pedro do Turvo
Taguaí
Tupã
Vera Cruz

Em andamento

Cruzália
Garça
Herculândia
Iacri
Ibirarema
Ipaçu
Lupércio
Maracá
Marília
Ocaçu
Paraguaçu Paulista
Queiroz
Quintana
Timburi

12a. Região Administrativa - Sede Araraquara

6. ATIVIDADES MUNICIPAIS

Conveniadas

Em andamento

Américo Brasiliense

Dobrada

Araraquara

Ribeirão Bonito

Descalvado

Rincão

Dourado

Ibitinga

Matão

São Carlos

Taquaritinga

Adamantina

- a) ativação da seção de empréstimos;
- b) convite a diretoras de escolas, centros cívicos e comunidade (divulgação pelo rádio e jornal);
- c) cooperação na atividade "Quarteirão da Biblioteca", em Luísa;
- d) reuniões no anfiteatro com diversas entidades como: Junta de Serviço Militar, ENDA, Bradesco, L.B.A., Promoção Social e FEDEB, etc.;
- e) planejamento de atividades;
- f) compra de jogos para férias;
- g) concurso de quadrilhas (Casa da Cultura);
- h) festividades do aniversário da cidade.

Américo Brasiliense

- a) inscrição de novos leitores e empréstimo de livros;
- b) processamento técnico do acervo e seleção de doações recebidas em campanha para arrecadação de 600 livros;
- c) doação de livros às escolas da região, por não serem de interesse para a biblioteca.

Avare

- a) atendimento normal aos usuários da biblioteca;
- b) permuta de livros e periódicos;
- c) trabalho técnico do material doado;
- d) promoção da biblioteca junto à comunidade e contato com o Conselho Municipal de Cultura para apoio cultural;

6. ATIVIDADES MUNICIPAIS

Os municípios conveniados ao Sistema de Bibliotecas Públicas vêm aumentando continuamente.

O envio de relatórios pelas bibliotecas mostra que a dinamização das mesmas vem se processando de forma efetiva e com a participação de toda a comunidade.

Até o momento recebemos os relatórios das seguintes Bibliotecas Públicas Municipais referentes às atividades desenvolvidas durante o mês de junho:

Adamantina

- a) ativação da seção de empréstimos;
- b) convite a diretores de escolas, centros cívicos e comunidade (divulgação pelo rádio e jornal);
- c) cooperação na atividade "Quarteirão da Biblioteca", em Lucelia;
- d) reuniões no anfiteatro com diversas entidades como: Junta de Serviço Militar, EMDA, Bradesco, L.B.A., Promoção Social e FEBEM, etc.;
- e) planejamento de atividades;
- f) compra de jogos para fêrias;
- g) concurso de quadrilhas (Casa da Cultura);
- h) festividades do aniversário da cidade.

Américo Brasiliense

- a) inscrição de novos leitores e empréstimo de livros;
- b) processamento técnico do acervo e seleção de doações recebidas em campanha para arrecadação de 600 livros;
- c) doação de livros às escolas da região, por não serem de interesse para a biblioteca.

Avaré

- a) atendimento normal aos usuários da biblioteca;
- b) permuta de livros e periódicos;
- c) preparo técnico do material doado;
- d) promoção da biblioteca junto à comunidade e contato com o comércio e indústria para apoio cultural;

- e) início de desenvolvimento do projeto "A história de Avaré através da fotografia";
- f) elaboração do projeto "A hora da criança", que visa desenvolver interesses e aptidões da criança para a leitura e a arte.

Bernardino de Campos

- a) atendimento aos leitores em geral;
- b) empréstimo de livros;
- c) inscrição de 1.922 leitores.

Buritama

- a) inscrição de 757 leitores;
- b) empréstimo de 307 livros.

Cândido Mota

- a) empréstimo de livros e inscrição de novos leitores;
- b) aquisição de livros e periódicos;
- c) "Hora do conto";
- d) mural de datas comemorativas;
- e) confecção de quebra-cabeças, jogos de memória para crianças;
- f) preparação técnica dos livros e cobrança dos atrasados;
- g) reunião com as bibliotecárias de Marília;
- h) cadastramento de artistas da cidade para organização de exposição local.

Casa Branca

- a) aquisição, doação e permuta de livros e periódicos;
- b) registro de periódicos e livros (tombamento);
- c) catalogação e classificação de livros (CDU e Tabela PHA);
- d) estatística de consultas e empréstimos realizados durante o mês;
- e) restauração de livros;
- f) inscrição de novos leitores.

Chavantes

- a) desenvolvimento do projeto "Autor do mês" Renato Pompeu);
- b) passeio com alunos na FAPI (Feira Agropecuária de Ourinhos);
- c) reunião em São Paulo para avaliação do projeto "Autor do mês" e participação do curso de "Animação Cultural de Biblioteca";
- d) exposição sobre a CESP (Usina Xavantes);
- e) palestra: "CESP e suas atividades sócio-econômicas" pelo Gerente Regional da CESP;
- f) participação de reunião mensal das bibliotecárias da 11a. Região Administrativa do Estado, em Marília;
- g) debate e palestra realizada com o projeto "Autor do mês", não obstante a ausência da escritora Dinorath do Valle;
- h) cooperação em festas juninas;
- i) empréstimo de livros e atendimento ao público, com inscrição de novos leitores.

Cordeirópolis

- a) empréstimo de livros e inscrições de novos leitores;
- b) aquisição de livros e periódicos;
- c) comemorações referentes ao 37º aniversário de emancipação político-administrativa do município;
- d) eleição da Rainha da Festa do Peão do Boiadeiro;
- e) terceira Festa do Peão do Boiadeiro;
- f) Primeiro Festival de Motonáutica;
- g) VII Festa da Citricultura;
- h) quermesse para o padroeiro Santo Antonio;
- i) desfile de cavaleiros;
- j) mobralteca (show, cinema, música, biblioteca, artesanato, teatro de bonecos, pintura, televisão).

Cosmópolis

- a) inauguração do Museu do Telefone (Museu Itinerante da TELESP);
- b) II Concurso Literário de Contos de Cosmópolis;
- c) exposição permanente de trabalhos artísticos da região (Projeto "Valorizemos nossos artistas);

- d) cadastramento de artistas;
- e) jornal interescolar "Gente Jovem";
- f) divulgação dos projetos na imprensa local;
- g) reunião na Delegacia de Cultura para avaliação do projeto
- c) "Visita monitorada".
- d) doação de periódicos.

Cruzeiro

- a) registro de novos livros e inscrição de leitores;
- b) I Concurso Municipal de Poesia;
- c) Concurso Nacional de Poesia (promovido pela cidade de Assis, SP) - divulgação;
- d) exposição de pintura;
- e) exposição de artesanato;
- f) concurso de cartazes "Prevenir acidentes é dever de todos".

Descalvado

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) atendimento e inscrição de novos leitores;
- c) compra e permuta de livros e periódicos;
- d) realização de feira de artesanato.

Fernandópolis

Não houve inovação das atividades desenvolvidas pela Biblioteca Municipal durante o mês de junho. São foram desenvolvidas as atividades normais de:

- a) compra de 142 livros;
- b) empréstimo de livros e periódicos.

Ibiúna

- a) catalogação do acervo (1000 livros e 40 periódicos);
- b) atendimento aos leitores;
- c) orçamento de livros e assinatura de periódicos;
- d) concurso de poesias e organização de festas junina e de São Sebastião.

A Biblioteca Municipal dessa cidade encontra-se provisoriamente instalada em uma sala do Centro Social. O prédio está em reforma e brevemente será inaugurada a biblioteca.

Igarapava

- a) empréstimo de livros;
- b) inscrição de novos leitores ;
- c) atendimento normal aos leitores;
- d) doação de periódicos.

Indaiatuba

- a) aquisição de livros e periódicos;
- b) empréstimo de livros e periódicos;
- c) inscrição de novos leitores.

Itaberã

- a) aquisição de 32 livros e a coleção "Grande Manual Globo" (7 volumes);
- b) aquisição de 16 periódicos;
- c) montagem de oficina para confecções de roupas, objetos, etc; utilizados por crianças e adolescentes no projeto "Autor do mês";
- d) criação de grupo de teatro;
- e) projeto "Autor do mês" - continuação do mês anterior;
- f) festas juninas.

Itapuã

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) inscrição de novos leitores;
- c) compra e permuta de periódicos (permuta ~ 359 livros);
- d) carro volante Mobralteca (10 a 11/06);
- e) participação em festas juninas;
- f) brincadeiras e distribuição de quitutes às crianças do Programa AICA.

Itupeva

- a) registro de novos leitores;
- b) programação de concurso de contos para o mês de setembro;
- c) início dos trabalhos de divulgação do referido concurso (cartazes e faixas);
- d) planejamento de exposição de artesanato;

Igarapava

- a) empréstimo de livros;
- b) inscrição de novos leitores ;
- c) atendimento normal aos leitores;
- d) doação de periódicos.

Indaiatuba

- a) aquisição de livros e periódicos;
- b) empréstimo de livros e periódicos;
- c) inscrição de novos leitores.

Itaberã

- a) aquisição de 32 livros e a coleção "Grande Manual Globo" (7 volumes);
- b) aquisição de 16 periódicos;
- c) montagem de oficina para confecções de roupas, objetos, etc; utilizados por crianças e adolescentes no projeto "Autor do mês";
- d) criação de grupo de teatro;
- e) projeto "Autor do mês" -- continuação do mês anterior;
- f) festas juninas.

Itapuã

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) inscrição de novos leitores;
- c) compra e permuta de periódicos (permuta = 359 livros);
- d) carro volante Mobralteca (10 a 11/06;
- e) participação em festas juninas;
- f) brincadeiras e distribuição de quitutes às crianças do Programa AICA.

Itupeva

- a) registro de novos leitores;
- b) programação de concurso de contos para o mês de setembro;
- c) início dos trabalhos de divulgação do referido concurso (cartazes e faixas);
- d) planejamento de exposição de artesanato;

- e) realização da "Manhã de Lazer", na praça da Prefeitura Municipal, com orientação de professores de Educação Física.

Ituverava

- a) inscrição de 19 leitores, empréstimo de 548 livros e 17 discos;
b) aquisição de 58 livros e assinatura dos jornais: A Tribuna, "O Progresso", "Folha de São Paulo" e revista "Visão";
c) projeto "Autor do mês" (Ganymêdes José e Ivan Ângelo);
d) restauração de livros.

Lençóis Paulista

- a) inscrição de 388 leitores;
b) empréstimo de livros e periódicos;
c) aquisição de 76 periódicos;
d) jogos recreativos;
e) carro biblioteca com atendimento de 3848 pessoas.

Limeira

- a) empréstimo de livros e periódicos;
b) inscrição de 154 novos leitores;
c) confecção de arquivo de recortes de jornais e de pastas sobre a cidade;
d) atendimento ao público;
e) aquisição de 40 e permuta de 32 livros, 129 periódicos e 61 permutas.

Matão

- a) empréstimo de livros e periódicos;
b) inscrição de novos leitores e atendimento ao público;
c) permuta de 45 livros e 5 periódicos;
d) festas juninas;
e) festa das nações;
f) participação nas festividades do Ano Internacional da Juventude de Matão.

Nova Aliança

- a) empréstimo de livros;
- b) inscrição de novos leitores;
- c) aquisição de livros;
- d) atendimento e orientação aos leitores.

Oriente

- a) elaboração e divulgação do Boletim Informativo;
- b) Feira de Livros com apoio da Delegacia REgional de Cultura de Marília e Prefeitura Municipal de Oriente;
- c) elaboração de cartazes sobre a I Feira de Livros;
- d) continuidade à atividade "A hora do conto";
- e) contato com a casa da Lavoura e o SESI de Marília para a realização de cursos, projetos: Jornal semanal, mostra de quadros e de confecção de livros pelas crianças;
- f) aquisição de novos livros;
- g) atendimento ao público, empréstimo de livros e registro de novos leitores.

Oscar Bressane

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) inscrição de novos leitores;
- c) aquisição de periódicos;
- d) I Feira do Livro (colaboração da Delegacia Regional da Cultura de Marília);
- e) jornalzinho da biblioteca: informativo nº2;
- f) lançamento da caixinha de sugestões;
- g) contato com a biblioteca de Cândido Mota para empréstimo do livro eletrônico;
- h) jogos com crianças "Guerra dos Sexos";
- i) montagem de objetos de papel com as crianças;
- j) continuação das atividades: orientação nas pesquisas, jogos educativos e construtivos, leitura recreativa, Hora do conto, estatística.

Penāpolis

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) inscrição de novos leitores;
- c) aquisição de 15 livros, permuta e 80 livros e 30 periódicos;
- d) palestra pelo historiador Orentino Martins sobre o Aleijadinho;
- e) apresentação de conjunto musical na biblioteca (conjunto Serenata);
- f) debates sobre obras do "Autor do mês" (Renato Pompeu);

Pirajuí

- a) inscrição de 434 leitores;
- b) empréstimo de livros e periódicos;
- c) aquisição de 13 livros;
- d) atendimento e orientação aos estudantes do município.

Platina

- a) concurso de estorinhas infantis;
- b) redações sobre A cidade de Platina, com escolha da melhor redação;
- c) quadro mural com a participação de crianças;
- d) "Hora do conto" com as crianças da creche - atividade já iniciada anteriormente;
- e) continuidade dos serviços técnicos, registro de livros, empréstimos, inscrição de novos leitores;
- f) reunião com bibliotecários em Marília;
- g) aquisição de 5 livros e permuta de 36 livros e 2 periódicos.

Pirassununga

- a) empréstimo de livros, periódicos e atendimento em geral;
- b) inscrição de 17 novos leitores;
- c) aquisição e permuta de livros;
- d) "Hora do conto";
- e) "Tarde de estudo/ com desenvolvimento do assunto Teatro;
- f) exposição de pintores locais;
- g) campanha do livro: "Doe um livro para sua biblioteca".

Porto Ferreira

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) atendimento ao público e inscrição de 86 novos leitores;
- c) aquisição de 26 livros, doação de 48; compra de 6 periódicos;
- d) compra e doação de jogos educativos para a Brinquedoteca;
- e) "Hora do conto";
- f) "Hora do livro de ilustração".

Ribeirão do Sul

- a) empréstimo de 642 livros;
- b) atendimento a 553 leitores;
- c) permuta de 2 periódicos.

Ribeirão Pires

- a) visitas de assistência às bibliotecas escolares;
- b) levantamento do acervo das bibliotecas ramais escolares;
- c) inauguração da Biblioteca Ramal 001;
- d) reorganização da biblioteca circulante;
- e) serviços de referência, tombamento, seleção, classificação, catalogação, restauração e plastificação de livros;
- f) confecção de cartazes para o acervo de literatura infanto-juvenil

Rio Claro

- a) supervisão da reforma local;
- b) início da transferência do acervo para o local em reforma;
- c) acompanhamento do estudo de projeto para a construção do prédio em que funcionará a Biblioteca Infantil Lenira Fraccaroli;
- d) estudos iniciais do projeto de construção da Biblioteca Zeferina Quilici Tedesco, no bairro de Cervezão;
- e) contatos com a TELESP para a instalação de videotexto, com estudantes de Biblioteconomia da UNESP para estágio-mutirão para montagem de catálogo;
- f) empréstimo de livros e orientação aos leitores;
- g) inscrição de novos leitores

Riolândia

- a) atendimento aos leitores em geral;
- b) empréstimos de livros.

São Francisco

- a) empréstimo de livros;
- b) atendimento ao público e inscrição de 15 novos leitores;
- c) "Hora do conto";
- d) ensaio de quadrilha com crianças de idade pré-escolar;
- e) "Curso de primeiros socorros" ministrado por enfermeira;
- f) Campeonato municipal de truco.

São Joaquim da Barra

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) aquisição de 63 livros e permuta de 56 livros e 19 periódicos;
- c) atendimento de 298 leitores e orientação de pesquisas, com inscrição de 30 novos leitores;
- d) confecção de cartaz sobre Machado de Assis (comemoração do aniversário do escritor);
- e) organização e seleção do acervo do Arquivo Histórico Municipal;
- f) orientação de trabalhos sobre "Festas juninas";
- g) organização de pastas com recortes de jornais para a biblioteca;
- h) organização de conferência e manhã de autógrafos com o escritor Ignácio de Loyola Brandão.

São Pedro do Turvo

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) inscrição de novos leitores;
- c) compra de 27 livros e doação de 1;
- d) doação de 90 periódicos;
- e) Feira do Livro e exposição de litogravuras da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo;
- f) futebol feminino;
- g) cartazes e enfeites para festas juninas;

- h) novo horário de atendimento, às terças e quintas-feiras (período noturno);
- i) registro de novas obras;
- j) valorização de trabalhos feitos pela comunidade local;
- k) elaboração de novos projetos para os próximos meses como: Semana cultural.

Socorro

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) orientação aos leitores;
- c) inscrição de 83 novos leitores;
- d) organização e seleção de recortes de jornais.

Sumaré

- a) empréstimo de livros e periódicos;
- b) inscrição de 23 novos leitores;
- c) aquisição de 5 livros, 4 periódicos e doação de 22 livros e 14 periódicos;
- d) projeto Divulgação Autor Nacional;
- e) campanha de doação de livros e revistas pelos habitantes da cidade;
- f) formação de Banco do Livro para o estudante carente;
- g) venda de jornais e revistas com a finalidade de ampliar o acervo da biblioteca;
- h) planejamento das atividades para os próximos meses.

Taiúva

- a) empréstimo de livros;
- b) atendimento ao público em geral;
- c) inscrição de novos leitores;
- d) permuta de livros.

Tambaú

- a) "Leitura na praça";
- b) teatro de fantoches (peça "O patinho feio");
- c) festas juninas, show com Belchior, feira de artesanato (sem a coordenação da biblioteca);
- d) planejamento de atividades para os próximos meses: "Leitura na praça", "Clube de leitura infantil" e "Teatro").

Taquaritinga

- a) inscrição de leitores;
- b) empréstimo de livros;
- c) atendimento e orientação aos leitores;
- d) processamento técnico dos livros;
- e) elaboração do regulamento do I Concurso do Conto Infantil (a ser realizado em outubro).

Tupã

- a) doação de 8 livros;
- b) doação de 4 periódicos;
- c) atendimento aos leitores em geral.

7. TOTAL DE EMPRESTIMOS

As Bibliotecas Públicas Municipais dos municípios conveniados, de um modo geral, têm colaborado no sentido de dinamização dos trabalhos inerentes às bibliotecas e no empreendimento de no vos projetos culturais.

Alguns municípios ainda não possuem as condições necessárias de infra-estrutura como: pessoal qualificado para o trabalho, local, acervo, etc.

Não obstante isso, pelo levantamento de dados estatísticos, a través de questionários enviados pela Divisão de Bibliotecas, e respondidos pelos bibliotecários, pudemos constatar que hou ve sensível aumento no número de empréstimos de livros e periódicos (22.537 livros e 3.716 periódicos), o que vem comprovar que o Sistema de Bibliotecas Públicas está obtendo êxito.

8.2 Os dois pólos

Numa visão panorâmica é possível distinguir dois grandes blo-
cos de ação no órgão central. Um deles é a Biblioteca centro
do Sistema, esta que deverá ser o modelo técnico, a organiza-
ção que estimulará e sugerirá aos integrantes do conjunto as
infinitas possibilidades de atuação no campo do trabalho in-
formativo. O outro bloco é aquele que operacionaliza o fluxo
entre o órgão central e as bibliotecas integradas, com como
entre elas.

8.2.1 Órgão central técnico

A caracterização do órgão central é aquela que se procura
dar uma biblioteca contemporânea um centro de informação
e documentação, instalada em uma biblioteca regional, com

8. PERSPECTIVAS

8.1 Direções

As bibliotecas públicas municipais não formam uma rede articulada pelo poder central de uma Secretaria. Existem dois planos distintos: o Estado e os Municípios, sendo que aquele não tem nenhum poder decisório sobre estes na esfera das atividades aqui propostas. Ao próprio Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo integram-se as bibliotecas que assim o desejarem. Ou seja, o Estado cria uma organização dentro da qual os participantes, cumprindo determinados deveres têm direito a alguns benefícios. São esses benefícios que devem ser articulados, incrementados para que, inclusive, os próprios deveres tenham um sentido. Por exemplo, é necessário criar estímulos internos e externos para as Comissões Municipais de Bibliotecas, caso contrário elas não existiriam de fato, mas apenas de direito. Cabe, portanto, à Divisão de Bibliotecas, órgão central do Sistema, a organização desses estímulos, além de ações de rotina, normativas. São assim, esse conjunto de bibliotecas poderão articular-se sistematicamente num esforço individual que, em suma, e a repartição e troca de benefícios, com a cobertura da Secretaria de Estado da Cultura e, que, progressivamente, levará ao fortalecimento do conjunto na perspectiva desejável da estrutura irreversível.

8.2 Os dois pólos

Numa visão panorâmica é possível distinguir dois grandes blocos de ação no órgão central. Um deles é a Biblioteca centro do Sistema, essa que deverá ser o modelo técnico, a organização que estimulará e sugerirá aos integrantes do conjunto as infinitas possibilidades de atuação no campo do trabalho informativo. O outro bloco é aquele que operacionaliza o fluxo entre o órgão central e as bibliotecas integradas, bem como entre essas.

8.2.1 O órgão central técnico

A caracterização do órgão central é aquela que se procura dar uma biblioteca contemporânea: um centro de informação e convivência. Tratando-se de uma biblioteca estadual, seu

perfil deverá ampliar-se. Além de atender ao público, deverá ser uma biblioteca depositária e, ainda, especializada em algumas áreas como "São Paulo", "Política cultural" e outras que se fizerem necessárias.

Essa biblioteca central teria setores de seleção e aquisição, processamento técnico, disseminação da informação, e documentação, constituindo-se num corpo com vida própria a serviço não apenas de um Sistema, mas de uma cidade, pois aquilo que poderá fazer pela cidade conta-se entre as possibilidades que as outras bibliotecas poderão fazer pelas suas.

8.2.2 O Sistema

O segundo bloco reuniria os instrumentos capazes de dar a organicidade sistematizadora ao conjunto de bibliotecas. Aí estaria situado o trabalho de reciclagem de bibliotecários como um dos mais importantes, esse que organizará encontros regionais de responsáveis pelas bibliotecas. Todo trabalho de assessoria técnica, em suas mais variadas modalidades, estariam situados nesse bloco, bem como o controle de informações do próprio Sistema, o estímulo à criação do bem cultural e a sua circulação no âmbito das bibliotecas integradas.

8.3 O quadro atual

No momento, a Divisão de Bibliotecas conta com uma assessoria técnica e quatro seções, a saber: Cadastro, Biobibliografia, Documentação e Biblioteca e Livraria. Essas seções não refletem o que foi estabelecido no Decreto nº 22.766 de 9 de outubro de 1984. Dessa forma, procurou-se uma nova articulação para elas, dentro de novos propósitos, ainda que, legalmente, conserva-se a estrutura arcaica. Assim, foi formado um bloco denominado "Biblioteca", um segundo englobando atividades relativas aos Convênios, um terceiro englobando os programas de animação cultural e um quarto responsável pelas atividades administrativas da Divisão.

8.3.1 Pessoal

É o seguinte o quadro de funcionários da Divisão de Bibliotecas:

Bloco "Biblioteca" (a Biblioteca, a Seção de Livraria e o Térreo da Cultura)

Keiko (Bibliotecária)
Cecy (Bibliotecária)
Lourdes (Bibliotecária)
Márcia (Bibliotecária)
José Roberto (Bibliotecário)
Hylga (Bibliotecária-Chefe)
Marta (Professor I)
Heloísa (Professor III)
César (Bilheteiro)
Geraldo (Coordenador do Térreo)
Laurinda (Servente)
Magali (Servente)
Carlos (Estagiário)
Isaura (Estagiária)
Francisco Paulo (Jardineiro)
Eugênio (Almoxarife)

Bloco "Convênios"

Regina (Bibliotecária-Chefe)
Corina (Escriturária)

Bloco "Animação Cultural"

Pedro (Coordenador de Animação Cultural)
Heidi (Estagiária)
Marilúcia (Estagiária)
Solange (Estagiária)

Bloco "Administração"

Alaíde (Bibliotecária)
Ângela (Escrivão de polícia)
Anésia (Atendente)
Zilda (Servente)

8.3.2 Espaço

A Divisão de Bibliotecas, no quarto andar, dispõe da sala da Biblioteca e de três compartimentos de trabalho. Conta ainda com quatro salas, sendo duas para a Diretoria e secretaria, uma para depósito e almoxarifado e a outra para a animação cultural.

No Teatro Mazzaroppi ocupa um espaço para depósito de livros.

No térreo tem instalado os equipamentos que formam o Térreo da Cultura.

8.3.3 Relação espaço & pessoal & equipamentos

Sem buscar uma visão de perspectiva que permite estabelecer os projetos em gestação e alguns em seu início, pretende-se aqui relacionar alguns pontos a serem considerados para a efetiva implantação do Sistema de Bibliotecas.

Primeiramente, no espaço reservado ao acervo da Biblioteca, não há mais possibilidade de anexar novos livros e revistas e, menos ainda, mesas e cadeiras. Ela já excedeu os limites mais precários para o funcionamento.

Em relação ao pessoal, não há espaço suficiente e nem mesas e cadeiras para que se instalem para o trabalho. Disso resultam adaptações e improvisos para que os serviços não sejam prejudicados.

O mesmo acontece em relação às máquinas de escrever e telefone (linhas externas).

8.4 Realizações e projetos em andamento

Além das atividades explicitadas neste Relatório, alguns de extrema importância para o Sistema estão em andamento.

8.4.1 Ampliação dos Postos de Vendas

No momento, a Secretaria de Estado da Cultura conta dois postos de vendas: um no térreo da sede e outro na Pinacote

ca. O objetivo da Divisão de Bibliotecas é implantar até o final de 1985 mais vinte postos em bibliotecas municipais. Além de livros, seriam vendidos discos e distribuídos à população material informativo da SEC. Dentro do fluxograma planejado, prevê-se a dinamização da compra e venda de livros, com a circulação rápida do produto produzido ou adquirido.

A organização dos postos de vendas exigirá um mínimo de cinco funcionários para empacotamento e controle de estoque: um bibliotecário, dois escriturários e três empacotadores.

8.4.2 Aquisição e processos técnicos centralizados

Um dos desvios da profissão de bibliotecário é a excessiva concentração em trabalhos técnicos. Isso impede que o profissional direcione as suas atividades para o atendimento do público. Dessa forma, está sendo articulado um esquema que permitirá encaminhar às bibliotecas conveniadas as fichas catalográficas dos livros adquiridos. E ao mesmo tempo, facilitará o processo de aquisição. Como se sabe, as bibliotecas do interior têm dificuldades para ampliar o seu acervo, pois é complexo o acesso às editoras. Mesmo em relação às livrarias, existem obstáculos. Como prática mais comum restam três opções: a biblioteca adquire de vendedores ocasionais, geralmente no esquema de promoções de venda, resultando daí preço alto e, nem sempre a compra desejável; em segundo lugar, a aquisição em livrarias a partir de listas prévias, o que, nem sempre, dá bons resultados: os preços nas livrarias são mais altos e as obras disponíveis não atendem ao pedido. O terceiro caminho é o mais comum: nada adquirir.

A proposta da Divisão de Bibliotecas é enviar, mensalmente, uma lista de livros com as referências e um pequeno resumo de cada obra. A Comissão Municipal de Biblioteca seleciona o material desejado e envia o pedido à Divisão de Bibliotecas. Esta, organiza o fluxo de solicitações para as editoras, que enviam as obras pelo Reembolso Postal. As editoras para participarem dessa operação devem se comprometer a dar um desconto de 30% para as bibliotecas e não acrescentar despesas de remessa. Um contato inicial com editores mos

trou a viabilidade desse procedimento.

A Divisão de Bibliotecas, além de propiciar essa disseminação que permitirá às bibliotecas ter facilitado o acesso ao produto editorial, complementar o esquema, enviando às bibliotecas o jogo de fichas catalográficas de cada obra adquirida.

Para a realização dessa atividade serão necessários a aquisição de equipamento Xerox (modelo especial para a cópia de fichas) ou, preferencialmente, o uso do mini-computador.

Em termos de pessoal, serão necessários os seguintes profissionais:

- 5 bibliotecários (para classificação e catalogação)
- 5 resumidores
- 5 datilógrafos
- 5 escriturários

para dar o atendimento às 120 bibliotecas conveniadas.

8.5 Outros

Tanto ao nível da informação registrada quanto ao da animação cultural, novos projetos estão em andamento; aguardando definições em termos das condições objetivas essenciais à sua concretização.

8.6 Medidas urgentes

A Divisão de Bibliotecas necessita de um administrador para garantir os trâmites da rotina administrativa. Duas bibliotecárias estão, improvisadamente, sustentando esse tipo de atividade que, não sendo especialidade delas, é realizado de maneira provisória, não sistemática e fragmentada, além de desfalcado o quadro técnico. A Divisão de Bibliotecas, apesar de suas amplas responsabilidades a partir do Decreto que criou o Sistema de Bibliotecas não dispõe de um único administrador.

Outra medida a ser adotada é a relativa ao espaço físico. A Biblioteca está com a sua potencialidade reprimida em face do

do espaço. Não há possibilidade de anexação de novos livros e na área reservada ao pessoal não há condições de anexação de pessoal.

A solicitação da Divisão de Bibliotecas, nesse sentido, é a ocupação integral do quarto andar, o que permitiria o crescimento normal nos próximos doze meses, tanto em relação ao a cervo, quanto em relação ao pessoal.

ANEXO IX – Folheto Centro de Informação e Convivência

BIBLIOTECAS PÚBLICAS PAULISTAS

CINC

CENTRO DE INFORMAÇÃO E CONVIVÊNCIA

0

Nº

DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES REGIONAIS DA CULTURA

BIBLIOTECAS / CENTROS DE CULTURA

*UM PROJETO CONCISO DE AÇÃO CULTURAL PARA
O ESTADO DE SÃO PAULO*

BIBLIOTECA POPULAR

O projeto referente às bibliotecas públicas, agora vistas como centros de informação e convivência, vem sendo delineado e detalhado desde a formação dos primeiros grupos de estudo que precederam as eleições de 82. Ele, seguindo a proposta básica desses grupos, e na direção dada pelo Governo de Franco Montoro fundamenta-se na exigência social de criar uma nova estrutura para gerar um novo produto. Sabemos que a Cultura é realizada a partir da pessoa, mas isso deve estar embasado por uma organização. Tivemos, por vários anos, eventos rápidos de faturamento rápido e de rápido esquecimento, ainda que altos custos. Hoje, pensamos, antes de tudo, numa estrutura que possa dar suporte aos eventos, à circulação de informação e, fundamental, à criação. Teremos oficinas para desenvolver a criatividade e gerar novos dados, mas pretendemos que isso se multiplique através de uma rede vital de trabalho. Não forneceremos luz, mas construiremos usinas, sempre com o apoio da população e com ela. A atividade cultural sendo direcionada pelo paternalismo, deixa de ser criadora e passa a castrar. Ou a criar expectadores passivos. Por isso, essa interferência nossa na estrutura visa, essencialmente, criar as condições para viabilizar o projeto que permitirá as transformações pretendidas.

Assim, as 450 bibliotecas públicas e municipais do interior paulista passam a ser chamadas para um novo papel, uma nova função: ser, de fato, um espaço informativo que atenda a população em suas necessidades de estar informada. Com isso daremos um passo em busca da democratização da informação. Por outro lado, esses espaços devem oferecer possibilidades de criação. Com isso, as bibliotecas, mais que públicas, serão populares.

Jorge Cunha Lima
Secretário Extraordinário da Cultura

A BIBLIOTECA NECESSÁRIA

Em 1981 foram iniciados os estudos para uma política cultural, incluindo aí, como elemento destacado, a biblioteca. Esta, indo além do evento, é um fato. Em centenas de municípios sem teatro, sem cinema, sem museu, resta a biblioteca como um espaço, quase sempre um pobre espaço, onde se realizam as atividades mais próximas daquilo que entendemos por cultura.

Os estudos desenvolvidos levaram ao projeto do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo. A minuta do decreto de criação desse Sistema tramita pela Secretaria de Estado da Cultura, devendo, num prazo, que esperamos breve, receber a aprovação competente.

Além das idéias sucintamente expostas no texto preparado em 1982, novas foram acrescentadas. Visitando dezenas de bibliotecas, discutindo com prefeitos, vereadores, professores e outros agentes culturais dos Municípios, pude ver com maior clareza a situação das bibliotecas e as necessidades do público. Pude constatar, também, que as estatísticas nem sempre refletem a realidade. A perspectiva de quem está na Capital, emparedado pela administração e pelas burocracias não descartáveis, é distorcida. É no contato direto com a biblioteca e com a população que se descobre que ela pode ter outras funções.

Assim é que se está fortalecendo a idéia de biblioteca como centro de informação popular. Além das funções habituais, como atender aos estudantes que fazem pesquisa e emprestar livros para lazer, ela poderá transformar-se num espaço vivo onde qualquer cidadão poderá encontrar orientação, quer de ordem intelectual, quer de ordem prática. Nesse sentido, a biblioteca poderá fornecer informações como um serviço de utilidade pública: Dados referentes ao uso de bens públicos, procedimentos para a obtenção de documentos, informações sobre empregos no local, etc.

Essas idéias transformam a biblioteca num bem não apenas preservável, mas que exige ampliação e melhoria constantes de serviços. Assim, a biblioteca será um benefício efetivo para a população e, como tal, necessária.

LUIS MILANESI
Diretor da Divisão de Bibliotecas

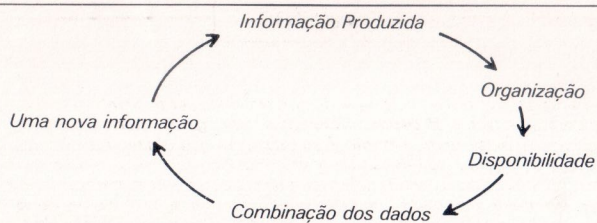
1. PRINCÍPIOS

Este projeto parte do princípio de que toda ação cultural deve ser transformadora e de que os avanços deverão ser irreversíveis. Portanto, temos os investimentos culturais abrindo espaços que possibilitem a continuidade de movimento. Isso quer dizer que um projeto cultural, hoje, deve ser estruturado de tal forma que possa ser entendido como uma plataforma para novos avanços. O que se objetiva é a formação de bases sólidas e não investimentos eventuais que não deixam marca. De uma forma geral a política da cultura resume-se à partilha de verbas para grupos e eventos. A meta deste projeto prevê a construção de uma estrutura sólida, geradora de benefícios comuns.

*Ao lado disso, outras diretrizes norteiam este projeto: a participação da comunidade nas decisões, permitindo que a ação cultural seja **da** coletividade e não **para** a coletividade. E, em consequência, que sejam descentralizadas as decisões.*

2. INFORMAÇÃO

A liberdade de acesso à informação é uma das condições básicas para o exercício do pensamento criador. Não haverá desenvolvimento científico e artístico sem que os indivíduos possam chegar aos dados registrados. A forma de combinar esses dados, o jogo dialético que se estabelece, são os elementos para a invenção. Portanto, estabelece-se o seguinte círculo:



Este esquema sugere que a idéia de círculo seja substituído pela espiral.

2.1. A Informação produzida

A produção informativa, calcula-se, dobra a cada doze anos. São livros, revistas, filmes, discos e outros aparatos lançados, chegando tanto a um intelectual quanto a um analfabeto. A indústria da cultura ampliou as possibilidades de transferência de informação; o rádio quebrou a barreira do analfabetismo. Desde esse momento a biblioteca deixou de ser literária e abriu-se para todo tipo de informação.

2.2. A Organização da Informação

A resposta para o que se chama "crise da informação" é o aperfeiçoamento das técnicas que objetivam organizar as informações permitindo colocá-las a serviço do público. Os bibliotecários têm desenvolvido essas técnicas que vão de um rústico catálogo ao processamento de dados.

2.3. A Disponibilidade da Informação

Todas as técnicas referentes à organização da informação destinam-se a facilitar o acesso aos dados visados com a maior rapidez e precisão. Isso é pertinente ao escolar que pesquisa, ao cientista ou a qualquer indivíduo que busca informação. O fundamental é a possibilidade de acesso aos dados.

2.4. A Utilização da Informação

Ao nível da biblioteca, selecionar e organizar um acervo é um dos item básicos; para o usuário, ao utilizar um serviço de informação, importa a facilidade de acesso. Um determinado pro-

blema oferece várias respostas. Cabe ao usuário da informação selecioná-las, combiná-las e ter uma resposta que o satisfaça. A história do pensamento é cumulativa um pensamento novo não elimina os anteriores. Portanto, o conjunto de informações, formando um acervo cultural, é um repositório do pensamento humano e aí os indivíduos buscam as suas respostas.

2.5. A Criação da Informação — A Informação para a Criação

Juntar dados e reproduzi-los pode ser um gesto brilhante, mas pouco criativo. A criação só pode ser desenvolvida a partir da combinação de informações quer pelo conflito, quer pelo reforço: tonal/atonal, abstrato/figurativo, capitalismo/socialismo; estruturalismo/funcionalismo, Fellini/Buñuel, etc. Portanto, ter acesso, sem restrições, ao evento cultural é o primeiro passo para buscar as novas formas de pensar, de agir, de ser. Se não houver criação, haverá apenas reprodução. A indústria cultural, engendrada no interior do capitalismo, pelo consumo fácil da informação leva à reprodução de valores, de formas, de modas. A análise crítica dela poderá ser feita a partir do acesso a um acervo cultural (que atualmente é restrito à quase totalidade do público). Esse acervo cultural é a biblioteca nessa nova concepção. A biblioteca, assim, é uma alternativa à indústria cultural.

3. MODALIDADES

3.1. A Escrita

Desde a escrita cuneiforme nas tábuas de argila, o registro do pensamento humano passou a ser organizado. Os primórdios da escrita foram, ao que tudo indica, o início da biblioteca ou seja, da organização da informação de acordo com as necessidades do meio. As coleções de papíros, a Biblioteca de Alexandria, os manuscritos medievais, as bibliotecas com os livros acorrentados e finalmente os livros impressos a partir do século XVI marcam significativos momentos da história da civilização. Hoje a escrita continua sendo a forma mais utilizada para o registro do pensamento: livros, revistas, jornais formam a parte mais ampla na veiculação do pensamento. Calcula-se que as universidades do mundo produzem anualmente de 15 a 20 milhões de páginas impressas. No Brasil, apesar da sua relativa precariedade editorial, temos uma produção acima da capacidade de aquisição das bibliotecas públicas.

3.2. O Som

O desenvolvimento tecnológico permitiu o registro da fala, da música ou quaisquer sons em discos ou fitas. Tal fato abriu possibilidade de organizar-se um novo acervo onde o registro sonoro funciona como registro documental artístico, histórico e didático.

3.3. O Visual

A imagem, normalmente acompanhada pelo som, forma aquilo que é identificado como audiovisual. O filme, e mais recentemente o vídeo, são modalidades informativas progressivamente usadas como registro histórico, didático e artístico.

3.4. A Informação não Registrada

A informação reproduzida (livro, disco, filme) é usual nas bibliotecas, principalmente as obras impressas. Modernamente abre-se uma nova possibilidade para as bibliotecas: a informação viva, ou seja, a conferência, o recital, a encenação, a exposição, etc.

Em suma, a biblioteca é um espaço de informação dentro do qual o público dialoga com a produção do pensamento. Ou seja, há a relação dialógica entre o usuário e os estímulos informativos circundantes, o que propicia ao usuário criar. Essa relação é intermediada pelo profissional bibliotecário quer pela estrutura que organizou ou pela própria intervenção num dado momento.

4. O ESPAÇO

Se o espaço não for adequado à relação público/informação, provavelmente ela não acontecerá. A isso se deve ser acrescentado que alguns tipos de suportes de informação exigem um determinado aparato sem o qual ela não se realiza. Em outras palavras, sem equipamento de reprodução sonora pouco valerá um acervo discográfico.

4.1. Espaço para Ler e Escrever

O espaço para ler e escrever é o espaço tradicional da Biblioteca. Ela continua sendo prioritário uma vez que as exigências do ensino formal estão direcionadas para a leitura e a escrita. No entanto, isso não esgota a função da biblioteca. Ela deve abrir espaços que possibilitem discussões em grupo e a participação de bibliotecários no processo da descoberta das informações.

4.2. Espaço para Ouvir

Nesse item seriam englobados os espaços adequados às condições, individual e coletiva, exigindo o aparato tecnológico necessário. A audição coletiva faz supor a existência de um ambiente propício: área com boas condições acústicas.

4.3. Espaço para Ver

Excluído o vídeo que pode ser utilizado em espaço menor, os recursos visuais pedem salas amplas para a exibição de filmes, projeção de diapositivos e mesmo apresentação coletiva de vídeo.

4.7. Espaço para Fazer

A biblioteca não pode ser apenas o local onde está depositado o acervo cultural para uso público. Ela, para ser eficiente enquanto elemento que organiza a informação, exige determinados requisitos que a coloquem com ambiente do fazer criativo. Se a biblioteca dispõe de sala para conferências (como progressivamente vem ocorrendo em todas as partes), essa sala pode ser utilizada para exibição de filmes, encenações, cursos, exposições, local de ensaios.

5. O QUE EXISTE

Especialmente em termos de bibliotecas, mesmo do ponto de vista tradicional, o Estado de São Paulo mostra deficiências que comprometem todo um projeto de educação formal e de circulação de informação. Os alunos são introduzidos numa prática de pesquisa que prescinde de leitura, prevalecendo a cópia de verbetes enciclopédicos, cópia, inclusive, eletrostática. Ao lado disso, a leitura como prazer e lazer encontrou no rádio e na TV um concorrente, alterando-se a sua função. Hoje, em São Paulo, é rara a biblioteca escolar e as bibliotecas públicas nos municípios quase sempre não vão além de um depósito de livros (geralmente velhos e inadequados) para empréstimo aos alunos carentes. Em termos físicos a própria rede escolar não dispõe de espaço para bibliotecas; como se o ensino fosse, de fato, pré-gutenbergiano. Mesmo se, nesse momento, quiséssemos organizar uma rede de bibliotecas escolares, isso seria extremamente dificultoso, pelo simples fato de inexistir na quase totalidade das construções escolares um espaço adequado para abrigar um acervo e leitores. Em termos de município as dificuldades

são semelhantes. As bibliotecas municipais são quase sempre uma sala (algumas vezes fechadas) com algumas centenas de livros. Não há bibliotecário nem mesmo funcionário treinado. Em vista dos baixos salários, a mão-de-obra é precária. Falta também qualquer forma de planejamento integrado.

6. O QUE DEVERÁ EXISTIR

Em primeiro lugar devem ser lembrados alguns princípios:

1. Organizar uma estrutura irreversível;
2. Ação a partir das bases;
3. Descentralização.

A proposta fundamental é estabelecer, em colaboração com os municípios, uma infra-estrutura que permita o fluxo de informações em todos os sentidos, tanto do público para o acervo, quanto do acervo para o público, bem como entre públicos e acervos distintos. Todo esse fluxo será presidido pelo bibliotecário que não mais terá a função de guarda-livros ou bancário, mas sim de animador cultural.

6.1. A Ação da Coletividade

Cada município do Estado deverá ter uma ou mais bibliotecas funcionando efetivamente como um centro de cultura. O conjunto dessas bibliotecas formará um todo orgânico. Essa organicidade será dada pela colaboração entre as bibliotecas, os municípios e o público.

6.2. A Atuação da Biblioteca

De acordo com o desejo da coletividade expresso por órgão representativo (vide item 6.6.) a biblioteca terá as suas prioridades de atuação: acervo (livros, jornais, discos...), promoções (conferências, recitais, exposições...) ou o que a coletividade determinar.

6.3. O Espaço Físico

O problema do espaço físico será decidido também pela coletividade. Deve ser ressaltado que as

idades dispõem de espaços sub-utilizados ou mesmo não utilizados e que deveriam integrar-se num projeto de revitalização cultural. No entanto, devem ser afastadas duas idéias correntes:

- 1. que as atividades culturais podem ser desenvolvidas em qualquer ambiente;*
- 2. que os municípios já dispõem de espaços suficientes.*

Em parte das cidades, de fato, existe uma infraestrutura, em outras não. De qualquer forma, se as caixas econômicas têm prédios próprios quase sempre imponentes, se os bancos estatais mostram funcionalidade e luxo, se os fóruns são construções adequadas aos seus fins, por que as bibliotecas enquanto centro de cultura são confinadas a espaços exíguos e impróprios? Num governo popular as iniciativas da população, o seu ponto de encontro deve ser adequado, enquanto construção física, aos seus objetivos. Portanto, que as cidades decidam sobre a relação oferta/demanda/espço. Em caso da necessidade de construir um espaço e definir um ambiente, cabe também à população fazer opções com a participação de um arquiteto/animador cultural.

6.4. Manutenção

A biblioteca/centro de cultura deverá ser mantida tanto pelos recursos públicos quanto pelo particular. Ao governo do Estado caberá despender recursos dentro de critérios a serem estabelecidos.

6.5 Formas de Organização

6.5.1. Decisões Locais

Cada localidade deverá ter um conselho de cultura formado por representantes de setores da coletividade: representantes das escolas e faculdades, da prefeitura, das associações culturais e recreativas, etc. Esse conselho municipal poderá ser organizado formalmente e aprovado pela Câmara Municipal. O bibliotecário/animador cultural deverá fazer parte do Conselho Municipal. Inicialmente deverá existir um bibliotecário em cada região administrativa para coordenar tal atividade. Posteriormente, com a participação dos municípios, cada cidade deverá ter, pelo menos, um bibliotecário.

6.5.2. A Biblioteca

O acervo, notadamente o bibliográfico, deverá ser a parte mais substancial do centro de cultura. A memória cultural, inclusive aquela de interesse específico da cidade como jornais antigos, fotos e outros documentos, deverá estar organizada de forma a atender à demanda daquela população.

O fato de existirem centenas de bibliotecas públicas no Estado, sugere, em ganhos operacionais e de recursos humanos e financeiros, que haja uma coordenação dessa rede. Em primeiro lugar, todo o processamento técnico de livros deverá ser feito em uma única biblioteca, bem como a aquisição.

6.5.2.1. Seleção e aquisição do acervo

Mensalmente será enviado às bibliotecas listas de livros novos e os seus preços. A coletividade, com a ajuda do Conselho de Cultura, escolherá as obras. Se houver interesse por obras antigas, a solicitação delas também deverá ser encaminhada. Estes livros serão adquiridos, processados e remetidos. Tanto as solicitações como o atendimento, serão feitos pelas bibliotecas das regionais. Esse processo poderá ser adotado para quaisquer documentos.

6.5.2.2 Empréstimos de Informações

Além dos empréstimos normais de uma biblioteca, a rede de bibliotecas poderá permitir e facilitar o empréstimo entre bibliotecas. A necessidade de um livro, uma revista, uma partitura, etc., indicada por um leitor em qualquer cidade com biblioteca integrada poderá ser satisfeita se quaisquer das bibliotecas da rede tiver esse documento. Isso significa que deverá existir um catálogo do acervo paulista.

6.5.2.3. Circulação e intercâmbio de eventos

Da mesma forma que os documentos podem, de acordo com as necessidades, ser intercambiados, inclusive os eventos. Uma exposição organizada pela Secretaria da Cultura poderá circular por todas as cidades interessadas, da mesma forma que um evento organizado por qualquer cidade poderá visitar todas. Todo esse trabalho de articulação seria de competência das regiões administrativas.

6.6. Pessoal

Uma das condições para um trabalho irreversível é a criação de uma estrutura que possa gerar uma renovada mentalidade. Essa estrutura deverá comportar uma equipe de profissionais. Para organizar a rede de bibliotecas e, para trabalhar em cada biblioteca pública paulista: bibliotecários com respectivos quadros criados na Secretaria. De início, seriam admitidos bibliotecários para as regiões administrativas. Eles seriam responsáveis pelos municípios da área, atuando em cada cidade como animadores culturais e estimulando a criação de Biblioteca/Centros Culturais Municipais. Progressivamente as cidades terão os seus bibliotecários. Enquanto isso não acontece, os bibliotecários responsáveis pelas regiões treinarão funcionários para, provisoriamente, responder pelo atendimento nas bibliotecas.

6.7 Relação com a Escola Oficial

As fronteiras entre Educação e Cultura são tênues. Isso leva à exigência de articular-se uma ação conjunta entre a Escola e a Biblioteca. A maioria das cidades paulistas não comportam simultaneamente bibliotecas nas escolas e bibliotecas públicas. Portanto, uma atividade comum deverá ser organizada.

6.8. Relação com Projetos Específicos

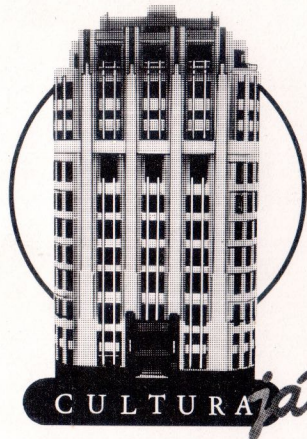
A articulação progressiva dessa rede de bibliotecas/Centros Culturais, permitirá o desenvolvimento de projetos específicos de várias modalidades. Um projeto de desenvolvimento de bandas, coros, grupos teatrais, etc., encontraria toda uma infraestrutura para o seu desenvolvimento nessa rede. Um esquema de informações para essa rede poderia ser desenvolvido através de uma publicação periódica que circularia entre as bibliotecas. A TV Cultura levaria para os municípios uma programação de apoio, reforçando a malha cultural constituída pela ação em cada município.

INFORMES

Um dos objetivos desta publicação é proporcionar aos bibliotecários ou responsáveis pelas bibliotecas uma troca de experiências. Por isso, colocamos esta publicação à disposição das cidades para que façam um relato de suas atividades, principalmente daquelas que, eventualmente, possam servir de modelo para motivação para as outras bibliotecas.

INFORMES

Solicitamos a atenção dos responsáveis pelas bibliotecas para determinadas modalidades de aquisição de obras. Empresa ou empresas fazem campanhas nos municípios, objetivando a compra de livros. Essas campanhas nem sempre atendem aos interesses do público e, principalmente, das finanças públicas. Em caso de dúvida, pedimos que esta divisão seja consultada.



GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

ANEXO X – Roteiro Exposição Itinerante – Cenas do teatro no Brasil

1. Exposições itinerantes:

As características das exposições itinerantes indicam as bibliotecas como as instituições mais apropriadas para organizá-las. Elas são um esforço para destacar um assunto utilizando-se de todas as possibilidades, ultrapassando os limites físicos de um espaço, para chegar a um ambiente vivo, onde o leitor encontra um ambiente de um assunto e, segundo de acordo com as possibilidades, o fundamental é que a cidade possa ver, ler e ouvir para poder pensar e discutir.

As exposições itinerantes são realizadas sob condições favoráveis e organizadas por equipes, sendo importante que haja cooperação regional para dividir os custos e aumentar os benefícios.

2. Exposição: CENAS DO TEATRO NO BRASIL

"A exposição retrata o percurso da história do teatro feito no Brasil, desde os primórdios até a atualidade, através de temas de suas cenas mais significativas. São quase cinco séculos de teatro revisitados por textos explicativos que tem por objetivo introduzir o público à própria história da nação brasileira."

Partindo do Roteiro: Berenice Raulino, feita por Anchieta, a exposição avançou por movimentos como os realizados pelo Teatro de Arena e Teatro Oficina, até atingir manifestações mais recentes como o teatro de Saulo Vilela, apontando caminhos estéticos que forjaram o nosso teatro."

(BR)

3. Autores

Roteiro e texto: Berenice Raulino

BERENICE RAULINO é formada em Teatro pela Faculdade de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Lecionou na Casa e no Sesi e atualmente é professora de "História do teatro brasileiro" e "Literatura dramática" no Teatro Escola Célia Helena.

Projeto gráfico: Iânia Barcelos

1. Exposições itinerantes

As características das exposições itinerantes indicam as bibliotecas como as instituições mais apropriadas para organizá-las. Elas são um esforço para destacar um assunto utilizando-se de todas as possibilidades informacionais. Assim, ultrapassando uma simples mostra de painéis, procura-se chegar a um ambiente com várias modalidades de mostrar e discutir o assunto. Esse livro-ambiente ou a ambientação de um assunto é flexível, sempre de acordo com as possibilidades locais. O fundamental é que a cidade possa ver, ler e ouvir para poder pensar e discutir.

As exposições itineram por regiões, cabendo aos municípios transportá-las e organizar as atividades. É importante que haja cooperação regional para dividir os custos e aumentar os benefícios.

6. Local

2. Exposição: CENAS DO TEATRO NO BRASIL

A mostra deverá ser organizada em espaços culturais. Não sendo possível, a exposição refaz o percurso da história do teatro feito no Brasil, desde os primórdios até a atualidade, através de algumas de suas cenas mais significativas. São quase cinco séculos de teatro

revisitados por meio de imagens documentais e breves textos explicativos que têm por objetivo introduzir o público nessa atividade artística que se mescla à própria história da nação brasileira. Partindo do teatro de catequese religiosa feito por Anchieta, a exposição avança por movimentos como os realizados pelo Teatro de Arena e Teatro Oficina, até atingir manifestações mais recentes como o teatro de Gabriel Villela, apontando caminhos estéticos que forjaram o nosso teatro."

8.1. Áudio (uma fita cassete, 30 min)

(BR)

com vários intérpretes da Jovem Guarda e MPB

3. Autores (uma fita VHS)

A aventura do teatro paulista - fase brasileira do TBC
Roteiro e texto: Berenice Raulino
Direção de Júlio Lerner
SB - Depoimentos de atores, diretores, dramaturgos e técnicos sobre BERENICE e RAULINO é formada em Teatro pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Lecionou na Faap e no Sesi e atualmente é professora de "História do teatro brasileiro" e "Literatura dramática" no Teatro Escola Célia Helena.

As atividades paralelas são fatores fundamentais para o Projeto gráfico: Tânia Marcondes indicamos algumas sugestões. Outras idéias poderão ser implementadas pela Cidade

9.1. Palestra

Durante a exposição poderão ser realizados uma palestra, um ciclo de palestras ou painel sobre o tema

4. Características físicas

- _ Número de painéis: 20
- _ Dimensões: 100cm X 80cm X 3cm
- _ Portantes: 5 painéis de madeira compensada protegidos por plásticos
- _ Embalagem: duas caixas de madeira (105cm x 90cm x 50cm) com proteção de plástico polibolha
- _ Peso aproximado de cada caixa: 80 quilos

4.2. Filmes

5. Público alvo

Poderá ser exibido em ciclo de filmes, respeitando-se sempre Estudantes a partir do 2º grau e público adulto.

Album de família (filme) Direção de Braz Chediak, Brasil, 1971, 9 min. Família revolta pouco a pouco as taras que a devoram por dentro. Adaptação de peça de Nelson Rodrigues.

6. Local

A mostra deverá ser organizada em espaços culturais. Não sendo possível, recomenda-se local de fácil acesso público e que seja propício ao caráter do assunto: paga quatro marginais para estururá-la e depois se faz de inocente. Baseado na peça de Nelson Rodrigues.

7. Inauguração

Dona Xepa (filme) Direção de Darcy Evangelista, Brasil, 1959, 87 min. A abertura da mostra é uma oportunidade de ressaltar a importância da Cultura. Por isso, é preciso reunir autoridades municipais e público. Convites especiais deverão ser expedidos e, se possível e conveniente, oferecido um coquetel.

Esse não é um black-tie (filme) Direção de Leon Hirszman, Brasil, 1981, 127 min. Adaptação da peça de Gianfranceschi.

8. Complementos

8.1. Áudio (uma fita cassete, 60 min)

Ag vários intérpretes da Jovem Guarda e MPB, 1990, 125 min. Príncipe herdeiro da Dinamarca vive obcecado com a idéia

8.2. Vídeo (uma fita VHS)

A aventura do teatro paulista - fase brasileira do TBC (documentário) Produção da TV Cultura, direção de Júlio Lerner, 58 min. Depoimentos de atores, diretores, dramaturgos e técnicos sobre a trajetória do teatro paulista.

9. Atividades paralelas

En Verona (filme) Direção de Franco Zeffirelli, Itália, 1968, 115 min. Em Verona, dois adolescentes se apaixonam como As atividades paralelas são fatores fundamentais para o sucesso de uma exposição. Aqui indicamos algumas sugestões. Outras idéias poderão ser implementadas pela Cidade.

9.1. Palestra

O sonho não acabou (documentário) Direção de Cláudio Kahan, Brasil. Durante a exposição poderão ser realizados uma palestra, um ciclo de palestras ou painel sobre o tema.

7. Palestrante recomendada: Berenice Raulino, tel. (011) 212 4589. A Secretária de Estado da Cultura poderá pagar o cachê de um palestrante. Entre em contato com Rosiclé pelos telefones (011) 255 7945 / 259 9611, ramais 255 e 307 para confirmar essa possibilidade. Posteriormente, fale com a palestrante e programe a participação dela. Transporte e hospedagem são responsabilidades do Município.

Impressos sobre o tema deverão ficar à disposição do público no local de fácil acesso, de preferência junto à mostra.

9.2. Filmes

Poderá ser exibido um ciclo de filmes, respeitando-se sempre os direitos autorais. Sugestões de filmes:

9.4. Apresentação de peças

- *Album de família* (filme). Direção de Braz Chediak, Brasil, 1981, 88 min. Família revela pouco a pouco as taras que a devoram por dentro. Adaptação de peça de Nélson Rodrigues.

- *Bonitinha mas ordinária* (filme). Direção de Braz Chediak, Brasil, 1981, 85 min. Garota rica paga quatro marginais para estuprá-la e depois se faz de inocente. Baseado em peça de Nélson Rodrigues.

- *Doña Xepa* (filme). Direção de Darcy Evangelista, Brasil, 1959, 87 min. Mulher faz de tudo para que seu filho inventor possa concluir pesquisas em energia nuclear. Adaptação da peça de Pedro Bloch.

- *Eles não usam black-tie* (filme). Direção de Leon Hirszman, Brasil, 1981, 127 min. Adaptação da peça de Gianfrancesco Guarnieri. Filho de sindicalista não quer entrar em greve porque a namorada dele está grávida.

- *Hamlet* (filme). Direção de Franco Zeffirelli, EUA, 1990, 125 min. Príncipe herdeiro da Dinamarca vive obcecado com a idéia que o pai tenha sido envenenado pelo próprio irmão.

- *Macbeth* (filme). Direção de Orson Welles, EUA, 1948, 105 min. Três feiticeiras profetizam um reinado de sangue e destruição quando Macbeth usa de todas as armas para se tornar rei da Escócia.

- *Romeu e Julieta* (filme). Direção de Franco Zeffirelli, Itália, 1968, 115 min. Em Verona, dois adolescentes se apaixonam mas, como são de famílias rivais, encontram obstáculos.

- *Toda nudez será castigada* (filme). Direção de Arnaldo Jabor, Brasil, 1973. Viúvo se apaixona por prostituta, que se envolve também com o filho dele. Adaptação da peça de Nélson Rodrigues.

- *O sonho não acabou* (documentário). Direção de Cláudio Kahns, Brasil, 1980, 22 min. Teatro feito por militares anarquistas no início do século em São Paulo.

_ *Teatro Guaíra* (documentário). Direção de Sílvio Back, Brasil, 1977, 10 min. A arquitetura e a importância do teatro de Curitiba, trechos de ensaios, encenação de peças, balé e marionetes.

9.3. Livros, revistas, recortes

Impressos sobre o tema deverão ficar à disposição do público em local de fácil acesso, de preferência junto à mostra. Isso estimulará a continuidade da busca de informações sobre o tema.

9.4. Apresentação de peças

Solicitar a estabelecimentos de ensino montagem de peças, realizando uma série de espetáculos. Grupos de teatro já organizados poderão participar.

9.5. Memória

Montar uma exposição paralela sobre a história do teatro no município: fotos, programas, cartazes. Fazer uma reunião com antigos diretores e atores para colher depoimentos relativos aos trabalhos desenvolvidos.

Roteiro: Berenice Raulino

10. Divulgação

Pouco adianta organizar um bom trabalho se não for feita uma boa propaganda. Depende das características da Cidade o perfil da divulgação a ser feita. Lembramos aqui algumas possibilidades:

- 10.1. Emissoras de rádio, jornais e TV regional. Entrar em contato, enviar cópia deste *Guia* com a programação anexada;
- 10.2. Convites especiais para a inauguração;
- 10.3. Contato com estabelecimentos de ensino;
- 10.4. Distribuição de folders;
- 10.5. Faixas na rua;
- 10.6. Cartazes e filipetas.

Atenção: toda referência ao evento deverá ser associada à Secretaria de Estado da Cultura como uma das promotoras.

11. Apoio cultural

Todas as atividades desenvolvidas, de preferência, terão apoio cultural de empresas. Deve ser oferecida a elas a oportunidade de divulgar a sua marca, dentro das bases do "marketing cultural": Cultura-empresa-mídia.

ANEXO XI – Grupo de Trabalho da Biblioteca Pública do Estado – Resumo da 1ª Reunião



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

GRUPO DE TRABALHO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO

RESUMO DA 1ª REUNIÃO

DATA :- 23/08/89 15 horas.

PRESENTES:-

Representante do Secretário: Antonio César Russi Callegari

Membros do Grupo de Trabalho: Maria Christina B.de Almeida
May Brooking Negrão
Waldomiro Vergueiro
Ricardo Ohtake
Silvia Regina da C.Salgado
Ricardo Maranhão
Célia Reis Camargo

Diretor da Div.de Bibliotecas: Luiz Augusto Milanesi

Bibliotecários da Div.de Bibliotecas: Alaide Cesar Barbosa
Maria Helena C.S.F.
Gallo
Cecy Maria Soraggi
Elvia N.C.Jordão

Após a apresentação dos membros presentes, Antonio César Russi Callegari, em nome do Secretário da Cultura, abriu a reunião e implantou oficialmente o Grupo de Trabalho da Biblioteca Pública do Estado. Na oportunidade mencionou que a Biblioteca a ser instalada no prédio do antigo DOPS é projeto prioritário da Secretaria. Lembrou o significado simbólico da implantação de uma biblioteca - espaço de liberdade - em local onde funcionou uma prisão política que marcou a vida intelectual brasileira. Destacou que se pretende que a Biblioteca seja um espaço do cidadão e que sirva como modelo para outras bibliotecas públicas do Estado. Em função da prioridade do projeto da Biblioteca, enfatizou a importância dos trabalhos do Grupo de Trabalho.

Luiz Milanesi destacou o principal objetivo do Grupo que é elaborar um documento sucinto contendo as diretrizes básicas de funcionamento da Biblioteca Pública do Estado. Para tanto propôs que se discutissem as funções da futura Biblioteca, tendo ressaltado duas vertentes: memória e atendimento ao público.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Vários elementos do Grupo se manifestaram em relação a suas idéias e suas dúvidas sobre a Biblioteca a ser criada. Discutiram-se, também, as formas de trabalho do Grupo.

Decidiu-se que o Grupo se reuniria novamente, com todos os membros, no dia 30/08/89, para que todos pudessem expressar seus pontos de vista em relação às funções a serem desempenhadas pela Biblioteca Pública do Estado.

--*-*-*

ANEXO XII – Programa da biblioteca Pública do Estado de São Paulo – Diretrizes Básicas



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

PROGRAMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETRIZES BÁSICAS

1. ANTECEDENTES

O Estado de São Paulo contou com uma Biblioteca Pública até 1935, ^{quando da} com a instituição do Departamento de Cultura na Prefeitura paulistana. Elaborado por Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes, esse projeto tinha uma concepção avançada para o seu tempo e apresentava a proposta de constituição de uma Biblioteca Pública Municipal adequada às necessidades de uma metrópole em plena expansão, o que não ocorria com a precária biblioteca estadual que acabou sendo absorvida pelo Município. Assim, por mais de meio século, São Paulo foi o único Estado da Federação desprovido de biblioteca pública.

Essa lacuna se fez sentir por todos esses anos, comprometendo atividades, serviços e acervo próprios de uma biblioteca de Estado, dificultando a formulação de uma política para as bibliotecas paulistas e impossibilitando a coordenação dessas bibliotecas.

A criação, em 1984, do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo forneceu as linhas gerais para a articulação técnica e política das mais de 450 bibliotecas sediadas nos municípios e tornou imprescindível a existência de um órgão de coordenação técnica que pudesse concretizar o trabalho em rede.

2. CRIAÇÃO

No início de 1989 foram retomadas as gestões para dotar São Paulo de uma Biblioteca Pública do Estado com as funções básicas que, normalmente, são atribuídas a instituições dessa categoria. Sensibilizado, o Senhor Governador do Estado, efeti



vou a sua criação através do Decreto nº 30.551, de 03 de outubro de 1989. Anteriormente, a Secretaria de Estado da Cultura havia formado um Grupo de Trabalho com a participação de profissionais destacados em suas especialidades, objetivando indicar as direções fundamentais para a sua implantação e para o seu desenvolvimento, apresentadas neste documento.

3. CARACTERÍSTICAS

A Biblioteca Pública do Estado, para corresponder às exigências de informação da sociedade contemporânea, deve incorporar todas as novas tecnologias e desempenhar as seguintes funções:

3.1 Memória

Como Biblioteca de Estado, cabe a ela constituir um acervo específico da história, da sociedade e da cultura paulistas, coletando, armazenando e tornando acessíveis ao público em geral documentos publicados tanto no país como no exterior. Esse material poderá se apresentar sob qualquer suporte documentário como livros, folhetos, periódicos, catálogos de exposições, discos, fitas, vídeos, filmes, mapas, partituras, etc.

Dentro desse objetivo, a Biblioteca Pública do Estado deverá ser depositária legal de todas as obras publicadas em São Paulo por editoras estatais e particulares, por meio de convênio com a Biblioteca Nacional e legislação específica.

A Biblioteca deverá se articular com instituições congêneres do Estado, evitando, quando possível, duplicação de acervos e serviços.



3.2 Centro Referencial

A Biblioteca Pública do Estado será caracterizada como fonte básica de informação para os diversos segmentos da população. Para tanto, deverá constituir uma base de dados relativa a São Paulo tanto na perspectiva histórica quanto na realidade contemporânea.

Deve ser ressaltado que o centro referencial não só colocará à disposição os dados contidos em sua base, como terá condições de participar de uma rede de informações interligando-se a outras bases, tanto nacionais quanto internacionais.

Como centro referencial a Biblioteca Pública atenderá o cidadão em busca de quaisquer informações, especialmente aquelas que facilitem as suas relações com os serviços públicos ou que aprofundem o exercício da cidadania. Atenderá também o usuário da informação especializada, do pesquisador ao produtor artístico e cultural.

O centro referencial atenderá, além do cidadão em geral e das bibliotecas públicas municipais, as consultas provenientes de quaisquer órgãos públicos, especialmente aqueles ligados ao Governo do Estado de São Paulo e à Secretaria de Estado da Cultura, objetivando suprir as necessidades informacionais de seus técnicos.

3.3 Coordenação Técnica

É função da Biblioteca Pública do Estado fornecer a linguagem técnica do Sistema e coordenar as suas ações de tal forma que todas as bibliotecas, na prática, formem um todo com ações integradas e perfeitamente compatíveis. Os usuários teriam à disposição não apenas a biblioteca



local, mas o Sistema.

Deve ser observado que as bibliotecas pertencentes ao poder público do Estado podem e devem se articular com a Biblioteca, principalmente aquelas que integram a Secretaria de Estado da Cultura.

3.4 Ação Cultural

A exemplo do que vem ocorrendo em relação aos novos centros culturais colocados à disposição da cidade, como é o caso das Oficinas Culturais Três Rios e do Memorial da América Latina, a Biblioteca deverá desenvolver extensa ação cultural, caracterizando-se como um centro popular de acesso, discussão e criação de informação. Para isso, é fundamental que em sua organização seja incorporada a idéia de espaço livre com o mínimo possível de intermediação entre o público e as informações disponíveis (em quaisquer suportes - livros, periódicos, vídeos, discos e outros). Paralelamente, deverão ser desenvolvidas atividades que permitam estimular a demanda informativa, incluindo-se a possibilidade de leitura domiciliar e o atendimento especializado ao público infantil. A biblioteca popular deve ter um acervo básico relativo ao país, notadamente aquele situado no âmbito das humanidades, bem como as obras básicas do conhecimento humano.

A cidade de São Paulo, mesmo contando com a melhor rede de bibliotecas públicas do país, não atinge os padrões mínimos recomendados por órgãos internacionais para uma cidade de sua extensão e de sua densidade populacional.

A Biblioteca Pública do Estado, instalada no prédio do Largo General Osório, além de sua ação no Estado e no país, atingirá a comunidade dos bairros Luz/Bom Retiro/



Barra Funda, desprovido^A de biblioteca pública municipal. x
O prédio, antiga Estação da Estrada de Ferro Sorocabana,
a exemplo desse canal irradiador de progresso no Estado
de São Paulo, atuará da mesma forma na área da cultura,
atingindo o cidadão paulista, seja do interior ou da capi
tal.

3.5 Biblioteca laboratório e núcleo de informação

A Biblioteca Pública do Estado deverá incorporar as novas
tecnologias e desenvolver toda a gama de serviços caracte
rísticos de uma biblioteca pública. Por essa razão, fun
cionará como laboratório, para experimentação de novas
técnicas e estágio para o pessoal das bibliotecas públi
cas paulistas e de outros estados.

Deverá, também, abrigar um Núcleo de Documentação e In
formação para Bibliotecas Públicas, a fim de dar apoio in
formacional a todo o pessoal que atua em bibliotecas pú
blicas no Brasil, no sentido de mantê-los atualizados em
relação aos novos trabalhos publicados, bem como de con
tribuir para estimular e embasar estudos e experiências
relacionadas à área.

A Biblioteca servirá, portanto, como núcleo de informação
sobre teoria e prática das bibliotecas públicas, irradiar
do suas ações e pesquisas a todo o país.

4. PRODUTOS

Além de receber o público e atender à distância a demanda in
formacional, a Biblioteca deverá também produzir informações
e documentos de acordo com as necessidades do público, geral
e especializado. Assim, podem ser indicados alguns produtos:



- 4.1 Catálogo de publicações oficiais;
- 4.2 Bibliografias, cobrindo as suas áreas temáticas;
- 4.3 Catálogos da produção artística;
- 4.4 Guias, inventários;
- 4.5 Base de dados culturais do Estado de São Paulo;
- 4.6 Base de dados informacionais sobre São Paulo;
- 4.7 Base de dados do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

5. RECOMENDAÇÕES

- 5.1 A fim de garantir a concretização do Programa da Biblioteca Pública do Estado, faz-se necessária a manutenção de uma equipe de especialistas que deverá detalhar o Programa no sentido de viabilizar as linhas traçadas neste documento.
- 5.2 A Biblioteca deverá contar com estrutura organizacional adequada às suas funções, bem como com recursos humanos competentes e em número condizente com suas necessidades.
- 5.3 A Biblioteca requer, para sua inauguração, não apenas um prédio apropriado como também o acervo organizado e informatizado. Nesse sentido, é imprescindível contar-se, de imediato, com um espaço mínimo onde se possa desenvolver uma ação intermediária objetivando, enquanto se processa a reforma do prédio, o preparo do acervo, o planejamento dos serviços e o treinamento do pessoal.
- 5.4 A instalação da Biblioteca exige ^{que seja dada} prioridade ^{ao} para o programa de informatização do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.



As diretrizes para a informatização do Sistema serão concretizadas, num primeiro momento, pela Biblioteca Pública do Estado, seu órgão de coordenação técnica. O programa de informatização vem sendo desenvolvido por grupo de Trabalho SEC/PRODESP, já institucionalizado, e deve ser viabilizado pelas instâncias superiores dessas instituições.

- 5.5 Deve ser elaborado o Diagnóstico das Bibliotecas da Secretaria da Cultura que possibilitará o conhecimento e a análise do acervo, dos serviços e dos projetos dessas bibliotecas. A partir desse diagnóstico, poderão ser estudadas, conjuntamente, formas de integração dessas bibliotecas à Biblioteca do Estado.
- 5.6 A fim de melhor definir o perfil da Biblioteca em relação à sua função de Memória, deve ser realizada uma Reunião de Trabalho, com a participação de especialistas na área, comprometendo-os com o projeto da Biblioteca e ampliando sua legitimação.

6. CRONOGRAMA E FLUXOGRAMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO (figs. 4 e 5)

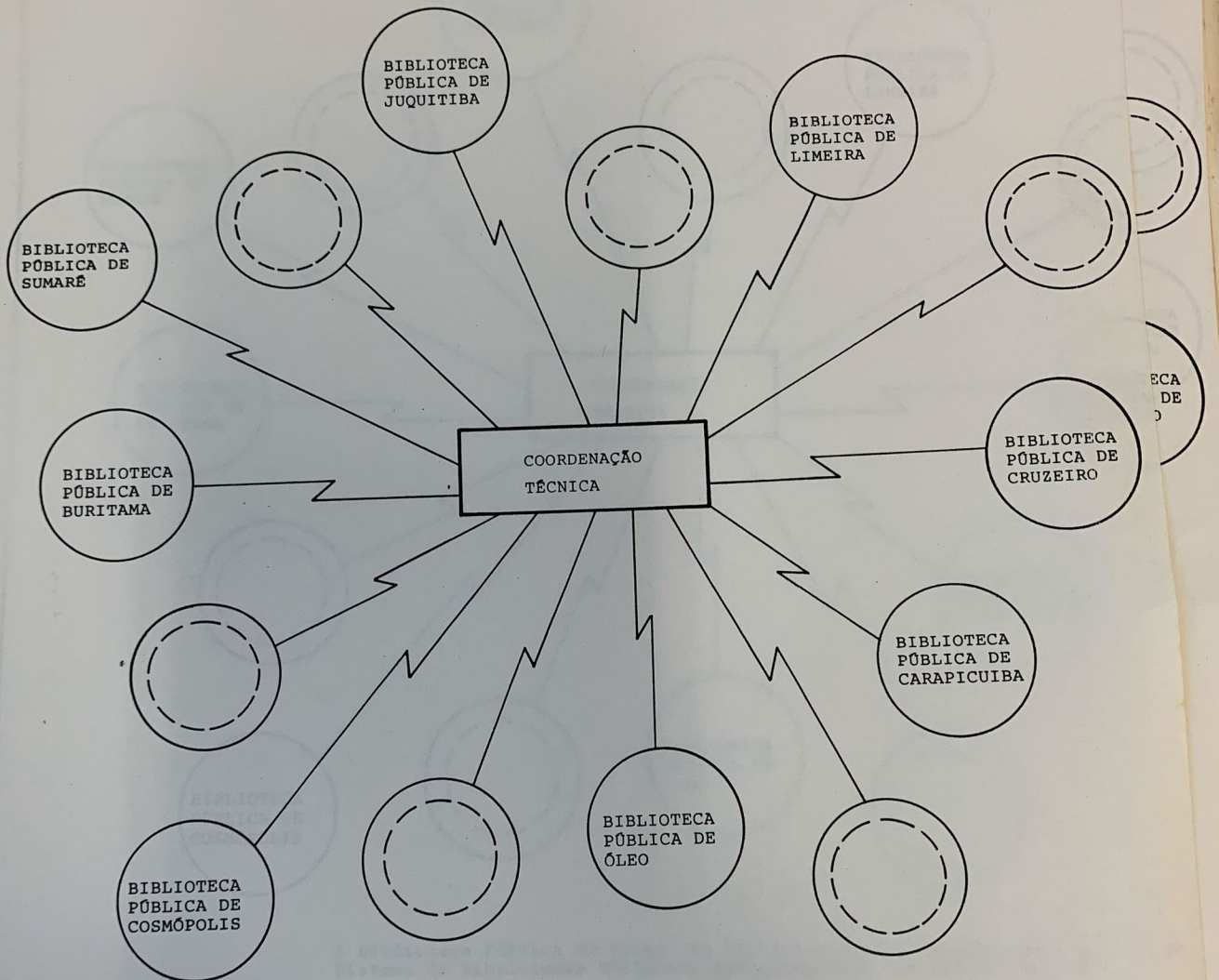
Diretor da DB

Membros do GT

Pessoal da DB

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Função de coordenação do sistema de bibliotecas
públicas do Estado de São Paulo.



A Biblioteca Pública do Estado de São Paulo será a coordenadora técnica do Sistema de Bibliotecas Públicas, integrado hoje por 234 municípios.